

Jessica Gustafson Costa

**JORNALISMO FEMINISTA:
ESTUDO DE CASO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA
PERSPECTIVA DE GÊNERO NO JORNALISMO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Daiane Bertasso

Coorientadora: Profa. Dra. Maria Terezinha da Silva

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Costa, Jessica Gustafson

Jornalismo feminista : Estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo / Jessica Gustafson Costa ; orientador, Daiane Bertasso, coorientador, Maria Terezinha Silva, 2018.

218 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. Jornalismo. 3. Feminismo. 4. Estudos de Gênero. 5. Objetividade Jornalística. I. Bertasso, Daiane. II. Silva, Maria Terezinha . III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. IV. Título.

Jessica Gustafson Costa

**JORNALISMO FEMINISTA – ESTUDO DE CASO SOBRE A
CONSTRUÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NO
JORNALISMO**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de mestre e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo.

Florianópolis, 15 de junho de 2018.

Prof.^a Cárilda Emerim, Dr.^a
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Maria Terezinha da Silva, Dr.^a
Coorientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Jorge Kanehide Ijuim, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Marcia Veiga da Silva, Dr.^a
Universidade do Vale dos Sinos (Videoconferência)

Para minha mãe, Margareth. Para minha avó,
Jurema. Que juntas me ensinaram tanto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Margareth Gustafson, por acreditar junto comigo nos caminhos que escolhi e por seu imenso afeto. À minha avó, Jurema Gustafson, por toda a sua ternura e carinho. A todos meus familiares pelo incentivo ao longo desses dois anos.

À minha companheira, Marina Canesin, pela paz que transmite com seu amor e por compartilhar comigo sonhos.

À Daiane Bertasso, minha orientadora, pela acolhida e por me mostrar que a amizade torna o processo de construção de conhecimento muito mais rico e humano.

À Maria Terezinha da Silva, minha coorientadora, pela atenção e disponibilidade na reta final da pesquisa.

À minha grande amiga Fernanda Nascimento por me inspirar e incentivar. Agradeço pelas trocas e conversas, mas principalmente por me fazer acreditar que era possível.

Agradeço à Marcia Veiga da Silva pela generosidade dos seus ensinamentos e por ser fundamental no meu aprendizado sobre as temáticas de gênero e jornalismo.

Ao professor Jorge Ijuim pela leitura cuidadosa e pelos apontamentos importantes para a qualificação desta pesquisa.

Aos professores do PPGJOR por ampliarem e qualificarem meu entendimento sobre o campo do jornalismo. Agradeço especialmente à secretária administrativa do programa, Cíntia dos Santos M., por sanar as intermináveis dúvidas que surgiram neste percurso.

Aos amigos Caetano Machado e Anderson Silveira pelos cafés e conversas que tornaram os estudos mais leves. Por toda a ajuda acadêmica e pelas palavras amigas.

À Capes pela bolsa de estudos que foi fundamental para a realização da dissertação.

Fomos educadas para respeitar mais o medo do que a nossa necessidade de linguagem e definição, mas se esperamos em silêncio que chegue a coragem, o peso do silêncio vai nos afogar. (Audre Lorde, 1984)

RESUMO

Esta dissertação tem como **objeto de pesquisa** a construção de uma perspectiva de gênero na prática jornalística. Questiona-se quais implicações da proposta feminista das jornalistas do *Portal de Notícias Feministas*, demonstradas a partir de suas práticas, possibilitam a problematização da objetividade jornalística. Os **objetivos** da pesquisa são observar de que forma a objetividade jornalística é acionada durante a rotina de produção das notícias e as discussões realizadas sobre o direcionamento da pauta escolhida; compreender como as jornalistas do *Portal* interpretam a objetividade jornalística em relação ao ativismo feminista que praticam; e identificar se/quando/em que medida existem movimentos de tensionamento e rupturas em relação à lógica masculinista do jornalismo (VEIGA DA SILVA, 2014). A **metodologia adotada** é a pesquisa qualitativa, com a realização de um estudo de caso que privilegiou como técnicas a observação participante na produção das notícias no *Portal* e a realização de entrevistas em profundidade com as jornalistas. A conexão conceitual entre o feminismo e o jornalismo, entendido como uma forma social de conhecimento e uma prática discursiva, é feita a partir das contribuições das chamadas feministas biólogas (HARAWAY, 1995; HARDING, 1993; SARDENBERG, 2001). As teóricas questionaram a Ciência, a partir de uma perspectiva de gênero, e criticaram o paradigma positivista contido no ideal de objetividade. A análise dos dados obtidos a partir das técnicas utilizadas demonstrou a existência de rupturas e tensionamentos na lógica masculinista do jornalismo, quando da aposta em práticas mais colaborativas, cooperativas e menos hierarquizadas; assim como na subversão referente à escolha das fontes jornalísticas e à forma de se relacionar com elas; e da valorização do enfoque feminista na construção das pautas, expondo as desigualdades de gênero presentes em todas as esferas sociais. Ao mesmo tempo, foi percebida a manutenção de certas práticas cristalizadas no campo, indicando que a construção de uma identidade enquanto jornalistas e feministas não acontece sem conflitos, sendo até mesmo contraditória em alguns momentos. O ideal da objetividade jornalística continua pairando sobre todas as decisões, mas não habita um lugar confortável, estando sob constante tensão. Esses deslocamentos indicam a possibilidade de existência de uma objetividade feminista no jornalismo, relativa a direcionamentos provisórios, reflexivos, vacilantes e incertos, permeados pela aposta de conexão entre

mulheres com diferentes localizações, mas que compartilham de uma mesma proposta transformadora.

Palavras-chave: Jornalismo. Feminismo. Estudos de Gênero. Objetividade Jornalística. *Portal De Notícias Feministas*.

ABSTRACT

This thesis studies the construction of a gender perspective in journalistic praxis as object of research. I question which are feminist struggle implications of the Portal de Notícias Feministas journalists allow the questioning of journalistic objectivity demonstrated by their practices. The objectives of the research are: to take a close look in which way the journalistic objectivity is used in the News production routine and the discussions about directions of the chosen script; to comprehend how the News portal journalists understand journalistic objectivity concerning to the feminism activism they perform; and identify whether/when/how there are stressors and ruptures movements regarding journalism's masculinist logical (VEIGA DA SILVA, 2014). The methodology of this research is qualitative research with a case study making use of participant observation in the portal News production and deep interviews with the journalists as techniques. The conceptual connection between feminism and journalism understood as social way of knowledge and discursive practice is made from the called feminist biologists (HARAWAY, 1995; HARDING, 1993; SARDENBERG, 2001) input. These theorists questioned Science from a gender perspective, and criticized the postivist paradigm of the objectivity ideal. The data analysis gained from the techniques has been showed the existence of ruptures and stressors in masculinist logical of journalism when adopting more collaborative, cooperative and less hierarchical practices; as in the subversion that refers to the News sources choices and the way to relate to them; and of the enhancement of the feminist approach in the construction of scripts demonstrating gender inequalities in all social issues. At the same time, the maintenance of certain stagnant praxis has been observed, showing that the construction of a journalist and feminist identity does not happen without conflicts, risking to be contradictory at some moments. The journalistic objectivity ideal is still looming over all of the decisions, however, not in a comfortable place, always in frequent stress. These movements point to the possibility of the existence of a feminist objectivity inside journalism concerning to temporary, changing and uncertain directions measured by the connection between women in different locations but sharing the same changing struggle.

Key words: Journalism. Feminism. Gender Studies. Journalistic objectivity. Portal de Notícias Feministas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. O PERCURSO HISTÓRICO DOS ESTUDOS DE GÊNERO	23
1.1. O MOVIMENTO FEMINISTA NOS ESTADOS UNIDOS E EUROPA.....	25
1.2. FEMINISMOS E ESTUDOS DE GÊNERO NO BRASIL.....	33
1.3. A PERSPECTIVA <i>QUEER</i> E DESCOLONIAL	39
1.4. A EPISTEMOLOGIA FEMINISTA E A CRÍTICA À CIÊNCIA MODERNA.....	47
1.5. A OBJETIVIDADE CORPORIFICADA DE DONNA HARAWAY	54
2. O JORNALISMO COMO PRÁTICA DISCURSIVA	59
2.1. O CONHECIMENTO PRODUZIDO PELO JORNALISMO	63
2.2. O DISCURSO QUE O JORNALISMO PRODUZ.....	70
2.3. A OBJETIVIDADE – HERANÇA DA CIÊNCIA, PRESENTE NO JORNALISMO	76
2.4. A IMPRENSA FEMINISTA NA LUTA POR DIREITOS ..	88
2.5. AS INICIATIVAS INDEPENDENTES QUE ARTICULAM JORNALISMO E GÊNERO.....	94
3. AS ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS	103
3.1 AS JORNALISTAS – A DIFÍCIL DECISÃO PELO ANONIMATO DAS INTERLOCUTORAS.....	106
3.2 O ESTUDO DE CASO DO <i>PORTAL DE NOTÍCIAS FEMINISTAS</i>	111
3.3 A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE E O SORVETE FERVENTE.....	116
3.4 AS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE	126
4. JUNTANDO AS PEÇAS – A ANÁLISE DO PORTAL ...	129
4.1 A OBJETIVIDADE CORPORIFICADA NA CONSTRUÇÃO DE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO NO JORNALISMO	131
4.2 A OBJETIVIDADE CORPORIFICADA NA SUBVERSÃO DA LÓGICA DAS FONTES – AS MULHERES ENQUANTO FONTE PRIVILEGIADAS	147

4.3 A OBJETIVIDADE CORPORIFICADA NA RELAÇÃO COM O MOVIMENTO SOCIAL – A DEMARCAÇÃO DA AUTONOMIA JORNALÍSTICA.....	156
4.4 A OBJETIVIDADE CORPORIFICADA NO CUIDADO DAS JORNALISTAS COM AS FONTES.....	164
4.5 A OBJETIVIDADE CORPORIFICADA NA CONSTRUÇÃO COLETIVA DAS PAUTAS – EXERCÍCIO E NECESSIDADE.....	171
4.6 A OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA CORPORIFICADA – REAFIRMAÇÃO E QUESTIONAMENTO.....	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	202
APÊNDICE	213

INTRODUÇÃO

A redução das desigualdades de gênero, entendidas como assimetrias produzidas historicamente por uma cultura que privilegia o masculino em detrimento ao feminino, passa por mudanças nos discursos que significam e constroem as realidades sociais. Enquanto uma instituição social, o jornalismo, ao lado da escola, da igreja, da ciência e das leis, produz discursos repetidos sobre posições de normalidade e de diferença, definindo os sujeitos que podem ser reconhecidos como normais e os que se distanciam desse padrão.

Assim, como destaca Guacira Lopes Louro (2008), estas instâncias inscrevem nos corpos as marcas e normas que devem ser seguidas. No que se refere às normas esperadas de gênero, as posições se sustentam sob bases ideológicas que produzem efeitos discursivos derivados de uma mesma matriz hegemônica que visa a normatizar, regular e controlar o espaço, os papéis e as intervenções das mulheres na vida social (SCHMIDT, 2006).

Pode-se dizer, contudo, que o discurso não só reflete e representa a sociedade, mas também significa, constrói e modifica, não havendo uma única ordem do discurso (FAIRCLOUGH, 2001). Considero, então, que o jornalismo se utiliza de outras estratégias discursivas na direção de (des)construir o senso comum, de modo a articular outras ideologias. Ou seja, também não há uma única ordem do discurso jornalístico, mas todo discurso é ideológico, uma vez que o jornalista está imbricado nos significados que produz (MOITA LOPES, 2006).

Compreendo que nos últimos anos a imprensa tem dado destaque às temáticas de gênero e sexualidade, refletindo uma mobilização mais ampla da sociedade e, principalmente, dos movimentos feministas. Por outro lado, esta atenção pontual parece esconder uma premissa importante, que é o fato do jornalismo falar sobre gênero e sexualidade sempre, em todas as suas matérias, pois trata sobre sujeitos desde sempre genericados, sexualizados e racializados, como afirma Butler (2015). A produção de sentidos não acontece apenas nas reportagens específicas, mas quando aborda a política, a economia e a saúde, até quando escolhe quais repórteres serão designados para cada pauta e as fontes ouvidas

porque, para lembrar Joan Scott (1990), gênero é a forma primeira de significar as relações de poder¹.

Entender como estes significados são produzidos implica no reconhecimento de que o processo envolvendo o jornalismo e a sociedade tem a cultura, com seu sistema de valores, como denominador comum (VEIGA DA SILVA, 2014). Tanto o jornalismo se inspira e se baseia em visões de mundo circulantes na sociedade quanto a cultura é influenciada por ele. Desta forma, o jornalismo pode ser entendido como um “conhecimento social que se reproduz com uma função pedagógica cultural que pretende explicar os modos de ser e estar no mundo” (VEIGA DA SILVA, 2014, p. 63).

Para elaborar a presente pesquisa, parto do entendimento de que o jornalismo precisa de grandes mudanças para deixar de produzir discursos que reproduzam desigualdades e violências simbólicas no que se refere às mulheres e seus atravessamentos de raça, etnia, sexualidade, classe e geração. Ao mesmo tempo, acredito que o feminismo tem muito a acrescentar ao jornalismo e que o trabalho que vem sendo desenvolvido, fora da mídia hegemônica, por jornalistas feministas, pode trazer um novo olhar sobre a profissão, assim como as feministas biólogas – sobre as quais abordo adiante – fizeram ao desmascarar a neutralidade da ciência e ao se empenharem na construção de novos saberes científicos a partir de uma perspectiva de gênero.

A conclusão de Veiga da Silva (2014), ao realizar um estudo de *newsmaking* na redação de um telejornal, de que o jornalismo tem gênero – o masculino – é um dos pressupostos centrais desta pesquisa. De acordo com a autora, a generificação acontece a partir da reprodução das relações de gênero e de poder hegemonicamente prevaletentes na cultura, tanto nas relações dentro das redações quanto nas notícias produzidas, refletindo em hierarquias e desigualdades.

A pesquisadora considera ainda que todos os tipos de conhecimento jornalístico são perpassados por uma racionalidade constituída de forma predominante a partir de um paradigma moderno e de um sistema-mundo capitalista, masculinista, racista, heterossexista, ocidentalista, os quais estabelecem os valores que legitimam o saber

¹ Esta maneira de entender o gênero e sua ligação com o poder se refere a uma visão ocidentalista e localizada, mas que entendemos ser potente para compreender a generificação presente no contexto atual. Algumas teóricas (OYEWUMÍ, 2004; LUGONES, 2008; 2014) entendem o gênero como uma herança do processo colonizador moderno e defendem a posição de que em comunidades pré-intrusão (antes da colonização) as formas de significar as relações de poder e sociais não apresentavam a centralidade do gênero, mas sim na idade cronológica, por exemplo.

como verdade. E são os procedimentos jornalísticos para obtenção de informações os principais modos de agregar valor de veracidade às notícias, orientadas pelas noções de imparcialidade, equilíbrio e objetividade (VEIGA DA SILVA, 2014; 2015).

Se a realidade é construída socialmente a partir dos discursos que nela circulam e hoje as principais teorias do jornalismo já partem da ideia de que a instituição jornalística consiste em uma das esferas que operam na construção desta realidade social, a partir da notícia e, mais especificamente, do discurso jornalístico, não podemos considerar que exista uma realidade intacta, verídica, na qual os jornalistas teriam como missão apenas narrar (HACKETT, 1999). Embora a metáfora do espelho tenha sido desconsiderada há um bom tempo nos estudos da área, o fundamento objetividade jornalística parece ser mais solidificado, mesmo que seja enquanto um ideal.

A objetividade jornalística, enquanto um fundamento da profissão, está relacionada a valores inerentes à prática, como o apartidarismo e o equilíbrio; a procedimentos epistemológicos, como a transparência e o rigor; aos valores estéticos, como clareza e concisão do texto; e também a valores éticos, como a justiça (DEMENECK, 2009). O fundamento também sugere que os fatos possam ser separados das opiniões ou juízos de valor, e que os jornalistas teriam o potencial para se distanciar dos acontecimentos por meio da linguagem neutra e das técnicas de reportagem.

Esta concepção, que resultaria numa visão imparcial dos fatos, está sujeita a muitas das mesmas críticas que têm sido dirigidas contra o positivismo (HACKETT, 1999), principalmente no campo da Ciência. Como destaca Cremilda Medina (2008), os princípios positivofuncionalistas se disciplinaram metodologicamente nas práticas comunicacionais e científicas ao mesmo tempo. Desta forma, as heranças do pensamento moderno estão presentes ainda na prática jornalística e suas consequências demandam reflexão.

No âmbito desta pesquisa, considero que o jornalista só é visto como objetivo – e idealmente classificado como neutro e imparcial – quando reproduz o senso comum e os valores hegemônicos que circulam na sociedade, romantizando a prática jornalística e enaltecendo estas características nos discursos dos editoriais, comentários e demais produtos jornalísticos. Qualquer tentativa de transformação social mais posicionada, a partir da problematização de hierarquias e desigualdades

sociais, principalmente as que se referem a gênero, implica no rótulo de jornalista tendencioso².

O interesse em estudar as possibilidades de intersecção entre o jornalismo e o feminismo surgiu durante a minha atuação como repórter, durante seis anos, em um jornal impresso de Porto Alegre. Observei que muitas jornalistas estavam trazendo problematizações feministas para dentro das redações e que isso estava causando atritos e mal-estar nas relações com os colegas e, principalmente, com os editores. Essa resistência parece acontecer exatamente pela tentativa, mesmo que inconsciente, de manter o sistema vigente, com seus valores morais e culturais, que produzem e estruturam as históricas formas de dominação e discriminação. Outra constatação foi que a objetividade, que garantiria as características de neutralidade e a imparcialidade da notícia, não era questionada quando as matérias reproduziam os valores hegemônicos. Nestas situações, os preconceitos e estereótipos eram aceitos como verdade.

Especificamente as matérias que problematizavam as desigualdades de gênero passavam por uma supervisão maior, no sentido de não reproduzirem as ideologias dos profissionais que, por questionarem as normas que definem a inteligibilidade de gênero (BENTO, 2008), passam a ser vistos como tendenciosos, fugindo do que era aceito como jornalismo. Essas inquietações tiveram início quando iniciei em 2015 minha participação no coletivo Gemis – Gênero, Mídia e Sexualidade, que apresenta como proposta analisar criticamente a produção midiática sobre estes temas e sensibilizar profissionais e estudantes sobre a necessidade de reflexão acerca das desigualdades e violência que são reproduzidas pela mídia. Foi ainda neste ano que iniciei uma especialização em Gênero e Sexualidade, realizada pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade em Direitos Humanos na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Orientada no trabalho de conclusão por Marina Nucci, pós-doutoranda na Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), tive pela primeira vez contato com um grupo de teóricas feministas que há décadas vêm construindo uma ciência assumidamente feminista, contribuição que foi fundamental para a realização desta pesquisa.

² Ao analisar argumentos dos defensores da objetividade jornalística, no que se refere à busca pelo equilíbrio e a não distorção das informações, Hackett (1999) considera que esta posição pressupõe uma afirmação positivista da veracidade dos fatos inalterados, cuja visibilidade seria temporariamente obscurecida pelo jornalista tendencioso.

Assim, entendo que são exatamente os valores inerentes à racionalidade moderna e ao positivismo, refletidos no fundamento objetividade jornalística, que podem estar sendo tensionados na produção de notícias feitas por jornalistas feministas. Cabe destacar que, ao entender que o conhecimento produzido é sempre localizado (HARAWAY, 1995) considero que a abordagem proposta e a capacidade de análise dos dados obtidos nesta pesquisa estão perpassadas pela minha localização uma mulher branca, feminista e, como já afirmado nos parágrafos anteriores, com uma experiência profissional na chamada mídia tradicional. Ao propor trabalhar com o jornalismo alternativo, iniciativa em que nunca atuei, é provável que seja possível perceber nesta dissertação algumas limitações presentes na minha compreensão, que tentei minimizar com o embasamento teórico apresentado. Além disso, após a realização do estudo, considero importante destacar o aprendizado gerado pelo contato com as jornalistas participantes da pesquisa sobre as possibilidades do campo.

Assim, para realizar esta dissertação, o objeto empírico escolhido foi o trabalho realizado pelas profissionais do *Portal de Notícias Feministas*³, criado em 2016, na região Sul do País, a partir de uma campanha de financiamento coletivo. O nome real do *Portal* e das jornalistas não será utilizado na pesquisa devido à opção pelo anonimato. Esta decisão difícil foi motivada a partir da aproximação com as cinco jornalistas que compõem o núcleo do *Portal*, que me fizeram ter contato com questões complexas, como informações repassadas em OFF pelas fontes, pressões sofridas durante o trabalho jornalístico, disputas de poder inerentes a qualquer trabalho jornalístico. Entendi que ao identificá-las poderia acabar expondo-as junto a grupos muito próximos, embora tenha ciência de que a não identificação não garante totalmente o anonimato.

A ideia das fundadoras foi desenvolver uma plataforma que pudesse ser um guarda-chuva que abarcasse a produção de conteúdo, a curadoria de informação e a observação dos debates públicos sobre gênero, principalmente aqueles desencadeados pelos meios de comunicação tradicionais. Em sua linha editorial, se define como um veículo de jornalismo especializado em gênero, que tem como objetivo produzir conteúdo jornalístico, com perspectiva feminista, na área de direitos humanos e com enfoque no direito das mulheres. O *Portal* se identifica como feminista, pretendendo o diálogo com as diversas linhas

³ O nome do portal foi alterado a partir da escolha de manter o anonimato do veículo e das jornalistas que nele atuam, como explicado no Item 3.1.

teóricas e políticas do feminismo, mediando suas abordagens diante da realidade.

Assim, o objeto desta pesquisa é a construção de uma perspectiva de gênero na prática jornalística, indagando quais implicações da proposta feminista das jornalistas do *Portal de Notícias Feministas*, demonstradas a partir de suas práticas, possibilitam a problematização da objetividade jornalística. O objetivo geral é compreender as implicações do feminismo na prática jornalística, relacionadas à objetividade jornalística, por meio da observação da rotina de produção das notícias do *Portal de Notícias Feministas* e das opiniões das jornalistas.

Para isso, os objetivos específicos dividem-se em: (a) observar de que forma a objetividade jornalística é acionada e/ou questionada durante a rotina de produção das notícias e as discussões sobre o direcionamento da pauta escolhida; (b) compreender como as jornalistas do *Portal* interpretam a objetividade jornalística em relação ao ativismo feminista que praticam e (c) identificar se/quando/em que medida existem movimentos de tensionamento e rupturas à lógica masculinista do jornalismo (VEIGA DA SILVA, 2014).

A conexão conceitual entre o jornalismo e o feminismo é feita a partir das contribuições da bióloga e feminista norte-americana Donna Haraway (1995), que se debruçou sobre um fundamento comum na ciência e no jornalismo: a objetividade. De acordo com ela, a pesquisa feminista acadêmica tentou repetidas vezes responder o que se queria dizer com o termo, com o intuito de desmascarar as doutrinas da objetividade porque elas ameaçavam um sentimento crescente de subjetividade e atuação histórica coletiva.

Considerando as ambiguidades escorregadias da palavra, o que a pesquisadora propõe não é a desconsideração do fundamento, mas a sua ressignificação a partir da ideia de objetividade corporificada. Para Haraway, isso significa saberes localizados, a partir de uma perspectiva parcial e de localização limitada, que nos torne responsáveis pelo que aprendemos a ver:

Assim, de modo não muito perverso, a objetividade revela-se como algo que diz respeito à corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades. A moral é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva (HARAWAY, 1995, p. 21).

A formulação trazida pela autora fornece lastro para pensar que somente a inclusão de mulheres nas distintas áreas de conhecimento e profissionais não bastam para atender à demanda feminista de redução das desigualdades de gênero. É necessário refletir tanto sobre as técnicas de trabalho quanto sobre os conceitos que direcionam essas práticas. Questionar os já questionados fundamentos do jornalismo, mas a partir de uma perspectiva de gênero, significa a possibilidade de mudar o olhar sobre a profissão e redefinir suas técnicas a partir de novos objetivos.

Este movimento dialoga com a proposta feita por Stuart Hall (2003) sobre o conceito de identidade, a partir de uma reflexão sobre a crítica desconstrucionista de Derrida. Diferentemente de algumas empreitadas de superação de conceitos, Hall propõe colocar “sob rasura” a ideia construída em torno da identidade, indicando que o termo não é mais potente para se pensar, em sua forma original. Contudo, uma vez que o conceito não foi totalmente superado e não existe ainda outro que possa substituí-lo, não há nada a se fazer a não ser continuar com ele, embora não trabalhando mais no paradigma que foi originalmente gerado (HALL, 2003).

Penso o mesmo em relação à objetividade corporificada, que acredito ser uma forma de deslocamento do conceito do paradigma do positivismo. Considerei, então, como hipótese, que as jornalistas do *Portal de Notícias Feministas* não rompem completamente com a objetividade jornalística, mas a ressignificam a partir das suas perspectivas ativistas. Suponho, ainda, que o posicionamento delas dialoga com o conceito elaborado por Donna Haraway, que implica em saberes localizados que fundamentam o conceito de objetividade corporificada. Foi possível constatar, como será demonstrado na análise desenvolvida, a confirmação das hipóteses levantadas.

A crítica feminista vem sendo desenvolvida em diversas áreas do conhecimento, como na História, Biologia, Sociologia e Pedagogia, desde a década de 1970, quando pesquisadoras se comprometeram com a empreitada de construir uma epistemologia feminista ou teoria feminista. O propósito da tarefa foi romper com os objetivos masculinistas ligados ao conhecimento legitimado e relacionado ao modelo positivo-empirista. Lourdes Bandeira (2008) considera que o desafio da crítica feminista foi

[...] precisamente, o de contrapor-se aos hegemônicos eixos epistemológicos e conceituais – categorias, conceitos e métodos – para não reproduzir como espelho distorcido as próprias

categorias do sistema de dominação científica que tomou como objeto da crítica (p. 211).

Assim, influenciada pelas teóricas que acreditaram nas possibilidades transformadoras da construção de uma epistemologia feminista, considero ser necessário o desenvolvimento de uma reflexão sobre o modo de fazer jornalismo e sobre os fundamentos que sustentam a conduta dos jornalistas. Acredito ainda que este movimento já esteja acontecendo na produção do jornalismo feminista, mas de forma bastante localizada.

Deste modo, a escolha do *Portal de Notícias Feministas* se deu por sua singularidade e proximidade geográfica. Muitos coletivos feministas no Brasil trabalham com a elaboração de conteúdos jornalísticos, mas com menor regularidade e voltados principalmente para a crítica da mídia tradicional ou para a opinião, como demonstrado no Capítulo 2 ao abordar o mapeamento de outras iniciativas existentes no país. A produção regular do veículo e a qualidade das matérias, que são bastante contextualizadas e apresentam uma grande pluralidade de fontes, demonstra que as jornalistas estão atentas às técnicas da profissão, figurando como um diferencial entre os outros coletivos feministas que produzem conteúdo.

Enquanto um estudo sobre práticas jornalísticas que se dedicou a compreender as escolhas e motivações das jornalistas durante o processo de construção das notícias, a pesquisa pode ser inserida no arcabouço dos estudos de *newsmaking* (VEIGA DA SILVA, 2014; TRAVANCAS, 1992; TUCHMAN, 1999; WOLF, 1994); e seu foco nas rotinas produtivas dos profissionais. A metodologia escolhida para analisar as práticas foi a pesquisa qualitativa, com a realização de um estudo de caso, método que privilegia as particularidades dos fenômenos em seus contextos complexos (YIN, 2005). Entre as especificidades do *Portal*, está a proposta de trabalhar com a construção da notícia, produto central do jornalismo. “O estudo de caso, assim, se volta para as particularidades e para as diferenças que tornam o fenômeno único, podemos entender o que o distingue ou o aproxima dos demais fenômenos” (DUARTE, 2015, p.234).

A estratégia se torna pertinente quando os questionamentos trazidos se referem a questões do tipo “como” e “por que”, dialogando com a proposta da dissertação de compreender como a perspectiva de gênero influencia nas práticas jornalísticas e as motivações das jornalistas quando fazem suas escolhas. O estudo de caso também costuma utilizar mais de uma evidência para atender aos objetivos propostos. Assim, optei

pelas técnicas de observação participante e de entrevista em profundidade.

Ao propor observar de que forma a objetividade jornalística é acionada e/ou questionada durante a rotina de produção das notícias e as discussões sobre o direcionamento da pauta considere que a observação participante seria a técnica mais adequada para isso. Tendo sua origem na Antropologia, a técnica tem sido utilizada no campo da Comunicação, principalmente em estudos que se propõe a “observar os processos comunicativos interpessoais, grupais ou comunitários, envolvendo os meios massivos ou outros processos de comunicação, como os grupais, meios alternativos de comunicação” (PERUZZO, 2005, p. 136).

Sobre esta etapa da pesquisa, cabe destacar que o grupo não colocou entraves quanto a sua realização, contudo, foi possível notar barreiras significativas. Por não trabalharem em uma redação fixa, sendo as demandas tratadas principalmente pela internet, percebi ao longo da pesquisa que eu só teria acesso às informações que elas me repassassem e só saberia da elaboração de uma pauta e do agendamento de uma entrevista se elas me contassem, lembrassem de contatar e tivessem tempo para enviar uma mensagem. Assim, a observação participante foi realizada em encontros pontuais em pautas, conversas agendadas e trocas de mensagem por *Whatsapp* com informações sobre o andamento da construção de notícias.

Embora mais restrita do que eu havia previsto, diversas questões foram levantadas sobre as suas práticas e motivações nesta etapa, sendo aprofundadas durante a realização das entrevistas em profundidade. Esta técnica, como definem Marconi e Lakatos (1996), permite tanto descobrir opiniões sobre os fatos quanto compreender a conduta de alguém através de seus sentimentos e anseios. Segundo Duarte (2005), as perguntas elaboradas para a aplicação da entrevista em profundidade, que neste caso surgiram a partir das situações observadas e dialogadas na etapa anterior, “permitem explorar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer prospectiva” (DUARTE, 2005, p. 63). Assim, acredito que foi possível a partir da articulação das duas técnicas atender aos objetivos propostos no trabalho e realizar uma articulação com o referencial teórico abordado.

O primeiro capítulo da dissertação inicia com a apresentação contextual dos Estudos de Gênero, a partir da evolução histórica do pensamento teórico feminista, desde os chamados estudos de mulheres até os atuais estudos de gênero, que complexificam as percepções sobre os homens e mulheres e enfatizam as relações de poder baseadas na diferença sexual presentes na sociedade, conforme a definição de Joan

Scott (1990). O conceito de gênero no trabalho segue a perspectiva interseccional, trabalhada por Kimberle Crenshaw (2004) e Angela Davis (2016).

Para problematizar a produção do conhecimento científico apoiado no paradigma positivista, aborda-se no segundo tópico, o trabalho desenvolvido pelas chamadas feministas biólogas, como Donna Haraway (1995), Cecília Sardenberg (2001) e Sandra Harding, (1993; 1996), que questionaram pressupostos de objetividade, neutralidade, transparência, verdade e universalidade do método científico, afirmando que todo o conhecimento é parcial e influenciado pelas preocupações sociais geograficamente limitadas. E essas preocupações se referem à manutenção do privilégio masculino e a garantia de continuidade das históricas relações de poder.

O capítulo dois inicia-se com uma reflexão sobre a institucionalização do jornalismo e a assimilação das características da Modernidade, a partir das contribuições de Cremilda Medina (2006; 2008). Enquanto uma prática discursiva, discute-se o seu papel na manutenção das desigualdades sociais e seu potencial para a transformação social, tendo como referencial a teoria da Análise Crítica do Discurso, com Norman Fairclough (2001; 2012), e os Estudos Culturais, especialmente a proposta de Stuart Hall (1999; 2003) quando aborda a natureza consensual do jornalismo e a sociedade.

A premissa de que as matérias jornalísticas reproduzem os valores hegemônicos, incluindo representações de gênero, será trazida a partir de Marcia Veiga da Silva (2014; 2015), que constata que o gênero do jornalismo é masculino. Por fim, a objetividade jornalística será problematizada, no segundo tópico, a partir das propostas de Robert Hackett (1999) e Michael Schudson (2010) e os resultados da análise de Gaye Tuchman (1999) sobre o conceito na produção de notícias.

Para realizar uma contextualização do objeto empírico da pesquisa, também é feito um recorte histórico do jornalismo produzido por mulheres no Brasil, que tem início no século XIX e, mais especificamente, sobre a imprensa feminista (BUITONI, 1986; 1986; DUARTE, 2016; PINTO, 2003). Posteriormente, apresento um panorama do jornalismo feminista em atuação no Brasil hoje, a partir de um mapeamento dos coletivos que produzem conteúdo jornalístico e o fazem circular na internet, apontando algumas das tendências observadas no que se refere a esse tipo de produção.

A metodologia escolhida para a pesquisa está explicitada no Capítulo 3, a partir do referencial teórico sobre o método utilizado - o estudo de caso -, e as técnicas escolhidas para me aproximar do objeto

empírico – observação participante e entrevistas em profundidade. Apresento também as diversas escolhas que permearam o percurso da dissertação, algumas revisões necessárias e dilemas éticos que surgiram, entendendo que eles se refletem diretamente nos resultados da análise proposta. Entre eles, está os limites da aproximação com as jornalistas do *Portal*, que em algumas vezes esteve relacionada a situações que extrapolavam o âmbito da pesquisa. As contribuições da Antropologia a partir das discussões teóricas de Jeanne Favret-Saada (2005), estudiosa da feitiçaria na França e que aborda a noção do afeto enquanto dimensão central do trabalho de campo, assim como de Gilberto Velho (1999), sobre a possibilidade de estranhar o familiar, foram de grande importância neste sentido.

A análise dos dados obtidos a partir das técnicas propostas foi tratada no Capítulo 4, a partir da elaboração de seis categorias: 1) A objetividade corporificada na construção de uma perspectiva de gênero no jornalismo; 2) A objetividade corporificada na subversão da lógica das fontes – as mulheres enquanto fontes privilegiadas; 3) A objetividade corporificada na relação com o movimento social – a demarcação da autonomia jornalística; 4) A objetividade corporificada no cuidado das jornalistas com as fontes; 5) A objetividade corporificada na construção coletiva das pautas – exercício e necessidade; 6) A objetividade jornalística corporificada - reafirmação e questionamento. Ao interpretar as respostas das jornalistas e suas motivações para as decisões relativas às práticas jornalísticas a partir das seis categorias propostas, pude perceber a existência de rupturas e tensionamentos na lógica masculinista do jornalismo (VEIGA DA SILVA, 2014), assim como a manutenção de certas práticas cristalizadas no campo e ideais relacionados ao compartilhamento de uma cultura profissional. Ao valorizar os deslocamentos existentes, proponho a existência de uma objetividade feminista no jornalismo.

1 O PERCURSO HISTÓRICO DOS ESTUDOS DE GÊNERO

Em português, assim como na maioria das línguas, todos os seres têm gênero, mas nem todos têm sexo ou se reproduzem de forma sexuada, conforme aponta Joana Maria Pedro (2005). Mesmo assim, as palavras que designam todas as espécies lhes atribuem gênero: “E era justamente pelo fato de que as palavras na maioria das línguas têm gênero mas não têm sexo, que os movimentos feministas e de mulheres, nos anos 80, passaram a usar a palavra ‘gênero’ no lugar de sexo” (PEDRO, 2005, p. 78). Essa premissa é bastante útil para compreender a ruptura gerada pelo entendimento de que as opressões sofridas por mulheres não podiam mais ser explicadas a partir de argumentos de cunho biológico, mas sim relacionados aos fatores culturais.

O conceito de gênero, “considerado em princípio como um desnaturalizador potencialmente poderoso e como um conceito a partir do qual seria possível questionar posições teóricas estabelecidas, se impôs distinguindo-se do sexo” (PISCITELLI, 1997, p. 49) e adquiriu, assim, ao longo da história um mar de interpretações, sendo todos os significados construídos culturalmente e contextualmente. Um exemplo desta complexidade é descrito por Donna Haraway (2004), que ao ser chamada para escrever um verbete sobre “sexo/gênero” em um reputado dicionário marxista, narra as desventuras teóricas deste grande desafio que não pode desconsiderar as diferenças de significação destas palavras em distintos lugares do mundo:

Pelo menos eu sabia que o que estava acontecendo com sexo e gênero em inglês não era o mesmo que se passava com *gênero*, *genre* e *Geschlecht*. As histórias específicas do movimento de mulheres nas vastas áreas do mundo nas quais essas linguagens eram parte da política vivida eram as razões principais das diferenças (HARAWAY, 2004, p. 204).

A questão das diferenças de significação em relação ao sexo e ao gênero, fundamental para o pensamento feminista atual, apontadas por Haraway (2004), não podem ser deixadas de lado. Outra particularidade do conceito gênero, pertencente à tradição anglo-saxã, é que ele nunca foi incorporado pelas teóricas francesas, que sempre trabalharam a partir da ideia de relações sociais de sexo, influenciada pelo pensamento marxista (HEILBORN; SORJ, 1999).

O Brasil foi influenciado tanto pela perspectiva anglo-saxã quanto pela francesa e seus debates foram marcados pelo conceito de gênero, embora tenha inicialmente trabalhado no que se chamou de Estudos da Mulher. A marca francesa do termo relações sociais de sexo esteve muito presente, principalmente na área da sociologia do trabalho, “contudo, paulatinamente e em acordo com as mudanças mais gerais e talvez por uma certa antropologização das ciências sociais no país, o uso da categoria gênero tornou-se hegemônico” (HEILBORN; SORJ, 1999, p.196).

Cabe destacar que ser mulher no Brasil – um país periférico, violentamente colonizado e marcado pelo racismo – não é a mesma experiência vivida nos países que influenciaram esses estudos. Por esse motivo, o capítulo se inicia com um breve apontamento sobre o percurso do movimento feminista e dos estudos de Gênero nos Estados Unidos e na Europa, locais onde estas temáticas se consolidaram primeiramente, passando posteriormente para a abordagem do cenário no Brasil, em que condições políticas e sociais específicas influenciaram o modo de atuação do ativismo feminista brasileiro.

Por fim, o feminismo pós-moderno⁴, influenciado pela Teoria *Queer*, e o feminismo Descolonial são debatidos, indicando os rumos do movimento e as rupturas que eles estão gerando nas teorias tratadas anteriormente, quando o próprio sujeito do feminismo – a mulher – vem sendo questionado. Como tensiona Judith Butler (2015), a própria definição deste sujeito tem sido feita a partir de exclusões. Assim, pensar na contextualização histórica sobre os feminismos, em que ação e teoria sempre estiveram intimamente ligadas e que culminaram no que hoje se chama Estudos de Gênero, é olhar para os constantes tensionamentos e disputas políticas dentro do movimento. Assim aponta Joan Scott (1990):

Temos que encontrar os meios (mesmo que imperfeitos) de submeter, sem parar, as nossas categorias à crítica, as nossas análises, à autocrítica. [...] A história do pensamento feminista é uma história de recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino; nos seus

⁴ A conceituação do feminismo pós-moderno se refere ao movimento de desconstrução de categorias modernas e totalizantes, entre elas a própria categoria “mulher”. Em diálogo com as teorias pós-estruturalistas, o sujeito do feminismo passa a ser visto como instável, plural e desessencializado e não mais um sujeito estável e universal. A análise das relações de gênero passa a privilegiar os discursos e o poder.

contextos específicos é uma tentativa de rever ou deslocar seu funcionamento (SCOTT, 1990, p. 18-19).

A reflexão crítica de suas próprias práticas e saberes é uma das principais características das teóricas que se debruçam sobre as relações de gênero. Contradição, tensionamento e disputa política são marcas do pensamento feminista, constituindo uma área de saber aberta ao questionamento e em constante reflexão sobre seus discursos e impactos.

1.1 O MOVIMENTO FEMINISTA NOS ESTADOS UNIDOS E EUROPA

Em todas as épocas e contextos existiram mulheres que resistiram e denunciaram as opressões sofridas. São distintos os nomes, as nacionalidades e os motivos das revoltas. Nem todas eram ricas ou possuíam formação escolar, muitas foram mortas, e, com toda a certeza, as que ficaram conhecidas são uma minoria. Pela fragmentação das atuações e dispersão das informações, o movimento feminista hegemônico costuma ter sua história contada a partir de certos marcos de luta – comumente chamados de ondas – que foram expressivos tanto no que se refere ao grande número de mulheres que aderiram quanto às vitórias que obtiveram. Céli Regina Jardim Pinto (2003) salienta que desde o século XVIII, nos primórdios da Revolução Francesa⁵, existem relatos de certa organização de mulheres com o intuito de buscar seus direitos à cidadania e a presença no espaço público, pois fora dos limites da casa “restavam-lhes a vida religiosa ou a acusação de bruxaria” (PINTO, 2003, p. 13).

As duas grandes ondas do feminismo⁶ apresentam diferenças marcantes, principalmente no que se refere à definição central do sujeito

⁵ Uma das mais marcantes expressões feministas deste período foi o manifesto Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, escrito em 1791 pela francesa Olympe de Gouges, que fazia uma crítica à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789.

⁶ A divisão histórica do feminismo por ondas não é consensual para todas as pesquisadoras. Pode-se dizer que hoje estamos vivendo a terceira onda do feminismo, influenciada pelo pensamento pós-moderno e descolonial, em que grandes pautas se mantêm em relação aos movimentos anteriores e algumas se atualizaram. Contudo, existem debates sobre o despertar de uma quarta onda principalmente no Brasil e na América Latina marcada pelo pensamento

das lutas e das opressões. Temos neste percurso, primeiramente, as problematizações sobre a condição de ser mulher, passando pela aceitação da diferença dentro da diferença, com a designação “mulheres”, até chegar nas relações e assimetrias de gênero, presente mais fortemente hoje na militância, dentro e fora da academia.

Durante a primeira onda, que se desenvolveu no final do século XIX, a palavra central do movimento era “mulher”, em uma oposição a palavra “homem”, o ser universal. Pedro (2005) destaca que ao fazerem uso do termo mulher, as feministas marcavam a posição de que as suas demandas específicas não eram contempladas pela designação do homem universal, que pretendia incluir todos os seres humanos. Esta primeira fase do feminismo tinha como bandeira a busca por direitos, como educação e direitos políticos, conforme o famoso movimento sufragista gravou na história. As mulheres brancas de classe média também buscavam a possibilidade de ocupar um espaço no mundo do trabalho. Essa reivindicação era bastante segmentada, pois as mulheres negras e pobres já estavam há tempo acostumadas com a condição de trabalhadoras. As contradições existentes entre as mulheres são lucidamente exemplificadas por Sojourner Truth, em discurso proferido em Ohio, em 1851, ao rebater a supremacia masculina e a posição de “sexo frágil” que era atribuída às mulheres:

Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não dou um mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou uma mulher? (DAVIS, 2016, p. 71).

interseccional, que propõe a articulação do gênero com outros marcadores sociais como classe, raça, etnia, geração e sexualidade (MATOS, 2010). Por outro lado, é possível notar que algumas teóricas chegam a se recusar a classificar o movimento feminista por ondas, por considerarem que este olhar contempla apenas o feminismo hegemônico e desconsidera uma gama de movimentações feministas existentes fora dos países da Europa e dos Estados Unidos.

Neste período, o entendimento do que era ser mulher ainda carregava argumentos essencialistas e de caráter biológico, como a presença de vagina e útero, e as implicações derivadas desta distinção com os homens⁷. Em 1949, um livro sacudiu a França ao modificar esta perspectiva e enfatizar que o destino das mulheres não correspondia a nenhuma determinação biológica, mas a uma construção cultural machista que tinha como objetivo a subordinação delas. Simone de Beauvoir não chegou a utilizar a categoria gênero para abordar os papéis sociais atribuídos às mulheres, mas deixou o lastro teórico necessário para que fosse pensado e desenvolvido por outras teóricas. O trecho célebre que é citado até hoje pelas feministas:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro (BEAUVOIR, 2009, p. 361).

As disputas em relação ao termo “mulher” se tornaram mais aparentes, e insustentáveis, no início da segunda onda, com a fortificação do movimento feminista nos anos de 1960 nos Estados Unidos e na Europa. Conforme aponta Pedro (2005), foi neste período que diversos grupos de reflexão foram criados, com a proibição de homens nesses espaços. Ali eram discutidas as diversas formas de opressão que lhes eram semelhantes e possibilitavam que pela primeira vez em suas vidas compartilhassem as frustrações vividas principalmente na esfera privada e novas descobertas referentes à sexualidade e ao conhecimento do corpo. Betty Friedan foi um dos grandes nomes deste período, com o lançamento do livro *Mística Feminina*, uma investigação sobre o problema sem nome que se abatia sobre as americanas e as levavam à infelicidade e ao adoecimento.

Jornalista, a autora também analisou os discursos da imprensa que atuaram na construção da imagem da mulher americana e a incoerência

⁷ Embora exista uma mudança brusca trazida pela perspectiva de gênero, os argumentos biologicistas e essencialistas ainda estão presentes em alguns grupos feministas.

entre os estereótipos presentes nos jornais com a emancipação delas, cada vez mais inseridas no mercado de trabalho. Segundo Friedan (1971), a maior parte do material jornalístico era fornecido por mulheres na década de 1930 e a figura construída pela imprensa, de heroínas alegres e decididas, era bem diferente da que ela observava décadas depois. Quando os homens começaram a voltar da guerra, as mulheres saíram das redações, voltaram para casa e tiveram filhos. Friedan (1971) descreve o sentimento que as abatia:

O problema permaneceu mergulhado, intacto, durante vários anos, na mente da mulher americana. Era uma insatisfação, uma estranha agitação, um anseio de que ela começou a padecer em meados do século XX, nos Estados Unidos. Cada dona de casa lutava sozinha com ele, enquanto arrumava camas, fazia as compras, escolhia tecido para forrar o sofá, comia com os filhos sanduíches de creme de amendoim, levava os garotos para as reuniões de lobinhos e fadinhas e deitava-se ao lado do marido, à noite, temendo fazer a si mesma a silenciosa pergunta: É só isto? (FRIEDAN, 1971, p. 17).

O entendimento de que a cultura dominada pelos homens era a causadora da submissão das mulheres foi o argumento utilizado para a total exclusão dos homens nos espaços de discussão feminista, reforçando uma identidade comum a elas. Essa separação gerou críticas dentro do movimento, conforme aponta Pedro (2005, p. 82):

As “diferencialistas” eram acusadas de “essencialistas” – ou melhor, de que negariam a temporalidade ao atribuir uma ontologia primordial e imutável aos produtos históricos da ação humana. Enfim, que estariam considerando que seria o sexo – no caso o genital – que portavam o que promoveria a diferença em relação aos homens. [...] Dessa forma, enquanto as igualitaristas reivindicavam que mulheres participassem em igualdade de condições com os homens na esfera pública, as “diferencialistas” preconizavam a feminização do mundo [...].

Nos Estados Unidos, a crítica à categoria “mulher” foi mais contundente, a partir do questionamento trazido pelas mulheres negras, indígenas, pobres e trabalhadoras, que não se viam incluídas nas reivindicações do movimento, voltado para as mulheres brancas de classe média. Essa perspectiva deu origem ao que se chama hoje de feminismo interseccional - também presente no feminismo da diferença, feminismo lésbico e feminismo negro - que leva em consideração os distintos marcadores sociais e suas articulações nas experiências das mulheres. Assim, “a identidade de sexo não era suficiente para juntar as mulheres em torno de uma mesma luta” (PEDRO, 2005, p. 82). Uma nova categoria surge a partir daí, com a utilização do termo “mulheres”, em consideração às múltiplas diferenças do sujeito do feminismo. Como escreveu Audre Lorde:

Sermos mulheres juntas não era o suficiente.
Éramos diferentes. Sermos garotas gays juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Sermos negras juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Sermos mulheres negras juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Sermos sapatas negras juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Levou um tempo para percebermos que nosso lugar era não a segurança de uma diferença em particular, mas a própria casa da diferença (LORDE, 1994, p. 226).

Estas mulheres tencionavam o movimento e denunciavam a universalização das pautas, que não as contemplavam e invisibilizavam suas especificidades e demandas. Angela Davis foi uma das expoentes neste momento. Em seu livro *Mulheres, Raça e Classe*, escrito em 1981, a autora faz um levantamento histórico da articulação entre o movimento negro e o movimento feminista na luta pelo fim da escravização de pessoas negras e por Direitos Cívicos. Mesmo sem o termo feminismo interseccional ter sido cunhado ainda, o trabalho desenvolvido por Davis (2016) já demonstra o entendimento desta perspectiva ao afirmar que a única saída para a emancipação das mulheres, negras e brancas, era a coalisão das lutas, a partir do entendimento de que a opressão que sofriam estava relacionada de forma sistemática, apresentando diferentes configurações e atingindo mais cruelmente as primeiras.

A ativista e pesquisadora também denuncia a hipocrisia do movimento de mulheres brancas que muitas vezes deixaram de olhar para

suas irmãs negras, como na luta pelo sufrágio. Além de questões de raça e de gênero, Davis (2016) traz para o debate o marcador de classe, ao abordar a vida das mulheres operárias, que sofriam uma forma bastante específica de exploração por serem mulheres e trabalhadoras. Ao falar da participação de mulheres brancas no movimento de libertação das pessoas negras, Davis diz:

Como a abolição da escravatura era a necessidade política mais premente da época, elas incitavam as mulheres a se juntar à luta a partir da premissa de que a sua própria opressão era sustentada e perpetuada pela continuidade do sistema escravagista. Por terem uma consciência tão profunda na indissociabilidade entre a luta pela libertação negra e pela libertação feminina, as irmãs nunca caíram na armadilha ideológica de insistir que um combate era mais importante do que o outro. Elas reconheciam o caráter dialético da relação entre as duas causas (DAVIS, 2016, p. 56).

A aceitação de que existem diversas mulheres, e não uma identidade mulher, deu lugar a outro questionamento sem consenso, que é a explicação da subordinação das mulheres – questão que até hoje é tensionada no âmbito das diferentes correntes feministas⁸. O que era e continua sendo marca geral da luta é a tentativa de responder “o porquê de as mulheres, em diferentes sociedades, serem submetidas à autoridade masculina, nas mais diversas formas e diferentes graus” (PEDRO, 2005, p. 83). Independente da atividade que fosse destinada para elas, sempre seria desqualificada em relação à destinada aos homens.

Para responder questões tão complexas, um componente essencial para embasar as práticas ativistas foi a produção de conhecimento dentro da academia. Assim, os Estudos Feministas se originam paralelamente à militância. De acordo com Ilze Zirbel (2007), o ingresso de feministas no mundo acadêmico propiciou a formação de grupos de pesquisadoras dedicadas à elaboração de teorias sobre os temas percebidos durante a prática no movimento. “A procura por novas maneiras de pensar a cultura

⁸ Heleieth Saffioti, (1987) apresenta algumas “versões feministas” presentes nos EUA no início dos anos 80: o feminismo conservadorista ; o liberal; o dogmático-marxista; o radical e o socialista. Outras autoras acrescentam ainda, o feminismo anarquista (ou anarco-feminismo), o ecofeminismo, o feminismo existencialista, o feminismo da diferença ou interseccional e o cyberfeminismo.

e o conhecimento marca estes estudos, com o questionamento dos paradigmas das ciências e as definições tradicionais de sociedade, política, público, privado, autonomia, liberdade, etc.” (ZIRBEL, 2007, p. 19). O compromisso com a transformação social e a afirmação de que as mulheres são sujeitos políticos e sujeitos do conhecimento também perpassa estes estudos.

Até a década de 1970, os trabalhos com este viés ainda eram classificados como “estudos de mulheres”. Já os Estudos de Gênero se intensificam no final da década de 1980, a partir de uma série de pesquisas que utilizam o conceito, tendo como uma das referências a historiadora Joan Scott (1990), com o texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, publicado em 1986. Segundo Pedro (2005), a autora utiliza a diferença entre sexo e gênero formulada por Robert Stoller, na década de 60, agregando um elemento novo: a noção de poder.

A partir deste salto teórico, não apenas as relações entre mulheres e homens são problematizadas, mas entre homens e homens, mulheres e mulheres, articulando outros marcadores sociais, de raça, sexualidade, etnia e geração (idade). A partir deste aporte teórico, começam a surgir pesquisas interessadas em compreender questões que permaneceram muito tempo ofuscadas, como a construção da masculinidade e, mais recentemente, as identidades trans⁹.

Para Scott (1990) na sua utilização mais simples, gênero é sinônimo de mulheres. Os livros e artigos que apresentam como tema a história das mulheres apenas substituíram os termos. Em alguns casos, a mudança visa a obter o reconhecimento político deste campo de pesquisas, ao sugerir a seriedade do trabalho, pois gênero pareceria ter uma conotação mais neutra do que mulheres. Outra significação parte da ideia de que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Ou seja, gênero é relacional, construído pela oposição entre masculino e feminino. “Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações

⁹ Berenice Bento (2014) classifica essa produção como “estudos tranviados”, uma forma de tradução aos estudos *queer*, que se caracterizam pelo questionamento dos binarismos de gênero – homem e mulher, e dos discursos que normatizam os corpos. O termo identidades trans seria um guarda-chuva que compreende aquelas identidades nas quais os sujeitos não se identificam com o gênero que lhes foi designado ao nascimento. Assim, emergem-se possibilidades como pessoas não-binárias, transgêneros, mulheres e homens transexuais, travestis, etc (NASCIMENTO *et. al.*, 2017).

sociais entre os sexos” (SCOTT, 1990, p. 7). A importância da elaboração de um conceito que abarcasse teoricamente as distintas desigualdades entre mulheres e homens é destacada por ela:

A preocupação teórica com o gênero como uma categoria analítica só emergiu no fim do século XX. Ela está ausente das principais abordagens da teoria social formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX. De fato, algumas destas teorias construíram sua lógica a partir das analogias com a oposição entre masculino/feminino, outras reconheceram uma "questão feminina", outras ainda se preocuparam com a formulação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero, como uma forma de falar sobre sistemas de relações sociais ou sexuais não tinha aparecido. Esta falta poderia explicar em parte a dificuldade que tiveram as feministas contemporâneas de incorporar o termo "gênero" às abordagens teóricas existentes e de convencer os adeptos de uma ou outra escola teórica de que o gênero fazia parte de seu vocabulário. O termo "gênero" faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens. (SCOTT, 1990, p. 17).

Assim, para definir conceitualmente o que seria gênero enquanto uma categoria de análise, a autora discute as principais perspectivas feministas e as suas insuficiências. Sobre as teorias do patriarcado, que acreditam que a subordinação das mulheres está relacionada à necessidade do macho por dominação, Scott destaca que elas não explicam o que “a desigualdade de gênero tem a ver com outras desigualdades” (SCOTT, 1990, p. 10). Já os argumentos das feministas marxistas não reconheciam que “os sistemas econômicos não determinam de forma direta as relações de gênero e que de fato a subordinação das mulheres é anterior ao capitalismo e continua sob o socialismo” (SCOTT, 1990, p. 11).

A falta de explicações sobre a valorização de tudo o que é considerado masculino em relação ao que é relacionado aos atributos do

feminino estavam entre as lacunas a serem preenchidas. Inspirada pelo conceito foucaultiano de poder, Scott cunha então sua definição de gênero, entendido como um “elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (1990, p. 21). A imutabilidade das representações dos gêneros, de forma sempre binária (masculino/feminino), a partir da rejeição ou repressão de outras possibilidades, é uma das características deste processo. A representação a partir de símbolos culturais contraditórios, como Eva e Maria ou a luz e a escuridão, também são elementos implicados na construção do gênero.

As instituições também atuam na construção de gênero, não apenas o parentesco como muitos teóricos e teóricas afirmavam, mas a economia e a organização política. Por outro lado, gênero também constrói estas instituições: “o gênero é, portanto, um meio de decodificar sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana [...] como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política” (SCOTT, 1990, p. 23).

Para a autora, somente a partir da compreensão de que homens e mulheres são categorias vazias e transbordantes, ao mesmo tempo – “vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas” (SCOTT, 1990, p. 28) – é que se pode compreender o que efetivamente são as relações de gênero e vislumbrar a possibilidade de novos sentidos sobre elas.

A tentativa de limitar as possibilidades de gênero, com o reforço constante dos atributos considerados masculinos para os homens e femininos para as mulheres, seja por parte da família, escola ou mídia, demonstra que estas categorias são muito mais transbordantes do que se supunha e não se mantém estáveis para todas as pessoas, talvez para nenhuma. Pode-se notar que elas são aprendidas a partir de instruções e proibições desde a primeira infância e qualquer desvio está sujeito a humilhações e violências. Como trataremos mais adiante, rejeitar o caráter fixo deste binarismo tem sido um dos tensionamentos propostos pelos Estudos *Queer*.

1.2 FEMINISMOS E ESTUDOS DE GÊNERO NO BRASIL

Antes de iniciar a contextualização do feminismo no Brasil, outro conceito cunhado por uma mulher norte-americana será acionado. A escolha não se trata de uma contradição, mas de uma opção que visa a

embasar a compreensão das múltiplas experiências vividas pelas mulheres brasileiras, em que gênero se intersecciona com a raça, pois “todas as pessoas sabem que têm tanto uma raça quanto um gênero, todas sabem que têm experiências de interseccionalidade” (CRENSHAW, 2004, p. 9). Pensar na diferença dentro da diferença é levar em consideração que a vida das mulheres é marcada não apenas pelo gênero, mas pela raça, sexualidade, classe, geração e etnia.

O conceito de discriminação interseccional, formulado por Kimberlé Crenshaw, parte do reconhecimento dos direitos das mulheres enquanto direitos humanos, no âmbito internacional, do mesmo modo como a discriminação racial é condenada como uma violação de direitos humanos. Entretanto, a questão do racismo articulado ao gênero não era tratada de uma forma específica, sendo necessário que se compreendesse que “homens e mulheres podem experimentar situações de racismo de maneiras especificamente relacionadas ao seu gênero” (CRENSHAW, 2004, p. 9).

O que a autora nos traz é a compreensão de que as estruturas de raça e de gênero, de forma combinada, colocam as mulheres negras em situação maior de vulnerabilidade. São grupos específicos, em que existe a articulação de certos marcadores sociais, como classe, sexualidade, etc., que estão susceptíveis a maiores discriminações e violência. O olhar trazido por Crenshaw (2004) nos permite pensar sobre as especificidades do feminismo na América Latina e, de forma mais aprofundada, no Brasil. A dificuldade de traçar um perfil único das mulheres latino-americanas é ressaltada por Eni de Mesquita Samara (1997), levando em consideração as diferenças de “tempo, lugar, classe, raça, idade e estado conjugal” (SAMARA, 1997, p. 17) entre inúmeros outros fatores que são importantes quando falamos nas mulheres brasileiras, mexicanas, argentinas, uruguaias etc. Por outro lado, uma série de pesquisas tentou e ainda tenta compreender alguns fenômenos que são comuns a elas e estão ligadas ao compartilhamento de uma mesma cultura.

Na década de 1970, por exemplo, muitos estudos buscaram compreender os estereótipos construídos sobre as latino-americanas a partir da análise da literatura produzida em seus países. Samara (1997) destaca a pesquisa de Ann Pescatello, de 1973, que se preocupou com os arquétipos e estereótipos presentes nas obras de Machado de Assis e Jorge Amado. Ainda neste período, muitas estudiosas da condição das mulheres

passaram a utilizar um termo chamado “marianismo¹⁰” para explicar diferenças e desigualdades: “Os homens, por sua vez, foram ensinados a olhar as suas mães e esposas como ‘outras Marias’” (SAMARA, 1997, p. 40).

Embora bastante controversos por muitas vezes considerarem que as próprias mulheres latino-americanas exploravam estas posições ao considerarem os tradicionais papéis de gênero funcionais tanto para os homens quanto para elas, estes estudos demonstram a complexidade de abordagens e experiências das mulheres na América Latina e que o “conceito de gênero, bem como o de identidade, está dependente das variáveis de raça e classe” (SAMARA, 1997, p. 45).

Assim como na Europa, a luta pelo sufrágio no Brasil é encabeçada prioritariamente por mulheres brancas de classe média, mas os questionamentos das problemáticas de classe e de raça estiveram bastantes presentes no feminismo brasileiro, ganhando corpo a partir da década de 1980, com a participação das mulheres de classes populares cujas pautas foram muito influenciadas pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica¹¹. Um dos aspectos mais característicos da sociedade brasileira, e até mesmo anterior à década de 1970, é a presença do movimento de mulheres entre as classes médias e populares, existindo paralelamente ao feminismo. Pinto (2003) sinaliza que, embora não possa ser dissociado ao movimento feminista, essas formações não se organizaram para lutar diretamente contra a opressão vivida pelas mulheres, mas para partir de suas experiências como mães e donas de casa e intervir no espaço público.

A primeira onda feminista brasileira teve como líder a bióloga Bertha Lutz, que após estudar fora do país voltou ao Brasil em 1910 para encabeçar o movimento sufragista (PINTO, 2010, p. 16). Foram décadas de luta, com o direito ao voto sendo promulgado somente em 1932. Neste mesmo período, conforme aponta Pinto (2010), um outro movimento marcou a história do feminismo brasileiro, articulando a vivência de ser mulher com a de ser trabalhadora. As operárias de ideologia anarquista formaram a União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas, elaborando um manifesto, em 1917, denunciando a condição em que eram

¹⁰ O Marianismo tem como fundamento o ideal da mulher caracterizado pelo sofrimento, sacrifício e abnegação, tendo como referente ao papel tradicional feminino a imagem da Virgem Maria (BARCINSKI *et. al.*, 2013).

¹¹ As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) surgiram no Brasil como um meio de evangelização que respondesse aos desafios de uma prática libertária no contexto sociopolítico dos anos da ditadura militar.

submetidas no ambiente de trabalho. Uma terceira vertente feminista da primeira onda brasileira foi encabeçada por professoras, jornalistas e escritoras que se expressaram em múltiplas manifestações na imprensa feminista alternativa, e seus textos “tocam em temas delicados para a época, como a sexualidade e o divórcio” (PINTO, 2003, p. 15).

Mesmo com uma diversidade de pautas, a partir de 1930, a articulação das mulheres perde força no Brasil, sendo esta uma das consequências do golpe de 1937, que “matou o embrião da organização da sociedade civil brasileira nesse período” (PINTO, 2003, p. 38). Já na década de 1960, o envolvimento com as pautas das mulheres é marcado pela produção intelectual, a partir do aumento dos estudos realizados dentro da academia. Algumas versões da história do feminismo chegam a considerar que o movimento feminista no país teve início dentro do âmbito acadêmico e, posteriormente, se disseminou entre mulheres de outras inserções sociais (HEILBORN; SORJ, 1999).

Em 1969, Heleieth Saffioti escreve o livro *Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*, que se tornou referência para as feministas. Ilze Zirbel (2007) destaca que o argumento central da obra era a situação da mulher no sistema capitalista enquanto trabalhadora: “Saffioti, mediante uma análise marxista da situação da mulher, percebia a sua inferioridade na sociedade como produto de uma necessidade estrutural do capitalismo” (2007, p. 38).

Com o movimento feminista em ebulição na Europa e Estados Unidos, a década teve outros contornos no Brasil, principalmente após o golpe militar. Pinto descreve:

Portanto, enquanto na Europa e nos Estados Unidos o cenário era muito propício para o surgimento de movimentos libertários, principalmente aqueles que lutavam por causas identitárias, no Brasil o que tínhamos era um momento de repressão total da luta política legal, obrigando grupos de esquerda a irem para a clandestinidade e partirem para a guerrilha. Foi no ambiente do regime militar e muito limitado pelas condições que o país vivia na época que aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil na década de 1970 (PINTO, 2010, p. 16).

O cenário político e social da época, que atrasou as manifestações feministas, também deixou certas marcas na configuração do ativismo. A

carência dos serviços básicos como água, saneamento e luz fez com que os movimentos sociais, incluindo o de mulheres, se diferenciassem dos formados no exterior (ZIRBEL, 2007). Ainda neste período, muitas intelectuais foram mandadas para o exílio durante o período da ditadura civil-militar, retornando com as ideias que estavam sendo debatidas principalmente na militância europeia. Munidas com a vivência que tiveram no exterior, elas enfrentaram a oposição tanto do regime militar quanto dos próprios homens exilados, desconfiados de que o feminismo desviaria o foco da luta pelo fim da ditadura (PINTO, 2010).

O que hoje é chamado de feminismo contemporâneo (CORRÊA, 2001), apresenta sua maior expressão na década de 1970, com forte articulação a outros movimentos sociais, “que iam desde a luta por moradia, passando por melhores condições de vida (água encanada, luz, transporte), até a luta pela criação de creches nas fábricas e universidades” (CORRÊA, 2001, p. 13). Os movimentos políticos também apresentavam forte expressão, como os que buscavam a anistia de presos e os que lutavam “contra o racismo, pelos direitos à terra dos grupos indígenas do país e o movimento dos homossexuais” (CORRÊA, 2001, p. 14).

A repressão às pautas da esquerda contra o regime militar estava mais forte do que nunca e isso influenciou nas iniciativas feministas do período. Mariza Corrêa (2001) ressalta que muitas frentes do movimento estavam ligadas ao Partido Comunista ou à Igreja. A aliança conturbada com esta última teve como principal ponto de desacordo a questão do aborto. Após a redemocratização, na década de 1980, o fortalecimento deste ativismo só aumenta. Embora suas origens estejam relacionadas às mulheres de classe média intelectualizadas, a luta pelos direitos das mulheres no Brasil apresentou desde esta época o seu caráter interseccional, com a militância sendo articulada também ao movimento de mulheres de bairros pobres, incluindo pautas como o direito à terra e à moradia, a luta contra o racismo e a reivindicação por saneamento, saúde e educação (PINTO, 2010).

Desde as primeiras manifestações, no final do século XIX, o feminismo brasileiro demonstrou intensa produção intelectual publicada em jornais, palestras, revistas, assim como romances e peças de teatro (ZIRBEL, 2007). Mas é nos anos 80, que os Estudos de Gênero apresentam grande crescimento no Brasil, com os grupos ligados à temática das mulheres passando a utilizar de forma mais geral o termo. Neste período, uma das grandes contribuições para o pensamento feminista foi trazido pela intelectual e feminista negra Lélia Gonzalez, que abordou a exclusão das mulheres negras e indígenas na sociedade brasileira.

A autora foi a perscrutora da proposta de descolonização do saber e da produção de conhecimento no Brasil (CARDOSO, 2014). Para Lélia Gonzalez, ao não incluir o caráter racial da discriminação sofrida por mulheres negras e indígenas, o capitalismo patriarcal não era suficiente para explicar essas construções de gênero específicas, como explica Cláudia Pons Cardoso:

No seu pensamento, racismo e sexismo são apresentados como eixos estruturantes de opressão e exploração, e o redimensionamento do sexismo pela raça faz submergir as desigualdades de gênero que colocam as mulheres negras em uma dimensão das relações sociais diferente das mulheres brancas (CARDOSO, 2014, p. 974).

Até os anos de 1990, acontece a institucionalização do feminismo e a implantação dos Estudos de Gênero no país (ZIRBEL, 2007). Mesmo que nem todas as mulheres estivessem fazendo pesquisa com uma perspectiva declaradamente feminista nas décadas anteriores, a abordagem crescente da temática influenciou na solidificação do campo. Uma das grandes alavancas para a efetivação da produção feminista acadêmica foi a criação de núcleos nas universidades, descritas por Zirbel:

Em 1980 criou-se, pela iniciativa de Fanny Tabak, o Núcleo de Estudos da Mulher (NEM) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em 1981 é organizado o Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher (NEDIM), na Universidade Federal do Ceará. Em 1983 três novos núcleos foram criados: o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), na Universidade Federal da Bahia, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Relações Sociais de Gênero (NEIRSG), da PUC de São Paulo e o NEM da Universidade Federal da Paraíba. Em 1984 chega a vez das universidades federais de Minas Gerais (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher – NEPEM) e do sul do país criarem seus núcleos: O Núcleo Mulher, da UFRGS, e o NEM, da UFSC (ZIRBEL, 2007, p. 110).

Em um espaço temporal relativamente curto, cerca de dez anos, os Estudos de Gênero se expandiram e passaram a ser tratados nas mais distintas áreas do conhecimento, e a abordagem não ficou restrita somente à academia: “cursos sobre relações de gênero eram oferecidos a grupos de alfabetização popular e pastorais de igrejas, a mulheres da região amazônica, sindicalistas, camponesas, etc.” (ZIRBEL, 2007, p. 150). Atualmente, o país conta com uma vasta quantidade de núcleos de estudos dentro das universidades, periódicos específicos¹² e promove congressos e seminários nacionais e internacionais¹³, que recebem milhares de pessoas.

Com o breve panorama apresentado acima, nota-se que o Brasil estuda gênero e produz conhecimento feminista potente sem descuidar da sua articulação com outras desigualdades sociais. Considerando que as desigualdades de gênero necessitam ser entendidas de forma articulada com as experiências trazidas por outros marcadores sociais, fica nítido que somente uma visão mais alargada do que está implicado nas relações de gênero pode fazer com que o conhecimento se aproxime da complexidade de uma sociedade tão hierarquizada quanto a brasileira.

1.3 A PERSPECTIVA *QUEER* E DESCOLONIAL

O conceito de gênero, que foi apresentado anteriormente, trouxe novo fôlego para a produção acadêmica feminista nas últimas décadas e para a própria militância, que se tornou mais atenta às relações de poder existentes na sociedade, englobando também a reflexão sobre as suas práticas. Ao mesmo tempo em que estes estudos se proliferavam, uma

¹² Os periódicos relacionados aos Estudos de Gênero e temáticas feministas apresentam grande variedade no país, se ampliando desde a década de 90. Entre os mais tradicionais estão a Revista Estudos Feministas, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que está completando 20 anos em 2017 e a Cadernos Pagu, criada em 1993, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

¹³ A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) sedia o Seminário Internacional Fazendo Gênero, desde 1994, que recebe milhares de participantes do mundo todo. Em 2017, o evento foi realizado juntamente com o 13º Congresso Mundos de Mulheres / *Women's Worlds Congress*, encontro internacional e interdisciplinar que ocorre a cada 3 anos em diversos países. Organizado mais recentemente, o Seminário Internacional Desfazendo Gênero (ocorrido entre 10 e 13 de outubro de 2017, em Campina Grande, na Universidade Estadual da Paraíba) teve sua terceira edição, com uma proposta mais voltada aos debates de gênero e sexualidade a partir de problematizações trazidas pela Teoria *Queer*.

conturbação aflorava nas margens, anunciando tensões e o surgimento do que se veio a chamar de política pós-identitária.

Na política das identidades, que surge na década de 1970, gays e lésbicas deram visibilidade a chamada comunidade homossexual, antes escondida e dispersa. No âmbito teórico, as contribuições de Michel Foucault foram importantes para o entendimento da homossexualidade não como um traço patológico dos sujeitos ou como práticas sexuais passíveis de criminalização, mas como uma invenção construída discursivamente no século XIX. Segundo Foucault (2014):

O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade (FOUCAULT, 2014, p. 47-48).

Os discursos mais expressivos nas sociedades ocidentais até a década de 1970 são os que assinalam o caráter desviante e anormal da homossexualidade e os que defendem a normalidade, “mas todos parecem estar de acordo de que se trata de um ‘tipo’ humano distintivo” (LOURO, 2013, p. 30). É nesse cenário que surgem movimentos de afirmação da identidade, que implicava na disputa pela representação, empreendendo esforço para substituir as imagens homofóbicas e estereotipadas na mídia e filmes por representações positivas. “O dilema entre ‘assumir-se’ ou ‘permanecer enrustido’ (no armário – closet) passa a ser considerado um divisor fundamental e um elemento indispensável para a comunidade” (LOURO, 2001, p. 541), que figurava como um espaço de acolhida para os que deixavam o armário e enfrentavam o duro julgamento familiar e social. O movimento também ocorre no Brasil, com o aumento da pesquisa acadêmica sobre a temática, principalmente na década de 80.

Em meio à consolidação desta política identitária, críticas começaram a surgir denunciando o efeito disciplinador das identidades, pois ao afirmar “uma dada posição-de-sujeito, supõe, necessariamente, o estabelecimento de seus contornos, seus limites, suas possibilidades e restrições” (LOURO, 2001, p. 544). Diversas fraturas ficaram mais evidentes dentro da comunidade que parecia até o momento unificada. Louro destaca que se tornou cada vez mais difícil silenciar as vozes discordantes:

Para muitos (especialmente para os grupos negros, latinos e jovens), as campanhas políticas estavam marcadas pelos valores brancos e de classe média e adotavam, sem questionar, ideais convencionais, como o relacionamento comprometido e monogâmico; para algumas lésbicas, o movimento repetia o privilegiamento masculino evidente na sociedade mais ampla, o que fazia com que suas reivindicações e experiências continuassem secundárias face às dos homens gays; para bissexuais, sadomasoquistas e transexuais essa política de identidade era excludente e mantinha sua condição marginalizada (LOURO, 2001, p. 544-545).

O surgimento da AIDS¹⁴, na década de 1980, também afetou a militância homossexual, a partir de um fortalecimento da homofobia na sociedade. Se por um lado a discriminação se intensifica neste período, Louro (2013) lembra que uma rede de solidariedade foi formada, não sendo unida apenas pela questão da identidade, mas envolvendo profissionais da área da saúde, familiares, amigos, etc. As práticas sexuais também entram mais em discussão do que a questão política ligada à identidade. No Brasil, este cenário ampliou o debate sobre a homossexualidade, impactando em sua visibilidade.

As consequências deste período foram diversas em termos globais, “alguns grupos homossexuais permaneceram lutando por reconhecimento e por legitimação [...] outros estão preocupados em desafiar as fronteiras tradicionais de gênero e sexuais” (LOURO, 2013, p. 38). As dicotomias como homem/mulher, feminino/masculino, heterossexual/homossexual começam a ser criticadas e gradativamente as formulações teóricas pós-identitárias ganham força, tendo sido muito influenciadas pelo pensamento de Michel Foucault e Jacques Derrida.

Se antes a ideia de gênero se relacionava à construção social a partir da diferença percebida entre os sexos, a própria noção de que o sexo é construído discursivamente ganha força. Thomas Laqueur (2001), em sua obra *Inventando o sexo – Corpo e Gênero dos Gregos a Freud*, narra que ao analisar manuais de parteiras no século XVII observa a recomendação do orgasmo em mulheres como fator necessário para a

¹⁴ Em inglês: Acquired Immunodeficiency Syndrome (AIDS). Em português: Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA).

gravidez. Acostumado a estudar documentos médicos do século XIX, nos quais os profissionais chegavam a duvidar que as mulheres poderiam ter orgasmos, o autor se surpreende com a diferença de posicionamentos entre dois séculos. Inicia-se, então, uma longa pesquisa sobre os motivos destas mudanças tão bruscas de posicionamento.

Contudo, o que Laqueur apresenta de forma mais detalhada em seu livro é outra surpresa. A recomendação do orgasmo para o sucesso da concepção vai progressivamente saindo dos relatos documentais a partir do momento em que o corpo da mulher vai sendo compreendido como o oposto incomensurável (LAQUEUR, 2001) do homem, ao longo do século XVIII. Até aquele momento, o entendimento era a existência de um sexo único, diferenciado apenas pela falta de calor vital, que consequentemente fazia com que os órgãos da mulher não ficassem expostos: “Se virarmos (os órgãos genitais) da mulher para fora e, por assim dizer, virarmos para dentro e dobrarmos em dois os do homem, teremos a mesma coisa em ambos sob todos os aspectos” (2001, p. 41). Galeno de Pêrgamo¹⁵ (c.130-200) também faz a sua descrição dos corpos:

Pense também, por favor, no útero virado e projetado para fora. Os testículos (ovários) não ficariam necessariamente para dentro dele? Ele não os conteria como um escroto? O colo (a cérvix e a vagina), até então oculto dentro do períneo mas agora pendente, não se tornariam um membro? (PÊRGAMO *apud* LAQUEUR, 2001, p. 42).

Além do detalhamento das documentações, diversas ilustrações comprovam a ideia do sexo único, na qual a mulher era a versão menos completa, pois lhe faltava calor vital. Laqueur oferece, assim, a história de como o sexo, assim como o gênero, foram construídos. Seja na noção de sexo único ou do dimorfismo sexual, o corpo das mulheres nunca esteve no mesmo patamar de importância do corpo dos homens, o que o leva a declarar que tudo o que foi dito sobre sexo contém uma noção de gênero. Ou seja, a representação do sexo está envolta em disputas políticas e de poder muito mais do que em fatos indiscutíveis.

O poder dos discursos sobre sexo e gênero na construção dos sujeitos se torna a preocupação dos pesquisadores. Escrevendo sobre temas bastante diversificados, é na década de 1990 que um grupo de

¹⁵ PÊRGAMO, Galeno de. *On the usefulness of the parts of the body*, Trad. Margaret Tallmadge May. Ithaca: Cornell University Press, 1968.

teóricos passa a trabalhar sobre a perspectiva *queer*, apoiados na teoria pós-estruturalista francesa, que tem como foco a ultrapassagem das fronteiras dos binarismos e a denúncia da heteronormatividade. Louro descreve:

Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também constitui na forma pejorativa com que são designados os homens e mulheres homossexuais. Um insulto que tem, para usar o argumento de Judith Butler (1999), a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homofóbicos, ao longo do tempo, e que, por isso, adquire força, conferindo um lugar discriminado e abjeto aqueles a quem é dirigido [...]. Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma e ação é muito mais transgressiva e perturbadora (LOURO, 2013, p. 39).

A norte-americana Butler (2015), uma das mais influentes pensadoras desta transgressiva teoria, tensiona categorias como identidade, mulher e feministas em sua obra *Problemas de Gênero – Feminismo e subversão da identidade*, lançado na década de 1990. Para ela, a construção de uma identidade comum – as mulheres – para fins emancipatórios só pode se constituir a partir de exclusões. E são esses “domínios de exclusão que revelam as consequências coercitivas e reguladoras dessa construção” (BUTLER, 2015, p. 23). A divisão entre masculino e feminino, binarismo tão caro a teorização feminista sobre as relações de poder existentes a partir de como as diferenças sexuais eram percebidas, também passa a ser criticada. Se sexo era entendido como o fato biológico a partir do qual a construção social operava, Butler considera que a produção do sexo como pré-discursivo é um dos efeitos do aparato de construção social do gênero:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula (BUTLER, 2015, p. 27).

A identidade de gênero é vista por Butler como um construto performativo, uma sequência de atos que está contínua e inevitavelmente ocorrendo, fazendo parecer que sempre esteve ali, mas a escolha do ‘estilo de gênero’ é limitada “visto que alguém já é o seu gênero” (SALIH, 2017, p. 68). A possibilidade de escolher um gênero se daria com uma nova forma de organização a partir da interpretação das normas já existentes. A linguagem faz o gênero ou a identidade de gênero, não existindo uma essência interna pré-discursiva. Assim, os atos de gênero não são executados pelo sujeito, mas que “eles constituem performativamente um sujeito que é o efeito do discurso e não a sua causa” (SALIH, 2017, p. 92).

É nesta crítica radical que Butler percorre as questões de gênero, dos corpos, do sujeito, das identidades. Como afirma Salih (2017), a teórica descreve os processos pelos quais as identidades são incorporadas, identidades essas sexuadas/generificadas/racializadas, e que são construídas no interior de estruturas de poder.

Outra corrente teórica recente, que propõe uma ruptura conceitual no que se refere às identidades e as dicotomias hierárquicas, é o feminismo descolonial. As estruturas coloniais ainda existentes na América Latina, entre elas a colonialidade de gênero, são o ponto de partida para essas pesquisadoras, em sua maioria mulheres negras, indígenas e lésbicas do Sul, que se propõe a construir saberes alavancados em suas experiências locais, que muito se diferem da vivência das teóricas brancas do Norte descrita na teorização do feminismo hegemônico.

A argentina María Lugones (2014) enfatiza que a lógica categorial dicotômica e hierárquica é essencial para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre gênero, raça e sexualidade. E a dicotomia central para essa forma de pensar é a distinção entre humanos e não humanos, forjada desde a colonização das Américas e do Caribe. Assim, “só os civilizados são homens e mulheres” (LUGONES, 2014, p. 936). Os povos indígenas que por ali - e aqui- viviam, juntamente com as pessoas trazidas a força da África e escravizadas, foram classificados como não humanos, seres selvagens, bestiais e não gendrados. Lugones explica a colonialidade de gênero:

A consequência semântica da colonialidade do gênero é que “mulher colonizada” é uma categoria vazia: nenhuma mulher é colonizada; nenhuma fêmea colonizada é mulher. Assim, a resposta colonial a Sojourner Truth é, obviamente, “não”. Diferentemente da colonização, a colonialidade do

gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial. Pensar sobre a colonialidade do gênero permite-nos pensar em seres históricos compreendidos como oprimidos apenas de forma unilateral (LUGONES, 2014, p. 939).

A possibilidade de superar a colonialidade de gênero é o que a autora chama de feminismo descolonial. E a unilateralidade é a chave para que se reflita nesta direção. Ao contrário do que tentaram afirmar, o processo de colonização, que envolveu a dominação não só econômica, mas também subjetiva, não se deu sobre seres de mente vazia, mas sobre seres culturais, política, economicamente e religiosamente complexos. Assim, ao invés de pensar no sistema global capitalista colonial como exitoso, Lugones enfoca na constante resistência existente, na configuração de um ser que começa a habitar o que ela chama de “lôcus fraturado”, construído duplamente e em constante tensão entre os dois lados do “lôcus”:

Mas o lócus é fraturado pela presença que resiste, a subjetividade ativa dos/as colonizados/as contra a invasão colonial de si próprios/as na comunidade desde o habitar-se a si mesmos/as. Vemos aqui o espelhamento da multiplicidade da mulher de cor nos feminismos de mulheres de cor (LUGONES, 2014, p. 943).

É neste local tenso da diferença colonial que reside a possibilidade de sociabilidades alternativas e criativas. Se Lugones é precursora ao cunhar nos estudos descoloniais a ideia da colonialidade do gênero, o pensamento que inaugura a proposição de descolonização do saber e da produção de conhecimento com uma perspectiva feminista tem origem no Brasil, na década de 1980, como destacado anteriormente. A reflexão sobre exclusão das mulheres negras e indígenas foi formulada pela intelectual negra Lélia Gonzalez. De acordo com Cláudia Pons Cardoso (2014), ela foi pioneira na crítica ao feminismo hegemônico, evidenciando as histórias de mulheres no Brasil, na América Latina e no Caribe.

Ao costurar o português com elementos linguísticos africanos, Gonzalez critica os preconceitos linguísticos e o racismo contido nestas

hierarquias. Assim, ela destaca o esquecimento da influência negra na formação histórico-cultural do continente:

É engraçado como eles [sociedade branca elitista] gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l nada mais é do que a marca lingüística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal quem é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês (GONZALEZ, 1983, p. 238).

A questão de gênero aparece fortemente no pensamento de Gonzáles, principalmente na crítica a invisibilidade da questão da raça na maioria dos estudos feministas latino-americanos, defendendo a luta contra o racismo como intimamente ligada aos princípios feministas, pois “se o sexismo, o racismo e o classismo colocam as mulheres negras no mais baixo nível de opressão, nenhum movimento de mulheres pode ser considerado realmente feminista se não tiver por premissa o enfrentamento destas estruturas” (CARDOSO, 2014, p. 979). Para Cardoso, que fez uma grande análise sobre os escritos de Lélia Gonzales, a categoria cunhada por ela – a amefricanidade – mais do que tratar sobre uma experiência comum de escravização, dominação e colonialidade, visa a focar na resistência:

A valorização e o resgate de saberes produzidos pelas mulheres negras e indígenas representa, por si só, uma prática política de descolonização do saber, na medida em que se redefine a orientação do vetor da concepção ocidental de mundo para as concepções filosóficas das sociedades africanas e indígenas, totalmente excluídas do chamado conhecimento hegemônico. Além do que, buscar fundamentação em elementos/valores/princípios que constituem tais saberes gera profundos cortes com o paradigma ocidental moderno e faz emergir novas propostas epistemológicas (CARDOSO, 2014, p. 984).

Se a colonização é também epistêmica, existe um aprendizado, como pontua Larissa Pelúcio (2012), que faz com que alguns idiomas sejam entendidos como servindo apenas para o folclore e cultura e não para o conhecimento. É essa abertura para novas subjetividades e vozes, que implica em uma ruptura com a lógica capitalista colonial moderna dos saberes válidos, que a proposta descolonial propicia. Os chamados “saberes subalternos” não se referem apenas em dar voz a quem foi privado dela, mas a “participar do esforço para prover outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as ‘verdadeiras’, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas” (PELÚCIO, 2012, p. 399).

Neste breve percurso dos Estudos de Gênero, nota-se que hoje as perspectivas vão muito além da relação entre homens e mulheres, sem claro, desconsiderá-las, levando em conta outros marcadores sociais e suas diversas articulações com os contextos sociais, culturais e econômicos em que estão inseridos (BRAH; PHOENIX, 2017; KERNER, 2012; SCHMIDT, 2017). Inclui-se neste âmbito de reflexões o violento processo de colonização que tentou silenciar e apagar a complexidade de certos grupos e impor o seu sistema de valores, estando contido nele uma maneira muito própria de diferir homens e mulheres, com a valorização dos primeiros e a subjugação das segundas. É no resgate destes outros sentidos sobre o mundo que uma nova gama de possibilidades de existência se abre, articulada com os saberes e tensionamentos feministas. Desta forma, a presente dissertação parte do conceito de gênero de Scott (1990), que privilegia as relações de poder envolvida nos processos de generificação tanto dos indivíduos quanto das instituições e se alia as perspectivas trazidas pelos Estudos *Queer* e Descoloniais

1.4 A EPISTEMOLOGIA FEMINISTA E A CRÍTICA À CIÊNCIA MODERNA

A crítica feminista à Ciência Moderna, que determinou (e ainda determina) uma forma bastante específica de produção de saber e, conseqüentemente, de produção da verdade, tem se debruçado ao longo dos anos de forma bastante múltipla sobre a possibilidade de criação de um saber feminista que contemple tanto as divergências entre as diferentes correntes do feminismo quanto à pluralidade de experiência das mulheres. Iniciada na ebulição dos anos de 1970 e 1980, esta empreitada intelectual de construção de uma epistemologia feminista, ou teoria

feminista, que rompa com os objetivos masculinistas ligados ao conhecimento legitimado, pode ser encontrada em diversas áreas do conhecimento, passando não só as ciências humanas e sociais, mas também as ciências biológicas e naturais.

Neste percurso, a dominação masculina passa a ser vista como intimamente relacionada ao modelo positivo-empiricista “já que a objetividade (sua principal característica) sempre fez parte do mundo dos homens, em contraposição à subjetividade que era considerada uma característica feminina” (PAIVA, 1997, p. 520). Esta concepção iluminista e seu paradigma, que negava às mulheres a capacidade de racionalidade e objetividade, necessárias para a produção do pensamento científico, são os alvos iniciais das contestações.

A racionalidade da ciência moderna, que se constitui a partir do século XVI, mas que se solidifica e se expande para além das ciências naturais no século XIX, tornando-se um modelo global, passa a ser considerada um modelo totalitário, pois alcança validade a partir de sua distinção, que “nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas (SANTOS, 2009, p. 21). Entre os seus principais paradigmas, que também serão bastante criticados na epistemologia feminista, está a separação total entre a natureza e o ser humano, sendo a primeira entendida como passiva frente ao ser humano ativo que objetiva conhecê-la para controlá-la (SANTOS, 2009). Como elucida Boaventura de Sousa Santos (2009), essa consciência filosófica da ciência moderna, vindo a ter as suas primeiras formulações no racionalismo cartesiano e no empirismo baconiano, condensou-se no positivismo.

O modelo positivo-funcionalista, alicerçado principalmente na busca de regras metodológicas ou procedimentos que produzam resultados fundamentados, parte da compreensão de que existe uma realidade objetiva e que o método científico é um meio isento de valor para revelá-la (PAIVA, 1997). E para formular este tipo de conhecimento, existe um lugar que idealmente deveria ser ocupado pelos homens. Contudo, como destaca Sandra Harding (1993), nem todos os homens estavam aptos para este tipo de produção – somente os que pertenciam a uma classe, raça e cultura determinadas eram vistos como possuidores de uma capacidade inata para o raciocínio e a observação socialmente transcendente.

A relação entre poder e saber e sua ligação com estruturas de dominação mais amplas passam a ser questionadas, assim como o próprio lugar privilegiado ocupado pelas feministas na produção de conhecimento. Afinal, estas mulheres também são possuidoras de uma

classe, uma raça e uma cultura específicas. No início do percurso de construção da teoria feminista, não havia garantias de que o saber ali construído seria potente o suficiente para romper com as hierarquias do pensamento científico ou se novas surgiriam a partir deste projeto: “como é que o feminismo pode redefinir totalmente a relação entre saber e poder, se ele está criando uma nova epistemologia, mais um conjunto de regras para controlar o pensamento?” (HARDING, 1993, p. 19). A oposição a totalizações e universalizações fez com que as teóricas percorressem caminhos bastante movediços, como descreve Lourdes Bandeira (2008):

Assim, o desafio da crítica feminista foi, precisamente, o de contrapor-se aos hegemônicos eixos epistemológicos e conceituais – categorias, conceitos e métodos – para não reproduzir como espelho distorcido as próprias categorias do sistema de dominação científica que tomou como objeto da crítica. Para isso foi necessário propor e assumir conceitos provisórios e perseguir abordagens teóricas não definitivas, escapar da ordem simbólica dominante e pensar temporalidades múltiplas, uma vez que o conhecimento científico implica também em um sistema de dominação (BANDEIRA, 211).

Entre dilemas, tensões e instabilidades conceituais, a teorização feminista foi sendo construída, não superando todas as desigualdades oriundas da produção de saber, mas trazendo novas formas de olhar sobre o mundo, recontando histórias, corrigindo falhas, apontando novos caminhos. Do mesmo modo, não existe uma única crítica feminista, mas sim correntes teóricas diversas, com a formação de um bloco heterogêneo, articulado com outros movimentos sociais, que explicita, incorpora e assume a tomada de consciência individual e coletiva contra as racionalidades do conhecimento hegemônico e masculinista. Talvez a única assertiva epistemológica compartilhada por todos estes estudos seja a ideia de que se trata de uma produção de conhecimento situado, que reflete a posicionalidade dos sujeitos, incluindo a influência de gênero nesta perspectiva (SARDENBERG, 2001).

As críticas feministas à Ciência estão divididas em duas vertentes, estando a primeira preocupada em dar visibilidade, interpretar e analisar a presença ou ausência das mulheres na prática científica, ressaltando a exclusão histórica das mulheres na área. Já a segunda, se dedica a mapear as implicações do gênero para e na produção científica,

problematizando a própria constituição da Ciência Moderna, baseada em pressupostos androcêntricos. Estas últimas fazem parte de um amplo grupo de mulheres engajadas na construção desta epistemologia feminista que passasse diversas áreas do conhecimento.

De acordo com Nucci (2015), a autoridade atribuída à ciência pelos cientistas é questionada, além de empreenderem esforço na desconstrução do ideal de neutralidade científica a partir da reflexão de que a ciência alimenta as hierarquias de gênero:

De modo geral, o pensamento destas autoras se caracteriza pela oposição às distinções dualistas tradicionais entre sexo e gênero, natureza e cultura. Nesta perspectiva, o discurso científico não é encarado como um fato resultante de uma investigação neutra e desinteressada, ou mera “representação da natureza”. Ao contrário, a ciência seria estabelecida a partir de inter-relações e negociações entre diferentes grupos de pessoas com interesses distintos. A ciência é pensada, portanto, como uma atividade humana inseparável de seu contexto social, tempo e lugar (NUCCI, 2015, p. 37).

A consideração de que não há uma ciência apolítica e, deste modo, a que vinha sendo feita estava muito bem interessada em servir aos objetivos masculinistas, faz parte das premissas das pesquisadoras. Conforme observou Elisabeth Grosz (1995), não seria possível simplesmente incluir as mulheres nas teorias nas quais elas foram excluídas, já que a exclusão era um princípio estruturador fundamental dos discursos patriarcais. Enquanto algumas feministas engajadas no projeto defendem a “questão da mulher na ciência”, que luta por tratamento mais equitativo dentro desta área, outra frente aborda a “questão da ciência no feminismo”, perguntando-se de que forma se pode utilizar, para fins emancipatórios, uma ciência tão profundamente involucrada em projetos caracteristicamente masculinos.

O consenso entre as teóricas dedicadas à questão é a constatação de que a Ciência Moderna objetificou as mulheres, negou-lhes a capacidade e a autoridade do saber e vem produzindo conhecimentos que não atendem aos seus interesses emancipatórios. Segundo Cecília Maria Bacellar Sardenberg (2001), produzir e disseminar saberes que não sejam apenas sobre ou por mulheres, mas também de relevância para as suas lutas é o maior projeto feminista nas ciências.

Além de denunciar a exclusão e invisibilidade das mulheres nesta área, as críticas denunciavam que a ciência não é neutra e que se faz necessário o desenvolvimento de um novo conceito de objetividade. Em 1936, Virginia Woolf já apontava para esta constatação ao afirmar que “a ciência, ao que parece, não é assexuada; ela é um homem, um pai, e infectada também” (WOOLF *apud* ROSE, 1989, p. 221).

Munidas assim da ideia de que a ciência tem uma história e é influenciada pela sociedade e pela cultura, não existindo conhecimento inocente, as teóricas feministas passam a propor a construção de um saber alavancado em uma perspectiva crítica feminista, fundamentada em uma práxis política, com um projeto de transformação das relações de gênero. A dificuldade dessa proposta reside no fato de que o fundamento básico da Ciência Moderna é a separação entre fatos e valores:

Como deveriam as mulheres, enquanto “sujeitos do conhecimento”, se colocarem em relação ao seu “objeto”? Deveriam se manter distantes do objeto de investigação, mesmo que este fosse “mulheres” ou “feminino”, sustentando assim os princípios da “objetividade científica”? E caso optassem por se identificar com seus “objetos” e suas lutas? Não estariam abdicando desses princípios e, assim, da “autoridade da razão”? E não perderiam, então, o reconhecimento de seus pares nos âmbitos acadêmicos e científicos? (GROSZ, 1995, p. 87).

Sardenberg (2001) ressalta que pensar em uma ciência feminista, que seria uma ciência politizada, implica primeiramente na desconstrução dos pressupostos iluministas quanto às relações entre neutralidade, objetividade e conhecimento científico. Para as feministas, as dicotomias características deste paradigma são analogias da diferença sexual e das desigualdades de gênero – como os conceitos de sujeito, mente, razão, objetividade, transcendência e cultura, atributos ligados à Ciência Moderna e que estão identificados com o masculino; Já os conceitos de objeto, corpo, emoção, subjetividade e natureza fazem parte do que se constituiu como feminino historicamente.

A tarefa de desconstrução desses fundamentos tem sido encabeçada, sobretudo, pelas filosofias pós-modernas, que compartilham do descrédito em relação às noções de verdade, conhecimento, poder, história, sujeito e linguagem. Assim, o discurso científico passa a ser entendido como apenas um discurso a mais sobre o real, tendo sido construído socialmente. Por este motivo, as teorias feministas se

aproximaram desta perspectiva filosófica, que proporciona a revelação das categorias de gênero implícitas na noção de objetividade, racionalidade e sujeito (SARDENBERG, 2001).

Com a desconstrução das categorias antes aceitas como indiscutíveis, as teóricas se viram com um novo desafio, que era substituir os antigos fundamentos por outros princípios, mesmo que de forma provisória. Ela questiona: “Como dar procedimento aos nossos fazeres políticos e científicos se os princípios que os autorizavam anteriormente são agora questionados? Que estratégias epistemológicas poderão melhor avançar a produção feminista de um conhecimento politizado?” (SARDENBERG, 2001, p. 15).

Entre as propostas está a de não abrir mão da possibilidade de apreender o mundo de forma racional, mas desconstruir a ligação entre objetividade e masculinidade e subjetividade e feminilidade. As defensoras desta perspectiva (KELLER, 2006; LONGINO, 2001), queriam assegurar o rigor em suas práticas científicas, ressignificando certos fundamentos a partir da desconstrução dos estereótipos de gênero contidos neles.

Outra possível resposta é encontrada no chamado feminismo perspectivista, tendo como inspiração a epistemologia marxista de que não existe conhecimento neutro nem absolutamente objetivo, sendo que todo saber se constrói a partir de um posicionamento social específico, refletindo o que se pode apreender da perspectiva que se tem desses diferentes ângulos e não uma verdade absoluta. Segundo Nancy Hartsock (1986), o feminismo perspectivista se sustenta no pressuposto de que as desigualdades de gênero operam de várias maneiras, no sentido de produzir experiências qualitativas diferentes para mulheres e homens.

Dessa forma, esta corrente defende uma epistemologia enraizada nas desigualdades de gênero, um saber alavancado na perspectiva e experiência das mulheres (SARDENBERG, 2001). A proposta não se dá sem conflitos, principalmente no que se refere aos tensionamentos das teorias pós-modernas, surgindo questões do tipo: quem tem o privilégio epistêmico no feminismo perspectivista? As mulheres ou as feministas? Quais mulheres ou quais feministas? Já no que se refere a pensar sobre uma epistemologia feminista no Brasil e em outros países colonizados e considerados periféricos, a discussão recai novamente sobre as vozes e conhecimentos silenciados em um amplo processo de dominação epistêmica. Margaret Rago aborda essas dificuldades:

Ao menos no Brasil, é visível que não há nem clarezas, nem certezas em relação a uma teoria

feminista do conhecimento. Não apenas a questão é pouco debatida mesmo nas rodas feministas, como, em geral, o próprio debate nos vem pronto, traduzido pelas publicações de autoras do Hemisfério Norte. Há quem diga, aliás, que a questão interessa pouco ao “feminismo dos trópicos”, onde a urgência dos problemas e a necessidade de rápida interferência no social não deixariam tempo para maiores reflexões filosóficas (RAGO, 1998, p. 23).

É claro que a urgência de outros problemas brasileiros não é o motivo da teoria feminista produzida no Brasil ser considerada fraca, mas sim, parece ter mais relação com as indagações de Sardenberg (2001), de que a questão deixaria de ser “quem pode falar?” para “quem vai nos ouvir?”. Neste sentido, para pensar em uma epistemologia feminista brasileira parece importante a articulação com o trabalho teórico de elaboração de outras epistemologias, que visam a romper com o saber privilegiado do homem branco heterossexual, elaborado nos Países do Norte, pelas Epistemologias do Sul (SANTOS, 2010). Assim, outro questionamento poderia ser incluído: o trabalho que produzimos vai ao menos receber o estatuto de conhecimento válido?

Nestas abordagens, a crítica se volta ao monopólio das ciências no que se refere à distinção universal entre o falso e o verdadeiro e o entendimento de que só os países do Norte global produzem conhecimento. A invisibilidade de outras formas de conhecimento, como os de origem indígena ou camponesas, oriundas do Sul global, é entendida como parte do processo de garantia da visibilidade do pensamento do Norte e o seu status indiscutível de conhecimento válido.

Do outro lado da linha, não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objetos ou matéria-prima para a inquirição científica (SANTOS, 2010, p. 34).

Como produto dessa divisão epistemológica, que Boaventura de Sousa Santos (2010) chama de pensamento abissal, o conhecimento científico não se encontra dividido de forma equitativa, pois um lado dos polos foi classificado como sujeito do conhecimento e o outro como objeto deste. Entre as maneiras de construir uma ciência pós-abissal, para

Santos, que seria uma ecologia dos saberes, está a busca de credibilidade para os conhecimentos não científicos, mas sem desacreditar nos científicos, voltando-se também para a pluralidade interna da ciência. Essa diversidade seria encontrada nas práticas científicas alternativas, “que têm se tornado visíveis através das epistemologias feministas e pós-coloniais” (SANTOS, 2010, p. 57), mesmo que estas primeiras tenham se consagrado no Norte global.

Retomando o pensamento feminista, embora muitos dos questionamentos sobre o que seria uma epistemologia feminista não estejam solucionados totalmente (e talvez melhor que assim seja, pois a teoria feminista se constitui a partir da pluralidade das perspectivas), é possível encontrar algumas respostas na formulação de Donna Haraway (1995) sobre os saberes localizados – conhecimento potente que promete algo de extraordinário, pois não pode ser previsto de antemão –, abordagem que será tratada de forma mais aprofundada no próximo tópico. De certa forma, como destaca Harding (1993), as experiências das mulheres servem mais para levantarem questões do que para encontrar respostas cabais.

1.5 A OBJETIVIDADE CORPORIFICADA DE DONNA HARAWAY

Influenciadas pelo movimento feminista da “segunda onda”, surge a partir do final da década de 1970, um grupo de pesquisadoras como Donna Haraway, Anne Fausto-Sterling, Ruth Bleier, Ruth Hubbard, Evelyn Fox Keller, Lynda Birke, Marianne Wijngaard e Nelly Oudshoorn que começam a realizar uma crítica à ciência pelo seu “lado de dentro”, a partir de sua formação acadêmica em ciências naturais, conforme destaca Marina Fisher Nucci (2015). Iniciada nos campos das humanidades e ciências sociais, como a literatura, a história, a ciência política, a sociologia e antropologia, a crítica feminista logo despertou interesse nas cientistas que se dedicavam à área da biologia.

Evelyn Fox Keller classifica o sentimento que a fez ingressar nesta perspectiva como ambicioso, grandioso até, pois a meta “não era tornar a ciência mais subjetiva ou mais ‘feminina’, mas, ao contrário, fazê-la mais verdadeiramente objetiva, e necessariamente ‘independente do gênero’. Em uma palavra, procurava uma ciência melhor” (KELLER, 2006, p. 15-16). Passadas mais de duas décadas, a pesquisadora faz um balanço e considera que os resultados da empreitada foram alcançados em parte, talvez não de forma tão ampla quanto imaginavam. No que se refere à inserção das mulheres na área, Keller pontua o expressivo aumento de

títulos de doutorado conferido a elas nas ciências naturais, além de 46% do corpo docente em disciplinas referentes ao campo serem ministradas por mulheres no início dos anos 2000.

O ponto mais complexo diz respeito ao outro grande interesse da crítica feminista, que era a mudança dos paradigmas e práticas científicas impregnados da visão masculinista. Para Keller (2006), a grande força da pesquisa feminista foi o aprofundamento da compreensão da “situacionalidade do gênero”, ao não definir categoricamente o que as mulheres são, mas percebendo que, como indivíduos, diversas variáveis sociais as definem. A partir daí, novos espaços cognitivos foram abertos, novas maneiras de ver o mundo. Contudo, isso não foi resultado apenas da pesquisa feminista acadêmica, mas do ângulo inovador trazido pelo ativismo.

E seus trabalhos também deixaram sementes teóricas, que vieram a brotar contemporaneamente. Entre elas, se destaca a produção de neurocientistas, herdeiras da crítica feminista iniciada na década de 1970, formando a rede internacional NeuroGenderings. Engajadas em produzir uma neurociência assumidamente feminista, “que se debruce sobre a materialidade dos corpos – e especialmente do cérebro –, mas que se preocupe ao mesmo tempo, politicamente, com as hierarquias de gênero” (NUCCI, 2015, p. 15), elas também problematizam os ideais de cientificidade e as suas consequências nesta especialidade. Como aponta Nucci, que escreveu sua tese de doutorado sobre o grupo NeuroGenderings, o trabalho de Anne Fausto-Sterling (1993) é uma das referências centrais no trabalho das neurofeministas, pela sua contestação precursora das pesquisas que diferenciavam fisicamente os cérebros masculinos e femininos ou afirmavam que os níveis hormonais tornavam as mulheres emocionalmente instáveis e os homens agressivos.

Na área da primatologia encontramos outra referência para as neurofeministas, as formulações teóricas da bióloga e feminista Donna Haraway (1995), que serão importantes também para a discussão do jornalismo nesta dissertação. Ao ingressar na primatologia, as cientistas observaram que os estereótipos de gênero estabeleciam três categorias de primatas: os machos dominantes, as fêmeas dóceis e sexualmente disponíveis e os machos periféricos. Estudando novamente estas fêmeas, perceberam que o comportamento delas era bem diferente do que os cientistas descreviam, muito mais assertivo e competitivo (NUCCI, 2015).

Embora estas sejam grandes mudanças na forma de interpretar os comportamentos dos primatas, a grande contribuição de Haraway – e a que mais interessa para este trabalho – é a sua formulação de um novo

conceito de objetividade, que se tornou referência para diversas perspectivas da crítica feminista. O posicionamento político presente na militância e defendido na prática científica demandava uma nova conceituação. Sua abordagem é instigante, pois, ao contrário de muitas teóricas feministas que defendiam a completa eliminação dos fundamentos herdeiros do positivismo, a cientista defende a objetividade, mas não da forma como ela vem sendo interpretada e utilizada, ou seja, “doutrinas ideológicas da objetividade científica descorporificada” (HARAWAY, 1995, p. 9).

Pode-se supor que este posicionamento esteja relacionado com a sua firme oposição a certas práticas de dominação, presentes até mesmo no pensamento feminista e oriundas do “patriarcado capitalista branco”, que transforma tudo em recurso para ser apropriado, objetivando o mundo em coisa e não considerando-o um agente, fazendo surgir o par binário natureza/cultura. A prática científica é entendida por Haraway, como analisa Nucci (2015), como uma forma de se contar histórias e por isso os contextos histórico e interpretativo precisam ser levados em conta.

Esse posicionamento a difere das outras feministas biólogas ao considerar o fazer científico uma narrativa ordenadora do mundo, que narra contos sobre a natureza, ao mesmo tempo em que fabrica a realidade. Assim, “não há uma ciência que escape da complexa teia cultural da qual faz parte, e a ideia da ciência como objetiva e neutra seria uma poderosa ficção ideológica” (NUCCI, 2015, p. 39). Se a natureza é construída historicamente, as feministas devem entrar na disputa pelos significados conferidos a ela, incluídos aí os sentidos atribuídos aos corpos.

A objetividade se torna necessária exatamente por esta perspectiva, pois, para Haraway é preciso que tenhamos explicações confiáveis sobre as coisas, mas não redutíveis à lógica positivista. Nesta nova proposta, o mundo não poderia mais ser encarado como matéria-prima para a humanização, mas entendido como uma entidade ativa. Por isso, a teórica insistirá no corpo, sem desconsiderar o poder da linguagem:

Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de futuro (HARAWAY, 1995, p. 16).

E a centralidade do corpo é destacada pela divisão entre “nós”, sujeitos marcados a quem não se permite não ter um corpo, e “eles”, os

descorporificados. Assim, ela apoia a sua formulação a partir da metáfora da visão, sistema sensorial que tem sido utilizado como estratégia para sair fora do corpo, tornando-se um olhar que vem de lugar algum e que “possibilita a categoria não marcada alegar ter o poder de ver sem ser vista, de representar, escapando à representação” (HARAWAY, 1995, p. 18).

A pesquisadora, então, traça como alternativa a construção de uma doutrina de objetividade corporificada que acomode os projetos científicos feministas críticos e paradoxais: objetividade feminista significa saberes localizados, saberes que implicam posicionamento e o reconhecimento de qualquer posição contém partes desiguais de privilégio e opressão:

A alternativa ao relativismo são saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de conexões, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia. O relativismo é uma maneira de não estar em lugar nenhum, mas alegando-se que se está igualmente em toda a parte. A “igualdade” de posicionamento é uma negação de responsabilidade e de avaliação crítica. Nas ideologias de objetividade, o relativismo é o perfeito gêmeo investido da totalização: ambos negam interesse na posição, na corporificação e na perspectiva parcial. Ambos tornam impossível ver bem (HARAWAY, 1995, p. 24).

Haraway sustenta que todos os conhecimentos são situados (social e historicamente) e, portanto, é inevitável que sejam parciais. Se faz necessária, então, a construção de critérios do real e de objetividade mais robustos, que fujam das tendências essencialistas. A objetividade feminista é explicada desta forma:

A moral é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva. Esta é uma visão objetiva que abre, e não fecha, a questões da responsabilidade pela geração de todas as práticas visuais. [...] A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar

responsáveis pelo que aprendemos a ver (HARAWAY, 1995, p. 21).

Para ela, conhecimentos não localizáveis são irresponsáveis, sendo incapazes de prestar contas. Utilizando a metáfora da visão, Haraway argumenta que não há visão inocente, sendo de uma maneira ou de outra sempre filtrada. O que existe é a possibilidade de múltiplas visões, que possam solapar a ideia de “visão monocular” que a Ciência tem sustentado: “A falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades” (HARAWAY, 1995, p. 21). Neste sentido, a pesquisadora aponta a necessidade de se buscar a perspectiva de pontos de vista desconhecidos, que ofereçam algo extraordinário, o que ela chama de “conhecimento potente para a construção de mundos menos organizados por eixos de dominação” (1995, p. 24).

A palavra-chave para Haraway é posição, ao considerar que uma ciência feminista é uma ciência que possui posicionamento crítico. Ao invés de pensar em relativismo ou em uma objetividade transcendente, propõe a investida no conhecimento situado e corporificado que privilegie a contestação, contra os conhecimentos não localizáveis. A parcialidade não é buscada em si mesma, pois seria pouco potente para qualquer empreitada. A aposta na localização e parcialidade se dá porque só com elas existe a possibilidade de realizar conexões, a junção de diversas visões parciais.

O conceito de objetividade corporificada formulada por Haraway não nega a importância de visões objetivas que possibilitem a formulação de explicações sobre as complexidades do mundo. Neste sentido, ela nos abre possibilidades para refletir sobre outras produções de conhecimento, como é o caso do jornalismo, que ainda demonstra uma ligação íntima com os fundamentos modernos que ilusoriamente propiciariam o acesso a uma realidade objetiva única e, portanto, totalizadora.

2 O JORNALISMO COMO PRÁTICA DISCURSIVA

Ao perpassar pelas principais teorias de gênero e pela crítica feminista foram destacadas as contribuições para o entendimento sobre a construção de atributos ligados aos homens e mulheres enquanto significados produzidos no interior de relações de poder, a partir de uma percepção (ou até mesmo construção) muito estreita da diferença sexual e presente na própria produção do conhecimento. Inicia-se neste capítulo uma discussão sobre o papel do jornalismo nesta produção de sentido, em que atua tanto reafirmando normas e disciplinando corpos quanto apresenta possibilidades de atualização e tensionamento dos discursos normativos. Ressalta-se que fazer de alguém uma mulher ou homem, com uma sexualidade compulsória – a heterossexual -, demanda investimentos continuados, ao longo de toda uma vida, sempre relacionados ao âmbito cultural e sua produção discursiva decorrente.

Guacira Lopes Louro questiona: “Que instâncias e espaços sociais têm o poder de decidir e inscrever em nossos corpos as marcas e as normas que devem ser seguidas?” (LOURO, 2008 p. 17). Uma das respostas é a mídia (e o jornalismo, especificamente) que, ao lado da escola, da igreja, da ciência e das leis, produz discursos repetidos sobre posições de normalidade e de diferença, definindo quem pode ser “reconhecido como sujeito normal, adequado, sadio e quem se diferencia desse sujeito” (LOURO, 2008, p. 21).

A mídia atua neste processo em diversas frentes e, não necessariamente, em apenas uma direção. As telenovelas, por exemplo, vem complexificando ao longo dos anos as personagens homossexuais e apresentando em suas narrativas uma maior diversidade de gênero. Em contrapartida, ao mapear as características de 126 personagens LGBTs em 62 telenovelas, entre os anos de 1970 e 2013, Fernanda Nascimento (2015) destaca a normatização das experiências como fator crucial para a integração social das personagens, reproduzindo “o desejo de constituição familiar baseado em um modelo secularmente estabelecido” (NASCIMENTO, 2015, p. 214).

Ao lado das telenovelas, do cinema e da publicidade, o jornalismo também tem se dedicado a noticiar de maneira sistemática temas relacionados à diversidade sexual e de gênero. Embora importante, a maior atenção atribuída a essas pautas contemporaneamente parecem esconder uma premissa importante, que é o fato do jornalismo falar sobre gênero e sexualidade o tempo todo, em todas as épocas, em todas as suas matérias, pois trata sobre sujeitos, sujeitos esses desde sempre genericados, sexualizados e racializados, como afirma Butler (2015). A

produção de sentidos não acontece apenas nas reportagens comportamentais específicas, mas quando aborda a política, a economia e a saúde, até quando escolhe quais repórteres serão designados para cada pauta e as fontes ouvidas porque, para lembrar Joan Scott (1990), gênero é a forma primeira de significar as relações de poder.

Com um olhar orientado para perceber como as relações de gênero estavam presentes no jornalismo, e não apenas no conteúdo produzido, mas nas falas e escolhas dos jornalistas e editores de um telejornal, Marcia Veiga da Silva (2014) observa que a emoção foi um dos valores associados ao feminino e, conseqüentemente, desvalorizado pela redação do programa. Os atributos mais valorizados e de destaque eram a força, a denúncia, o impacto, a ação e o “furo”, valores relacionados ao gênero masculino. A hierarquia para a escolha das reportagens se assemelhava, então, “a uma hierarquia de gênero prevalente na sociedade – o masculino, mais valorizado, no topo” (VEIGA DA SILVA, 2014, p. 244).

Para constatar que o jornalismo tem gênero – o masculino –, pela reprodução das relações de gênero e de poder hegemonicamente prevalentes na cultura, Veiga da Silva (2014) descreve as pistas encontradas em seu percurso de pesquisa:

As características pessoais e os atributos de gênero tanto dos jornalistas quanto das notícias a eles associadas davam pistas de que os valores culturais, pessoais e profissionais praticamente se embaralhavam e serviam de pano de fundo em grande parte das escolhas no processo de produção das notícias. Em minhas observações, ao longo do tempo, ia ficando cada vez mais claro que gênero era constituinte não só das pessoas, mas também das notícias e da própria organização, uma vez que todo o processo produtivo, assim como a empresa, possuía uma hierarquia cujo topo – valor, poder e prestígio – era ocupado pelos atributos de gênero convencionalmente associados ao masculino (VEIGA DA SILVA, 2014, p. 264).

A cultura machista (ALLAN, 2010) nas redações, assim como os valores masculinos ligados à prática jornalística são alguns indícios para se compreender o conteúdo sexista de muitas reportagens. Outras disparidades são relevantes neste cenário, como a ocupação por homens brancos de classe média na maioria dos cargos de poder das empresas

jornalísticas e a própria escolha das fontes para a elaboração dos conteúdos.

Nos Estados Unidos, uma pesquisa qualitativa feita em 2004 demonstrou que os homens são utilizados como fontes de notícias duas vezes mais que as mulheres (ALLAN, 2010). Em pesquisa mais recente¹⁶, que analisou o cenário global sobre as fontes utilizadas pelo jornalismo, os resultados demonstraram que, dos 114 países monitorados, apenas 19% do total de especialistas nas matérias jornalísticas eram mulheres. No Caribe e na América Latina, o percentual foi um pouco maior, com 29% e 27%, respectivamente.

Para Stuart Allan (2010), este privilégio dos homens em figurar como fonte está relacionado aos costumes masculinizados da profissão, em que a própria escolha dos repórteres está permeada por uma divisão sexual do trabalho – repórteres homens para matérias sérias, como economia e política, e repórteres mulheres para matérias leves, como as comportamentais e especiais. Por essas razões e outras que estão articuladas “torna-se cada vez mais evidente por que tem sido tão difícil reformular as normas masculinizadas de identidade profissional” (ALLAN, 2010, p. 33).

A partir destas premissas sobre como as relações de gênero estão presentes na profissão, dentro das redações e nas reportagens produzidas, passamos a discutir o jornalismo enquanto uma instituição social e uma prática discursiva que, além de produzir sentidos sobre o mundo, constrói e faz circular uma forma específica de conhecimento. Primeiramente, parte-se da ideia de que a instituição jornalística apresenta “agrupamento de papéis, ambientes, estruturas, procedimentos, formatos, práticas e rotinas cristalizados, institucionalizados” (GUERREIRO NETO, 2012, p. 1). Guilherme Guerreiro Neto aponta que esta instituição é formada por uma série de outras instituições, estando entre elas, as rotinas e práticas jornalísticas, assim como os seus fundamentos de imparcialidade, objetividade e até mesmo o lead ou pirâmide invertida.

O processo de institucionalização se dá inicialmente pela formação de hábitos, que facilitam as atividades a partir da limitação das opções (BERGER; LUCKMANN, 2013), mas ela demanda também atores específicos para executar tarefas específicas. E o mais importante para a solidificação de uma instituição é o reconhecimento dela por parte da sociedade enquanto tal e a sua historicidade, pois “as instituições têm sempre uma história, da qual são produtos” (BERGER; LUCKMANN,

¹⁶ O Projeto de Monitoramento Global de Meios realizou a pesquisa no ano de 2015.

2013, p. 77). Neste sentido, entende-se o jornalismo como um fenômeno da modernidade, mas sua institucionalização decorre de processos do século XIX, com o desenvolvimento da imprensa, que o fizeram adquirir as características que presenciamos hoje. Guerreiro Neto explica:

A tese de Jean Chalaby (2003) de que o jornalismo é uma invenção anglo-americana do século XIX fundamenta-se na ideia de que foi naqueles lugares, naquele período, que o jornalismo como se conhece hoje se institucionalizou e se transformou em um campo autônomo. [...] O jornalismo anglo-americano trazia mais notícias e tinha melhores serviços de recolha de informações – com a figura do repórter, o correspondente estrangeiro e as agências de notícias –, além do que as práticas discursivas próprias do jornalismo, como a entrevista e a reportagem, foram desenvolvidas nos Estados Unidos (GUERREIRO NETO, 2012, p. 9).

É sobre esta influência histórica, definidora da profissionalização da atividade, que os jornalistas adquiriram uma identidade própria, com um *ethos* específico. Para Nelson Traquina (2008), a tribo jornalística, enquanto uma comunidade interpretativa singular, se une a partir dos valores-notícia partilhados entre seus membros, que figuram como parte importante da cultura jornalística marcada por uma “forma de ver” em comum. Mas o compartilhamento também acontece no que se refere aos valores considerados inerentes à profissão, ou a sua missão, relacionada à defesa da liberdade, a garantia da democracia e a fiscalização dos poderes. Traquina (2008), descrevendo a mitificação dos valores ligados à cultura, diz que os jornalistas:

Têm uma vasta cultura rica em valores, símbolos, e cultos, que ganharam até uma dimensão mitológica, dentro e fora da ‘tribo’ e de uma panóplia de ideologias justificáveis em que é claramente esboçada uma identidade profissional, isso é, um *ethos*, uma definição da maneira de como ser (jornalista)/estar (no jornalismo) (p. 37).

A partir desta institucionalização, com rotinas e práticas bem definidas; da definição de um capital simbólico específico, que é a

credibilidade (BERGER, 1996)¹⁷; e de uma identidade profissional compartilhada; o jornalismo constrói um tipo de conhecimento sobre o mundo. E esses saberes apresentam especificidades na forma de sua construção, no conteúdo colocado em circulação e na maneira como a sociedade o interpreta.

2.1 O CONHECIMENTO PRODUZIDO PELO JORNALISMO

Como abordado no capítulo anterior, o caráter histórico, cultural e político de todo o conhecimento vem sendo demonstrado por teorias críticas de oposição à ideia da existência de uma verdade única e comprovável a partir de métodos científicos. Nesta mesma direção, se reconhece que não só a ciência produz conhecimento, mas a própria sociedade compartilha um tipo específico de saberes sobre a vida cotidiana – o senso comum – que “contém inumeráveis interpretações pré-científicas e quase-científicas sobre a realidade cotidiana, que admite como certas” (BERGER; LUCKMANN, 2013, p. 37).

A admissão desta realidade cotidiana como algo dado, faz com que ela não requeira verificação. Sempre que surge uma nova possibilidade de experienciá-la, o que Berger e Luckmann (2013) chamam de “setor problemático”, a tendência será incorporá-la dentro daquilo que já é conhecido. Desta maneira de operar, reside a força do senso comum. O jornalismo também produz uma forma de conhecimento (MEDITSCH, 1997) que contribui para construir a realidade tanto quanto a ciência, mas de maneira diferente, pois também opera no campo lógico do senso comum:

Como toda a forma de conhecimento, aquela que é produzida pelo Jornalismo será sempre condicionada histórica e culturalmente por seu contexto e subjetivamente por aqueles que participam desta produção. Estará também condicionada pela maneira particular como é produzida (MEDITSCH, 1997, p. 10).

¹⁷ Para Christa Berger (1996), a perspectiva de que a linguagem constitui e não descreve aquilo que ela representa abala o jornalismo, pois faz com que a reivindicação pela neutralidade e imparcialidade do relato perca seu sentido ao reconhecer a notícia como a construção de um acontecimento pela linguagem. A tensão reside no fato de que a credibilidade do jornalismo é mantida exatamente na crença de superposição entre o texto e acontecimento real.

As particularidades da prática jornalística, abordadas anteriormente, são condicionantes que interferem na produção deste conhecimento específico, nas versões que ele produz sobre a realidade. Contudo, a não transparência destes critérios de decisão, segundo Meditsch (1997), é um dos principais problemas do jornalismo, pois esconde a gama de escolhas pelas quais os profissionais passaram para construir a informação jornalística e, assim, a notícia passa a ser apresentada como se fosse “a realidade”.

O autor reconhece que “como produto social, o Jornalismo reproduz a sociedade em que está inserido, suas desigualdades e suas contradições. Nenhum modo de conhecimento está completamente imune a isso” (MEDITSCH, 1997, p. 11). Contudo, convém ressaltar que, por tratar de assuntos da vida cotidiana, já presentes em maior ou menor grau no conhecimento compartilhado entre os indivíduos, a tendência a manutenção das desigualdades sociais, a partir da naturalização dos temas tratados é potencializada, exatamente porque o senso comum é considerado algo dado, que não exige verificação.

Sem descartar as possibilidades de rupturas nas percepções de mundo já sedimentadas na sociedade, que serão abordadas ainda neste capítulo, Veiga da Silva (2014) considera o jornalismo contemporaneamente como um espaço privilegiado de produção e circulação de valores culturais, por isso, a importância de relacioná-lo com produções simbólicas ligadas às práticas sociais e as relações de poder envolvidas nelas:

Entretanto, no que diz respeito às relações de gênero e de poder, ainda se percebe claramente o quanto alguns padrões culturais excludentes estão arraigados e acabam sendo reproduzidos (em grande escala e velocidade), mesmo que inconscientemente, pela mídia em geral, e pelo jornalismo em particular (VEIGA DA SILVA 2014, p. 34).

A reprodução dos padrões culturais excludentes, ligados ao machismo, ao racismo e a homofobia, são demonstrados cotidianamente nas matérias produzidas pelos jornalistas. Para citar alguns exemplos, são marcantes as contextualizações de matérias de estupro, em que a vítima é continuamente questionada sobre a violência sofrida. O local, as roupas, o horário e a sua classe social são informações destacadas nas matérias e entram em consenso com os preconceitos sociais de que as mulheres só

são estupidadas porque elas mesmas se colocaram em situação de risco. Essas reportagens também se sustentam sob bases ideológicas que produzem efeitos discursivos derivados de uma mesma matriz hegemônica que é a misoginia, cujo intento sempre foi o de normatizar, regular e controlar o espaço, os papéis e as intervenções das mulheres na vida social (SCHMIDT, 2006).

As vítimas de violência doméstica também não são poupadas pela imprensa. Em 2015, a agressão sofrida por Gisele Santos pelo ex-companheiro chocou o País. Logo após o caso, um dos mais conhecidos veículos de comunicação de Porto Alegre produziu uma matéria com o título: Jovem que teve as mãos decepadas responde a questionamentos feitos por internautas¹⁸, em que as três primeiras perguntas foram: Por que não se separou no primeiro tapa? Por que demorou tanto tempo para perceber que ele não mudaria? O que você fez pra ele perder a cabeça? A culpabilização da vítima fica nítida na maneira como o matéria foi elaborada, juntamente com o compartilhamento de valores entre o jornalista e os comentaristas. Cabe ressaltar que a entrevista ocorreu enquanto Gisele ainda estava no hospital, se recuperando dos ferimentos.

O caminho para compreender o modo de atuação deste campo e sua tendência à reprodução das relações de gênero e de poder necessita um olhar sobre o prisma cultural, pois o processo que envolve o jornalismo e a sociedade tem a cultura como denominador comum (VEIGA DA SILVA, 2014). Tanto o jornalismo se inspira em visões de mundo circulantes na sociedade quanto esta é influenciada pelo jornalismo: “Assim, o jornalismo é um conhecimento social que se reproduz com uma função pedagógica cultural que pretende explicar os modos de ser e estar no mundo” (VEIGA DA SILVA, 2014, p. 63).

Ao compartilhar estas visões de mundo, o jornalismo assegura também o seu estatuto de noticiar “a verdade”, de ser um espelho da realidade. Esta perspectiva positivista e funcionalista, ainda presente no senso comum que define o jornalista como um mediador, figura como uma ideologia da profissão. Segundo a metáfora do espelho, o trabalho dos profissionais consistiria em relatar, captar e reproduzir os acontecimentos (TRAQUINA, 2008), ou seja, um entendimento simplista e redutor do seu papel, que se opõe ao entendimento do jornalista enquanto agente ativo na construção social da realidade.

¹⁸ Link da matéria do Diário Gaúcho: <http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2015/08/jovem-que-teve-as-maos-decepadas-responde-a-questionamentos-feitos-por-internautas-4825920.html>

É neste aspecto que surgem as possibilidades de aproximação da crítica à ciência com o jornalismo, pois os dois campos partilham características. Segundo Veiga da Silva (2015), refletindo o jornalismo a partir da crítica feminista, a tríade objetividade, imparcialidade e neutralidade são as responsáveis por esta proximidade:

Há indicativos de que os pressupostos metodológicos e paradigmáticos que ‘iluminam’ o chamado cientificismo, em especial na forma que a realidade é concebida, são pervasivos dos modos e conceitos pelos quais o conhecimento do jornalismo é produzido. Nas bases da objetividade, imparcialidade e universalidade comum as ambas formas de conhecer estão impressos vieses de pensamento que delineiam as possibilidades de apreensão da realidade que, especialmente no caso do jornalismo, acabam por reproduzir sem questionamento os valores hegemônicos da cultura (VEIGA DA SILVA, 2015. p. 23)

Assim, a relação do jornalismo com a verdade está ligada aos pressupostos que sustentam as suas práticas, estando entre eles a objetividade. Como formula Cremilda Medina (2008), os princípios positivo-funcionalistas são estruturantes da linguagem jornalística por sua trajetória assinalada pela Modernidade que lhe legou os postulados da racionalidade. Racionalidade esta construída a partir de um sistema-mundo capitalista, masculinista, racista, heterossexista e ocidentalista (VEIGA DA SILVA, 2015).

Os jornalistas não relatam de uma forma transparente os acontecimentos que por si só seriam “naturalmente” noticiáveis, mas as notícias são o produto de um complexo processo de seleção e escolhas a partir de um conjunto de categorias construídas socialmente, conforme apontam Hall *et. al.* (1999). E os significados e conotações que fazem parte da contextualização dos acontecimentos não são imutáveis nem predeterminados, mas são produto de uma luta política em torno da imposição de significados. O jornalismo é um dos agentes que participa desta disputa. Para Hall *et. al.* (1999), a realidade é:

O resultado de um modo particular de construção da realidade. Os *media* noticiosos definiam, não se limitando a reproduzir, a realidade. As definições de realidade eram sustentadas e produzidas através

de todas aquelas práticas linguísticas (em sentido lato) por meio das quais as definições seletivas do real eram representadas. Isso implica trabalho ativo de selecionar e apresentar, de estruturar e dar forma: não apenas a transmissão de um significado já existente, mas o trabalho mais ativo de dar significado as coisas (HALL *et. al.*, 1999, p. 64).

O processo de identificação e contextualização dos acontecimentos é a forma mais eficaz da atuação jornalística para significar o mundo, mas os significados só terão sentido se forem colocados no âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais. É aí que reside a sua relação consensual com a sociedade. Se os jornalistas não dispusessem de tais “mapas culturais” do mundo social, não poderiam dar sentido aos acontecimentos mais inesperados e invulgares (HALL *et. al.*, 1999). Este trabalho rotineiro, no qual são utilizados quadros de referência, faz com que o mundo se torne inteligível aos leitores/ouvintes/espectadores: “Esse processo de tornar um acontecimento inteligível é um processo social – constituído por um número de práticas jornalísticas específicas, que compreendem suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona” (HALL *et. al.*, 1999, p. 226).

Tornar o mundo inteligível a partir dos mapas existentes sugere que a produção jornalística está relacionada a certa estabilidade de significados, eliminando os sentidos trazidos por possíveis tensionamentos sociais, fugas das normas e principalmente pela complexidade dos sujeitos e identidades, reforçando o modelo hegemônico de inteligibilidade de gênero (BENTO, 2008). A ideia de consenso, que sugere certa homogeneidade social, esconde os constantes conflitos existentes na luta por significados. Essa visão de mundo compartilhada entre o jornalismo e boa parte da sociedade é definida por Fritjof Capra (2006) como obsoleta, entretanto, continuamos tentando aplicá-la a uma realidade que já não pode mais ser entendida nesses termos. O paradigma que dominou nossa cultura por séculos, modelando a cultura ocidental, está sendo abalado e, como o autor prevê, acarretará em uma “mudança profunda no pensamento, percepção e valores que formam uma determinada visão da realidade” (CAPRA, 2006, p. 28).

O tensionamento para efetivar essa ruptura paradigmática ocorre exatamente pelo fato de que a visão de mundo que ainda vigora hoje é insustentável. Capra, influenciado pelo antigo pensamento chinês, descreve as duas polaridades do comportamento dos sistemas vivos: o *yin*

e o *yang*. O primeiro, caracteristicamente receptivo, cooperativo, intuitivo e consciente do meio ambiente, foi ao longo dos últimos séculos desvalorizado em relação ao segundo. As marcas do comportamento *yang* são a agressividade, a exigência, a competição e a expansão, ocasionando na auto-afirmação excessiva. As consequências da exaltação desses valores são analisadas por ele:

A auto-afirmação excessiva manifesta-se como poder, controle e dominação dos outros pela força; e são esses, de fato, os padrões predominantes em nossa sociedade. O poder político e econômico é exercido por uma classe organizada dominante; as hierarquias sociais são mantidas de acordo com orientações sexistas e racistas, e a violação tornou-se uma metáfora central de nossa cultura – violação de mulheres, de grupos minoritários e da própria terra. Nossa ciência e nossa tecnologia baseiam-se na crença seiscentista de que uma compreensão da natureza implica sua dominação pelo homem (CAPRA, 2006, p.41).

Ancorado nesses padrões de realidade, a reprodução das ideologias dominantes pelo jornalismo está relacionada não apenas a uma maneira específica de interpretar as relações sociais, mas também com as fontes utilizadas na construção dos conteúdos jornalísticos. Ao se apoiar na voz dos poderosos, as posições normativas passam a impressão de serem as únicas possíveis. Hall *et. al.* (1999) lembram que os jornalistas não criam de forma espontânea as notícias, mas dependem dos assuntos fornecidos por fontes institucionais e credíveis. As noções de imparcialidade, neutralidade e equilíbrio dão origem à prática de assegurar que as reportagens sejam fundamentadas em afirmações objetivas e autorizadas de fontes dignas de crédito:

Ironicamente, as próprias regras destinadas a preservar a imparcialidade dos media, e que se desenvolveram a partir de um anseio de maior neutralidade profissional, servem também para orientar poderosamente os medias nas “definições da realidade social” que as suas “fontes acreditadas” – os “porta-vozes” institucionais – fornecem. [...] Deste modo, os media tendem, fiel e imparcialmente, a reproduzir simbolicamente a estrutura de poder existente na ordem institucional da sociedade. (HALL *et. al.*, 1999, p. 229).

Estes porta-vozes institucionais são considerados pelos autores os “definidores primários” dos tópicos que serão noticiados. Isso significa que definirão a interpretação primeira do tema, norteando as futuras coberturas e debates. Mesmo que fontes contrárias sejam ouvidas, elas serão obrigadas a se inserirem na definição já posta do que está em questão, no seu enquadramento interpretativo inicial. Os jornalistas, então, muitas vezes não seriam os definidores primários dos acontecimentos noticiosos (HALL *et. al.*, 1999).

Essa relação estruturada com as fontes detentoras de maior poder social influenciam no papel ideológico do jornalismo e com sua tendência à reprodução das ideologias dominantes. Entre estas vozes credíveis para os jornalistas e que figuram como cruciais para a circulação de estereótipos ligados ao gênero e à sexualidade, está a ciência, principalmente a biomédica. Ao analisar conteúdos produzidos pelo programa *Globo Repórter*, que “tem grande credibilidade junto ao público e suas informações tendem a ser tomadas como neutras e verdadeiras” (RIBEIRO; ROHDEN, 2008, p. 269), ao priorizar a voz dos especialistas, as pesquisadoras Cláudia Regina Ribeiro e Fabíola Rohden pontuam a insistência em abordagens que diferenciam os gêneros a partir do ancoramento biológico.

A grande questão destas perspectivas é que as diferenças são consideradas naturais e imutáveis, sem possibilidade de transformação. Os fatores culturais, sociais e históricos são totalmente desconsiderados, indo na contramão do que os Estudos de Gênero têm discutido:

A questão não é só a ênfase nas ciências biológicas, mas o que isso implica: usá-las para reafirmar a diferença de gênero. A princípio, não haveria problema em constatar tais diferenças, mas o preocupante é que a construção social dessas clivagens opera sempre no sentido de reificar hierarquias pré-estabelecidas que circunscrevem o gênero (RIBEIRO; ROHDEN, 2008, p. 297).

Assim, as matérias jornalísticas atribuem aos hormônios e ao cérebro as diferenças entre homens e mulheres, reforçando os binarismos de gênero. O reforço destas perspectivas pelo discurso jornalístico impacta nas interpretações culturais e na formação identitária dos indivíduos, pois a “subjetividade vai se tecendo influenciada por representações simbólicas” (RIBEIRO; ROHDEN, 2008, p. 274). Em

uma sociedade onde os estereótipos de gênero são considerados justificativos para inúmeras violências, inclusive os feminicídios, uma mudança nos discursos se faz necessária. Pensar o jornalismo enquanto uma prática discursiva de transformação social será a proposta do próximo tópico, problematizando as barreiras para que isso se efetive.

2.2 O DISCURSO QUE O JORNALISMO PRODUZ

O jornalismo produz discursos cotidianamente, construindo sentidos sobre a vida. Esta produção discursiva específica é influenciada tanto pela maneira como é produzida, quanto pela visão de mundo dos próprios jornalistas e pela imagem que têm de si próprios, compartilhada por sua identidade profissional. Neste tópico, serão discutidas a força do discurso na construção da realidade social e a tendência do jornalismo em reproduzir a ordem discursiva dominante, que apresenta como consequência o fortalecimento das hierarquias sociais, incluindo as de gênero; por outro lado, será abordado o potencial transformador da prática jornalística a partir das contribuições da Análise Crítica do Discurso (ACD).

Problematizar os discursos que contribuem para o fortalecimento das desigualdades sociais implica em assumir o poder da linguagem na produção simbólica e discursiva das diferenças, a partir do ato central da vida social – a classificação. É neste ato de significação que “dividimos e ordenamos o mundo social em grupos, em classes” (SILVA, 2000, p. 82). A diferença, assim como identidade, são atos de criação linguística e são interdependentes. A identidade seria aquilo que sou, já a diferença seria aquilo que eu não sou. Por exemplo, sou heterossexual, logo não sou homossexual. A lógica parece simples, mas não é, pois a “identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença. Isso reflete a tendência a tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos” (SILVA, 2000, p. 75-76).

Tomaz Tadeu da Silva (2000) propõe pensar uma inversão mais radical ao considerar que é a produção da diferença o processo primeiro, em que a identidade passa a ser definida pela diferenciação, por tudo aquilo que não se é, sendo a própria linguagem um sistema de diferenças. O processo de produção simbólica e discursiva está envolto em relações de poder, não sendo elas simplesmente definidas, mas impostas, disputadas. As hierarquias sociais são geradas tanto nos processos de diferenciação quanto em outros que estão estritamente ligados a ele, que

se relacionam efetivamente com outras desigualdades simbólicas e materiais, como destaca Silva:

São outras tantas marcas da presença poder: incluir/excluir (“estes pertencem, aqueles não”); demarcar fronteiras (“nós e eles”); classificar (“bons e maus”; “puros e impuros”; “desenvolvidos e primitivos”; “racionais e irracionais”); normalizar (“nós somos normais, eles são anormais”) (SILVA 2000, p. 81).

Ao produzir discursos, o jornalismo atua neste processo de classificação e diferenciação, representando as identidades já cristalizadas como a norma no âmbito social e cultural, nas quais todas as outras possibilidades são avaliadas a partir delas. Mas o discurso não só constrói e representa a sociedade, como também a modifica, não havendo uma única ordem do discurso (FAIRCLOUGH, 2001).

Pode-se considerar, então, que o jornalismo se utiliza de outras estratégias discursivas na direção de desconstruir o senso comum, de modo a articular outras ideologias, como destaca Luiz Paulo da Moita Lopes (2006). Assim, também não há uma única ordem do discurso do jornalismo, mas todo discurso é ideológico uma vez que o usuário está “imbricado nos significados que produz, revelando seus interesses, valores e visões de mundo” (MOITA LOPES, 2006, p. 139). Cabe ressaltar que os sujeitos não são totalmente responsáveis pelos seus discursos, sendo interpelados pelo momento social e histórico em que estão inseridos. A partir desta ideia, podemos pensar sobre o sujeito jornalista enquanto integrante de uma dada sociedade, que compreende a realidade a partir de um complexo de formações ideológicas que circulam nela, mas também como construtor de discursos permeados por consensos sociais.

As possibilidades de existência de discursos alternativos na mídia e, em especial, no jornalismo esbarra na própria concepção e modo de atuação deste campo, que opera essencialmente em consenso com a sociedade e seus valores, tendo um importante papel na criação da vida contemporânea com base nos discursos que faz circular (MOITA LOPES, 2006). Ao analisar uma matéria do jornal *O Dia*, intitulada “Falta homem até para homem”, Moita Lopes conclui que a ordem do discurso da mídia, ainda que pareça interessada em focalizar experiências identitárias heterogêneas – homossexuais na busca por parceiros –, na verdade estava operando na construção da masculinidade hegemônica ao “tematizá-la

como norma em relação à qual feminilidade e homoerotismo são igualmente construídos de modo essencializado” (MOITA LOPES, 2006, p. 134). Assim, mesmo que aparentemente trate de assuntos novos e procure fontes plurais, a ordem do discurso pode continuar a ser hegemônica.

O conceito gramsciano de hegemonia é central na Análise Crítica do Discurso (ACD) para se pensar a ordem do discurso. Para isso, a semiose, que inclui todas as formas de construção de sentido – imagens, linguagem corporal e a própria língua – é entendida como um elemento ou momento do processo social material. O discurso, então, é um momento das práticas sociais e um modo de ação sobre o mundo e a sociedade. Nesta concepção, o discurso é socialmente constitutivo – através do discurso se constituem estruturas sociais – e constituído socialmente (RESENDE; RAMALHO, 2004).

Ao considerar a vida social como uma rede interconectada de práticas sociais de diversos tipos, todas com um elemento semiótico, podem-se combinar as perspectivas de estrutura e de ação:

Uma prática é, por um lado, uma maneira relativamente permanente de agir na sociedade, determinada por sua posição dentro da rede de práticas estruturadas; e, por outro, um domínio de ação social e interação que reproduz estruturas, podendo transformá-las (FAIRCLOUGH, 2012, p. 303).

A semiose atua como parte da atividade social inserida em uma prática, mas também nas representações. Para Norman Fairclough, os atores sociais produzirão representações de modo distinto, dependendo da posição que ocupam dentro de suas práticas. Ela também constitui gêneros discursivos: “a semiose na representação e autorrepresentação de práticas sociais constitui discursos, que são as várias representações da vida social”, (FAIRCLOUGH, 2012, p. 303). É este papel da semiose que mais nos interessa para pensar o jornalismo, no que se refere às representações da vida social e a sua tendência a fazer circular um discurso hegemônico sobre ela.

Fairclough (2001) considera que a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam as relações de poder e as ideologias particulares:

O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. Como implicam essas palavras, a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94).

A ordenação particular das relações entre vários modos de construir sentido, articulando diversos discursos e gêneros é o que a ACD chama de ordem do discurso. E um dos aspectos desta ordenação é a dominância: “Algumas maneiras de construir sentido são dominantes ou estão em voga para certas ordens do discurso; outras são marginais, subversivas, alternativas” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 310). Ao tornar-se parte do senso comum legitimador que sustenta as relações de dominância, esta ordem será hegemônica. Contudo, a hegemonia será sempre contestada em menor ou maior proporção, pois uma ordem do discurso não é um sistema fechado, mas sempre aberto e posto em risco, residindo aí as possibilidades de mudança.

As chances de desvio envolvem o posicionamento que o discurso terá em relação às hegemonias e lutas hegemônicas, ao contestar certas práticas ou tomá-las como dadas. Entender a mulher enquanto sujeito único, marcada por características biológicas, ou como Berenice Alves de Melo Bento (2008) pontua, seguindo a lógica vagina-mulher-feminino em oposição ao pênis-homem-masculino, é naturalizar certos sentidos hegemônicos. A hegemonia do discurso sobre gênero está atrelada a outro disposto que é o da heterossexualidade.

Segundo Bento (2008), o conceito de heteronormatividade pode ser entendido como a capacidade da heterossexualidade apresentar-se como norma. “É o lugar que designa a base de inteligibilidade cultural através da qual se naturaliza corpos/gêneros/desejos e definirá o modelo hegemônico de inteligibilidade de gênero” (BENTO, 2008, p. 51). A contestação e possibilidade de desvio partiriam da problematização de que não existe nenhuma essência no gênero, e conseqüentemente na mulher, pois a mulher XX e o homem XY são resultados de tecnologias discursivas que produzem os homens e mulheres. Denunciar o caráter artificial de todo gênero é criar tensionamento e possibilidade de transformação.

No que se refere ao jornalismo, alguns fatores de sua própria prática são barreiras para que isso se efetive, como pontuamos

anteriormente. Fairclough (2001) também caminha na direção de Hall *et. al.* (1999) ao apontar como entrave a tendência dos jornalistas de agirem como “mediadores”, cultivando características que são típicas da audiência alvo e uma relação de solidariedade com a suposta audiência. Embora exista a explicação da demanda mercadológica, que envolve a captação de consumidores, essa dinâmica é mais complexa e está relacionada, principalmente, com relações de poder existentes na sociedade: “Os eventos dignos de se tornar notícia se originam de limitado grupo de pessoas que têm acesso privilegiado à mídia, que são tratadas pelos jornalistas como fontes confiáveis e cujas vozes são aquelas que são mais largamente representadas na mídia” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 143).

Além do uso destas fontes, a linguagem é transformada pelo jornalista para facilitar a compreensão da audiência, o que torna ainda mais fácil adotar os sentidos em favor dos poderosos. A estratégia ideológica significa transmitir a voz do poder de forma um tanto dissimulada. A consequência dessa forma de atuação é a manutenção de hierarquias e das forças dominantes. Por outro lado, se efetua uma invisibilidade de posições alternativas, que ofereçam algo fora das atuais matrizes de inteligibilidade e de exclusão.

Embora o processo de transformação seja difícil, sempre existem brechas que acabam lentamente por ruir certas estruturas. Fairclough (2001) traz como exemplos algumas mudanças da contemporaneidade no que se refere ao discurso, sendo uma delas relacionadas especificamente à temática de gênero, e que estão ligadas a processos mais amplos no âmbito social e cultural. A “democratização” do discurso, entendida como a retirada de desigualdades e assimetrias de direitos, das obrigações e do prestígio discursivo e linguístico, se configura como uma das tendências das sociedades contemporâneas, embora seja um processo que acontece de forma desigual dependendo do contexto. “Aspectos discriminatórios (e, portanto, antidemocráticos) da língua e do uso linguístico têm sido largamente documentados como o uso de ‘ele’ como se fosse um pronome genérico para se referir tanto a mulheres quanto a homens” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 253).

O caráter sexista da linguagem é atualmente uma das críticas do movimento feminista, que se insere em um contexto de debate sobre a democratização das relações de gênero, apresentando uma faceta discursiva. Para Fairclough (2001), muitas mulheres e homens têm se posicionado ativamente para tornar as práticas linguísticas menos discriminatórias. Entretanto, mais importante para este trabalho é destacar que os tensionamentos de gênero já estão se realizando no âmbito da

produção de sentidos e do discurso, e podem refletir no conteúdo jornalístico, não somente na produção de matérias específicas sobre a desigualdade de gênero, mas também na mudança de abordagem, no sentido de questionar a norma hegemônica que sustenta as assimetrias: “A luta sobre essas formas continua e, embora a democratização das práticas de gênero não seja um processo fácil e universal, as assimetrias de gênero no discurso têm sido desnaturalizadas e problematizadas numa escala significativa” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 255).

Os questionamentos existentes tanto na sociedade, com uma crescente militância feminista, quanto na universidade, com a politização da produção de conhecimento, já estão refletindo na produção das notícias jornalísticas, mas de forma pontual. Mesmo que reportagens sobre feminismos, violência de gênero e diversidade estejam sendo produzidas, elas costumam estar enquadradas nas matrizes de inteligibilidades aceitas pela sociedade.

O desafio reside em pensar nas possibilidades de produção de matérias que questionem mais enfaticamente a norma hegemônica que sustenta as hierarquias, rompendo com os binarismos, em que “um dos termos é sempre privilegiado, recebendo valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa” (SILVA, 2000, p. 83), com a heteronormatividade e a naturalização das atribuições dos papéis considerados masculinos e femininos, relacionando os homens à cultura e ao espaço público e as mulheres à natureza e ao espaço doméstico.

Cabe destacar que o jornalismo hegemônico vem sendo influenciado por outra produção de conhecimento no que se refere à temática de gênero, que está sendo construída pelas jornalistas feministas, fora da grande mídia, em sua maior parte. O trabalho desenvolvido por elas, que trataremos de maneira mais aprofundada no próximo capítulo, não está apenas produzindo novos sentidos sobre as mulheres e seus atravessamentos de raça, classe, etnia, geração e sexualidade, mas está também impulsionando as grandes empresas de comunicação a reformularem os seus conteúdos e darem atenção a temas antes ignorados.

Nesta perspectiva, considera-se que a força crítica do feminismo está sendo potencializada pela prática jornalística a partir da sua facilidade e velocidade de circulação social. Se nas formas mais tradicionais de produção jornalística, a reprodução das relações de poder é uma das barreiras para a superação dos preconceitos e desigualdades, a ação transformadora do jornalismo feminista, em que a perspectiva de gênero atua na desnaturalização dos papéis historicamente atribuídos aos homens e mulheres, parece instigante.

Supõe-se ainda que o jornalismo feminista se insere na empreitada de construção de uma epistemologia feminista, ao produzir um conhecimento que se debruça nas experiências cotidianas, nas opressões estruturais e rotineiramente vivenciadas, marcadas pelo gênero e outros posicionamentos sociais assimétricos. O jornalismo produzindo conhecimento, mas conhecimento feminista, que se apoia em “saberes localizados” (HARAWAY, 1995), pois seu objetivo é transgredir, emancipar e desnaturalizar.

2.3 A OBJETIVIDADE – HERANÇA DA CIÊNCIA, PRESENTE NO JORNALISMO

Ao abordar algumas especificidades do Jornalismo no que se refere a sua institucionalização e legitimação dos discursos que coloca em circulação na sociedade, relacionamos brevemente algumas aproximações com os valores da Ciência, principalmente no que se refere ao compartilhamento do paradigma positivista e da racionalidade marcada na Modernidade.

No tópico final deste capítulo, aprofundaremos a discussão sobre essa ligação, mas sem descuidar das especificidades próprias do jornalismo. Elege-se como foco de reflexão o fundamento objetividade jornalística, por compreender a sua ligação íntima com a reprodução dos valores sociais hegemônicos a partir das práticas cristalizadas da profissão e que são dirigidas para a busca de uma suposta aproximação entre a realidade social e a realidade contida nas notícias, que tem como máxima expressão a busca da “verdade” no processo de produção do conteúdo noticiado.

Para tratar da objetividade jornalística, herdeira do pensamento Moderno e da influência filosófica e científica da época, seria superficial não levar em consideração o entendimento do conceito e seus usos dentro desta prática institucionalizada, como se um conceito migrasse de um campo para o outro sem ser influenciado pela carga histórica e cultural deste novo espaço. Neste sentido, concordamos com a posição de Carlos Camponez (2014) ao trabalhar com contribuições das teorizações feministas para se pensar uma ética para o campo do jornalismo, de que o modelo da objetividade jornalística, construída sobre uma perspectiva racionalista, que privilegia o distanciamento e a frieza dos sentimentos, acaba por forçar os jornalistas a apagar as suas experiências pessoais enquanto as hierarquias e as rotinas organizacionais continuam a padronizar o seu trabalho:

O poder destes valores na cultura profissional – que, como vimos, de acordo com a crítica feminista, correspondem aos padrões patriarcais de entender a vida pública – ajudam-nos, por exemplo, a explicar a razão pela qual a denominada feminização das redações, a que temos vindo a assistir nas últimas décadas, não se tem refletido numa cultura profissional diferente, limitando-se, na maior parte das vezes, a repetir o modelo canónico (CAMPONEZ, 2014, p.119).

Mas a objetividade jornalística, enquanto um fundamento da profissão, é interpretada de forma muito distinta no campo do jornalismo, sendo relacionada a valores inerentes à prática, como o apartidarismo e o equilíbrio; a procedimentos epistemológicos, como a transparência e o rigor; aos valores estéticos, como clareza e concisão do texto; e também a valores éticos, como a justiça (DEMENECK, 2009). Para Demeneck, essas distinções se resumem “como um conjunto de valores e procedimentos orientados à verdade no jornalismo” (2009, p. 19).

Nesta direção, podemos considerar a suposição de que existira um método na prática jornalística que possibilitaria a aproximação da notícia com a verdade. A partir dessa premissa, a similaridade com as ideias de Augusto Comte, um dos principais idealizadores do positivismo, ficam nítidas. Os princípios positivo-funcionalistas se disciplinaram metodologicamente nas práticas comunicacionais e científicas ao mesmo tempo, segundo Cremilda Medina (2008). Em sua proposta sobre o espírito positivo, uma das formulações de Comte é a de que no regime definitivo da razão, a observação é a única base possível para conhecimento da verdade. E a realidade objetiva seria o privilégio do espírito positivo. Medina (2008) descreve os seis sentidos de positivo, que definiam uma ciência pragmática que responderia às conturbações da Modernidade, a partir de uma ideia de ordem e de progresso:

1. O real em oposição ao quimérico;
2. O que é útil em contraposição ao que é inútil;
3. Ao contrário da indecisão ou das dúvidas indefinidas, a certeza constituída pela harmonia lógica;
4. Um grau de precisão compatível com natureza dos fenômenos e conforme a exigência das verdadeiras necessidades humanas opõe o conceito de preciso a vago;

5. O significado mais banal, positivo versus negativo – caberia à filosofia organizar; e não destruir;
6. Reforça-se a tendência, necessária para Comte, de substituir em tudo o relativo pelo absoluto. (p. 20)

Os cânones desta filosofia, posteriormente reafirmados pela sociologia funcionalista, estão presentes na concepção dominante do que seria um bom jornalismo ou o jornalismo objetivo. Os dogmas são reproduzidos na prática profissional sempre que se aposta na objetividade da informação, na precisão da linguagem, na existência de um realismo positivo, na afirmação de dados concretos, porque “sempre que um jornalista está diante do desafio de produzir notícias, [...] os princípios ou comandos mentais que conduzem a operação simbólica espelham a força da concepção de mundo positivista” (MEDINA, 2008, p. 25). E as consequências da ilusão do rigor científico são bem destacadas por Santos (2009) ao considerar que ao quantificar o mundo, o desqualifica; ao objetivar os fenômenos, os objetiva e os degrada; e acaba por caricaturizar os fenômenos ao tentar caracterizá-los. Assim, as técnicas consolidadas na prática jornalística refletem esse ideário:

A ideologia do controle positivo dos saberes tanto nas ciências nobres quanto no jornalismo, reforça o conceito de objeto de conhecimento e, portanto, a relação sujeito-objeto, o que fundamenta a teoria e a metodologia da objetividade. Nessa relação objetiva se inserem os princípios de busca da verdade ou da comprovação dos dados objetivos por meio de técnicas e instrumentos tecnológicos que se utilizam na pesquisa ou na investigação. Tanto as gramáticas científicas quanto as gramáticas jornalísticas se constituem, no final do século XIX, fundamentadas na mesma visão de mundo e, por isso, também os conceitos operacionais e as técnicas de trabalho se conjugam (MEDINA, 2006, p. 9-10).

A ideia de verdade e de objetividade estão intimamente ligadas. A ideologia do controle positivo dos saberes reforça a relação sujeito-objeto, fundamento da teoria e metodologia da objetividade (MEDINA, 2006). Ao reafirmar esses princípios, o discurso jornalístico se torna um juízo oracular, que seria a resposta de deus sobre um questionamento

humano, falando o que as coisas realmente são, como destaca Wilson Gomes (2009), ao considerar o discurso autolegitimador do jornalismo de que as notícias não seriam uma narrativa, mas uma revelação das coisas como são. Assim, uma notícia verdadeira é aquela que diz a verdade sobre os fatos: “essa fórmula, muito simples, exprime a convicção comum de que a verdade pode residir no discurso que é a notícia e que a verdade situa-se numa adequação entre a notícia e o fato que se noticia” (GOMES, 2009, p. 35).

O maior problema desta correspondência entre o discurso e o fato é que ela considera os fatos como dados concretos e não como pertencentes à dimensão histórico-social, ou seja, sem a possibilidade de serem puramente objetivos (GENRO FILHO, 1989). A abertura de significado é intrínseca à manifestação de todo fato social, existindo “um componente subjetivo inevitável na composição mesma do fato, por mais elementar que ele seja” (p. 49). Neste sentido, o paradigma positivofuncionalista que se estabelece no campo influencia na negação de que existe uma interpretação direcionada a partir de visões de mundo dos jornalistas, como bem explica Adelmo Genro Filho:

Fica evidente que há uma interpretação e um sentido que devem brotar naturalmente dos próprios fatos, com base, portanto, nos preconceitos e concepções dominantes na sociedade, que se manifestam no chamado “bom senso”, expressão individual da ideologia hegemônica (GENRO FILHO, 1989, p. 43).

Aprofundando a discussão sobre a verdade no jornalismo, Franzoni *et. al.* (2011) consideram que os critérios e o tratamento dado aos eventos pelo jornalismo, como instituição social, são também fruto de circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais e, sob uma concepção foucaultiana, de jogos de poder.

A verdade no jornalismo também está sujeita a ser um mero efeito de estratégias de poder dentro e fora do seu próprio campo. Os relatos jornalísticos são parte e reproduzem uma ordem discursiva que dá significações a coisas e a situações conforme uma articulação de forças e “identifica o que é verdadeiro e o que é falso, determinando o que pode e deve ser dito e quem tem o direito à palavra” (FRANZONI *et. al.*, 2011, p. 50).

Entre os trabalhos mais atuais no Brasil sobre a objetividade jornalística, encontramos o da teórica Liriam Sponholz (2009), que

considera infrutífera a afirmação de que a objetividade não existe, pois esta posição não oferece alternativas para os jornalistas sobre qual a melhor forma de agir. Para ela, a afirmação legitimaria os repórteres a noticiarem acontecimentos que não presenciaram e a transmitir declarações de fontes de fácil acesso: “Quando se fala, portanto, de ‘objetividade’, ‘realidade’, ‘verdade’, o que está em jogo é o papel do jornalista como mediador da realidade” (SPONHOLZ, 2009, p. 11).

A defesa da autora da objetividade, mesmo enquanto meta, visa a correlação entre a realidade social e a realidade midiática a partir de métodos de investigação que sirvam para evitar uma falsa percepção. Mesmo que admita que o conhecimento total e absoluto da realidade não seja possível, não se pode deixar de notar que Sponholz aborda o trabalho do jornalista de forma romantizada, como ao considera-lo um mediador da realidade. Ao desconsiderar o processo de significar o mundo inerente à prática jornalística, defende a existência de duas realidades, uma social e outra midiática, em que a primeira deve ser bem retratada na segunda. Além do mais, a teórica parece caminhar na mesma direção de muitos outros autores, que como indica Genro Filho (1989), reconhecem que a objetividade plena é impossível e tomam isso como uma limitação, um sinal da limitação humana diante da subjetividade, “ao invés de perceber essa impossibilidade como um sinal da potência subjetiva do homem diante da objetividade” (p.186).

Mas o apego à ideia de que a objetividade jornalística ajudaria as notícias a retratarem a realidade da forma mais exata possível tem suas justificativas históricas e contextuais. O ideal da objetividade, que começa a se configurar na década de 1920 na imprensa dos Estados Unidos, está relacionado a declarações consensualmente validadas sobre o mundo e na separação radical entre fatos e valores. Esta concepção, entretanto, não representa uma crença ingênua nos fatos, mas “a imposição de um método projetado para um mundo no qual nem mesmo os fatos poderiam ser confiáveis” (SCHUDSON, 2010, p. 144).

A desconfiança nos fatos está inserida em um sentimento maior de desilusão com a sociedade democrática de mercado, que se intensifica com os problemas econômicos e políticos da década de 1930. Assim, “o pessimismo sobre as instituições da democracia e do capitalismo nos anos de 1930 tinha raízes nas dúvidas da década de 1920 a respeito da coletividade e da natureza humana, dos valores tradicionais e os conhecimentos adquiridos” (SCHUDSON, 2010, p. 148). A mudança de paradigma trazida pela psicologia, que questionava a razão humana, a partir da teorização sobre o subconsciente, abalou profundamente as concepções sobre o sujeito. No âmbito político, a inclusão de negros,

pobres, camponeses, imigrantes e mulheres na sociedade política, arranharam os privilégios do homem branco nativo e da elite, modificando até mesmo as percepções sobre o que seria a natureza humana. Schudson (2010) destaca:

A maioria das novas categorias de pessoas que as elites tiveram que considerar tinham sido ‘com frequência concebidas como seres passionais, incapazes de sustentar a racionalidade’. Em vez de lhes atribuir uma racionalidade, os cientistas sociais e outros estudiosos começaram a reconhecer a natureza humana em geral, substituindo um termo como ‘convicção’, que acentuava a racionalidade humana, por outros como ‘atitude’ e ‘opinião’, que indicavam que o pensamento e a expressão humanos mesclavam a razão e a paixão (SCHUDSON, 2010, p. 152).

Transformações tão marcantes nas configurações sociais e políticas geraram conturbações e incertezas principalmente nos estratos mais privilegiados com a antiga organização. Por isso, as reivindicações por formas confiáveis de entender o mundo, que trouxessem ordem em meio ao caos aos sujeitos aflitos. A confiança no método científico será uma das expressões máximas desse cenário, influenciando até mesmo o âmbito do jornalismo. A migração da objetividade do discurso científico do século XIX para os jornais “tem a ver com a formação de um público associado à luta por direitos individuais e por uma universalização do conhecimento” (DEMENECK, 2009, p. 32-33).

Walter Lippmann (2010), maior defensor do ideal da objetividade da época, escreveu sobre a importância de um método científico que proporcionassem às informações a veracidade necessária. Segundo Schudson (2010), isso significava a implantação de uma legislação que fiscalizasse a falsa documentação, além de defender na veracidade das informações das fontes jornalísticas a partir da sua identificação, a criação de instrumentos de pesquisa e agências de notícias apartidárias e a profissionalização dos jornalistas que teria como ideal o depoimento objetivo.

No clássico *Opinião Pública*, escrito em 1922, Lippmann discorre sobre a formação dos estereótipos enquanto um processo inevitável para que se tenha um mínimo conhecimento do mundo, sendo eles formados por relatos e pela própria imaginação, pois o acesso que cada pessoa tem à complexidade da vida é bastante limitado, ficando

restrito a pequenas esferas de proximidade e intimidade. A vida moderna potencializava a necessidade de um repertório vasto de estereótipos:

Mas a vida moderna é apressada e multifacetária, acima de tudo as distâncias físicas separam homens que estão frequentemente em contato vivo um com o outro, como o empregador e o empregado, o funcionário público e o eleitor. Não há nem tempo nem oportunidade para o conhecimento íntimo. Em vez disso observamos um traço que marca um tipo muito conhecido, e o resto das imagens preenchemos com os estereótipos que carregamos em nossas cabeças (LIPPMANN, 2010, p. 91).

As imagens estereotipadas seriam uma das barreiras para que os cidadãos integrantes da sociedade moderna estivessem embasados o suficiente para tomarem decisões importantes para a vida democrática. Além de poupar tempo, facilitando as relações cotidianas, o estereótipo “tende a preservar-nos de todo efeito desconcertante de tentar ver firmemente o mundo e vê-lo completamente” (LIPPMANN, 2010, p. 111). A descrença no papel do jornalismo na formação da opinião a partir das informações que faz circular também está presente no pensamento de Lippmann.

A crença de que os leitores encontrariam nos jornais as verdades necessárias para guiarem suas opiniões é questionada. O poder dos anunciantes na manutenção econômica do jornalismo e, conseqüentemente, na interferência sobre a linha editorial, reflete, para Lippmann (2010), em uma tentativa de não desagradar os leitores, que perderiam o interesse naquele jornal específico. Contudo, ele destaca como dificuldade principal o fato de ser humanamente impossível estar presente em todos os acontecimentos do mundo, mesmo para um jornalista. A existência de uma rotina padronizada facilita a atividade e “usualmente é a forma estereotipada assumida por um evento num lugar óbvio que revela o percurso das notícias” (LIPPMANN, 2010, p. 291).

Entretanto, não são somente os eventos óbvios que figuram como notícia. As situações mais inesperadas e complexas teriam a precisão relacionada com a quantidade de registros fiéis sobre um acontecimento fornecidos por outras instituições. Muitos destes dados seriam conseguidos por meio dos publicistas, repassando somente as versões que eles querem que o público conheça:

O desenvolvimento do publicista é um sinal claro de que os fatos da vida moderna não tomam a forma espontaneamente na qual eles podem ser conhecidos. Alguém precisa lhes dar uma forma, e uma vez que na rotina diária os repórteres não podem dar forma aos fatos, e que existe pouca organização desinteressada da inteligência, a necessidade por alguma formulação está sendo feita pela parte interessada (LIPPMANN, 2010, p. 294).

O abalo causado pelo advento das relações públicas, que se desenvolveram no início do século XX, voltadas a responder ao público, “recém definido como irracional, e não analítico; espectador, e não participante; consumidor, e não produtivo, e que ajudava a moldá-lo” (SCHUDSON, 2010, p. 157), foi imenso. No jornalismo norte-americano, a nova profissão chegou até mesmo a ameaçar a ideia da reportagem a partir do questionamento dos fatos, que passavam naquele momento por uma mediação e interpretação da parte interessada em defender quem assessorava:

As relações públicas foram um dos dois primeiros desenvolvimentos que fizeram os jornalistas suspeitarem dos fatos e os tornarem prontos a duvidar do empirismo ingênuo dos anos de 1820. O outro foi a propaganda no período da guerra. [...] Porém, durante e após a guerra, os jornalistas passaram a considerar qualquer coisa uma ilusão, já que, tão evidentemente, tudo era produto de artistas da ilusão conscientes de si. (SCHUDSON, 2010, p. 166-167).

Os jornais, sentindo os reflexos destas transformações, passaram por mudanças em suas configurações, práticas e valores. Uma das maiores foi, segundo Schudson (2010), o reconhecimento de que a subjetividade fazia parte do trabalho jornalístico e, portanto, estava presente também nas reportagens, fazendo surgir as matérias interpretativas, como uma adaptação à crescente complexidade da sociedade americana por conta de fatores sociais e econômicos, como a depressão, e também global, que ainda tentava superar as chagas deixadas pela I Guerra Mundial; a especialização dos repórteres em áreas específicas, tornando-os mais

críticos quando às informações repassadas pelas fontes; e o aumento de reportagens assinadas.

É neste momento que o ideal da objetividade, consolidado nos anos de 1930, começa aos poucos a surgir, como uma resposta à valorização da subjetividade. Presentes em editoriais da imprensa, era destacada a capacidade de seus jornalistas em evitar emocionalismos e garantir o poder de observação e o estilo descritivo das matérias jornalísticas. Os repórteres diários, responsáveis pelas matérias cotidianas precisavam “acreditar no valor de seu melhor trabalho na busca e apreensão dos fatos. Eles necessitavam de uma estrutura dentro da qual poderiam levar o próprio trabalho a sério e convencer seus leitores e críticos a levá-los a sério também” (SCHUDSON, 2010, p. 178).

Assim, a objetividade se consolida como uma necessidade do fazer jornalístico, não relacionada diretamente com a ideia de um realismo puro, mas com o reconhecimento inevitável da subjetividade do jornalista e da sugestão editorial. Porém, o alcance total de uma objetividade parece figurar mais como meta, um objetivo a ser perseguido. Embora posta em dúvida desde a sua concepção inicial, ela vigora ainda nos discursos dos jornalistas e das empresas, demonstrando que a objetividade ainda é um valor que vale a pena se apegar:

Os jornalistas passaram a acreditar na objetividade, na dimensão em que o fizeram, porque queriam, precisavam, foram forçados pela aspiração humana comum a buscar uma fuga de suas próprias convicções profundas acerca de dúvida e direção. [...] Certamente, a objetividade enquanto um ideal tem sido usada, e ainda é usada, mesmo de forma dissimulada, como uma camuflagem para o poder (SCHUDSON, 2010, p. 187).

Se seu surgimento esteve relacionado à decepção no olhar moderno (SCHUDSON, 2010), mais recentemente a objetividade ganhou outros significados e muitas perspectivas críticas, mas as marcas contidas nela, consoantes com a matriz do pensamento ocidental marcado pela Modernidade, “em que um conhecimento objetivo, factual e rigoroso não tolerava a interferência dos valores humanos” (SANTOS, 2009, p. 80), permanecem.

A concepção de que a objetividade jornalística resulta numa visão imparcial dos fatos está sujeita a algumas das mesmas críticas que têm sido feitas contra o positivismo em geral, como a concepção de que

o jornalista é separável da realidade social que noticia, que a produção de conhecimento ou verdade depende da neutralidade do observador/jornalista ou que quando isso feito, o conteúdo é neutro, estando garantida a sua veracidade (HACKETT, 1999).

Para garantir esta veracidade, os jornalistas utilizariam um método específico, constituído por uma série de técnicas ou procedimentos indispensáveis para a prática profissional. Um dos mais emblemáticos estudos sobre a objetividade foi feito pela socióloga Gaye Tuchman (1999), que observou o ritual estratégico utilizados pelos jornalistas para garantir a objetividade no que se refere à forma, às relações dentro da organização e ao conteúdo, como ela explica:

Por forma, entendo aqueles atributos das notícias e dos jornais que exemplificam os processos noticiosos, como o uso das aspas. Por conteúdo, entendo aquelas noções da realidade social que os jornalistas consideram como adquiridas. O conteúdo é também relacionado com as relações interorganizacionais do jornalista, pois as suas experiências com essas organizações levam-no a tomar por certas algumas coisas acerca delas. Finalmente, sou de opinião de que o manuseamento da ‘estória’, isto é, o uso de certos procedimentos perceptíveis ao consumidor de notícia, protege os jornalistas dos riscos da sua atividade, incluindo os críticos (TUCHMAN, 1999, p. 75).

Os procedimentos utilizados para minimizar os riscos da profissão são compartilhados por esta cultura profissional, sem grandes reflexões sobre a sua eficácia. O senso comum na prática jornalística seria, então, aquilo que a maioria dos profissionais considera como verdadeiro, ou dado como adquirido, desempenhando um papel importante na avaliação do conteúdo noticioso, determinando se uma informação será aceita ou não como um fato, segundo a pesquisadora (1999). A partir desta perspectiva, a busca pela verdade e o trabalho de construção de um relato fiel e “imparcial” do jornalista são totalmente abalados.

Tuchman cita algumas das técnicas comuns aos jornalistas para a garantia da objetividade: a apresentação das possibilidades conflituais e de provas auxiliares, o uso das aspas e a elaboração da informação em uma sequência apropriada. Embora bastante consolidados na prática

jornalística, estes procedimentos podem ser considerados estratégias que fazem com que o discurso jornalístico pareça neutro, “objetivo”.

Contudo, o enquadramento da notícia, destacado por Stuart Hall *et. al.* (1999), ainda parte de suposições cruciais sobre a sociedade a partir de uma ideologia dominante, utilizando-se de definidores primários nas reportagens e privilegiando a voz dos poderosos. As técnicas da objetividade acabam servindo como camuflagem para a circulação de discursos hegemônicos, como destaca Fairclough (2001), que contribuem para a manutenção das desigualdades sociais e naturalizam as relações de poder.

A exigência metodológica para a cobertura isenta dos fatos, presente no pressuposto da objetividade, encobre ainda a complexidade dos contextos, de acordo com Medina (2006). A considerada pela autora “ilusão de ótica objetivista”, e sua dicotomia sujeito-objeto, impossibilita a relação sujeito-sujeito, essencial para que se descubra as forças do processo social em prol de uma narrativa contemporânea, que privilegie a polissemia e a polifonia do presente. A aposta de Medina para uma melhor atuação jornalística é a tríade: razão complexa, sensibilidade afetuosa e ação transformadora.

Para a autora, não se pode desconsiderar que a infiltração de valores e opções ideológicas do jornalista acontece muitas vezes de forma inconsciente e se refere a atuação jornalística se dar sobre situações humanas altamente cifradas pela cultura e pelas múltiplas forças econômicas, políticas, sociais e individualizadas nos sujeitos protagonistas:

Mas a fronteira estrita entre sujeito-repórter e objeto-fonte de informação é atravessada pela ideologia do autor, e não pelos desafios de compreensão do outro ou da situação assim encarada como objeto de investigação. Ao cobrir determinado contexto e seus protagonistas, é mais usual uma narrativa que encobre do que um ensaio que descobre (MEDINA, 2006, p. 58).

Ao mapear os diversos estudos que criticam a objetividade jornalística, Hackett (1999) explica que uma das linhas de abordagem é a que considera a ideologia como enquadramento ou quadros do mundo a serviço do poder. Isso não limitaria a ideologia a um favoritismo, mas a imagem da sociedade em geral. Os programas e reportagens podem ser equilibrados, apresentando pontos de vista concorrentes, mas a questão

são os problemas relativos ao modo e razão do acontecimento ser tratado de uma forma específica. Por isso, esta linha de pensamento considera que seria ineficaz insistir no fato dos jornalistas aderirem à imparcialidade, pois significaria simplesmente ajudar a notícia a se tornar ainda mais eficaz na dissimulação do seu enquadramento ideológico.

A problemática ultrapassa as questões envolvendo a verdade dos fatos e se inspira na lúcida posição de Miquel Rodrigo Alsina (2009) de que os jornalistas podem enganar dizendo a verdade. A tendência da racionalidade, de objetivar ao máximo a realidade social, implica na redução das interpretações alternativas, pois somente algumas serão consideradas legítimas. Desta forma, toda a interpretação que ultrapasse esse universo de possibilidades aceitas, será creditada como sem propósito informativo (ALSINA, 2009).

Entende-se então, no âmbito desta pesquisa, que, independente dos sentidos produzidos sobre a objetividade, se como uma meta inalcançável ou como uma norma imprescindível para o bom jornalismo, ela segue a mesma tendência de descorporificação criticada por Donna Haraway (1995) nas ciências, eximindo, ou pretensamente eximindo, os jornalistas de suas práticas de visualização sobre o mundo. Por outro lado, não se nega a importância da objetividade no jornalismo, pois, utilizando a metáfora de Haraway, “é preciso enxergar bem”. O que a ideia de neutralidade, universalidade, imparcialidade e objetividade descorporificada ofereceram foram imagens turvas, camufladas e distorcidas, carregadas de preconceitos e estereótipos sobre a sociedade e os sujeitos, influenciando o conhecimento que o jornalismo produz.

Assim, propõe-se que é possível ver o mundo de maneira mais objetiva, desde que se apoie em perspectivas parciais e localizadas. Neste sentido, não existiria a pretensão de que essas perspectivas seriam puramente mais objetivas, mas somente elas ofereceriam a possibilidade de conexão e a recusa por verdades absolutas, atuando na mediação dos “múltiplos sentidos das coisas (polissemia), assim como as múltiplas vozes (polifonia), que expressam o conflito de visões” (MEDINA, 2006, p. 23). Alicerçado na racionalidade moderna, considera-se que o conhecimento produzido pelo jornalismo hegemonicamente é o que Santos (2009) chama de conhecimento mínimo, desencantado e triste, pois fecha as portas para muitos outros saberes sobre o mundo.

No que se refere à produção de um jornalismo feminista, isso significa, por exemplo, dar atenção às vozes de distintas mulheres, as negras, lésbicas, indígenas, periféricas, profissionais do sexo, quilombolas, etc., que ofereçam novos sentidos e saberes – em oposição à essencializada mulher da mídia hegemônica, que é tematizada a partir

de fontes institucionais. Admitir que os jornalistas são sujeitos corporificados e, assim, presentes em todos os discursos produzidos, influenciando a realidade narrada e construída, permite a responsabilização e a reflexão sobre suas práticas.

2.4 A IMPRENSA FEMINISTA NA LUTA POR DIREITOS

A suposta falta de capacidade intelectual dos grupos inferiorizados por uma maioria dominante foi, durante muitos séculos, a justificativa para afastá-los do acesso ao estudo formal. Olhando com mais atenção à história das opressões e subjugações parece nítido que o afastamento do letramento se deu pelo temor de que passassem a deter o poder da escrita, da leitura, da reflexão e da expressão, denunciando assim a situação de opressão que viviam. Muitos ansiavam tanto por essas possibilidades que, sozinhos, se alfabetizavam. Se os corpos ainda podiam ser controlados, as mentes já gozavam de certa autonomia do saber.

No Brasil, foi durante o século XIX que as mulheres passaram a ter direito ao letramento, rompendo, de certa forma, com a ideologia que lhes atribuía apenas o atributo da emoção em oposição à razão destinada aos homens. Contudo, nunca é demais ressaltar que esse acesso continuava restrito, alcançando apenas mulheres das classes dominantes. Mesmo que privilegiando apenas algumas, essa mudança teve grande importância para o processo maior de construção da consciência feminista, pois abriu o caminho para a sua inclusão no espaço público, contrariando o senso comum da época de que “a mulher só deve sair de casa três vezes: para batizar, casar e enterrar” (DUARTE, 2016, p.14).

A restrição da mulher ao espaço doméstico funcionava mais como um ideário do que uma vivência concreta, principalmente para quem não fazia parte da elite, pois “a mulher pobre sempre trabalhou nos mais variados ofícios, como costureira, fiandeira, fabricante de botões ou de rendas, ourives, polidora de metais, cervejeira, criada de lavoura, criada doméstica ou ama, mas sem visibilidade” (MONTEIRO; GATI, 2012, p. 3.072). É a partir do século XIX, com o ingresso nas fábricas, que o trabalho das mulheres operárias, em troca de salário, passa a ser realmente visto e as percepções sobre o lugar delas na sociedade começam a ser alargadas. A possibilidade de ingressar na educação formal surge neste cenário de mudanças, influenciada pelas transformações que já estavam acontecendo na Europa.

Constância Lima Duarte (2016) constata que é neste período, praticamente ao mesmo tempo, que a literatura, a imprensa e a consciência feminista surgem no Brasil. Assim que as primeiras mulheres alcançam o letramento, elas passam a se apoderar da escrita crítica e da denúncia da condição feminina da época:

E independente de serem poetisas, ficcionistas, jornalistas ou professoras, a leitura lhes deu consciência do estatuto de exceção que ocupavam no universo de mulheres analfabetas, da condição subalterna a que o sexo estava submetido, e propiciou o surgimento de escritos reflexivos e engajados, tal a denúncia e o tom reivindicatório que muitos deles ainda hoje contém (DUARTE, 2016, p. 14).

Os jornais e as revistas foram as primeiras publicações das mulheres, antes mesmo dos livros, se dividindo entre dois tipos de produção que tiveram diferentes contribuições para a formação intelectual das mulheres e para a construção de suas identidades: a imprensa feminina e a imprensa feminista. Demarcar essa diferença é importante, pois a primeira se refere a um conceito mais sexuado, em que o “sexo das leitoras”¹⁹ (BUITONI, 1986) figura como aglutinador. Dulcília Schroeder Buitoni (1986) demarca a diferença entre a chamada imprensa feminina ou imprensa voltada para as mulheres, termo que parece mais adequado, e a feminista, considerando que, embora a primeira tratasse pontualmente dos direitos das mulheres, seus objetivos não eram políticos. Em *Mulheres de papel*, a autora considera ao fim da análise das publicações que ela “colabora para a mitificação e mistificação do ser feminino, ajudando a manter padrões” (BUITONI, 1981, p. 144), e, em última instância, aparece a tendência de diluir os conflitos sociais.

O surgimento da imprensa feminista na Europa, enquanto ferramenta de luta antes mesmo do movimento pelo sufrágio, pode ser considerado uma consequência da Revolução Francesa, sendo observada também nesta época na Alemanha e na Itália. A primeira publicação francesa, segundo Buitoni (1986), chamada *L’Athénée des Dames*, enfrentou tanta resistência por parte de suas leitoras que “lhes escreviam

¹⁹ Os nomes dos jornais femininos, desde o século XIX, já demarcavam o sexo das leitoras como aglutinador: *Recreio do Bello Sexo* (1856); *Bello Sexo* (1862); *O Sexo Feminino* (1875-1877) (BUITONI, 1981).

dizendo ser a resignação a solução para os problemas femininos” (p. 30), e acabou fechada em 1809, por ordem do imperador. Destinada ao mesmo público, mas com outros objetivos, a imprensa feminista já se concentrava em protestar fortemente contra a discriminação e opressão vivida pelas mulheres, defendendo direitos civis e políticos (DUARTE, 2016).

No livro *Imprensa feminina e feminista no Brasil – século XIX*, Duarte (2016) constrói um dicionário ilustrado contendo 143 títulos de revistas e jornais femininos e feministas em circulação no Brasil naquele século. A pesquisadora destaca a larga circulação que tiveram essas publicações, em diversos estados do País, não somente na Capital, e alguns até mesmo no exterior. O primeiro título encontrado de um periódico voltado para as mulheres foi o jornal *O Espelho Diamantino*, que teve sua primeira edição em outubro de 1827, no Rio de Janeiro. Contudo, a publicação foi fundada por um homem, Pierre Plancher, que se apressou em se adaptar às mudanças da época. Sobre esse protagonismo dos homens nos jornais femininos, Duarte (2016) comenta:

É interessante observar como os títulos dos primeiros jornais e revistas se relacionavam ao campo semântico da educação, revelando a ideologia patriarcal que os dominava. Ao se apresentarem como *Mentor*, *Farol*, *Manual*, *Despertador* ou *Espelho*, eles se colocavam acima das mulheres e como guias responsáveis pela mudança de seu *status quo* (DUARTE, 2016, p. 21).

As mulheres, embora ainda não tivessem o controle editorial das publicações, começaram neste período a escrever para eles. Nísia Floresta²⁰, por exemplo, inicia sua carreira como escritora em um jornal de Recife, *O Espelho das Brasileiras*, de 1831, fundado pelo francês Adolphe Emile de Bois Garin. Já os primeiros jornais que surgem de iniciativas de mulheres que se tem registro foram *Belona Irada contra os Sectários de Momo e Idade de Ouro*, de 1833, em Porto Alegre, sob responsabilidade da escritora Maria Josefa Barreto. Segundo Duarte

²⁰ Nísia Floresta foi uma das primeiras mulheres no Brasil a ter textos publicados na imprensa. De acordo com Constância Lima Duarte (2008), desde 1830, seu nome esteve presente em diversos periódicos nacionais, comentando assuntos polêmicos como os direitos das mulheres, dos índios e dos escravos.

(2016), os dois periódicos eram abertamente políticos e se posicionavam em prol do Partido Conservador. Polêmicos, os jornais se diferenciavam dos objetivos das publicações da época. Além disso, sua fundadora “Maria Josefa não era lady, era uma trabalhadora e uma mulher ‘de faca na bota’” (MUZART, 2003, p. 229).

Talvez por esses motivos, o *Belona Irada* tenha sido esquecido por um bom tempo e o *Jornal das Senhoras*, que surge em 1852 no Rio de Janeiro, fundado pela jornalista Joana Paula Manso de Noronha, tenha sido considerado o fundador do periodismo feminino, que trazia como reivindicação “uma instrução mais consciente para as meninas. Ao lado de notas sociais e comentários sobre moda e receitas, são estampados artigos clamando por melhores condições de vida” (DUARTE, 2016, p. 22).

As feministas passaram a utilizar os jornais e revistas como forma de divulgar as suas lutas e buscar mais adeptas para as suas mobilizações. Uma das razões para a proliferação dos periódicos de mulheres no século XIX foi exatamente a busca por direitos. Primeiramente, o direito à educação, em segundo, à profissão e, posteriormente, ao voto (MUZART, 2003). Não é de se espantar que, como pontua Zahidé Lupinacci Muzart (2003), foram estas que sofreram mais com o “esquecimento político” na história. Aquelas que “compactuaram com o *status quo*, que compactuaram com ditaduras e opressões, ou simplesmente foram senhoras burguesas bem comportadas, essas foram muito louvadas” (MUZART, 2003, p. 227).

De todo modo, as publicações que surgem a partir deste momento são bastante variadas tanto aos temas que abordam quanto sobre quem escreve nestas páginas. Muzart (2003) destaca que o campo de atuação das mulheres no século XIX foi enorme, não se restringindo mais apenas às mulheres brancas das camadas dominantes da sociedade e não somente às temáticas de gênero, mas com enfoque em outras pautas, como na luta contra a escravidão de pessoas negras. A pesquisadora ressalta que os periódicos femininos funcionaram ainda como uma “rede de sororidade”²¹, articulando as mulheres do Norte ao Sul do Brasil:

Delminda Silveira, por exemplo, poetisa de Florianópolis, publicou no Ceará, em Pelotas, em São Paulo e outros lugares. Ibrantina Cardona, que

²¹ A sororidade se refere à possibilidade de uma solidariedade entre mulheres em oposição à ideia estereotipada de rivalidade e competição.

viveu alguns anos em Desterro, publicou em Florianópolis, no Rio, em São Paulo, no Mato Grosso. Assim também Júlia Lopes de Almeida, que publicou no Brasil todo, e muitíssimas outras. Além de poemas, contos e crônicas, é na seção de cartas que se encontra esse diálogo entre elas. Embora segregadas da vida literária, da vida produtiva, refugiaram-se nessas atividades não respeitadas e encaradas com olhares condescendentes, tais como brinquedos de crianças com quem elas seriam sempre identificadas (MUZART, 2003, p. 231).

As mulheres que se dedicaram à escrita tiveram papel importante em trazer à tona discussões que ficaram por muito tempo silenciadas, seja tratando dos assuntos mais cotidianos da vida das mulheres ou tecendo críticas aos padrões impostos. Céli Regina Jardim Pinto (2003) lembra ainda a atuação das feministas em pequenos jornais, muitas vezes artesanais, feitos por uma ou duas pessoas e com circulação bem mais restrita.

Se no século XIX, a atuação das feministas na imprensa teve como objetivos primordiais a circulação de suas críticas sobre a condição das mulheres e a busca por mais participação nas lutas do movimento na época, no século XX, o olhar também foca na mídia, mas principalmente na contestação dos estereótipos que estão presentes nela. A maneira como são representadas, reforçando os papéis atribuídos ao seu gênero ganham atenção. A partir deste descontentamento, que se torna mais latente durante a “segunda onda” do feminismo, elas defendem “a necessidade de criar um discurso próprio, capaz de fazer questionamentos e promover mudanças” (WOITOWICZ; PEDRO, 2010, p. 1).

Neste contexto, é que se podem notar os motivos da aproximação do movimento feminista com a mídia alternativa. Karina Janz Woitowicz e Joana Maria Pedro (2010) identificam a ideia de mídia alternativa como aquela surgida no Brasil nos anos de 1960, durante o regime militar, mas que permanece ao longo das décadas, relacionada aos movimentos sociais, defendendo o direito à comunicação e à expressão das minorias sociais, figurando como parte integrante de suas lutas por cidadania. As pesquisadoras especificam:

[...] compreende-se a mídia alternativa a partir do seu caráter contra-hegemônico e dos parâmetros diferenciados dos meios tradicionais no que se

refere às suas formas de produção, circulação e consumo, assumindo características próprias. Em outros termos, está se considerando mídia alternativa a produção de grupos e movimentos sociais, que criam canais de resistência e promoção de lutas através dos seus espaços de comunicação, em diferentes suportes (WOITOWICZ; PEDRO, 2010, p. 3).

São exatamente as características contra-hegemônicas das organizações feministas que são potencializadas nas mídias alternativas, figurando como resistência às abordagens tradicionais e produzindo novos sentidos. A mídia e, especificamente, o jornalismo produzido por feministas, tornam-se uma estratégia de ação política (WOITOWICZ; PEDRO, 2010).

Dois jornais feministas se destacam em São Paulo, o Brasil Mulher, publicado pela *Sociedade Brasil Mulher*, com edições de 1975 a 1980, e o *Nós Mulheres*, publicado pela Associação de Mulheres, circulando 1976 a 1978. As publicações são consideradas inovadoras na linguagem e nas reivindicações, dando cobertura aos assuntos que não eram abordados na imprensa tradicional (LEITE, 2003). As “militantes do Brasil Mulher e do Nós Mulheres eram majoritariamente oriundas da esquerda, muitas das quais com passagem pela experiência da militância clandestina, da prisão, da tortura e/ou do exílio” (LEITE, 2003, p. 235).

Em relação aos temas presentes nas páginas dos jornais, Rosalina de Santa Cruz Leite (2003) destaca no Brasil Mulher a afirmativa que norteava a produção como a luta das mulheres pela sua emancipação, debatendo sobre a superação da sociedade patriarcal. Os assuntos da atualidade, como a realidade do País pós luta armada e a reorganização dos movimentos sociais, também figuravam como centrais. Leite (2003) elenca os temas mais presentes nas edições dos dois jornais feministas:

1 – Temas da conjuntura geral:: – Eleições (1976/1978); – Movimento pela Anistia; – Campanhas contra a carestia e por creches. 2 – Temas específicos: – Direitos da mulher no campo da reprodução: pílulas anticoncepcionais, planejamento familiar, sexualidade, aborto; – Creche e organização popular de mulheres; – A mulher e o trabalho: salários diferenciados, discriminação no cotidiano do trabalho, direitos trabalhistas, trabalho noturno, profissionalização

para as mulheres etc. – Violência doméstica (LEITE, 2003, p. 240).

A omissão das pautas abordadas na imprensa feminista pela mídia tradicional demarca a importância da existência destas publicações. Após esta breve apresentação do surgimento da imprensa feminista no Brasil e sua presença durante os períodos de maior efervescência dos movimentos sociais, apresenta-se os portais em atuação no Brasil atualmente que articulam o jornalismo e o feminismo e são integrantes de um novo momento político de contestação dos valores e hierarquias sociais. E fazem parte da chamada “Primavera das Mulheres”, iniciada em 2015, a partir de uma série de manifestações nas redes sociais e de protestos nas ruas de todo o País.

As pautas deste levante feminista são diversas, mas é possível destacar principalmente o combate ao assédio e a violência sexual, presentes em todos os espaços ocupados pelas mulheres, o direito ao corpo vinculado à descriminalização do aborto e o respeito às diferenças entre as mulheres, com a participação das mulheres trans e travestis no movimento, as potentes trocas com as mulheres indígenas e a valorização das demandas das mulheres negras, compreendendo a articulação sistemática e violenta entre o sexismo e o racismo.

2.5 AS INICIATIVAS INDEPENDENTES QUE ARTICULAM JORNALISMO E GÊNERO

Em mapeamento na Internet feito em agosto de 2017, foram encontrados 9 portais que apresentam como proposta a articulação entre jornalismo, gênero e feminismo no País. Para selecionar as iniciativas, foi utilizado como referência o trabalho realizado pela Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo - Agência Pública (<http://apublica.org/>), em 2016, que construiu um levantamento intitulado Mapa do Jornalismo Independente²², apresentando as experiências de jornalismo independente online com diversos enfoques. A metodologia utilizada para mapear as iniciativas levou em consideração as seguintes premissas: as organizações que produzem primordialmente conteúdo jornalístico; organizações que nasceram na rede; projetos coletivos, que não se resumem a blogs; e sites não ligados a grandes grupos de mídia,

²² <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/index.html>

políticos, organizações ou empresas. A partir desta primeira seleção, foi realizada uma segunda triagem:

Após um levantamento inicial, chegamos a pouco mais de 100 nomes. A partir daí, enviamos um questionário com o intuito de confirmar o alinhamento a esses critérios. O questionário continha as seguintes perguntas: A sua organização, entidade ou coletivo produz primordialmente conteúdo jornalístico? Possui caráter comercial? Qual é a missão da sua organização? Há quanto tempo a organização existe? Como a sua organização se mantém? Qual é a figura jurídica? Qual(is) a(s) cidade(s) de nascimento da iniciativa e de cobertura atual? Qual é a principal plataforma? (Agência Pública).

O mapa construído pela *Agência Pública*, a partir dos critérios apresentados que privilegia sites com conteúdo jornalístico, elencou oito iniciativas que têm em suas propostas a discussão das temáticas de gênero. Os blogs foram excluídos desse mapeamento por, segundo a explicação metodológica, apresentarem um caráter mais autoral e menos jornalístico. Optou-se assim em seguir as delimitações da *Pública*, não elencando dois blogs importantes (Blogueiras Negras e Blogueiras Feministas) que se definem como veículos de comunicação, mas não trabalham com as especificidades do jornalismo. Em contrapartida, foi incluído o Coletivo de Jornalistas Feministas Nísia Floresta, por considerar que mesmo não tendo como foco a produção de conteúdo jornalístico, embora a faça também, apresenta importantes discussões que articulam o jornalismo e o feminismo.

Uma pequena apresentação dos portais que se enquadram no enfoque trabalhado:

Think Olga²³ – É uma ONG feminista criada em abril de 2013, com o objetivo de produzir conteúdo que reflita sobre a complexidade das mulheres e as trate com seriedade. A missão da ONG é empoderar mulheres por meio da informação e retratar as ações delas em locais onde a voz dominante não acredita existir nenhuma mulher. A luta é para que as mulheres possam ter mais escolhas e garantir que façam essas escolhas de maneira informada e consentida, “sem que tenham que pedir desculpas

²³ thinkolga.com

por tais decisões”. Produtos relacionados ao jornalismo: *Minimanual de Jornalismo Humanizado*, que reúne dicas para jornalistas e veículos que desejam produzir comunicação sem preconceitos; *Entreviste uma Mulher*, o projeto consiste em um banco de dados com nomes de mulheres especialistas nas mais diversas áreas, todas disponíveis para serem entrevistadas por jornalistas e produtores de conteúdo, a fim de combater a ausência de fala feminina em matérias e reportagens jornalísticas. No site do *Think Olga*, pode ser encontrada a produção de algumas notícias e a reprodução de links com matérias sobre a temática de outros veículos da mídia, mas não com muita regularidade.

Cientista que virou mãe²⁴ – Criada em 2015, é a primeira plataforma brasileira de informação produzida exclusivamente por mulheres mães. O objetivo principal do site é promover a reflexão crítica sobre a realidade das mulheres e da infância, oferecer apoio para o fortalecimento de mulheres mães e, principalmente, produzir informação à margem da mídia tradicional hegemônica, “que é machista, desvaloriza mulheres e nos vende como produtos às grandes corporações” (CIENTISTA QUE VIROU MÃE, 2017, S/N), São cientistas, jornalistas e demais produtoras independentes de conteúdo que afirmam produzir o tipo de informação que as mulheres precisam. O funcionamento do site se baseia no financiamento coletivo de todos os textos. As leitoras e leitores acessam, escolhem o texto que querem apoiar por seu título e resumo e contribuem com o que querem. Atingido o valor mínimo, o texto é publicado com livre acesso a todos.

Lado M²⁵ - O Lado M foi criado para falar sobre empoderamento feminino por meio de reportagens, vídeos e ensaios fotográficos. Em sua descrição, informa que um cenário de empoderamento feminino e igualdade de gênero adicionaria US\$ 28 trilhões ao PIB global em 2025, o equivalente à soma dos PIBs dos EUA e da China, as duas maiores economias do mundo. Mas, além de um ganho financeiro, conquistar a igualdade de gênero seria um importante ganho social, pois a cada 7 minutos, uma mulher é agredida no Brasil, a cada 90 minutos há um caso de feminicídio e todos os anos mais de 100 mil meninas com menos de 13 anos são violentadas. “Por isso, mais do que nunca, é preciso falar sobre empoderamento feminino e dar poder às mulheres. É para isso que o Lado M existe: por meio de textos, campanhas, consultorias, palestras,

²⁴ www.cientistaqueviroumae.com.br

²⁵ <http://www.siteladom.com.br/>

cursos e muito mais, mostramos que as mulheres têm direitos, poderes e merecem respeito” (LADO M, 2018, S/N).

Coletivo de Jornalistas Feministas Nísia Floresta²⁶– O coletivo nasceu em Curitiba para integrar mulheres jornalistas e feministas. Seu objetivo é se tornar um espaço para a discussão sobre as intersecções entre o jornalismo e o feminismo. Se propõe a discutir pautas, sugerir fontes mulheres, debater a participação da mulher na profissão, divulgar relatórios a respeito do tema, postar links para o debate sobre jornalismo e feminismo e também temas em geral que envolvam a mulher e o feminismo. O coletivo se define como mais que um observatório de Mídia e Gênero: é um espaço que se presta a defender os direitos humanos das mulheres. Algumas atividades: *Pergunte a elas* – “Precisa de fontes para uma matéria que está escrevendo? Entrevista uma mulher!”; *Seção crítica de mídia* – matérias de outros veículos de jornalismo são analisadas e também existem críticas sobre o silenciamento midiático em relação a alguns temas; *Seção de Entrevistas* (pouca frequência) – entrevistas com mulheres, uma delas é com a Maria da Penha²⁷; *Seção Mídia Feminista* – Algumas matérias curtas incluindo a divulgação de eventos culturais.

Gênero e Número²⁸ - A *Gênero e Número* se define como uma iniciativa independente de jornalismo de dados voltada ao debate de gênero. Procura, assim, dar visibilidade a dados e às evidências relevantes para o debate sobre equidade de gênero por meio de diferentes produtos que têm em comum o conteúdo de qualidade. A produção jornalística que preza pelos fatos e dados abertos é o carro-chefe do site. Se define como *startup* e organização de mídia independente que valoriza a inovação nas práticas e na forma de se relacionar com as audiências, “abraçando com entusiasmo plataformas online e presenciais e formatos diversos para expandir debates e narrativas” (GÊNERO E NÚMERO, 2017, S/N). A conexão da *Gênero e Número* com os temas de gênero em pauta no debate público tem a diversidade e a interseccionalidade em perspectiva, considerando o contexto estratificado em que hoje se inserem o Brasil e tantos países da América Latina.

²⁶ coletivonisiafloresta.wordpress.com

²⁷ [Link](https://coletivonisiafloresta.wordpress.com/category/entrevistas) da entrevista:

<https://coletivonisiafloresta.wordpress.com/category/entrevistas>

²⁸ www.generonumero.media

Nós, Mulheres da Periferia²⁹ – O coletivo é formado por oito jornalistas e uma designer, todas moradoras de bairros da periferia do município de São Paulo (SP). Sua proposta é reduzir esse espaço vazio existente na imprensa e a falta de representatividade, buscando mais protagonismo e visibilidade. Além de reconhecer e fazer parte desta luta, a proposta do coletivo é “construir um espaço com informações que extrapolem a questão de gênero a atinja o campo social e étnico, onde a exclusão é muito maior” (NÓS MULHERES DA PERIFERIA, 2017, S/N). O site tem produz regular de matérias e reportagens que envolvem as temáticas de gênero relacionadas a outros marcadores sociais como raça, classe e etnia.

Portal Catarinas³⁰ - A proposta de trabalho definida em sua linha editorial consiste no desenvolvimento de conteúdo jornalístico com perspectiva de gênero, no âmbito dos direitos humanos e enfoque no direito das mulheres. “Quando falamos em gênero, tratamos também do termo equidade, pois em uma sociedade patriarcal, para que se estabeleça a igualdade entre homens e mulheres, é necessário construir condições sociais de forma que tais diferenças não se tornem desigualdades” (PORTAL CATARINAS, 2017, S/N). A perspectiva é perpassada pelas temáticas de sexualidade, problematizando a heteronormatividade como regra e os binarismos de gênero, a partir dos questionamentos: “O que é ser mulher e o que é ser homem em nosso tempo? É possível ser homem e mulher para além dos padrões sociais estabelecidos ao longo da história da humanidade? Chegará um tempo em que seremos aquilo que queremos ser, sem que se estabeleçam regras sobre nossos corpos e nossas práticas? (IDEM)”. Assim, ressaltam que pretendem contar a história do tempo presente através do jornalismo.

AzMina³¹ – é uma instituição sem fins lucrativos cujo objetivo é usar a informação para combater os diversos tipos de violência que atingem mulheres brasileiras, considerando as diversidades de raça, classe e orientação sexual. Realizam consultorias, palestras e debates para aprofundar a discussão sobre os direitos da mulher. Também são autoras e coautoras de campanhas de conscientização nas redes sociais como a #CarnavalSemAssédio e #MamiloLivre. Já a *Revista AzMina* é uma

²⁹ nosmulheresdaperiferia.com.br

³⁰ catarinas.info

³¹ azmina.com.br

publicação online e gratuita para mulheres que teve início em 2015. Nela há jornalismo investigativo “acessível, de qualidade e sem rabo preso com anunciantes” (AZMINA, 2017, S/N). Se define como uma equipe diversa apaixonada pelo projeto e dedicada a usar o jornalismo e a educação para ajudar a melhorar o mundo, principalmente para as mulheres. Algumas reportagens são financiadas pelo Programa de Bolsas de Reportagem revista, que é o financiamento coletivo, com meta mensal de arrecadação de R\$ 10 mil.

Revista Capitolina³²– É uma revista online independente para garotas adolescentes. Criada ao sentirem falta de ter suas experiências representadas na mídia para este público, a revista tem a intenção de estabelecer um “diálogo honesto com as leitoras, sendo acessível e interessante de forma inclusiva, sem restrições de classe social, raça, orientação sexual, aparência física, ou qualquer outra forma de interesse” (CAPITOLINA, 2017, S/N). As discussões abordam as temáticas: escola, relacionamentos, games, gadgets, moda e culinária. A cada mês, as matérias principais se adequam a um tema escolhido por elas. Além disso, existem colunas diárias sobre diversas áreas de interesse. O conteúdo é todo escrito e ilustrado por colaboradoras, e inclui também quadrinhos, ensaios fotográficos e produção literária. A revista conta com colaboradoras de diversas áreas, entre elas jornalistas, que escrevem sobre temas específicos nas editoriais e colunas. As matérias são assinadas e contam com fotos, ilustrações e vídeos. As temáticas abordadas se assemelham as das revistas mais tradicionais para o público adolescente, mas são tratadas de forma mais plural, demonstrando questionamentos sobre a heteronormatividade e a inteligibilidade hegemônica de gênero.

Como podemos observar nas descrições dos portais, as formas de atuação são bastante diversas, estando entre as atividades a curadoria e reprodução de matérias de outros veículos de comunicação; a crítica de mídia; a publicação de artigos; a elaboração de manuais de práticas jornalísticas; o envio de sugestões de pauta para outros veículos; as campanhas como “Entreviste uma mulher”; as denúncias assédio dentro da profissão; e a produção de reportagens próprias. A maior parte deles foi criado a partir de 2013, quando se observa uma profusão de portais.

A primeira constatação feita ao entrar na maioria dos sites foi de que as abordagens sobre as assimetrias de gênero consideram outros marcadores sociais, demonstrando a presença da perspectiva feminista

³² www.revistacapitolina.com.br

interseccional. Esta característica parece indicar a tentativa de ruptura com os sentidos produzidos pela mídia tradicional, que ainda aborda as temáticas que envolvem as mulheres de maneira essencializada, privilegiando as vozes de mulheres brancas, de classe média e heterossexuais.

Entre as pautas dos portais é nítido o caráter interseccional dos textos, como em “Por que a cultura nerd odeia as mulheres negras?” e “Dez demandas para #VisibilidadeLésbica”, do Think Olga; “Mulheres no centro da luta por território e por sobrevivência dos povos quilombolas” e “Taxa de homicídio de mulheres negras subiu 14% na última década, enquanto de brancas caiu 8%”, do Gênero e Número; “A história do único acampamento cigano chefiado por mulheres” e “Criminalização do aborto mata mais mulheres negras”, da Revista Az Mina. Como bem destaca Djamilia Ribeiro (2017), tirar da invisibilidade o caráter interseccional das pautas sociais se mostra importante para que “fujamos de análises simplistas ou para romper com essa tentação de universalidade que exclui” (RIBEIRO, 2017, p. 42-43).

São poucos os trabalhos que tenham se dedicado até o momento a uma análise mais aprofundada dos sites independentes que articulam jornalismo e gênero. Os pesquisadores Myrian del Vecchio-Lima e Humberto da Cunha Alves de Souza (2017) trazem uma abordagem interessante em artigo sobre o tema, partindo da premissa de que o avanço que integrou a mulher à esfera socioeconômica, promovendo a feminização do trabalho em algumas áreas, estando entre elas o campo do jornalismo, não modificou as lógicas de desigualdade, hierarquização profissional e permanência de estereótipos e preconceitos ligados ao gênero.

A mais recente pesquisa encontrada durante a elaboração deste trabalho (Bergamo e Mick, 2012) revela que, em 2012, a feminização está instalada nas redações brasileiras profissionais: 64% do universo é constituído por mulheres e 36% por homens. Mas o quadro de inserção das mulheres jornalistas no campo profissional não representa as alterações necessárias com relação a representação da mulher no jornalismo hegemônico. Ele varia, inclusive, dependendo da área de cobertura. Um bom exemplo, é revelado pela pesquisa A mulher no noticiário brasileiro durante a Copa do Mundo 2014 (Vieira e Duarte, 2014): a análise de 500 notícias de meios de comunicação de 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, no dia 23 de junho

de 2014, revelou que apenas 23% das pessoas vistas, ouvidas ou a respeito de quem se lê nas notícias do período eram mulheres, em comparação a 77% de homens ocupando o noticiário neste dia (VECCHIO-LIMA, SOUZA, 2017, p. 137).

Ao analisarem os conteúdos publicados por cinco experiências que fazem parte do mapa Agência Pública (AzMina; Cientista que virou Mãe; Nós, Mulheres da Periferia; Think Olga; e Capitolina), que “buscam preencher a lacuna da cobertura tradicional [...] tratando a mulher como sujeito social autônomo (LIMA; SOUZA, 2017, p.131), os autores consideram que as iniciativas podem ser pontos de observação para integrar práticas positivas no jornalismo hegemônico, pois se propõe a superar estereótipos, induzindo à visibilização e ao empoderamento social das mulheres. Assim como a presente pesquisa, eles apostam que uma visão crítica da comunicação - e jornalismo é uma prática comunicativa - que leve em consideração o seu caráter emancipador, pode ser um dos elementos para a superação das assimetrias de gênero.

Entre as considerações da análise, é destacada a contraposição aos veículos hegemônicos, privilegiando as mulheres tanto como autoras quando entre as fontes, ilustrações e imagens, estando presentes ainda nas escolhas dos temas e enfoques dos conteúdos. Na maioria dos textos foi possível detectar a proposta de desafiar os estereótipos de gênero. Por outro lado, algumas ressalvas são feitas pelos pesquisadores ao observarem uma maior subversão às normas de gênero nos artigos de opinião, entrevistas ou perfis, que juntos somam 52% das publicações:

Os tipos de matérias reportagem e notícia somam 36% e teriam um grande potencial de desafio aos estereótipos também; mas em reportagens como no caso de Patrícia Lélis, os fatos são abordados e reproduzidos da mesma forma que na mídia hegemônica. Inclusive o AzMina reconhece que “Vira e mexe o jornalismo nos bota em grandes dilemas éticos [...]”. Esta questão é importante, pois se o que se busca é tornar o jornalismo hegemônico mais sensível à questão, é preciso que as iniciativas alternativas elaborem soluções que possam ser colocadas no campo dominante (VECCHIO-LIMA; SOUZA, 2017, p. 147).

Mesmo discordando dos autores de que existiria uma busca intencional por tornar o jornalismo hegemônico mais sensível à questão, sendo esta uma consequência positiva, mas não necessariamente uma

meta a ser alcançada quando se trata do jornalismo independente que figura historicamente como contra-hegemônico, as ponderações trazidas por eles são importantes. Na reportagem citada sobre o caso da jornalista Patrícia Lélis, que acusa o deputado e pastor Marcos Feliciano de estupro, abordado pelo *Azmina* e pelo *Cientista que Virou Mãe*, os pesquisadores relatam que as jornalistas do primeiro portal tentaram contato com a vítima, que se recusou a dar entrevista, atitude muito compreensível. Contudo, ao conseguirem conversar somente com o assessor do deputado, uma fonte masculina, os autores entendem que houve um desequilíbrio na escolha das fontes, pois nenhuma mulher foi ouvida.

A alternativa para esse tipo de situação, quando a principal envolvida não consentiu com a entrevista, poderia ser a procura por outra fonte que abordasse a violência contra a mulher. “O caso serve para refletir sobre uma das críticas ao jornalismo hegemônico em casos semelhantes, que é o de justamente não ouvir a vítima nos casos das notícias de estupro — o *AzMina* reproduz aqui tal tratamento desigual” (VECCHIO-LIMA; SOUZA, 2017, p. 146). A tentativa de adotar uma linguagem “imparcial” pode ter prejudicado o potencial do portal na produção de novos sentidos sobre o tema.

A elaboração de novas soluções jornalísticas, éticas e práticas, para a construção de discursos que se oponham aos que circulam na mídia hegemônica talvez seja o grande desafio enfrentado pelos portais que articulam jornalismo e gênero. Existindo, assim, o risco constante de reprodução das cristalizadas formas de significar as relações sociais:

Evidente, é sempre necessário estar atento para quando (e se) as práticas partilham pressupostos fundacionistas, essencialistas e opressores (a ausência do tema da negritude — com exceções — nos sites é um exemplo), sob o risco de conformar toda subversão às normas opressoras (o alerta de Butler). (VECCHIO-LIMA; SOUZA, 2017, p. 150).

Na análise que será apresentada nesta pesquisa, foi possível constatar a necessidade de construção cotidiana de novos referenciais que alicercem as práticas jornalísticas para a superação das abordagens hegemônicas. Embora permeadas por dilemas complexos, as reflexões éticas podem levar a uma compreensão maior sobre o potencial do feminismo para a efetivação do jornalismo enquanto uma prática de transformação social.

3 AS ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A definição do método de pesquisa, entendido como um conjunto de decisões e opção particulares feitas ao longo do processo de investigação (VASSALLO DE LOPES, 2014), se iniciou com a proposta do objeto de pesquisa, ou seja, a construção de uma perspectiva de gênero no jornalismo, a partir do questionamento sobre as implicações da proposta feminista das jornalistas do *Portal de Notícias Feministas*, demonstradas a partir de suas práticas, na problematização da objetividade jornalística.

Paralelamente, a construção do referencial teórico, apresentado anteriormente, trouxe suporte para refletir sobre o viés feminista presente no trabalho das jornalistas do *Portal de Notícias Feministas*, definido como objeto empírico, e atender ao objetivo geral proposto de compreender as implicações do feminismo na prática jornalística, alicerçadas especialmente no fundamento da objetividade jornalística, por meio da observação da rotina de produção das notícias do *Portal de Notícias Feministas* e das opiniões das jornalistas. Assim como os objetivos específicos: (a) observar de que forma a objetividade jornalística é acionada/questionada durante a rotina de produção das notícias e as discussões sobre o direcionamento da pauta escolhida; (b) compreender como as jornalistas do *Portal* interpretam a objetividade jornalística em relação ao ativismo feminista que praticam e (c) identificar se/quando/em que medida existem movimentos de tensionamento e rupturas à lógica masculinista do jornalismo (VEIGA DA SILVA, 2014).

Por privilegiar a interpretação dos dados e o sentido atribuído às práticas e relações, a realização de uma pesquisa qualitativa foi a primeira escolha para responder ao questionamento que permeia este trabalho, por não visar a mensuração quantitativa dos resultados e, sim, apostar nas “significações que estão contidas nos atos e nas práticas” (SANTAELLA, 2001, p.144). Compreendendo que os sentidos atribuídos aos atos são variáveis dependendo de quem os pratica e de seus contextos, buscou-se entender ou interpretar os “fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem” (DENZIN, LINCOLN, 2006, p.16). Em uma definição pontual, Alsina (2009) afirma que, na metodologia qualitativa, o trabalho do pesquisador consiste em viver uma experiência que interpreta. Por sua vez, a análise se concentra em um processo que se “contextualiza o que se observa integrado em outras práticas sociais e culturais mais amplas” (p. 25).

Pela complexidade da tarefa, a pesquisa qualitativa envolve normalmente mais de uma prática interpretativa para a realização de cada

estudo, sendo esta a tentativa empreendida na pesquisa, aceitando a existência de diversas possibilidades de articulação e uma multiplicidade de práticas metodológicas para a realização, como indicam Norman K. Denzin e Yvonna S. Lincon (2006):

A pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos – estudo de caso; experiência pessoal; introspecção; histórias de vida; entrevista; artefatos; textos e produções culturais; textos e observacionais; históricos; interativos e visuais – que descrevem os momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos. Portanto, os pesquisadores dessa área utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas e interligadas, na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance. Entende-se, contudo, que cada prática garante uma visibilidade diferente ao mundo (DENZIN; LINCON, 2006, p. 17).

Os paradigmas interpretativos aos quais os pesquisadores se filiam são também variáveis importantes para entender a forma como eles observam o mundo. Neste sentido, como destaca Virgínia Olsen (2006), é possível demarcar a existência de estudos que fazem parte do que ela chama de pesquisa qualitativa feminista e que conta com uma diversificação de modelos de pensamento, muitos até mesmo conflituosos. O que traz certa unidade aos trabalhos é o intuito de realizar a justiça social para as mulheres, em contextos específicos, examinando problemáticas diversas no sentido de desestabilizar conhecimentos ou em prol de políticas e ações feministas:

O vasto trabalho feminista em muitas disciplinas varia desde as avaliações sobre a vida e as experiências das mulheres que chamam atenção para o subjetivo até as análises das relações por meio da investigação de movimentos sociais e de questões de larga escala envolvendo políticas e organizações (OLSEN, 2006, p. 220).

A crescente complexidade nas iniciativas faz parte do movimento atual deste tipo de pesquisa, que teve sua emergência desde as décadas de 1960, realizando um deslocamento das críticas às disciplinas acadêmicas

e instituições e caminhando em direção ao debate de questões epistemológicas críticas, estando entre elas as discussões sobre a objetividade e o ponto de vista feminista na construção do conhecimento. Assim, a interpretação sobre a prática jornalística das feministas do *Portal* foi permeada por esse olhar compartilhado com as teóricas abordadas anteriormente, constituindo esta como uma pesquisa qualitativa feminista no âmbito do jornalismo.

No que se refere ao campo, como demonstrado no capítulo correspondente, privilegia-se a teoria da construção social da realidade ao compreender que a prática jornalística atua na construção da realidade social e tem o seu papel legitimado socialmente (ALSINA, 2009). Contudo, convém ressaltar, o jornalismo não é a única instituição que opera nesse processo complexo, mas atua de um modo particular nesta construção (HALL *et al.*, 1999). Enquanto um estudo sobre práticas jornalísticas que se dedicou a compreender as escolhas e motivações das jornalistas durante o processo de construção das notícias, a pesquisa pode ser ainda inserida no arcabouço dos estudos de *newsmaking* (VEIGA DA SILVA, 2014; TRAVANCAS, 1992; TUCHMAN, 1999; WOLF, 1994); e seu foco nas rotinas produtivas dos profissionais:

Na lógica do *newsmaking*, a elaboração da pauta, a seleção das fontes e o trabalho de apuração, redação e circulação da notícia constituem elementos determinantes da operação de produção informativa. Trata-se de um processo que envolve também escolhas pessoais e direcionamentos político-editoriais e ideológicos (MORAES JÚNIOR, ANTONIOLI, 2016, p. 44).

Os elementos descritos acima ainda figuram como etapas e condicionantes centrais na produção da notícia jornalística, mas se torna importante considerar nos estudos atuais que se baseiam na teoria do *newsmaking* certas mudanças existentes nelas, como bem destacam Enio Moraes Júnior e Maria Elisabete Antonioli (2016). Os autores trazem como diferenciais o ritmo de trabalho mais intenso, com a instantaneidade da informação, e um público cada vez mais interativo. Em última instância, para os dois pesquisadores, as transformações tecnológicas deixaram os jornalistas sem tempo para pensar.

Embora se possa concordar com essas transformações bruscas na prática jornalística nas últimas décadas, e que as produções de jornalismo independente se beneficiam delas com a utilização da internet como local

privilegiado para a existência dos portais, a lógica abordada anteriormente não parece se dar da mesma maneira no objeto empírico trabalhado. No que se refere ao *Portal de Notícias Feministas*, a reflexão sobre a teoria do *newsmaking* foi permeada por outra característica observada logo nos primeiros contatos com o coletivo jornalístico, sendo bem possível que não se restrinja só a ele. Trata-se da inexistência de uma rotina fixa de produção, como destacou uma das interlocutoras, a jornalista Glória³³: “[...] a forma do nosso trabalho ela é bem caótica, porque a gente trabalha com a estrutura disponível, o tempo disponível e as pessoas disponíveis”.³⁴

Mesmo assim, foi possível realizar um estudo da produção das notícias. Entendo que a não cristalização total das práticas abre espaço para a reflexão sobre as decisões, privilegiando o tempo para pensar e não a tendência ao furo jornalístico. Se não existe uma rotina fixa que define a forma como a notícia é produzida, o estudo se voltou para as regularidades da prática jornalística, procedimentos que por serem bastante destacados pelas jornalistas foram entendidos como significativos.

Nos próximos itens que compõe o capítulo metodológico, abordarei as motivações que me levaram a optar pelo anonimato do *Portal* e da identidade das interlocutoras, assim como as escolhas relacionadas ao método de estudo de caso. Os procedimentos de observação participante e entrevista em profundidade serão explicados, assim como explicitarei as decisões que tomei ao longo da pesquisa para abordar o objeto empírico e suas justificativas.

3.1 AS JORNALISTAS – A DIFÍCIL DECISÃO PELO ANONIMATO DAS INTERLOCUTORAS

A opção por revelar ou não o nome do *Portal* escolhido para esta pesquisa e a identidade das interlocutoras só foi decidida tardiamente. Embora o questionamento fizesse parte de todo o percurso do estudo, só foi possível fazer esta definição quando os dados coletados ficaram mais densos. Até a realização da qualificação, eu estava inclinada a revelar as informações, tanto é que o nome verdadeiro da plataforma foi diversas vezes apresentado por mim aos meus colegas e professores. Reflito se não deveria ter tomado um cuidado maior, pois esse dilema ainda não estava

³³ Devido ao anonimato das interlocutoras de pesquisa (explicitado no item 3.1), o nome foi modificado para este fim.

³⁴ Entrevista concedida em 22/02/2018.

resolvido, mas atribuo esta falha à inexperiência como pesquisadora e a algumas percepções que serão apresentadas.

Primeiramente, acreditava que dentro da minha proposta de pesquisa existia a vontade de evidenciar, em última instância, as possibilidades de se construir novas e boas práticas dentro do jornalismo, apostando no ponto de vista crítico das jornalistas feministas. Assim que comecei a ter contato com elas, observei que existia também um sentimento de orgulho pelo que faziam, que em suas práticas perpassavam um comprometimento ético, sempre em reflexão, como pude realmente constatar ao longo do estudo. Interpreto que por entenderem minha proposta de pesquisa e por considerarem suas práticas positivas, em nenhum momento me solicitaram a utilização do anonimato.

Esse dilema é bastante frequente nas pesquisas antropológicas, como afirma Cláudia Fonseca (2008), e certamente está presente em diversas outras áreas que realizam pesquisas qualitativas com maior grau de imersão do pesquisador no contexto estudado, não podendo ser considerado apenas uma questão técnica. Para Fonseca (2008), o aspecto ético e político das pesquisas são os fatores envolvidos nessa decisão, não sendo resolvidos pelo simples “consentimento informado”, que protege mais o pesquisador do que o pesquisado.

Um dos pontos importantes levantados pela antropóloga é de que os informantes, mesmo reconhecendo que “estão sendo pesquisados, raramente imaginam que o estilo de suas roupas, sua entonação de voz e atitudes corporais, suas brincadeiras informais ou brigas institucionais podem ser considerados dados relevantes, para a análise antropológica” (FONSECA, 2008, p. 45). Por outro lado, mesmo optando-se pelo anonimato, não existe garantias de que os participantes da pesquisa serão totalmente protegidos de reações negativas por esse recurso. Como destaca Fonseca (2008) em última instância, o uso de nomes fictícios ainda não garante o anonimato aos informantes, existindo sempre uma desigualdade política entre quem descreve e quem é descrito, figurando como parte integrante do texto.

A decisão pelo anonimato também abre brechas para outros questionamentos, como exemplificados na situação relatada pela antropóloga sobre a escolha de um acadêmico em criar nomes fictícios para seus pesquisados:

Como ele ia “devolver” a pesquisa para a comunidade com nomes trocados? Por que o pesquisador queria se distanciar dos informantes desse jeito? Quais coisas “repreensíveis” estava contando sobre eles que sentia-se dessa forma

incumbido a esconder suas identidades?
(FONSECA, 2008, p. 42).

Se faz necessário destacar que a opção nesta pesquisa por não revelar os nomes reais não se refere à uma tentativa de distanciamento das informantes e muito menos por considerar suas práticas repreensíveis, mas por entender as relações imbricadas no campo do jornalismo. Ao longo do trabalho, fui compreendendo que a aproximação com elas me fazia ter contato com questões complexas. Cita-se como exemplos as informações repassadas em off pelas fontes, as pressões sofridas durante o trabalho jornalístico e as disputas de poder com outros campos - situações que são típicas da prática jornalística.

Concluí, então, levando em consideração também a minha experiência como jornalista, que ao descrever esses conflitos, acabaria expondo-as e poderia, até mesmo, indispor-las com grupos muito próximos. Uma das opções, como ocorre em muitas pesquisas acadêmicas, seria manter o nome do *Portal*, mas deixar no anonimato o nome das jornalistas. Essa possibilidade foi descartada pela especificidade do objeto empírico, formado por poucas profissionais, que seriam mais facilmente identificadas.

Assim, assumindo que a escolha pelo anonimato do *Portal* e do nome das jornalistas não impedirá totalmente a proteção das identidades e que o recuso implica em certas perdas ao trabalho, decidi chamar o portal de *Portal de Notícias Feministas* e criar nomes fictícios para as cinco jornalistas que compõe o núcleo do coletivo e para as outras colaboradoras que eventualmente aparecem em suas falas. Durante a realização das entrevistas em profundidade, foi solicitado para elas que descrevessem as suas trajetórias profissionais e suas atuações no movimento social e movimento feminista. Abaixo, trago uma contextualização da participação delas na plataforma, da atuação profissional e ativista para que se compreenda melhor quem são as jornalistas que integram o *Portal*:

Ângela – jornalista, 30 anos – A entrada de Ângela no *Portal* aconteceu em maio de 2017, a partir de um convite de Raquel e Glória, que eram suas conhecidas do movimento sindical, no qual as três atuam como jornalistas. Neste momento, ela estava elaborando uma grande reportagem para a pós-graduação sobre o tema da Reforma da Previdência e as mulheres do mundo rural, e decidiu oferecer para publicação na plataforma, “*Tipo uma tiete*”, como ela define. De acordo com a jornalista, já neste primeiro momento recebeu sugestões de como

enquadrar melhor a pauta e quais outras fontes que poderiam ser ouvidas para aprofundar mais a reportagem.

Ângela relata que sua relação antes de participar do projeto era com o movimento sindical, mais rural e do interior, tendo também uma relação histórica com o movimento da Igreja e da perspectiva da Teologia da Libertação³⁵. Sua participação no movimento feminista está relacionada ao ingresso no *Portal*, pois o movimento sindical, de acordo com ela, abordava questões das mulheres, principalmente sobre paridade, mas não tinha uma inserção efetiva no feminismo. “*Eu não tenho uma bagagem teórica sobre o feminismo, mas eu aprendi mesmo com as meninas. Temas como o aborto, que era um tema pra mim de questão de ideologia Católica, você vem com uma série de resistências*” (ÂNGELA, 2018, S/N). Ângela destaca que a partir de leituras, participação em debates e conversas com as jornalistas foi se desconstruindo, principalmente sobre esse tema.

Vivian – jornalista, fotógrafa, colunista, 53 anos - Conhecendo a proposta desde a sua construção e iniciando sua participação como colaboradora, Vivian ingressa efetivamente no *Portal* em junho de 2017, quando realiza a cobertura fotográfica de um evento feminista. A sua aproximação com o grupo foi feita por intermédio de Patrícia, que muitos anos antes tinha sido sua aluna na faculdade quando ela era professora de fotografia. Ao se reencontrarem, Patrícia pede para que Vivian revise algumas matérias que ela está trabalhando e, assim, ela começa a se aprofundar no trabalho que estava sendo realizado no *Portal*, atuando mais intensamente como fotógrafa e participando das reuniões de pauta.

Vivian tem sua relação com o movimento social marcada por momentos de participação e outros de afastamento, como foi com a militância lésbica nos anos 2000. O período em que esteve mais envolvida recentemente e que considera sua retomada foi a participação no movimento Ocupa Minc, em 2016, uma das principais mobilizações

³⁵ A Teologia da Libertação surge na década de 1970, na América Latina. De acordo com Leonardo Boff (2011), a perspectiva emerge do bojo de um movimento mundial e latino-americano, por um lado político e por outro eclesial, que se propôs a pensar as práticas eclesiais e políticas, privilegiando a prática real junto e com os oprimidos. A Teologia da Libertação parte diretamente dos pobres materiais, das classes oprimidas, dos povos desprezados como os indígenas, negros marginalizados, mulheres submetidas ao machismo, das religiões difamadas e outros portadores de estigmas sociais.

contra a extinção do Ministério da Cultura e do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff. “*E claro, o golpe foi fundamental para essa retomada, porque não tinha mais como ficar quieta em casa. Não deu porque chama, tu não consegue ficar parado, tu precisa fazer alguma coisa*” (VIVIAN, 2018, S/N). Vivian diz ainda que foi nesse contexto que voltou a se interessar por política e, logo em seguida, entrou no *Portal*.

Glória³⁶ – editora, 39 anos – “Convocada” desde o início do projeto, Glória ingressa na iniciativa nas vésperas do seu lançamento, quando é formado um grupo com o intuito de balizar a produção das notícias. O conselho editorial foi formado por ativistas do movimento feminista, jornalistas e integrantes de outros movimentos sociais. A partir de um convite de Raquel, com quem havia militado na União Brasileira de Mulheres (UBM), Glória passa rapidamente a integrar o núcleo do jornalismo, no intuito de ajudar a dar vazão ao conteúdo que era preciso construir para o início da plataforma, que contava com poucas pessoas em sua formação.

Com experiência em jornal impresso, atuou em sua carreira profissional nas editorias de geral, política e meio ambiente, e fazia cobertura de pautas sobre o movimento social. A partir desse trabalho, que teve início nos anos 2000, se aproximou do movimento feminista. A sua atuação, então, tem início com a cobertura de pautas ligadas à temática, quando trabalhava em veículos de comunicação, e seu envolvimento com projetos do movimento social, em que muitas vezes realizava o contato entre integrantes dele e a imprensa.

Raquel – jornalista, 34 anos – Idealizadora do *Portal* junto com Patrícia, atuou desde a universidade no movimento social, a partir do engajamento no movimento estudantil. Sua trajetória profissional também está relacionada à militância, tendo trabalhado com a produção de matérias jornalísticas, mas sempre fora das “*redações tradicionais*”. Como sempre participou do movimento social, a jornalista considera natural que depois de se formar continuasse esse tipo de atuação. “*Até hoje eu trabalho no movimento sindical, sou jornalista sindical. E sempre atuei em paralelo com outros portais de mídia independente*”³⁷.

³⁶ Após a realização da análise dos dados da pesquisa, fui informada pela jornalista Glória que ela tinha decidido se afastar do núcleo do portal. Mesmo assim, consentiu que suas respostas e contribuições fossem mantidas na dissertação.

³⁷ Entrevista concedida em 14/03/2018.

Em 2012, sua participação no movimento feminista fica mais efetiva ao começar a trabalhar como jornalista e assessora de imprensa na Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos. Posteriormente, foi coordenadora regional da União Brasileira de Mulheres. Seu contato com Patrícia teve início na faculdade, quando foram colegas. Anos depois, Patrícia passa a trabalhar também na Rede. *“De alguma forma, a Rede Feminista ajudou, o nosso contato lá ajudou a fomentar a ideia dessa plataforma. Foi aonde a gente se encontrou”*(RAQUEL, 2018, S/N).

Patrícia – jornalista, 36 anos – Quando ainda estava na faculdade, Patrícia inicia sua trajetória profissional na assessoria de imprensa da Universidade, mas ao longo dos anos atua em diferentes áreas, como no jornalismo sindical, na assessoria de projetos culturais, como repórter em uma emissora de TV da mídia hegemônica, como correspondente de polícia e geral em um jornal impresso, e escrevendo matérias para o jornalismo independente.

A sua relação com o feminismo se fortalece quando ingressa na Rede Feminista. *“Junto com o feminismo veio a pauta do aborto, que é uma das pautas mais fortes da Rede”*³⁸. Ao acompanhar em 2014 audiências no Senado que debatiam sobre a legalização do aborto até os três meses de gravidez e escrever matérias para a Rede sobre o tema, Patrícia começou a conhecer pessoas ligadas à temática. *“Fazendo essa imersão no feminismo e fazendo esse diálogo com essas mulheres do movimento no Brasil todo”* (PATRÍCIA, 2018, S/N).

3.2 O ESTUDO DE CASO DO *PORTAL DE NOTÍCIAS FEMINISTAS*

Estratégia de pesquisa que visa as particularidades dos fenômenos, em seus contextos complexos, o estudo de caso do trabalho do *Portal de Notícias Feministas* foi o método considerado mais adequado para compreender o objeto de estudo desta pesquisa. Como define Robert K. YIN (2005), o estudo se volta para indivíduos, grupos e situações particulares, em relação aos quais se faz uma indagação em profundidade que possa se tornar exemplar. Esta investigação empírica se detém sobre um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre fenômeno e contextos não estão claramente definidos. Para realizar a abordagem, lida com uma

³⁸ Entrevista concedida em 21/03/2018.

“ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observação” (YIN, 2005, p. 27).

Ainda segundo Yin, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”. Questões essas que estão relacionadas ao objetivo geral deste estudo, que é compreender os impactos do feminismo na prática jornalística, alicerçados especialmente no fundamento da objetividade jornalística, por meio da observação da rotina de produção das notícias do *Portal de Notícias Feministas* e das opiniões das jornalistas.

Como tratado no capítulo sobre a imprensa feminista, é possível considerar que o trabalho desenvolvido pelo *Portal de Notícias Feministas* se insere dentro de um contexto maior tanto no que se refere à efervescência da militância feminista nos últimos anos quanto em relação ao surgimento de diversas iniciativas que articulam o jornalismo ao feminismo. O trabalho desenvolvido pelas jornalistas se situa em uma linha tênue entre o ativismo e a prática jornalística, tema que será melhor abordado na interpretação dos dados obtidos no trabalho de campo.

Por outro lado, torna-se possível definir particularidades existentes neste objeto empírico, estando entre elas a definição como o “primeiro portal de notícias feministas do Brasil”, em que a especificidade se encontra na construção da notícia, produto central do jornalismo. O estudo de caso, assim, se volta para as particularidades e para as diferenças que tornam o fenômeno único, podemos entender o que o distingue ou o aproxima dos demais fenômenos” (DUARTE, 2015, p. 234).

O *Portal de Notícias Feministas* é definido em sua linha editorial como veículo de jornalismo especializado em gênero, mas como veremos a seguir a compreensão das jornalistas sobre seu próprio trabalho varia e extrapola essa definição. Foi criado em 2016, na região Sul do Brasil, a partir de uma campanha de financiamento coletivo. No dia 21 de abril, a meta inicial estabelecida foi alcançada, com o apoio de cerca de 160 pessoas, e em julho de 2016 iniciou o trabalho efetivamente. A sua proposta reflete sobre o jornalismo enquanto um direito e os direitos humanos como uma premissa básica para a produção do jornalismo.

Identifica-se como feminista, pretendendo dialogar com as diversas “linhas teóricas e políticas do feminismo, mediando suas perspectivas diante da realidade” (PORTAL DE NOTÍCIAS FEMINISTAS, 2017, S/N). Dentro da compreensão ética do exercício profissional do jornalismo, define-se como uma “unidade ativista do jornalismo enquanto direito e do feminismo enquanto estratégia de ação

para a superação desta sociedade que ainda reserva lugares para as mulheres” (PORTAL DE NOTÍCIAS FEMINISTAS, 2017, S/N).

A jornalista Raquel, uma das idealizadoras do *Portal*, conta que a proposta foi construída junto com Patrícia, ex-colega da faculdade de Jornalismo, e Luíza, ativista que não está mais no coletivo. O contato entre elas era antigo, fruto da atuação no movimento social, em especial no movimento feminista. Raquel e Patrícia já “penduravam” matérias em outra plataforma de jornalismo independente, mas em determinado contexto sentiram a necessidade de investir em um portal com foco na perspectiva de gênero. O movimento da Primavera Feminista, em 2015, foi o momento em que as duas jornalistas se reencontraram e perceberam que compartilhavam uma mesma vontade de construir uma plataforma ligada as temáticas de gênero, em que pudessem publicar vídeos e textos das manifestações feministas que estavam sendo realizadas e trazer outros assuntos relacionados. Decidiram, então, apresentar a ideia para Luíza, que foi considerada um aporte tanto da militância feminista quanto da academia.

Após alguns encontros entre as três, ficou definida a proposta de desenvolver um portal que pudesse ser um guarda-chuva que abarcasse a produção de conteúdo, a curadoria de informação e a observação dos debates públicos sobre o tema, principalmente aqueles desencadeados pelos meios de comunicação tradicionais. Para subsidiar a construção do portal e a primeira reportagem especial do veículo, veio a proposta de realizar uma campanha de financiamento coletivo, através de plataforma disponível na internet. Após conseguir recursos para iniciar a produção com a campanha, que teve duração de 40 dias, foi realizado o evento de lançamento, que contou com a participação de mais de 300 pessoas, superando a expectativa delas.

Para dar materialidade às produções, as três criaram um núcleo executivo e convidaram outras mulheres para fazerem parte dessa empreitada, com a criação de um Conselho Editorial que desse suporte à produção e divulgação de conteúdos. Nessa etapa, a jornalista Glória, também com forte atuação no movimento feminista, passou a fazer parte do coletivo. As quatro formaram, então, o núcleo do *Portal de Notícias Feministas*.

As contribuições de Glória para a consolidação do Portal, com prática na produção de conteúdo jornalístico, também estão relacionadas à sua experiência anterior em discussões sobre a mídia e o feminismo, quando participou da construção de alguns seminários Mulher e Mídia, que acontecem nacionalmente, promovido pelo Instituto Patrícia Galvão, em parceria com outras entidades. Neste contato com movimentos

feministas de outros estados, passou a conhecer iniciativa de jornais feministas que estavam sendo distribuídos. Começou, então, a ter vontade de fazer algo semelhante no Sul do País:

A gente podia ter coletivos que pudessem pensar as formas de comunicar a sociedade em um veículo independente, que a gente não precisasse tentar apenas furar os bloqueios na grande mídia, porque a gente sabia que para cada um artigo que fosse sair, uma matéria que fosse sair, saía todo um conteúdo conservador que, enfim, não construía a perspectiva que a gente queria (GLÓRIA, em entrevista, 22/02/2018).

Alguns entraves destacados por ela para que as iniciativas não se consolidassem são bastante interessantes para refletir sobre o contexto em que o *Portal de Notícias Feministas* surge e se consolida, a partir do levante feminista que acontece em 2015. Para Glória, nos anos anteriores, dentro de um coletivo que era de ativistas, militantes, tornava-se muito difícil atrair jornalistas. Ela atribui essa dificuldade à formação jornalística, que sempre orienta para um distanciamento com movimentos políticos, de não se construir um vínculo militante, “*essa defesa da tal isenção jornalística, você precisa ser uma pessoa neutra*” (GLÓRIA, 2018, S/N).

Eu lembro que a gente fazia muito essa fala no Mulher e Mídia, a gente precisa trazer as jornalistas, jornalistas que também estão trabalhando dentro dos jornais, empoderá-las, trazer elas para pensar juntas esse fazer jornalístico, o que é o fazer jornalístico da perspectiva das mulheres, com as mulheres na pauta central ou pelo menos visibilizando como é que esse público se comporta diante das pautas que ela já tem para apurar e questionando algumas coisas das redações também. Por exemplo, o fato de que nós já éramos a grande maioria nas redações na época e, no entanto, não éramos a maioria nos cargos de chefia. Ou então para você chegar nesse cargo de chefia, você tinha que vestir aquela carapaça masculina como em vários espaços isso acontece ainda. Então, a ideia era problematizar um pouco isso. Mas sempre foi muito difícil construir isso aqui. De fato, já tinham algumas meninas da imprensa que

procuravam para fazer as matérias e tal, muito legal, mas enfim, vamos deixar lá (GLÓRIA, em Entrevista, 22/02/2018).

Com uma ampliação na sociedade dos debates feministas nos anos seguintes, a proposta de agregar jornalistas na produção de notícias com perspectiva de gênero foi então colocada em prática, com a formação de uma equipe de profissionais engajadas nessa articulação. Além de Raquel, Patrícia e Glória, o núcleo do Portal é composto pela jornalista Ângela e a fotógrafa e colunista Vivian, além das contribuições da videomaker Laura, que produziu o vídeo para o lançamento da iniciativa e segue atuante no coletivo. Outras duas profissionais estão iniciando suas participações no portal, mas durante a realização da pesquisa de campo ainda não era possível observar suas produções. Existe ainda a colaboração de outras jornalistas, mas de maneira mais pontual, em eventos específicos. O site conta também com 22 colunistas e um Conselho Editorial formado por seis mulheres, profissionais de diferentes áreas de atuação.

Definido o objeto empírico e planejada a estratégia de abordagem - o estudo de caso -, as técnicas para responder aos questionamentos propostos na pesquisa foram escolhidas a partir das possibilidades junto ao próprio objeto, considerando, desde o planejamento inicial, que seriam necessárias mais de uma forma de coleta de dados. Como será detalhado nos próximos tópicos, algumas decisões precisaram ser revistas e uma delas especificamente descartada.

A primeira técnica definida, então, para esta etapa do estudo foi a observação participante. Como veremos no próximo tópico, a sua realização foi a que apresentou maior dificuldade, exatamente pelas características do portal. Já entrevistas em profundidade foram realizadas após a observação participante e construídas mediante a leitura dos dados coletados e descritos no diário de campo. Uma terceira técnica, a análise documental de notícias, estava prevista com o intuito de entender como as escolhas abordadas por elas se cristalizaram no texto jornalístico. Contudo, frente ao denso material coletado anteriormente, não houve tempo suficiente para realizar uma análise significativa das notícias. Além disso, considere que ao detalhar as notícias, informando os títulos escolhidos, o uso de palavras e data de publicação, colocaria em risco o anonimato das jornalistas e do portal. Considero, por fim, que essa decisão não prejudicou o atendimento aos objetivos da pesquisa, pois a proposta estava relacionada principalmente às práticas e às discussões das

profissionais, assim como motivações e interpretações sobre o trabalho desempenhado, e não especificamente sobre a construção textual.

3.3 A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE E O SORVETE FERVENTE

Ao propor observar de que forma a objetividade jornalística é acionada – e questionada ou não - durante a rotina de produção das notícias e as discussões sobre o direcionamento da pauta escolhida, ficou nítida a escolha pela realização da técnica de observação participante. Tendo sua origem na Antropologia, figura como uma das modalidades da pesquisa participante e começa a causar impacto nos estudos de Comunicação Social na década de 1980, consistindo na inserção do pesquisador no ambiente natural de ocorrência do fenômeno pesquisado (PERUZZO, 2005).

Mesmo sendo mais expressivamente utilizada nos estudos de recepção, a observação participante também apresenta entre suas finalidades no campo da Comunicação, “observar os processos comunicativos interpessoais, grupais ou comunitários, envolvendo os meios massivos ou outros processos de comunicação, como os grupais, meios alternativos de comunicação” (PERUZZO, 2005, p. 136) contemplando os objetivos do estudo. Assim, esta etapa da pesquisa foi realizada em encontros pontuais que ocorreram nos meses de novembro e dezembro de 2017 e janeiro de 2018, com a elaboração de um diário de campo em que foram anotadas não apenas os diálogos presenciais e sensações decorrentes dos encontros como também as mensagens trocadas pela rede social WhatsApp no decorrer da pesquisa de campo.

Ao iniciar o mestrado em 2016, o *Portal de Notícias Feministas* era desconhecido por mim, proveniente de outro estado, e sua criação era muito recente, como vim a saber posteriormente, sendo oficialmente lançado dias antes do meu ingresso na pós-graduação. Ao conversar com colegas sobre meu interesse de pensar na articulação entre o jornalismo e o feminismo, foram diversas as conversas em que o portal apareceu como iniciativa exemplar ao tema. Pouco tempo depois, com mais conhecimento do trabalho das jornalistas, defini o objeto empírico para o estudo.

Somente em março de 2017, após alinhar o projeto, que foi bastante modificado desde a apresentação na seleção da pós-graduação, é que fui ter meu primeiro contato presencial com as jornalistas, em uma reunião de pauta aberta. Naquele momento, elas trataram sobre as dificuldades de manter o ritmo de produção de notícias, pois não se dedicavam exclusivamente ao projeto. Destacaram também que já

estavam sentindo o reflexo do trabalho delas na mídia hegemônica que, de certa forma, parecia responder à criação do portal, copiando algumas pautas abordadas primeiramente pelo *Portal de Notícias Feministas* e demonstrando mais atenção aos temas. Foi relatado ainda que jornalistas de outros veículos passaram a procurar as repórteres do portal para saber como abordar certas matérias que estavam produzindo. O coletivo, então, estava atuando não apenas como fonte de informação, mas na formação e agendamento da mídia hegemônica.

Na reunião de pauta, outras mulheres presentes sugeriram a construção de reportagens com as temáticas de política, cultura, violência policial e homofobia. As jornalistas também pediram indicações de fonte. Cabe destacar que as reuniões de pauta costumam ser espaços considerados quase “sagrados” nas mídias convencionais, que comumente são fechados aos profissionais de um veículo específico. A opção por realizar uma reunião aberta, convocada por evento no *Facebook*, demonstrava a vontade de desmistificar certas práticas jornalísticas e tornar o diálogo mais horizontalizado. Posteriormente, fui saber pela jornalista Raquel, que a experiência não foi tão bem sucedida e que pouquíssimas pautas discutidas ali acabaram sendo realmente construídas.

Foi durante essa reunião, que as delimitações da pesquisa ficaram mais aparentes e despertaram a curiosidade em saber quais outras singularidades existiam em suas atividades. Apresentei ainda para elas minhas intenções e perguntei se estavam interessadas em participar da pesquisa. Com a resposta positiva, iniciei a organização das etapas da investigação, com contatos pontuais com algumas jornalistas. Interessante notar que antes mesmo que eu tivesse conhecido pessoalmente as integrantes, meu distanciamento/aproximação com elas começou a ser questionado. Entre as falas mais ilustrativas está a pronunciada por uma colega em aula: “cuidado para não se apaixonar pelo seu objeto de pesquisa”. Embora munida com uma perspectiva que diverge totalmente desta concepção de Ciência e trabalhando a partir de uma ideia de objetividade que vai na contramão deste paradigma, não posso negar o incômodo que senti.

A precaução de meus colegas não é nova e faz parte de uma profunda discussão sobre o fazer das Ciências Sociais, como bem frisa Pedro Demo (1985), ao ressaltar que a realidade social não está fora, mas dentro de nós, não permitindo uma separação total entre sujeito e objeto: “O distanciamento seria artificial e no máximo desejável por uma questão de método, não por questão de realidade” (DEMO, 1985, p.11). Em suas reflexões, Demo critica a tendência das Ciências Sociais em imitar o

modo de fazer pesquisa das Ciências Naturais, em busca de uma legitimidade, o que consequentemente implica em perdas para a primeira:

As ciências sociais, por sua vez, tratam de uma realidade que tem ideologia na sua própria constituição, porque é também produto humano e histórico. A matéria não tem história. O homem tem. E tem consciência disso e de si. Não saberia sair de si para observar-se de fora. Quando observa, observa-se também. Não é somente componente da história; é também ator” (DEMO, 1985, p. 12).

Considero que estes questionamentos são inerentes a qualquer pesquisa, exatamente por construir um conhecimento que é político, produto humano e histórico, como bem destaca o autor. Mesmo admitindo um inevitável envolvimento com o objeto de estudo, a necessidade de uma distância mínima que garanta ao investigador condições de objetividade em seu trabalho consiste ainda em uma das mais tradicionais premissas das Ciências Sociais (VELHO, 1999). Ao trabalhar com o feminismo, movimento político com uma longa história ativista, sendo também uma jornalista e feminista, o caráter ideológico da empreitada se torna ainda mais evidente.

Assim, não apenas como uma tentativa de legitimar o conhecimento que foi sendo construído nesta pesquisa, mas principalmente para acalmar minhas inquietações durante as inúmeras escolhas e aproximações que surgiram ao longo deste percurso, tentei buscar alternativas teóricas que trabalhassem com essas questões, questionando sobre qual seria a distância mínima necessária para fazer Ciência. Boa parte das reflexões foram encontradas dentro do campo da Antropologia. O problema complexo, como define o antropólogo Gilberto Velho (1999), se refere à questão da distância social e da distância psicológica: “O fato de dois indivíduos pertencerem à mesma sociedade não significa que estejam mais próximos do que se fosse de sociedades diferentes, porém, aproximados por preferências, gostos, idiossincrasias” (VELHO, 1999, p. 125).

A complexidade da categoria distância, tratada pelo antropólogo Roberto Da Matta, pode ser percebida no fato de que o que sempre vemos pode ser familiar, mas não necessariamente conhecido. Já o que não vemos, pode ser exótico, mas conhecido (VELHO, 1999). Choques culturais comparáveis a viagens “exóticas” podem acontecer dentro de grandes metrópoles. Isso não ocorre a todo o tempo exatamente pela hierarquização social, a distribuição do poder e a produção dos

estereótipos, que nos fazem rotular em categorias as múltiplas formas de ver e estar no mundo, conforme Velho:

A etiqueta, a maneira de dirigir-se às pessoas, as expectativas de respostas, a noção de adequação, etc. relacionam-se à distribuição social de poder que é essencial em uma sociedade de classes. Assim, em princípio, dispomos de um mapa que nos familiariza com os cenários e situações sociais de nosso cotidiano, dando nome, lugar e posição aos indivíduos. Isso, no entanto, não significa que conhecemos o ponto de vista e a visão de mundo dos diferentes atores em uma situação social nem as regras que estão por detrás dessas interações, dando continuidade ao sistema. Logo, sendo o pesquisador membro da sociedade, coloca-se, inevitavelmente, a questão de seu lugar e suas possibilidades de relativizá-lo ou transcendê-lo e poder ‘pôr-se no lugar do outro’ (VELHO, 1999, p. 127).

A complexidade dos estudos do ambiente em que o próprio pesquisador está inserido fica nítida nas palavras de Velho. Em contrapartida, ele nos mostra que a realidade - tanto a familiar quanto a exótica - é sempre filtrada pelo observador, existindo a necessidade de se perceber que a objetividade é sempre relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa. Assim, a relativização das noções de objetividade e distância, “permite-nos observar o familiar e estudá-lo sem paranoias sobre a impossibilidade de resultados imparciais, neutros” (VELHO, 1999, p. 129). O movimento proposto pelo teórico caminha, então, na direção de estranhar o familiar, que se refere a confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes interpretações sobre as situações. Para Velho, esta atitude se traduz na preocupação em perceber as mudanças sociais como resultado acumulado e progressivo das interações cotidianas e não apenas ao nível de grandes mudanças históricas.

A escolha pelo tipo de observação que seria realizada foi permeada por esta reflexão. Se considerasse a necessidade de me manter distante do grupo pesquisado, poderia ter investido na observação simples. A observação simples, diz Antônio Carlos Gil (1994), consiste naquela em que o pesquisador permanece alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar. O seu papel é observar de maneira espontânea os fatos, figurando como um espectador. A técnica “não é

adequada às pesquisas que tenham por objetivo testar hipóteses ou descrever com precisão as características de uma população ou grupo” (GIL, 1994, p. 106). Por ser voltada mais a situações de caráter público, em que é supostamente possível observar sem interferir no fenômeno, este tipo de observação foi rapidamente descartado.

Já a observação participante, com a construção de um diário de campo, pareceu ser a melhor opção por consistir na participação real do observador na vida do grupo (GIL, 1994). Entre as vantagens está o rápido acesso a dados sobre situações habituais. Como desvantagens, estão as restrições determinadas pela assunção de papéis pelo pesquisador: “Mesmo quando o pesquisador consegue transpor as barreiras sociais de uma camada a outra, sua participação poderá ser diminuída pela desconfiança [...]” (GIL, 1994, p. 109). A desvantagem citada não foi detectada no andamento da pesquisa, embora entenda que uma certa desconfiança sempre se manifesta pela presença de uma pessoa até então desconhecida nas interações do grupo.

Após o primeiro contato com as jornalistas durante a reunião de pauta, consegui efetivamente apresentar a proposta para todas juntas, com o intuito de dar andamento à etapa da observação participante, somente no dia 14 de novembro de 2017. Nos meses anteriores, me dediquei à construção da parte teórica da pesquisa, que serviu de suporte para iniciar a fase empírica. Neste período, tive alguns contatos com Patrícia e com Vivian, que participaram de um curso de extensão no qual ministrei uma aula. Durante a realização do estágio docência, na disciplina de Jornalismo e Gênero, da Graduação, também convidei Patrícia para conversar com os alunos sobre o trabalho do coletivo.

Depois de algumas tentativas de agendar o encontro com todas as jornalistas, que foram dificultadas pelo fato de que elas discutem as pautas virtualmente muito mais do que presencialmente, consegui me reunir com elas. Em contato com Patrícia, fui informada que a reunião seria realizada numa terça-feira. Na data marcada, envio uma mensagem pela manhã perguntando o horário e o local. Ela me envia um áudio algumas horas depois pedindo desculpas pela demora e dizendo que estava conversando com as outras jornalistas sobre a minha participação. Diz que, pelo que ela entendeu, está tudo bem com a minha participação. A reunião começaria às 20h e ficou combinado que eu chegaria às 20h30min, 20h45min. No diário de campo, escrevo sobre a reunião:

Chego às 20h45min no local marcado, um sindicato que uma das jornalistas trabalha, no Centro da cidade. Assim que entro, **Raquel** vem

me receber na porta. Ela me conduz até a sala em que está ocorrendo a reunião. Pega uma cadeira para mim. Na sala estão **Patrícia** e **Vivian**, que já conheço, **Laura**, videomaker, **Ângela**, jornalista, e **Renata**, que não sei se faz parte do Portal. Já conhecia as duas últimas de vista, mas nunca tinha me apresentado. Raquel diz que elas têm mais uma pauta que precisa ser tratada antes de irem embora, se referindo ao assunto da minha pesquisa. Sento e digo que queria apresentar os objetivos da minha pesquisa e a etapa que pretendo realizar. Digo também que algumas delas já conhecem, que nos encontramos em outras ocasiões. Explico que pretendo entender como a perspectiva feminista e principalmente a perspectiva de gênero impacta na produção jornalística. Digo que trabalho com o conceito de objetividade corporificada, da Donna Haraway, que implica no posicionamento e na visão localizada e que acredito que o trabalho delas dialogue com essa proposta. Falo que gostaria de acompanhá-las durante a elaboração de algumas pautas. Pergunto o que elas acham e se estão disponíveis. Vivian diz que por ela está tudo certo. Elas parecem interessadas e dispostas a contribuir com a pesquisa. Raquel diz que sim, mas que precisamos pensar na logística, pois não trabalham com uma rotina definida, as vezes constroem os textos coletivamente. Sugere que eu pegue os celulares e que a articulação seja feita por Whatsapp. Raquel pega o meu telefone e envia uma mensagem de teste. Diz que parte delas estarão no evento do Uruguai, mas que Ângela ficará fazendo pautas e que já poderia começar a observação com ela. Ângela concorda e pergunta se meu objeto de pesquisa é o *Portal de Notícias Feministas* mesmo. Digo que sim, que mapeei outros portais, mas que o Portal tem uma singularidade. Raquel diz que a singularidade está na produção das notícias, de matérias jornalísticas mesmo. Eu concordo. Passo um papel para que elas anotem seus telefones. Renata fica em dúvida se escreve o seu, diz que não sabe se será importante. Raquel diz que sim, que ela está participando do Portal. Conversamos mais sobre os portais que articulam jornalismo e gênero no Brasil, que estou realizando o mapeamento, e

sobre a objetividade corporificada. Raquel diz que em janeiro estará mais atuante, parecendo demonstrar que esse seria o melhor momento de realizar a observação com ela. A minha presença na reunião não dura mais do que 15 minutos (DC, 14/11/2017).

O grupo não colocou entraves quanto à realização da pesquisa, mas nas etapas para a sua efetivação foi possível notar que, por não trabalharem em uma redação fixa, sendo as demandas tratadas principalmente pela internet, eu só teria acesso a informações se elas lembrasse de repassar. A logística, como demonstrou a tratativa na reunião, seria a maior questão. Só saberia da elaboração de uma pauta e do agendamento de uma entrevista se elas me contassem, lembrassem de contatar e tivessem tempo e vontade para enviar uma mensagem. Algumas situações foram bastante desafiadoras, como quando marcávamos para acompanhar uma pauta, mas ela era cancelada. As justificativas estavam quase sempre relacionadas a demandas externas ao Portal:

Envio pela manhã uma mensagem para a **Ângela** perguntando se ela irá acompanhar o ato que será realizado no Centro Universitário, que ela tinha comentado semana passada. Ela diz que vai, mas que irá ver se conseguirá sair mais cedo do trabalho. Diz que vai mandar uma mensagem para a sua “fonte”. Acredito que a fonte que ela fala seja a mãe do amigo que passou a pauta para ela. O ato está marcado para às 17h30. Me organizo para sair de casa às 15h30, pensando que para me deslocar até o local demanda tempo e não conheço bem essa região. Quando entro no ônibus recebo um áudio de **Ângela: Guria, eu estou quase abortando de ir lá hoje porque eu estou sozinha no serviço, o outro rapaz ficou doente e tem um monte de demanda. Então, infelizmente esse lance da gente fazer só na raça o Portal, não ser exclusiva para cobrir, acaba atrapalhando a gente nessas coisas. Então, eu não vou conseguir ir. Quase certo que não. Então, tu ir sozinha acho que não tem muito sentido né.** Fico bem angustiada com isso e minha ansiedade só aumenta ao refletir na dificuldade de acompanhá-las. Penso, por outro lado, que essa situação faz parte da especificidade do grupo pesquisado, em que as jornalistas não

trabalham exclusivamente no Portal (DC, 12/12/2017).

No decorrer da pesquisa, após alguns contatos com as jornalistas, fui sendo convidada para participar de alguns eventos que não eram diretamente ligados às atividades do portal. Considerei essas aproximações como uma característica do grupo, ligado ao movimento feminista, que tradicionalmente apresenta um caráter agregador e relacionado a experiências coletivas. Além disso, a técnica de observação participante me permitia maior liberdade de interação a partir do entendimento de que conhecer minhas interlocutoras era fator importante para compreender suas interpretações e os sentidos que elas atribuem as suas práticas. Quanto mais eu me aproximava das jornalistas em situações não relacionadas ao curso, como palestras em Universidades e eventos do movimento feminista, sentia que existia uma maior abertura para a pesquisa, pois elas estavam me conhecendo também. Em muitos momentos elas me enviaram, por *Whatsapp*, as matérias que escreviam e publicavam no site, algumas delas relacionadas aos assuntos que tínhamos conversado em encontros anteriores.

Foi pensando sobre essas situações e conversando com outra pesquisadora que estuda o movimento feminista que tive contato com o texto da antropóloga Jeanne Favret-Saada, estudiosa da feitiçaria na França, que aborda a noção do afeto enquanto dimensão central do trabalho de campo. Ao tensionar as práticas da observação participante e da empatia, a teórica relata as formas que obteve suas informações de campo: “não pude fazer outra coisa a não ser aceitar deixar-me afetar pela feitiçaria, e adotei um dispositivo metodológico tal que me permitisse elaborar um certo saber posteriormente” (FAVRET-SAADA, 2005. p. 155). O interessante da reflexão teórica da pesquisadora é a crítica sobre a forma como outros antropólogos realizavam os estudos sobre a feitiçaria. Observar participando ou participar observando, para ela, é um oxímoro tão evidente quanto tomar um “sorvete fervente” (FAVRET-SAADA, 2005, p. 156).

A problemática, evidentemente, não está na técnica ou na composição das palavras, mas na atitude dos pesquisadores que é justificada pela técnica. O trabalho deles, segundo Favret-Saada, dividia-se em dois gêneros de comportamento, um ativo, de contato regular com os informantes, em que o informante era quem participava do trabalho do etnógrafo e não o contrário, e o outro passivo, de observação de eventos ligados à feitiçaria, em que participar significava apenas estar lá o mínimo necessário para que a observação fosse possível.

“A grande divisão” nós-eles continuava mantida e afetava todo o processo de pesquisa: “Os camponeses de Bocage recusaram-se obstinadamente a jogar a Grande Divisão, sabendo bem onde isso deveria terminar: eu ficaria com o melhor lugar (aquele do saber, da ciência, da verdade, do real, quicá, algo ainda mais alto) e, eles, com o pior” (p. 157). Assim, a pesquisadora só conseguiu conversar com as pessoas do lugar quando consideraram que ela tinha sido “pega” pela feitiçaria: “[...] quando reações que escapavam do meu controle lhes mostraram que estava afetada pelos efeitos reais - e frequentemente devastadores - de tais falas e tais atos rituais” (FAVRET-SAADA, 2005. p. 157).

A situação contada pela antropóloga é ilustrativa. Evidente que o contexto estudado nesta pesquisa difere completamente dos analisados por ela. Entretanto, as constatações que teve na prática, de que se participasse, o trabalho de campo se tornaria uma empreitada pessoal, e se observasse, manteria uma distância que acabaria por nada ter para observar, são importantes, pois tornam nítidos os distintos momentos de uma pesquisa de campo. Ao deixar-se afetar, não procurava compreender os atos e práticas instantaneamente. As intensidades específicas, ao que ela chama de afetos, geralmente não são significáveis, só podem ser experimentados. Somente após a escrita no diário de campo, quando não estava mais “enfeitiçada”, é que iniciava o processo de entendê-los.

O que retive dessa leitura foi a compreensão de que, optando pela observação participante, os limites enquanto pesquisadora estavam sempre sendo tensionados e que os papéis nunca são bem demarcados. Em diversos momentos, deixei-me afetar pelas situações em que estava participando, sem compreender o que exatamente estava fazendo ali e se o que estava presenciando resultaria em dados para a pesquisa. Em algumas ocasiões, acabava por não anotar informações-chaves para depois descrever no diário de campo, como aconteceu ao acompanhar Patrícia em uma viagem para uma cidade vizinha onde ela participaria de um debate sobre a descriminalização do aborto. Outra situação interessante foi quando fui entrevistada durante uma manifestação:

[Ato contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 181 – Apelidada de Cavalinho de Tróia – Criminaliza o aborto em qualquer situação, mesmo nas garantidas atualmente por lei]. Durante o ato, encontro a fotógrafa Vivian e a jornalista Patrícia. Glória e Raquel também estão presentes. Glória está com a camiseta do Portal e faz a transmissão ao vivo do ato pela página do Facebook. Raquel, pelo momento inicial que a vi, estava mais distanciada e não parecia envolvida com a

cobertura. Patrícia pede para que eu dê uma pequena entrevista para o Portal sobre a PEC, me perguntando sobre o motivo que me faz participar do ato. Me diz que preciso dizer meu nome e profissão, emenda dizendo: é estudante né? Eu concordo. Também me indica para falar três frases no máximo, pois o vídeo será editado com várias pequenas falas das participantes. Depois da minha fala sobre o direito ao corpo e a defesa da cidadania das mulheres, ela me pede para que eu ajude a encontrar uma mulher negra ou indígena para responder e depois completa: **“uma mulher não branca”**. Essa questão parece estar relacionada a trazer a pluralidade de vozes de mulheres para as produções do portal. Eu tinha acabado de falar e era uma mulher branca. Logo, ela encontra uma mulher negra entre as participantes do ato e começa a entrevista (DC, 13/11/2017).

Por outro lado, acredito que também afetei as interlocutoras do estudo, que em alguns momentos me disseram que a pesquisa serviria também para que elas compreendessem melhor o trabalho que estavam realizando. Ângela demonstrou, por exemplo, preocupação com o andamento da pesquisa, enquanto tratamos sobre uma pauta específica, por Whatsapp durante o trabalho de campo:

Ângela me pergunta uma coisa inusitada, se as meninas do Portal estão me passando outras pautas que estão cobrindo. Diz que qualquer coisa ela “provoca elas”. Eu conto que falei com a Raquel e que devo acompanhar ela nas pautas em janeiro. Agradeço a preocupação, mas digo que ainda está tranquilo. Ela diz que a Patrícia tem pautas bem massa também. E pergunta se eu vi o vídeo em que eu apareço no ato contra a PEC 141. Eu digo que sim, que a edição ficou muito linda. Ela diz: “A Laura dá um banho”. Eu concordo. Ela diz que conversamos na terça para combinar os detalhes. E completa: #TAMUJUNTAS (DC, 08/12/2017).

Concordo com Favret-Saada (2005) quando ela diz que a compreensão das situações ocorre posteriormente. Somente na leitura completa do diário de campo e das entrevistas é que fui compreendendo como se dava a prática jornalística delas, suas motivações, que serão

analisadas no Capítulo 4. No próximo tópico, discutirei a técnica de entrevista em profundidade, que foi muito profícua para entender as motivações e compreensões das jornalistas sobre a sua prática jornalística, assim como trabalhar mais densamente com questões levantadas durante a observação participante.

3.4 AS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

Uma das mais importantes fontes de informações para um estudo de caso são as entrevistas, considera Yin (2005). Assim, a segunda etapa da pesquisa, após a realização da observação participante, foi a aplicação de entrevistas em profundidade com as cinco jornalistas que formam o núcleo do portal. Após sair da etapa da observação participante, tive a sensação de que existiam muitas lacunas devido à descontinuidade dos momentos em que estive com elas. O contato mais intenso foi com a jornalista Ângela, em que pude acompanhar o tratamento de uma pauta bastante ilustrativa, que será detalhada no próximo capítulo. Considero, contudo, que a primeira etapa foi importante para levantar questões que foram trabalhadas de forma mais aprofundada nas entrevistas, assim como conhecer quais eram os temas mais significativos para cada uma.

Cabe destacar que a elaboração das perguntas foi influenciada ainda pelo contato que tive, ao longo de todo o processo de construção da pesquisa, com a produção jornalística do *Portal*, acompanhando diariamente as publicações no site, assim como na página do coletivo no *Facebook*. Percebi em nossas conversas a abordagem sobre a construção de notícias que não foram necessariamente escritas durante o período de observação, mas apresentavam elementos muito mais significativos para as jornalistas, sendo alguns positivos ou considerados por elas como negativos. Em alguns casos, ao abordar um tema com as interlocutoras, a mesma produção era citada como exemplar por mais de uma delas, o que compreendi indicar a construção de referenciais para a resolução de certos dilemas. Em alguns desses casos, questionei sobre essas notícias que pareceram ter significados compartilhados entre elas e que foram consideradas emblemáticas.

Segundo Duarte (2005), as perguntas elaboradas para a aplicação da entrevista em profundidade, que neste caso surgiram a partir das situações observadas e dialogadas na etapa anterior, “permitem explorar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer prospectiva” (DUARTE, 2005, p. 63). Entre as possibilidades, destacam-se ainda a identificação de problemas, de microinterações, de padrões e detalhes, além de obter interpretações junto aos entrevistados. A sua utilização se refere a perceber “como” um

determinado assunto é percebido e não para testar hipóteses (DUARTE, 2005, p. 63).

Na elaboração dos roteiros de entrevista, presentes no Apêndice A, as perguntas foram divididas em três blocos, sendo o primeiro composto por questões aplicadas para todas as jornalistas e referente à entrada e participação no Portal, a atuação no movimento social e no movimento feminista e as áreas de atuação no jornalismo ao longo de sua carreira como jornalista. As únicas adaptações feitas neste tópico de assuntos se deu quando a aplicação foi feita às duas fundadoras do Portal, em que a questão relacionada à entrada no coletivo foi substituída pelo questionamento sobre as motivações para sua construção.

Foi solicitado também a elas para descreverem o jornalismo feito pelo *Portal de Notícias Feministas*, com o objetivo de perceber como elas interpretam o trabalho que estão realizando. O segundo bloco foi composto por perguntas mais relacionadas à prática jornalística, como a escolha das pautas e das fontes, apostando que a partir da entrevista em profundidade também se pode “explicar a produção de notícias de um veículo de comunicação” (DUARTE, 2005, p. 63) a partir das percepções das jornalistas.

Questões que surgiram ao longo da pesquisa, como o cuidado ético com as fontes e a relação delas com o movimento social, também foram incluídas neste bloco, assim como perguntas específicas para cada uma das jornalistas relacionadas a matérias que estavam trabalhando ou a temas que surgiram em conversas anteriores. Por fim, o último bloco foi composto por perguntas mais relativas à objetividade jornalística, com o intuito de tentar compreender como as jornalistas interpretavam esse fundamento em relação ao ativismo feminista que praticam e se buscam uma objetividade jornalista em suas práticas.

Para Yin (2005), é comum que as entrevistas para um estudo de caso sejam conduzidas de forma espontânea, podendo indagar aos entrevistados tanto sobre fatos relacionados a um assunto quanto pedir a opinião deles sobre determinados eventos. Por se tratar de entrevistas que apresentam um caráter mais aberto, a duração delas variou entre uma e duas horas. Duarte (2005) também considera a entrevista em profundidade uma técnica dinâmica e flexível, útil para tratar tanto de questões relacionadas ao íntimo do entrevistado quanto para a descrição de processos complexos em que esteve envolvido.

A partir de questões semi-estruturadas, presentes no roteiro-base construído para cada uma das jornalistas, foi possível compreender melhor suas motivações e suas práticas, assim como as interpretações sobre elas. Todas as entrevistas foram realizadas em locais escolhidos

pelas jornalistas, gravadas em áudio, totalizando cerca de seis horas de gravação, e transcritas integralmente, resultando em 61 páginas.

Após ter tratado neste capítulo sobre as escolhas metodológicas utilizadas para a coleta dos dados e para a aproximação junto ao *Portal de Notícias Feministas*, que se referem ao método de estudo de caso e das técnicas escolhidas de observação participante e entrevistas em profundidade, apresento no próximo capítulo a análise realizada. Dividida em seis categorias, a análise foi construída a partir de questões originadas na etapa de observação participante, em que acompanhei o trabalho de construção de pautas, e das respostas das jornalistas quando aplicadas as entrevistas em profundidade. Após esta discussão, trago as minhas considerações finais sobre a pesquisa proposta.

4 JUNTANDO AS PEÇAS – A ANÁLISE DO PORTAL

Após apresentar nos capítulos anteriores os referenciais teóricos nos quais situo o tema desta pesquisa, tanto no campo dos Estudos de Gênero quanto no campo do Jornalismo, e as escolhas metodológicas acionadas para colocá-la em prática, inicio a análise dos dados resultantes das etapas de observação participante e entrevista em profundidade com as jornalistas do *Portal de Notícias Feministas*. Com o intuito de atender aos objetivos propostos para responder ao problema de pesquisa - a construção de uma perspectiva de gênero na prática jornalística, indagando quais implicações da perspectiva feminista das jornalistas do *Portal de Notícias Feministas*, demonstradas a partir de suas práticas, possibilitam a problematização da objetividade jornalística, divido a análise em seis categorias: 1) A objetividade corporificada na construção de uma perspectiva de gênero no jornalismo; 2) A objetividade corporificada na subversão da lógica das fontes – as mulheres enquanto fontes privilegiadas; 3) A objetividade corporificada na relação com o movimento social – a demarcação da autonomia jornalística; 4) A objetividade corporificada no cuidado das jornalistas com as fontes; 5) A objetividade corporificada na construção coletiva das pautas – exercício e necessidade; 6) A objetividade jornalística corporificada - reafirmação e questionamento.

Mesmo que as temáticas dialoguem bastante entre si, a divisão foi feita para indicar os elementos que fizeram parte do percurso empreendido para que eu chegasse às considerações finais da pesquisa. Assim, a primeira categoria aborda a definição das jornalistas sobre o jornalismo que é praticado no Portal e suas interpretações sobre como a perspectiva de gênero influencia na prática jornalística que elas realizam. Nesse tópico, também são tratadas algumas premissas do coletivo, que é o entendimento do jornalismo enquanto um direito, e sobre as informações que elas consideram importantes para a vida das mulheres, relacionando com uma compreensão que as jornalistas possuem sobre quem é o seu público leitor.

A segunda categoria se refere a escolha das fontes, central para a construção das notícias jornalísticas. A discussão feita aqui parte dos questionamentos: São as mulheres fontes privilegiadas? Quais mulheres? O contraditório costuma ter lugar? Em quais situações? A intenção foi compreender as transgressões relacionadas ao fazer jornalístico praticado por jornalistas feministas, principalmente no que se refere às fontes com poder institucionalizado, refletindo sobre quais vozes são privilegiadas em suas abordagens e quais não são. A discussão sobre as fontes está inserida no entendimento de que essas escolhas influenciam diretamente

no discurso que é construído e na visão de mundo que elas apresentam em seus conteúdos.

A temática abordada em seguida esteve presente em todos os contatos que tive com as jornalistas, que se refere ao esforço de manter a autonomia jornalística frente à proximidade com o movimento social, não apenas o movimento feminista, em que em diversos momentos são atoras também. Assim, são descritas algumas situações de tensão com o movimento social, em especial a situação referente a uma pauta específica que envolveu questões complexas relacionadas tanto à ética jornalística quanto à ética feminista. A imbricação dos papéis de jornalistas e de ativistas levou a construção de uma Associação, que será discutida também neste tópico.

A quarta categoria trata sobre uma das características do Portal, considerada pelas jornalistas como um valor a ser sempre defendido, que é o cuidado com as pessoas implicadas na matéria, perpassada por um entendimento sobre os impactos que a visibilidade trazida pelo jornalismo pode gerar na vida de suas fontes. Em algumas circunstâncias, essas ponderações implicaram na difícil decisão de derrubar a pauta. A esta temática está relacionada ainda uma oposição ao trabalho realizado na imprensa hegemônica, que visa a busca pelo furo jornalístico.

Na penúltima categoria, o exercício de construção colaborativa dos conteúdos é discutido, tanto entre as jornalistas que compõem o núcleo do Portal quanto na experiência sobre uma cobertura específica que contou com a colaboração de jornalistas e estudantes de jornalismo de outros estados do país. Este tipo de prática está relacionado a dois fatores, um relativo à dificuldade de se dedicarem integralmente ao portal, o que as leva a criar outras práticas para construção das matérias, e sobre a disposição de trazer diferentes olhares para uma mesma pauta e abrir para uma pluralidade de vozes.

Por fim, trato como categoria a questão da objetividade jornalística, que acredito ter perpassado todas as outras categorias, mas que passa a ser abordada de forma mais aprofundada neste tópico. O entendimento delas sobre esse fundamento, a localização enquanto jornalistas e feministas, as discussões éticas que levam a reflexão e a autocrítica, e, por último, a objetividade feminista dentro do jornalismo articulada ao conceito de objetividade corporificada, de Donna Haraway, são os temas presentes.

4.1 A OBJETIVIDADE CORPORIFICADA NA CONSTRUÇÃO DE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO NO JORNALISMO

Em sua linha editorial, o *Portal de Notícias Feministas* diz que pretende dialogar com diversas linhas teóricas do feminismo, mediando suas perspectivas diante da realidade, sendo o primeiro portal de notícias do Brasil voltado à abordagem de gênero, feminismos e direitos humanos. A partir destas informações, me interessei em saber como as jornalistas definem o jornalismo que praticam e como entendem o fazer jornalismo com perspectiva de gênero. Abordando esse tema, pude perceber também como algumas delas interpretam o papel do jornalismo na sociedade e, conseqüentemente, as práticas negativas existentes dentro do campo. Neste sentido, é importante destacar que a baliza para as suas práticas também é permeada pela oposição às práticas da mídia tradicional consideradas negativas pelas jornalistas. Ou, retomando Tomaz Tadeu da Silva (2000), a identidade delas, enquanto jornalistas e feministas, é construída pela diferenciação daquilo que elas não são - a diferença em relação ao jornalismo hegemônico.

A ideia de enquadrar o portal como jornalismo com perspectiva de gênero veio de Patrícia no intuito de ampliar as abordagens e não restringi-las, sendo bastante dialogada com as outras integrantes do coletivo. De acordo com ela, o contato das jornalistas era principalmente com o movimento das ruas e não diretamente com a academia – cabe destacar que essa divisão não é definitiva e as fronteiras entre academia e movimento social são permeáveis, existindo o diálogo e o compartilhamento de uma matriz de entendimento, como é possível notar nas explicações de Patrícia. A motivação, então, foi trabalhar dentro desta especialidade, que seria o enfoque de gênero nas pautas jornalísticas, como explica a jornalista:

Lembro que a gente discutiu muito o conceito, **somos especializado em que?** Surgiram as palavras gênero, feminismos, que eu já tinha captado de dentro do movimento que a gente nunca pode falar no feminismo, mas em feminismos, porque traz a pluralidade que o movimento tem. E também para as pessoas ficarem, o que é feminismos? Ai começa a pensar pela diversidade. E os Direitos Humanos porque a gente contempla uma esfera maior (...). O slogan da perspectiva de gênero foi uma coisa bem pragmática que aconteceu. Não foi uma coisa que a gente estudou, mas na época estava se falando muito na questão

do gênero na escola, até hoje, já estava esse embate na sociedade. **Tudo que é ligado à gênero é ruim para os conservadores, quando se fala em gênero cria-se todo um estigma, então a gente quis trabalhar, ressignificar isso para a sociedade**, trazendo essa perspectiva que está na academia, mas que também de alguma forma está nas ruas (PATRÍCIA, em entrevista, 21/03/2018).

Ao trazer para a definição do portal a palavra “gênero”, termo em disputa atualmente e que tem sido constantemente atacado por setores conservadores da sociedade, elas demonstram o viés político da empreitada e o engajamento na disseminação do sentido que tem sido defendido ao longo de décadas pelo movimento feminista. Para Patrícia, a demarcação da perspectiva também está relacionada a uma crítica às falhas do campo do jornalismo detectadas por elas, a partir da consideração de que o jornalismo em si deveria ter perspectiva de gênero, sendo assim, não deveria precisar ter uma especialidade para garantir esse olhar. *“Mas aí a gente colocou isso no slogan para dizer: a gente tem, tá”* (PATRÍCIA, 2018, S/N).

Em alguns encontros com Raquel, conversamos sobre esse assunto e ela me trouxe uma questão interessante sobre a necessidade de pensar em reformular a proposta do portal, pois a maneira como se definiam no início não parece ser a mesma após quase dois anos da construção da proposta. A questão está relacionada a tratar a perspectiva de gênero como uma especialidade do jornalismo e em oposição ao chamado jornalismo feminino, uma forma de especialização jornalística principalmente no seguimento de revistas e historicamente voltado para o público de mulheres, mas sem posições políticas muito demarcadas. Na compreensão de Raquel, o jornalismo que elas praticam transborda a ideia de especialidade:

Em princípio era **jornalismo raiz, feminismo amplo** e vamos trazer a **fonte**, vamos trazer a **pauta**, e vamos ver no que dá. Era a fonte, a pauta, entrevistar mulheres, esse universo, e o jornalismo como a gente acredita que ele é ou como a gente aprendeu ou a utopia - não dá para a gente chegar até lá, mas a gente se esforçar pra chegar até lá. **Porque se o jornalismo fosse jornalismo como a gente aprende na cátedra ele ia respeitar as questões de gênero, ele iria equilibrar esse diálogo.** A premissa básica do jornalismo é o

Direito Humano ou não? (RAQUEL, em entrevista, 14/03/2018).

Ao tratar da superação da pauta e a fonte, entendo que Raquel está percebendo que o jornalismo que elas estão realizando não está limitado a cobrir apenas as pautas do movimento feminista, como os eventos e atos, mas também sobre questões que sempre foram invisibilizadas de modo geral e que não estão presentes na mídia hegemônica. Além disso, mesmo as pautas mais presentes no jornalismo tradicional podem ser contempladas no portal, mas sob outra perspectiva.

Interpreto que o incômodo da jornalista sobre enquadrar o portal em um seguimento do jornalismo especializado é direcionado à característica desse tipo de conteúdo, voltado para a tematização de assuntos e interesses destinados a grupos mais específicos da sociedade. A definição de quais pautas devem ser contempladas por um jornalismo feminista é complexa, pois todos os assuntos que circulam na sociedade impactam a vida das mulheres e, por isso, são temas que merecem ser tratados ou se enquadrariam no interesse das mulheres. Igualmente, as temáticas de gênero não devem ser consideradas como assuntos voltados apenas às mulheres e, sim, à sociedade de forma mais ampla, sendo direcionadas, pelo menos intencionalmente, a um público mais variado.

De forma mais aprofundada, deve-se destacar ainda que nas mídias convencionais as temáticas sociais são tratadas a partir de um prisma masculinista, mantendo os homens no estatuto de sujeito universal. A perspectiva de gênero, então, pode ser contemplada em qualquer notícia no intuito de superar essa tendência. A abordagem dos fenômenos sociais sem uma perspectiva de gênero resulta na invisibilização dos impactos específicos e diferenciais na vida das mulheres. Por exemplo, se existe um aumento da pobreza no País, é importante que se dê destaque a feminização da pobreza, fenômeno que ocorre no mundo. As mulheres costumam ser as mais pobres entre a população pobre. Na cobertura de um pleito eleitoral, pode-se destacar não só a baixa representatividade de mulheres no âmbito político, assim como os motivos e impactos sociais dessa configuração, mas também o assédio sofrido dentro dos espaços políticos pelas mulheres que conseguem ocupá-los. Da mesma forma, as articulações de raça e classe precisam ser contempladas na perspectiva de gênero das matérias jornalísticas. Um indicativo explícito dessa necessidade são os recentes

dados sobre feminicídio, que apresentou queda entre as mulheres brancas, mas aumento entre as mulheres negras³⁹.

Compreendo que é essa perspectiva que Raquel está querendo demarcar ao dizer que o jornalismo com perspectiva de gênero ultrapassa a fonte, a pauta e a ideia de especialidade, tornando-se uma perspectiva transversal - formulação que foi construída com o tempo, com a experiência que elas tinham do movimento de mulheres e com a ideia de jornalismo que queriam.

Fui questionada uma vez: mas se é perspectiva de gênero onde estão as masculinidades? Eu assim: mas a perspectiva de gênero nós trabalhamos equidade, tá lá no nosso editorial, as masculinidades tem mais espaço na mídia tradicional, são tratadas. **Então, na ideia de equidade, o gênero pra gente vai estar ligado ao feminino.** Tanto que a gente vai trazer as mulheres trans, nós estamos discutindo gênero. Não vamos trazer os homens trans? Sim, vamos. **Mas assim, balizado nessa perspectiva de que a gente está discutindo o não-hegemônico, não os cis. A masculinidade cis, enfim.** Tudo isso eram coisas que a gente precisava estudar com mais afinco (RAQUEL, em entrevista, 14/03/2018).

Entre essas definições, a transversalidade que Raquel aborda está relacionada também à possibilidade de ser um espaço de narrativas construídas por mulheres, que foram historicamente minoria no registro da história e da atualidade. Esse olhar que difere da perspectiva masculinista, mas que não é um jornalismo especializado em mulheres, parece indicar a tentativa de trazer outros pontos de vista para a construção da realidade e, no que se refere ao jornalismo, a partir de práticas distintas. *“Porque se a gente acredita que está no patriarcado, acredita que as mulheres são instruídas de um jeito e os homens de outro, é obvio que a gente vai ter uma prática distinta”* (RAQUEL, 2018, S/N).

Porque eu acho que na medida em a gente se empodera, tem muita gente que não gosta desse

³⁹ Segundo dados do Atlas da Violência 2018 (Ipea/FBSP, 2018), a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras (5,3) do que entre as não-negras (3,1) — uma diferença de 71%. Em dez anos, a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto que para as não-negras foi registrada queda de 8%.

termo, mas na medida em que a gente se empodera dessa coisa de “eu escrevo, eu escrevo uma coisa massa e eu posso publicar o que escrevo”, porque com todas essas barreiras, eu também crio uma segurança, uma autoestima de também produzir, de melhorar essa narrativa, de transformar ainda mais essa narrativa. **Que não é na perspectiva do masculino, mas que também supera essa perspectiva atual de feminino** (RAQUEL, em entrevista, 14/03/2018).

O entendimento de que as práticas do jornalismo são masculinistas leva Raquel a considerar que suas práticas apresentam diferenças, mas ela também não defende que estejam praticando um jornalismo que poderia ser chamado de feminino, embora demonstre valorizar as possibilidades de construir novas narrativas a partir desse olhar. Interessada em saber um pouco mais sobre a perspectiva que dirige as suas abordagens, pergunto para Vivian se a perspectiva de gênero influencia na sua maneira de fotografar. A fotógrafa me responde que não modifica muito, pois as temáticas que são fotografadas já estão direcionadas para o feminismo, como as manifestações e encontros feministas, mas que existe um “olhar feminino” na busca pelas pautas.

Noto que as duas falas apresentam entendimentos diferentes sobre o trabalho que é realizado, contudo, estão perpassadas por uma ideia que associa diretamente o feminino às mulheres, podendo levar a uma desconsideração de que muitas vezes as mulheres têm práticas masculinistas. A inclusão de mulheres no jornalismo, que já são 64% na composição das redações do País⁴⁰, não impactou diretamente nas práticas jornalísticas, como foi abordado nos capítulos anteriores, e a perpetuação de um enfoque normativo sobre as questões de gênero continua nos conteúdos veiculados pela imprensa.

Se não há reflexão sobre as assimetrias e relações desiguais de poder entre o masculino e o feminino, as mulheres e homens tendem a reproduzir os valores que circulam na sociedade. O que observo nas práticas e conteúdos das jornalistas do *Portal de Notícias Feministas* não é apenas olhar feminino, mas uma proposta de olhar feminista, que

⁴⁰ Bergamo, A.; Mick, J. et al. Quem é o jornalista brasileiro? Perfil da profissão no país (2012).

In: (<http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>).

percebe as desigualdades de gênero e as relações de poder implicadas na desvalorização do feminino em todas as esferas e busca formas para superá-la.

Em uma matéria escrita por Ângela, é possível perceber mais nitidamente a forma como a perspectiva de gênero perpassa o texto. Publicado no dia 26 de janeiro de 2018, o texto trata da mobilização em Porto Alegre no dia do julgamento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, realizado em 24 de janeiro de 2018. A jornalista explica que pensou em ver a partir do olhar do movimento, sendo a primeira coisa que definiu. Diz que cada uma delas tem uma característica, que a sua é “(...) *conversar mais com o pessoal de baixo. Eu sou muito dessas, de saber quem são as pessoas, de saber o que levou elas para vir aqui. No momento da caminhada eu já vou pensando assim*”⁴¹.

É neste contexto que surge a voz de Dona Maria, 76 anos, única fonte escutada na reportagem, e escolhida por simbolizar os sentimentos que motivavam as pessoas a participar do ato.

Obvio que eu vou na perspectiva de mulheres. **Eu sempre seleciono. Pode ter um homem com uma boa história, só que não é o momento.** Pode ser que seja uma boa história em outro canal. Eu seleciono mesmo. E naquele momento me despertou aquela senhora, que na minha visão simbolizava o que estava acontecendo ali. **O que eu queria passar.** Quando a gente conversa com essas pessoas que são anônimas, que não são pessoas acostumadas a dar entrevista, primeiro eu vou conversando de forma mais informal. Mas quando você fala se poderia, a primeira coisa é a pessoa dizer: ah, mas eu não tenho nada de interessante para dizer, por que eu, fale com alguém mais importante. Tipo, essa senhora: ah, mas aquela é a líder do movimento. Eu disse, mas não, eu quero falar com a senhora. Então, isso eu já peguei de algumas mulheres que são liderança e a partir do momento que tu vai entrevistar, olha eu quero uma fala tua, elas direcionam para um homem ou para uma outra pessoa. **Elas não se veem enquanto atrizes daquele momento e a importância delas falarem. Isso me instiga muito. Se eu não tivesse esse olhar de cuidado de que eu tenho que entrevistar uma mulher,**

⁴¹ Entrevista concedida em 05/02/2018.

aquela mulher que passou falando ia passar despercebida. E perceber que a aquela mulher anônima, aquela mulher que passou despercebida pode ser que seja quem vai te dar o gancho da matéria (ÂNGELA, em entrevista, 05/02/2018).

A forma como Ângela justifica as suas escolhas revela que a perspectiva realmente ultrapassa a escolha das fontes, não apenas colocando as mulheres para falar sobre temas que não são costumeiramente atribuídos a elas, mas apostando que a valorização da voz de mulheres anônimas, sobre qualquer temática, também atua no sentido de trabalhar com o protagonismo das mulheres e na capacidade que elas têm de significar e interpretar as situações em que estão inseridas, trazendo a visibilidade de pontos de vista ocultados cotidianamente pela grande mídia.

Nesta reportagem em específico, Dona Maria não é apenas a fonte, mas é a partir de seu olhar e suas motivações que as mobilizações relativas ao julgamento do ex-presidente são contadas. Para a jornalista, o texto, que foi escrito em primeira pessoa, narrando o encontro da jornalista com a Dona Maria, também representou uma transgressão à forma padronizada defendida para a estrutura da matéria jornalística, como a construção do lead. Ângela considera que o jornalismo padroniza muito a forma de escrever e que os jornalistas escrevem de formas distintas: “*eu gosto de por sentimentos*”, ressalta.

Considerando o jornalismo que praticam enquanto um projeto em construção, a jornalista Glória afirma que é um exercício diário de experimentação e destaca como mérito da proposta do portal ser um espaço para o exercício do fazer jornalístico, uma espécie de laboratório, para que todas possam amadurecer juntas. Como algumas das jornalistas nunca trabalharam em redação de jornal antes, ela diz que o portal também é um espaço de aprendizado, de construção coletiva, até mesmo para estudantes que estão publicando matérias na plataforma.

Quando o portal foi lançado, uma demanda represada de conteúdos diversos chegou até elas, que precisavam “*ter experimentada a perspectiva de gênero no tratamento*”⁴². A vontade de trabalhar também com reportagens acabou sendo um pouco prejudicada pela demanda cotidiana intensa. Assim, algumas pautas mais aprofundadas acabam sendo um pouco atrasadas pelas notícias, caracteristicamente mais factuais. Ângela relata que existe uma tentativa de acompanhar as

⁴² Entrevista concedida em 22/02/2018.

pautas no âmbito da cidade, estaduais e nacionais. “*O que nos incomoda bastante é que a gente não consegue ter a periodicidade necessária de um jornal hegemônico, que foi a proposta do portal, que entrou para isso, para ter uma periodicidade. Mas os nossos passos não alcançam*”⁴³.

A partir do momento que tiveram contato com a multiplicidade e quantidade de pautas, diversos questionamentos surgiram, como explica Glória:

Ok, em uma pauta política como que a gente vai tratar? **Quais são os cânones jornalísticos que a gente vai manter nos processos de fonte, de seleção de informação, de edição? E o que a gente não vai manter?** E isso nas mais diversas áreas. Então, é um exercício que a gente ainda faz. (GLÓRIA, em entrevista, 22/02/2018).

Em relação aos dilemas cotidianos, Glória diz que se questiona sobre até que ponto elas estão mantendo as estruturas na apuração, nas fontes e no texto. Em uma conversa com Raquel, ela me conta que suas escolhas são muito intuitivas, não estando relacionadas com teorias e que procurou o Mestrado exatamente para tentar entender teoricamente o que elas estão fazendo, finalizando com a pergunta: “*será que realmente promovemos uma ruptura?*”. Entendo que essa é uma reflexão importante para as integrantes, considerando que suas práticas estão em constante construção.

Por outro lado, observo também que existem valores que elas enxergam no jornalismo que lhes são bem caros e até um pouco idealizados, como fica nítido na expressão “jornalismo raiz”, utilizado por Raquel e repetida por Ângela, ao demarcar o posicionamento delas presente na construção da notícia, ao contrário da mídia hegemônica que tenta camuflar suas posições, e o olhar humano que direcionam no tratamento das pautas:

É colocar em prática o que eu aprendi na universidade. Acho que é um jornalismo, não sei se humanista é a palavra, mas é tendo esse olhar humano. É um jornalismo que respeita, que entende e que traz temas que vão além do que é tratado na grande mídia. **Tem uma diferença nesse jornalismo.** Não sei se eu consigo definir, mas é um jornalismo de respeito, um jornalismo humano, que tem uma outra perspectiva e uma

⁴³ Entrevista concedida em 05/02/2018.

coisa que acho bacana é que a gente não esconde, **não precisa a gente passar o tom de neutralidade**. Não é essa a nossa intenção. **A gente tem um posicionamento e isso não precisa vir escrachado, com frases, que nem a gente usa no movimento sindical, com jargões, mas ele na própria construção da matéria você percebe que construiu a partir de uma perspectiva que a gente tem**. Diferente da mídia comercial, da mídia hegemônica, que já quer se distanciar disso. A gente quer dizer que tem um lado, mas isso **não impede da gente exercer o jornalismo na raiz** (ÂNGELA, em entrevista, 05/02/2018).

A escolha pela especificidade da notícia na definição do Portal também é perpassada por esse ideal do jornalismo raiz, como na resposta de Raquel sobre o assunto: “[...] e aí eu vou te dizer que é o tesão do jornalismo, que eu acho que é uma coisa que também junta a gente. A gente é muito bola de fogo, se deixar a gente, de falar fico arrepiada, a gente faz isso o dia todo”. A adrenalina que o trabalho jornalístico gera é um dos componentes compartilhados com a comunidade profissional, assim como a capacidade de reconhecer as faces obscuras contidas em uma situação, o famoso “faro” que se refere a uma perspicácia noticiosa, como destaca Tuchman (1999), e presente em uma das falas de Ângela na apuração de uma matéria: “*Vou tentar falar em off com advogada e ver se o meu faro tá correto*” (DC, 24/11/2017).

Essa forte identificação profissional, por outro lado, parece levar a uma busca por compreender quais são as boas práticas do campo, situadas em oposição ao jornalismo comercial, realmente pouco abordadas dentro e fora da academia. Raquel afirma várias vezes que quer entender o que é o bom jornalismo, o “jornalismo maneiro”, porque ainda não sabe. “*Esse bom jornalismo eu acho meio falcatrúa. O que é o bom jornalismo? Eu não sei o que é o bom jornalismo, não sei. Quem sou eu pra dizer o que é o bom jornalismo. Qual é o critério né?*” Ao longo desses quase dois anos de trabalho na plataforma, muitas respostas talvez não tenham sido facilmente encontradas pelas jornalistas exatamente porque é difícil achar uma definição do que é o bom jornalismo, o qual elas se propõem a fazer.

O questionamento de Eduardo Meditsch (2001) sobre como diagnosticar um organismo se não se tem claro como ele deve funcionar é pertinente para se refletir sobre as novas iniciativas jornalísticas. Na cátedra, como é possível notar nas falas das jornalistas do portal, ainda é

defendida uma proposta idealizada do jornalismo, compartilhada também pelos profissionais, com um papel relacionado à formação da opinião pública, ao atendimento do interesse público e à vigilância dos poderes, oriunda da antiga imprensa de opinião. O discurso de autolegitimação do jornalismo, como destaca Wilson Gomes (2009), além de configurar a identidade da corporação, tem a tarefa de convencer a sociedade de que sua existência é imprescindível para as sociedades democráticas “justamente porque é capaz de servir ao interesse público” (GOMES, 2009, p.70).

Contudo, na prática, o jornalismo comercial opera de forma muito próxima a qualquer outra empresa capitalista, atendendo aos interesses dos anunciantes, das fontes privilegiadas e de uma suposta audiência. O mercado das informações modificou completamente as práticas, mas o imaginário sobre a função do campo se mantém o mesmo, a partir de uma “estranha e inquietante inércia discursiva” (GOMES, 2009, p. 76).

Esse paradoxo dificulta a busca por definições sobre como deve funcionar esse outro tipo de jornalismo, que opera em um campo simbólico contra-hegemônico, sendo abertamente posicionado, mas não se comporta como uma assessoria de imprensa do movimento social, e que não se enquadra na lógica do mercado de notícias. Como podemos notar na fala de Glória, as indefinições as “*obrigam a fazer diariamente esse exercício de delinear o que é o fazer jornalístico, quais são as pautas que a gente publica, o que são os procedimentos mesmo de construção das matérias. Então é extremamente rico, sim*” (GLÓRIA, 2018, S/N).

Como tentei destacar ao longo da análise desta categoria, a falta de um referencial abre para múltiplos questionamentos e dilemas, ao mesmo tempo em que leva, como foi abordado pelas jornalistas, a uma sensação de experimentação que pode ser muito rica se houver abertura para tensionar certos alicerces da profissão que não servem para se chegar a lugares distintos. Está presente, assim, a ideia de que é possível e necessário fazer jornalismo de outros modos, em oposição a sua forma hegemônica, sendo esta apenas uma das configurações possíveis, mas construída historicamente em um campo de disputa simbólica e ideológica que lhe concedeu o estatuto de modelo único - legítimo e válido.

- O jornalismo enquanto direito e não mercadoria

A premissa do jornalismo enquanto um direito, previsto nos códigos da profissão com base no direito fundamental dos cidadãos à informação, impacta de forma direta no financiamento do portal e no

entendimento de que os conteúdos publicados não serão restritos apenas aos assinantes. A fotógrafa Vivian ressalta que o acesso à informação de qualidade reflete nas escolhas da sociedade e, por isso, o *Portal de Notícias Feministas* nunca será pago. “O acesso é livre. A gente pede colaboração e precisa muito, muito mais do que as pessoas imaginam (...). Mas esse negócio do portal ser gratuito é fundamental e ser honesto é fundamental”.⁴⁴

Essa decisão pelo livre acesso aos conteúdos do portal dialoga também com a proximidade com o movimento social, que critica as abordagens da mídia tradicional e a sua relação com as fontes privilegiadas que direcionam os enquadramentos a partir de um lugar de poder. Para Raquel, o movimento reivindica uma apuração e uma narrativa em que ele também apareça, que tenha um certo protagonismo:

Então a gente vinha muito dessa expectativa, **mas também numa preocupação em não repetir um discurso panfletário**, porque cobrir movimento social na perspectiva do jornalismo não é produzir matéria dentro desse movimento social como a gente estava acostumado a fazer de alguma forma” (Entrevista, 14/03/2018).

Essa concepção das jornalistas reflete em outra característica que é produzir matérias que tragam informações importantes para as mulheres e que são silenciadas socialmente. A pauta do aborto é bastante ilustrativa sobre essa questão. Patrícia, que diz brincando que se houvesse uma editoria sobre aborto ela seria a editora, por se dedicar muito ao assunto, avalia que informações necessárias às mulheres sobre o tema são ocultadas. Uma das situações se referem aos locais de atendimento que realizam os abortos nos casos previstos por lei. “*Sobre o aborto previsto por lei, o Ministério da Saúde não divulga onde se faz esse serviço, quantos serviços no Brasil. E ele não divulga porque se ele divulgar, as mulheres vão acessar os direitos*”⁴⁵. A decisão de não informar está relacionada a um “temor” de que mulheres que não se enquadrem nos casos de aborto legal mintam para conseguir realizar o procedimento. Com essa justificativa, priva o acesso para todas. “*É uma violação realmente dos direitos das mulheres e isso precisa ser dito. Nesse caso, da sonegação do Estado*” (PATRÍCIA, 2018, S/N)

⁴⁴ Entrevista concedida em 16/02/2018

⁴⁵ Entrevista concedida em 21/03/2018.

Outra violação não abordada pela imprensa e que pouco circula na sociedade é a do sigilo médico nas denúncias de mulheres que chegam aos hospitais após realizar o aborto, como destaca a jornalista:

Porque quando um médico denuncia uma mulher, ele coloca em risco outras vidas. E tem uma omissão do estado brasileiro em relação aos acordos que é signatário, vários acordos internacionais que entendem que os países devem rever suas legislações restritivas. E a gente precisa começar a apontar isso (PATRÍCIA, em entrevista, 21/03/2018).

Patrícia analisa certas abordagens jornalísticas sobre a temática e considera que a maioria dos veículos tratam do aborto quando tem alguma decisão judicial nova ou tramitação legal significativa. Nestes momentos, até existe um aprofundamento na pauta. Contudo, nas notícias cotidianas, o assunto normalmente é enquadrado na editoria de polícia, ficando lacunas importantes para a compreensão. *“A mulher foi presa, mas em que contexto? Quais os direitos dessa mulher naquela situação? Ela mereceria ser criminalizada daquele jeito e tal, estar algemada em uma cama de hospital?”* (PATRÍCIA, 2018, S/N).

O consenso internacional de que o aborto até os três meses é um direito da mulher não está sendo trabalhado no Brasil, segundo a jornalista, assim como o direito humano da mulher e o direito constitucional a um atendimento sigiloso nos hospitais.

Então eu acho que essa é a tentativa, uma abordagem com perspectiva de direitos, entendendo a questão da desigualdade que a mulher sofre na sociedade, da privação da sua autonomia, e de falar com mais frequência para tentar mudar esse estigma. Superar esse tabu (PATRÍCIA, em entrevista 21/03/2018).

Embora mais tratadas pela imprensa, outras pautas têm enfoques que não atendem a todas as mulheres e ampliar essa abordagem também está entre os objetivos das jornalistas, levando em consideração outros marcadores sociais que se articulam com o gênero. Ângela conta que estava fazendo uma matéria sobre o parto humanizado - *“eu tive o meu filho de parto humanizado, então meu deus é um tema que eu amo de paixão”*. Ao começar a trabalhar com a temática, notou que se tratava de um privilégio que *“as mulheres do campo, as mulheres do SUS jamais*

vão ter acesso. Então, eu tentei trazer na matéria sobre isso” (ÂNGELA, 2018, S/N).

A jornalista relata também que na construção de uma reportagem sobre a endometriose descobriu que a doença atinge uma em cada dez mulheres, mas pouco se fala sobre. Além disso, a recomendação mais indicada para a cura da doença é ter um filho. *“Tá e daí, as mulheres que não querem ter um filho, como é que fazem? Daí vão ficar para o resto da vida com endometriose?”*. Os questionamentos de Ângela demonstram a influência da perspectiva feminista - de garantir os direitos reprodutivos das mulheres - passando a sua prática jornalística.

Eu estou fazendo agora sobre a endometriose. Eu coloquei no face que estou tentando buscar alguém, além da minha fonte, para falar sobre a questão da endometriose. Me espantou a quantidade de mulheres que têm essa doença. E o viés da matéria eu quero fazer sobre o tratamento via SUS, que não é reconhecido ainda. Eu peguei uma das meninas, que eu vou entrevistar, que ela teve problema enquanto estava trabalhando em uma metalúrgica em Joinville. E o médico, acostumado a tratar com metalúrgico, foi atender ela e ela estava esvaindo sangue e não sabia nem que doença era, não reconheceu a doença dela. Uma série de problemas. Ela chegou a ser até internada, uma coisa assim. E eu vou trazer nesse viés. E me chamou a atenção de como é importante trazer essa matéria para as mulheres. Como é importante falar sobre isso. Tem várias matérias. Aquele programinha de manhã de saúde lá [programa Bem-Estar, da Globo] já tratou várias vezes, mas vou trazer no viés de assistência do SUS, onde a mulher pode procurar (ÂNGELA, em entrevista, 05/02/2018).

Trazer informações que sejam de relevância para a vida das mulheres a partir de enfoques que contemplem as que mais necessitam delas leva as jornalistas a pensarem sobre quem é o seu público leitor e até que ponto ultrapassam a “bolha” do movimento feminista, para que o diálogo não fique apenas entre seus pares. Ângela afirma que escreve para as “pessoas comuns”, imaginando que o portal também é lido por elas. Contudo, diz que se questiona em que medida as informações estão chegando “lá na ponta”. *“Tá chegando nessas mulheres comuns ai, será*

que elas estão entendendo o que estamos lutando? Essa é minha angústia” (ÂNGELA, 2018, S/N).

A intenção de ultrapassar os grupos em que estão inseridas também é destacada por Patrícia, considerando que de certa forma as pessoas que estão mais próximas do movimento e que têm mais contato com o trabalho delas atuam como multiplicadoras dos conteúdos que elas publicam. *“Às vezes eu penso, tá, mas quem é o nosso público? Será que ultrapassa?”* (PATRÍCIA, 2018, S/N). Ela mesma responde ao questionamento e diz que não sabe se conseguem chegar às pessoas que têm resistência aos conteúdos que elas se dedicam, mas acredita que, de certa forma, elas acabam capacitando aquele público e que ele se amplia.

Entre as percepções de Patrícia está a de que o trabalho delas acaba sendo mais reconhecido nacionalmente do que no estado em que atuam, no que se refere a pessoas de fora do movimento social. Essa constatação parte do contato entre as jornalistas e os órgãos públicos quando existe a demanda de alguma informação para a construção de uma pauta. Como essas organizações públicas estão muito distantes do movimento social, o portal muitas vezes acaba não sendo reconhecido por elas. *“(…) ao mesmo tempo em que parece que a gente está tão presente, outras vezes fica essa dúvida se as pessoas realmente conhecem ou se são só as pessoas que a gente conhece que conhecem”* (PATRÍCIA, 2018, S/N).

A amplitude nacional também é indicada pela quantidade de acessos do Portal desde a sua construção, que é de mais de 2 milhões. Somente nos três primeiros meses deste ano, foram 600 mil acessos. A matéria que apresentou o maior número de visualizações, mais de 300 mil, foi o caso de uma professora universitária do curso de História e que trabalha com a temática de Gênero. A docente teve uma ação por danos morais movida contra ela por uma ex-orientanda do Mestrado, sob alegação, entre outras coisas, de perseguição religiosa por ser cristã.

E aí eu tenho os rankings, eu fico olhando das 25 mais do ano ou de todo o tempo, aí tem todas as matérias. A pauta do aborto é muito presente, essa última morte por aborto aqui [...] foi bem pesada assim. E aí o interessante é que a gente tem vários países que acessam a gente, vários, uma lista enorme. E os Estados Unidos é o segundo país que mais acessa a gente. Claro, primeiro é o Brasil (PATRÍCIA, em entrevista, 21/03/2018).

Ao saber que existe o ranking, pergunto para Patrícia quais atributos ela acha que apresentam as matérias com o maior número de acessos. De certa forma, esses números representam um retorno sobre o interesse do público a respeito do trabalho que estão fazendo. Ela responde que *“é o dia, é o feeling, são várias coisas né. É principalmente a comoção que aquele tema gera na sociedade”*. A jornalista se detém um pouco mais sobre a comoção que certos assuntos causam nas pessoas, exemplificando uma das matérias com bastante acesso escrita por ela, sobre gravidez infantil por estupro. *“Essa foi uma que explodiu. Então, são temas que geram bastante comoção. Assim como a morte dessa mulher por aborto, outras de mulheres que foram denunciadas em hospitais por aborto”* (PATRÍCIA, 2018, S/N).

Sobre a morte da jovem por aborto, Patrícia conta ainda que elas não foram as primeiras a publicar matéria sobre o tema, outros veículos já tinham abordado o caso, *“mas tinha dado daquele jeito, que tu não sabe se foi bem apurado, se houve uma preocupação das pessoas naquela apuração e não tem aquela perspectiva que a gente dá quando acontece esses casos”*. Assim, a matéria delas ficou pronta dois dias depois da morte, pois Patrícia quis fazer um *“trabalho bem trabalhado”*. É a partir dessa explicação que ela considera que o tratamento aprofundado de uma pauta também reflete no interesse do público, refletindo em cerca de 30 mil acessos.

A credibilidade que as pessoas atribuem ao trabalho do Portal é destacada também por Ângela ao relatar que quando foi cobrir uma pauta em outro estado as pessoas reconheciam a qualidade do portal.

E eu falo isso para as meninas que a gente tem um compromisso muito grande com esse público. Porque as vezes a gente tá fazendo e acha: ah fiz um texto lá e tem 230 visualizações, poxa, me dediquei um monte. Mas a gente não tem noção da repercussão que dá. O cuidado que a gente está tendo. Eu fico lisonjeada toda vez que passa alguém e que fala sobre o nosso trabalho, que é diferenciado mesmo (ÂNGELA, em entrevista, 05/02/2018).

A diferença que ela enxerga entre o jornalismo que elas praticam do construído por outros veículos, incluindo os da mídia alternativa, é o êxito em conciliar a questão da militância e o debate do feminismo, que é uma discussão arreigada de opiniões, e a questão do jornalismo. Nesta

direção, a fotógrafa Vivian diz que admira o fato de que o Portal não é panfleto, pois a honestidade no jornalismo para ela é fundamental.

A Patrícia foi fazer uma pauta sobre a camisinha feminina, pra mim ela é fundamental. Porque ela quis fazer um negócio em que a mulher assume o controle da proteção contra a gravidez, mas as próprias mulheres disseram na matéria que ninguém gosta de usar. Então, não ficou uma propaganda da camisinha feminina. Pelo contrário, se tu lê a matéria tu não tem vontade de usar. Eu acho isso maravilhoso, essa honestidade é pra mim fundamental (VIVIAN, em entrevista, 16/02/2018).

A demarcação da autonomia jornalística perpassa boa parte das reflexões éticas das jornalistas, como pude constatar ao longo do contato com elas, e é entendida como fator que garante a credibilidade junto ao público. A temática será discutida de forma mais aprofundada no tópico 4.3 por ser considerada uma questão central para o entendimento do fazer jornalístico por jornalistas feministas.

Nesta categoria que tratou sobre a construção de uma perspectiva de gênero na prática jornalística do portal, foi possível identificar alguns elementos centrais trazidos pelas jornalistas e que estão em constante reflexão, não figurando como um modelo fechado no qual elas atuam. Os cânones jornalísticos são tanto tensionados em suas críticas quanto em alguns momentos reafirmados, pois a credibilidade junto aos leitores parece demandar o atendimento a certas regras do “jornalismo raiz”, como será discutido nas próximas categorias.

Ao se oporem às práticas da grande mídia consideradas negativas, as jornalistas se defrontam com o grande desafio da crítica feminista, como destaca Sardenberg (2001). Tal desafio refere-se à necessidade de construção de outros princípios e práticas, no sentido de atender aos interesses sociais, políticos e cognitivos de grupos historicamente subordinados, entre eles as mulheres, pois um feminismo que destrói tudo e não constrói nada é potencialmente perigoso.

Desta forma, a proposta de realizar um jornalismo especializado em gênero, feminismo e direitos humanos, vai sendo aprofundada para se tornar um olhar transversal, em que todos os assuntos podem ter experimentada uma perspectiva de gênero. As jornalistas demonstram atuar a partir do entendimento de que a generificação das relações sociais se reflete em experiências diferentes na vida das mulheres e, por isso, se

faz necessário trabalhar na tentativa de equilibrar as assimetrias de poder. Isso se refere ao tratamento das pautas com a valorização de vozes que comumente são invisibilizadas na mídia tradicional, ao enfoque não estereotipado e buscando a multiplicidade das fontes, mas também sobre diferentes abordagens em temáticas mais amplas, relativas à política, economia, saúde, cidade e meio ambiente, levando em consideração a desigualdade de gênero presente em todas as áreas.

4.2 A OBJETIVIDADE CORPORIFICADA NA SUBVERSÃO DA LÓGICA DAS FONTES – AS MULHERES ENQUANTO FONTES PRIVILEGIADAS

A proposta de trazer as vozes que não figuram comumente como fontes na mídia tradicional é uma das grandes propostas do jornalismo independente, no intuito de romper com os enquadramentos hegemônicos trazido pela voz dos poderosos, entendidos como definidores primários, por Stuart Hall *et. al.* (1999), das abordagens trazidas nas matérias jornalísticas. Contudo, se faz necessário ressaltar que mesmo dentro do jornalismo alternativo as fontes mulheres seguem sem ser as fontes privilegiadas, perpetuando as assimetrias encontradas na mídia tradicional, como destaca Vinhote *et.al.*(2017).

No *Portal de Notícias Feministas* as mulheres são as fontes privilegiadas. Ângela conta que, desde a sua entrada no portal, ela foi recomendada pelas outras jornalistas a procurar especialistas mulheres, “*que entendem sobre o tema e que muitas vezes não é dado o espaço*” (ÂNGELA, 2018, S/N). A partir dessa característica, tentei compreender quais mulheres são contempladas em suas matérias, se existe uma atenção à diversidade, como na busca de Patrícia por uma mulher não branca no ato contra a PEC 181. A proposta de chegar às vozes não ouvidas não é fácil de ser concretizada, pois implica em sair da zona conhecida e buscar mulheres que não integram diretamente o movimento social com o qual têm proximidade.

Glória diz que existe uma busca por esse olhar mais amplo, muito pautado também pelo movimento social, e que é preciso chegar até outras mulheres, tanto no ativismo quanto no jornalismo. A proposta “*te obriga a sair totalmente do teu conforto e o jornalismo hoje ele tá muito aqui no ar-condicionado, nessa situação né*” (GLÓRIA, 2018, S/N). A jornalista traz como exemplo para esta situação uma pauta que trabalhou sobre a amamentação, a partir do questionamento sobre a dimensão que ela tem na vida das mulheres. “*Essa é uma pauta que te coloca em várias encruzilhadas*” (GLÓRIA, 2018, S/N). Os dilemas relatados por ela se

referem ao contato que teve com mulheres que defendem a amamentação ininterrupta até os dois anos de idade do filho, ficando afastadas do trabalho por esse período, um grande privilégio que a maior parte das mulheres não pode usufruir.

E elas não vão trabalhar porque elas não precisam. E tem books maravilhosos de fotos, que se eu não tive como fotografar, elas vão mandar fotos lindíssimas. São mulheres brancas, são funcionárias públicas que conseguiram trabalhar isso, são pessoas que estão bem estruturadas em suas vidas pessoais que podem fazer a escolha de ficar dois anos amamentando (GLÓRIA, em entrevista, 22/02/2018).

O movimento em prol da amamentação, que foi o ponto de partida para a construção da matéria, não contempla as especificidades e necessidades de muitas mulheres. Assim, a jornalista percebeu as dificuldades de chegar até o enfoque que gostaria, optando por fazer uma série de quatro matérias e explorar ao máximo a questão em distintos contextos. Ela relata que somente no último texto foi que conseguiu chegar mais perto do enfoque que esperava, ao trazer a situação de mulheres que não têm com quem deixar os filhos, pois não encontram uma creche perto do trabalho, ou não conseguem amamentar os filhos duas vezes por dia até os seis meses, como previsto em lei.

A matéria que Glória se refere inicia com uma referência à possibilidade de ampliação de 120 dias para 180 na licença-maternidade prevista na legislação brasileira, para que os seis meses de aleitamento seja cumprido, e tem como primeira fonte uma advogada que traz uma abordagem jurídica sobre o tema e considera que as leis precisam ser ainda mais aprimoradas para atender as demandas. As outras duas fontes são mulheres que relatam suas experiências após o retorno ao trabalho, uma positiva de acolhimento no serviço, e outra negativa, que chegou a ocasionar um pedido de demissão por não ter um local apropriado para a amamentação e pela falta de sensibilização por parte dos empregadores. A jornalista destaca a importância de trazer esse enfoque:

A mulher que é doméstica e que a patroa não deixa ela levar o filho pro trabalho ou então que ela leve esse filho pro trabalho e lá ela amamenta nessas condições e isso é um favor que fazem para ela. Então, o chegar aonde tem que chegar é uma coisa

que faz a gente sair do nosso conforto, inclusive do nosso conforto do jornalismo como ele anda acontecendo, **sair das fontes oficiais, ouvir quem tem que ouvir, e ouvir de fato, não ouvir para fazer constar na matéria** (GLÓRIA, em entrevista, 22/02/2018).

A consideração de que a maternidade impacta de diferentes formas na vida das mulheres é contemplada nesse movimento descrito por Glória, que ressalta a importância também de romper com uma visão utilitarista das fontes, muito construída no que ela chama de “cânones jornalísticos”. Um olhar mais humano na formação dos profissionais teria reflexo nas práticas jornalísticas, permitindo que os jornalistas se modificassem também no contato com as fontes. *“Um olhar que você não vai adquirir ligando para a prefeitura para saber, ah prefeitura, quantas vagas tem na creche?. Ok, essa é uma informação, é importante, mas a gente precisa ir além disso”* (GLÓRIA, 2018, S/N). Por outro lado, essas tentativas algumas vezes não se concretizam pela falta de estrutura, de pessoas liberadas para se dedicarem às pautas, sendo uma proposta considerada por Glória como desafiadora.

Ao mesmo tempo que existe uma motivação para trazer uma perspectiva mais diversa sobre as mulheres, foi possível observar outros delineamentos interessantes sobre as fontes, que é a relação com mulheres que não dialogam com a perspectiva feminista. Durante a reunião de pauta aberta, primeiro contato que tive com elas, surgiu o assunto sobre a única vereadora eleita depois de oito anos na Câmara de Vereadores da cidade e o fato de que ela não trabalha com uma bandeira feminista, mas sim, pelo direito dos animais, e se isso renderia uma pauta. Em entrevista com Ângela, ela abordou novamente o tema e disse que a situação da vereadora a incomodou muito e que ela achava que era preciso fazer uma matéria sobre as suas bandeiras políticas. *“A minha primeira coisa foi ser impulsiva e falar dessa mulher”* (ÂNGELA, 2018, S/N).

Em conversa com as outras jornalistas, entendeu que mesmo falando sobre animais, a vereadora é uma mulher que ocupa um cargo político importante, que historicamente é ocupado por homens. A sua presença ali é representativa, mesmo que não atenda aos ideais esperados pelo feminismo. *“É aí que eu cresço no portal, pela experiência que as meninas têm”* (ÂNGELA, 2018, S/N). Ângela ressalta que a lógica apresentada pelas jornalistas foi a de que não se costuma criticar um homem que é trabalhador, mas não defende a pauta dos trabalhadores.

Porque a gente precisa desqualificar a única vereadora mulher que a gente tem? Não que ela pegue as nossas pautas, mas eu acho que elas construíram isso para mim e eu dou razão de que se a gente ficar desqualificando as mulheres, mesmo as que não dialogam com a nossa mesma pauta, a gente tá contra o que viemos defender, sabe. Então isso foi, tá certo, é isso mesmo. (ÂNGELA, em entrevista, 05/02/2018).

O diálogo entre as profissionais demonstra a construção coletiva das definições jornalísticas a partir de um olhar feminista, entendendo que mesmo que não dialoguem com as perspectivas trabalhadas no portal e, conseqüentemente não sendo vozes privilegiadas nas matérias, essas mulheres não serão *a priori* alvos de críticas por não se posicionarem em relação às lutas pela desigualdade de gênero. Essa reflexão está permeada pelas discussões travadas no âmbito do ativismo de que as mulheres já são suficientemente culpadas pela sociedade sobre suas ações e os homens, quando em situações semelhantes, eximidos de qualquer responsabilidade. *“Mesmo as conservadoras, as anti-feministas, a gente tem cuidado na forma de expor elas. Não vamos desqualificar porque a gente está juntas, mesmo elas não sabendo”* (ÂNGELA, 2018, S/N).

A discussão apresentada sobre a vereadora e suas pautas também se relaciona a outro fator cuja a abordagem considere importante. Trata-se do espaço para o contraditório ou “ouvir os dois lados”, prática que também está relacionada com uma busca pela objetividade jornalística, como destaca Tuchman (1999). A partir do referencial no qual me apoio, entendo que muitas vezes o espaço ao contraditório é oferecido sem grandes reflexões por parte dos jornalistas, sendo um elemento que supostamente garante a imparcialidade da abordagem e o não favorecimento de apenas um lado, como se as situações cotidianas apresentassem apenas dois lados e a forma como eles foram trabalhados não estivesse atravessada por um direcionamento do profissional, como ocorre em todas as escolhas jornalísticas.

A prática, classificada por Tuchman (1999) como um ritual estratégico - procedimento de rotina que tem pouca relevância no fim procurado que em última instância é à objetividade jornalística -, foi abordada com as interlocutoras da pesquisa e apareceu frequentemente nas conversas que tive com elas. Primeiramente, percebi um entendimento sobre o espaço ao contraditório como premissa básica para a prática do jornalismo, em oposição ao discurso panfletário característico

do movimento social. A questão surgiu, pela primeira vez, durante a observação participante com Ângela quando me falava sobre a necessidade de trazer o contraditório para a pauta em andamento, destacando a diferença do trabalho feito por ela no portal com o desempenhado no jornalismo sindical, como descrevi no diário de campo:

A questão de colocar no texto o contraditório é abordado novamente por Ângela. Ela relata que trabalhou em sindicato e que observa as diferenças de abordagem do trabalho que realiza no portal. Faz uma fala interessante. “Na faculdade nos dizem para ser imparcial. No sindicato só damos um lado, dizendo que em uma reunião com 10 pessoas tem 50. **No portal pensamos no outro lado, na melhor maneira de tratar sobre a situação. Acho que isso é o jornalismo**”. Entendo com essa fala que ela está criticando a abordagem da faculdade, refutando a ideia de ser imparcial, mas também a forma de atuação do sindicato, que é própria do trabalho de assessoria de imprensa. Ponderar sobre o contraditório, refletindo sobre as consequências desse outro lado, é entendido como a forma de se fazer jornalismo. Assim, demarca que o portal faz jornalismo (DC, 21/11/2017)

Posteriormente, durante a entrevista, a jornalista me fala sobre o fato delas terem um posicionamento, que não é escondido no conteúdo, não impedindo a escuta deste outro lado, chamado por ela de “diferente”. A motivação é mostrar as divisões existentes sobre o tema tratado. Entendo que abordar os antagonismos e disputas de sentido existentes na sociedade faz com que a pretensa estabilidade social construída muitas vezes pela imprensa seja abalada. Por outro lado, questiono se não existe a busca por esse contraditório apenas para atender ao que se convencionou como um dever do jornalismo e se a existência do portal já não figura como o contraditório nas disputas de sentidos sobre as temáticas abordadas por elas.

Nas próximas falas, vou compreendendo outras motivações das jornalistas e percebendo o entendimento de que o viés defendido por elas continua presente ao abordar as vozes divergentes. “*Até as perguntas que a gente elabora para esse outro lado vem cheio do nosso contexto, do que a gente pensa, do que a gente acredita. E isso a gente não esconde em nenhum momento, eu acho*” (ÂNGELA, 2018, S/N).

A jornalista Ângela considera que sempre que for possível é preciso escutar o outro lado, pois essa abertura ao contraditório também está relacionada à credibilidade que elas têm com seu público, mesmo admitindo que a perspectiva delas sempre está presente na construção e edição da matéria. *“E essas coisas eu admiro. Que agente exerce o verdadeiro jornalismo. Tipo esse vereador aí do Nascituro, tá qual é a tua, você, macho, quer o dia do Nascituro. Eu acho que é aí que a gente ganha credibilidade também”* (ÂNGELA, 2018, S/N).

Para Raquel, percebo que a prática está perpassada por uma questão ética muito bem delineada e recomendada às outras jornalistas. O contraditório defendido pela profissional não se refere a busca por opiniões divergentes sobre os temas e que poderia, por exemplo, significar a busca por setores conservadores para tratar de pautas feministas. Percebo que a intenção se está relacionada com garantir o direito de que as pessoas implicadas diretamente na matéria tenham espaço para suas versões principalmente nas notícias com maior teor de denúncia. A possibilidade do aprendizado social a partir do debate público sobre temas controversos perpassa a motivação, não figurando apenas como um recurso formal. É o que explica Raquel sobre a matéria do deputado que foi misógino na Assembleia Legislativa, em que ele foi procurado:

Olha só, nós estamos aqui dizendo que o que você fez foi misoginia, então nós estamos acusando o cara de alguma coisa, de um ato que é terrível. Nós estamos dizendo que você é misógino, você mandou a mulher fazer isso, a mulher disse isso, a afetada nos disse isso, as outras mulheres que atuam nessa causa dizem isso, o que tu tem a dizer de tudo isso que disseram de ti? Porra, esse espaço tem que ter. **Se não daí é só uma plataforma realmente de um movimento.** Não é isso também, que a gente está se propondo. Então, o que que o cara tem a dizer (RAQUEL, em entrevista, 14/03/2018).

Procurar o deputado também significa para Raquel dar a oportunidade para que ele possa talvez rever as falas, consideradas uma expressão de misoginia. *“Eu podia ouvir e ele me dizer assim: eu realmente fui um equivocado e quero pedir desculpas para as mulheres”*(RAQUEL, 2018, S/N). Nesta situação, a assessoria do

deputado só informou que ele se manifestaria sobre o caso na próxima sessão plenária.

Como no caso tratado acima, em que o deputado não concedeu entrevista ao portal, a perspectiva das jornalistas, ao mesmo tempo que as aproxima de certos grupos, dificulta o contato com fontes mais institucionais. A jornalista Ângela relata que em algumas pautas existe a busca por fontes oficiais implicadas na notícia, mas algumas delas optam por não falar com as profissionais do portal devido à visão que têm do trabalho delas, como aconteceu com a Polícia Militar em uma pauta sobre agressão às jornalistas mulheres.

A gente fez contato com a polícia, pedindo informação e no outro dia a gente cobrou e eles não deram mais retorno. Porque também tem isso, de onde você está falando, para quem você vai falar. Teve uma vez que a Raquel fez uma matéria com aquele vereador do Dia do Nascituro (...) e a Raquel ligou para ele para pegar a fala dele e **ele já tinha pesquisado quem era o portal e disse que não ia falar porque a gente era abortista**, coisarada e coisarada (ÂNGELA, em entrevista 05/02/2018).

Já nos casos em que as pessoas implicadas na matéria consentem com a entrevista, percebo que a prática de escutar o outro lado não está tão relacionada com um ritual estratégico ligado à objetividade, mas a uma estratégia consciente para apontar as incoerências dos discursos proferidos, o que ocasiona um reforço à perspectiva na qual elas se filiam. Um exemplo sobre esse recurso é a matéria sobre a professora universitária feminista acusada de perseguição ideológica por uma ex-orientanda, já abordada nesta pesquisa.

Para trabalhar o caso, o Portal lançou duas matérias na mesma data, uma com a contextualização da situação, contendo uma entrevista exclusiva com a professora, que escolheu o portal para ser o veículo em que abordaria pela primeira vez a situação que estava enfrentando, e outra que trazia uma entrevista com a ex-aluna, que concedeu a falar mediante o compromisso de que não houvesse qualquer edição das suas respostas. Na avaliação de Ângela, trazer a fala da estudante foi positivo para a professora. *“A Raquel vai muito nessa pegada de que a gente expor o contraditório muitas vezes é positivo pra gente, pois mostra o quão sem sentido tem o pensamento da pessoa. Então é importante a gente sempre buscar”* (ÂNGELA, 2018. S/N). Ao trazer esse outro posicionamento para ser discutido no espaço público, abre-se a possibilidade de que ele

seja problematizado, revisto, talvez até modificado, tanto pela própria pessoa entrevistada quanto pelo público.

O resultado da entrevista também é compartilhado por Patrícia, ao considerar que as falas da estudante reforçam a ideia da abordagem, demonstrando a falta de lógica e sentido no pensamento apresentado. Nas pautas em que Patrícia trabalha sobre o aborto também é possível observar esse movimento, de que muitas vezes discursos divergentes reforçam a perspectiva que ela traz. Mas a jornalista pondera que existem casos e casos, e que o contraditório pode ser entendido de outras formas, demonstrando uma maior articulação entre o feminismo e o jornalismo. *“Não coloco padre pra falar na minha matéria, assim se tá numa audiência, eu coloco uma fala que ele fez na audiência, mas eu não vou ligar para padre para falar sobre direito à vida”* (PATRÍCIA, 2018, S/N). Para Patrícia, as mulheres ativistas pela legalização do aborto já falam sobre o direito à vida, assim, o discurso de um padre não tem sentido para estar ali: *“O contraditório é a gente trazer essas mulheres que não estão falando na mídia tradicional”*.

A forma de entender essa prática jornalística por Patrícia indica uma visão mais ampla, de que certos discursos já circulam na sociedade, sendo hegemônicos, e que não seria o trabalho delas ratificar essas formas de entender o tema. Uma das maneiras da perspectiva de gênero estar presente na prática jornalística seria na seleção das fontes, demarcando quem tem legitimidade para falar sobre certos assuntos.

Mas assim, eu deslegítimo como contraditório a fala de um padre. Ele não tem legitimidade pra mim, a mesma legitimidade que ele tem lá nos jornais da mídia tradicional e eu acho que aí entra a perspectiva de gênero, isso é a perspectiva de gênero, é tu deslegitimar certas fontes que para a mídia tradicional são muito importantes. Porque se tu colocar aborto no google, CNBB, tu vai ver vários momentos em que a CNBB é fonte. Uma coisa é você dizer a CNBB participou de uma audiência tal e colocar uma fala, outra coisa é você ouvir a CNBB numa pauta do aborto. Claro, numa eventualidade talvez seja importante colocar pra trazer as contradições daquela fala, né. Como uma igreja que defende a vida em certas circunstâncias, algumas vidas, não todas (PATRÍCIA, em entrevista, 21/03/2018).

A jornalista enfatiza ainda que se uma denúncia de aborto partiu de um hospital, ela vai procurar a instituição. Se uma denúncia partiu do Samu, ela buscará ouvir o atendimento, mas também não tomando as falas como dadas, questionando as respostas.

Eu vou ouvir o Samu, mas se ele me diz assim: tá lá no regulamento, eu vou lá ler o regulamento, **se não estiver eu vou dizer que não tá**. Como já aconteceu. Eu falei: não, não está no regulamento, muito pelo contrário, no regulamento está que o sigilo médico deve ser preservado. **Então assim, eu dou o contraditório** (PATRÍCIA, em entrevista, 21/03/2018).

A partir da fala das jornalistas é possível demarcar dois movimentos importantes, um deles que se relaciona com um ideal de ética jornalística, em que é papel do jornalismo oferecer espaço para abordagens contraditórias, principalmente quando as pessoas estão diretamente implicadas na notícia, mesmo que elas sejam divergentes da perspectiva defendida pelo portal e pelas jornalistas. Ao mesmo tempo, esse recurso figura como uma estratégia para fortalecer o discurso ao qual elas se filiam, demonstrando as contradições da fonte, atitude que se aproxima mais de suas propostas como ativistas dentro do jornalismo. A proposta de oferecer um debate público sobre temas controversos também é percebida, indicando que o contraditório para elas extrapola o recurso formal, tendo finalidades mais concretas.

O segundo movimento, trazido por Patrícia, pode ser considerado o mais amplo e transgressor, ao apresentar o entendimento de uma disputa discursiva para significar o tema do aborto. Assim, algumas falas que aparecem com mais frequência na mídia tradicional são deslegítimas. Considero que o posicionamento dela enquanto uma jornalista feminista está perpassado pela compreensão de que certos discursos, além de não ter validade no debate sobre a vida das mulheres, se refletem exatamente no dispositivo ideológico que coloca em risco essas vidas.

Sobre as mulheres enquanto fontes privilegiadas, foi possível perceber a busca por uma diversidade, na tentativa de ultrapassar o círculo do ativismo, mas também as dificuldades desta proposta. Se empenhar em outros enfoques demanda abrir mão de um certo “conforto”, relacionado a fontes que dialogam com as jornalistas nas suas práticas ativistas e estão, conseqüentemente, mais disponíveis para entrevistas. Ao propor ampliar os olhares e vozes, se valoriza o potencial do jornalismo

feminista, demonstrando que os temas trazidos impactam de diferentes formas à vida de distintas mulheres.

4.3 A OBJETIVIDADE CORPORIFICADA NA RELAÇÃO COM O MOVIMENTO SOCIAL – A DEMARCAÇÃO DA AUTONOMIA JORNALÍSTICA

A relação do jornalismo com outros campos sociais sempre foi ambígua. A matéria-prima da produção de notícias encontra-se em instituições, organizações e grupos externos, sendo indispensável para o fazer jornalístico manter relações de confiança com os diversos setores da vida social que lhe permitem acessar informações necessárias para a sua prática. Por outro lado, o campo está inserido também em uma arena de disputa por visibilidade, demandando negociação constante entre os interesses jornalísticos e os das fontes. Essa relação de dependência implica no seu funcionamento e na condição de operar sob a pressão constante de diversos campos de forças (MCQUAIL, 2012).

No jornalismo tradicional, as principais influências de poder são as instituições sociais que detém maior poder social, como o governo, empresários e integrantes do legislativo e judiciário, normalmente os principais anunciantes dos veículos. A especificidade do *Portal de Notícias Feministas*, por nascer do movimento social e não dispor de anúncios publicitários, e que é “*o próprio movimento de alguma forma*” (RAQUEL, 2018, S/N), não o torna imune a pressões e influências, mas a origem delas é diferenciada, sendo exercidas principalmente pelo próprio movimento social a partir das expectativas que deposita no portal. A demarcação da autonomia delas enquanto jornalistas pode ser considerada um dos principais desafios enfrentados, como demonstrarei a seguir.

Além da atuação ativista no movimento feminista por parte das jornalistas, que figura como base para a construção jornalística delas, as fontes deste mesmo movimento são as vozes privilegiadas, fornecendo não apenas informações, mas também atuando como conselheiras, auxiliando sobre como abordar certos assuntos. Neste aspecto, o contato próximo é considerado como positivo, pois facilita o contato e acesso a informações, muitas vezes em primeira mão, mas demanda uma série de responsabilidades.

Patrícia considera que existe uma cobrança maior por esse afastamento jornalístico em relação ao portal ou outros veículos que estão próximos aos movimentos sociais, perpassada pela questão da objetividade jornalística, mas normalmente esse mesmo tipo de

questionamento não é feito para a mídia hegemônica, que também é muito próxima de suas fontes. *“A Globo também é ativista. Tem relação com grupos empresariais, uma relação forte com essas pessoas, mas o ativismo é visto como coisa de quem não tem grana.”* (PATRÍCIA, 2018, S/N). Ela pondera que a grande imprensa não pode ser um modelo, mas considera importante destacar o discurso de isenção defendido pelos grandes veículos.

Aí, eu vejo como problemático isso. Eu penso mas olha só, claro que não dá pra equalizar pela grande mídia, **mas também não dá pra dizer que também não é objetividade porque a grande mídia faz diferente, não, a grande mídia faz muito próximo disso, mas muito mais camuflado.** Mas acontece que muitas vezes as minhas entrevistadas serem minhas consultoras, pessoas que me orientam e tal, mas ai eu também tento fugir disso para variar as fontes (PATRÍCIA, em entrevista, 21/03/2018).

Percebo que além da consideração de que as suas posições são mais transparentes aos públicos e do reconhecimento de que a proximidade com certos atores sociais faz parte da profissão, existe um movimento de aproximação e distanciamento que envolve uma discussão bastante presente sobre a demarcação da autonomia jornalística. Neste sentido, o trabalho delas não consiste em ser uma assessoria de imprensa de certos grupos, embora as pautas trazidas por eles sejam de grande importância para a manutenção do portal.

Glória destaca a importância ainda de atuar de forma pedagógica para que outros atores compreendam melhor o jornalismo, pois alguns setores dentro da militância feminista têm uma expectativa de que o portal irá reverberar apenas a opinião deles, com exclusividade neste espaço de visibilidade. *“A gente fica tentando ter aquele distanciamento, que ora você ajuda, dá aquela mãozinha, oh companheiro vamos lá, e ora a gente se distancia para dizer que a gente está aqui para fazer jornalismo”* (GLÓRIA, 2018, S/N).

E a gente tem que tentar assim manter [a autonomia] e fazer eles entenderem, fazer os movimentos entenderem que a gente está nesse espaço como jornalista e não como ativista necessariamente e claro jornalista que tem esse olhar privilegiado diante desse cruzamento com a

perspectiva do ativismo. É um desafio grande (GLÓRIA, em entrevista 22/02/2018).

Uma das medidas realizadas por elas na tentativa de separar a atuação no ativismo e o trabalho jornalístico foi a criação de uma associação, que, além delas, é composta por outras mulheres que atuam em projetos que fogem do escopo jornalístico, como a construção de mobilizações junto ao movimento social, e nas questões administrativas e burocráticas. Raquel explica que, assim que lançaram o portal, começaram a ser chamadas para falar em eventos e até na imprensa sobre assuntos do feminismo, como os direitos das mulheres. *“Mas a gente é só jornalista, ninguém chama o cara lá da redação, chama às vezes, vai chamar raras vezes para um debate sobre jornalismo, mas ele não vai ir fazer uma fala sobre conjuntura, isso vai ficar pro professor da universidade fazer”* (RAQUEL, 2018, S/N). Raquel explica mais detalhadamente as motivações para a criação da associação:

A gente criou a Associação com duas perspectivas, uma mais no campo da própria burocracia, a gente precisava de um CNPJ, a gente precisava de um lugar, que desse um norte político, jurídico e financeiro. O portal por si só, mesmo que tenha uma anunciante, ele vai lá anuncia e cai na conta do que, na minha conta, na conta da fulana. (...) tem que ter alguma coisa mais transparente, é necessário ter transparência nesse jornalismo que a gente quer. Uma transparência é essencial. E a Associação também veio **como um braço pra gente dar vasão a esse lugar de movimento que a gente tem, que era natural nosso, que existia antes do Portal, que o portal é fruto de uma militância** também, seja no campo da esquerda, movimentos sociais, seja no próprio campo do feminismo (RAQUEL, em entrevista 14/03/2018).

Além das questões práticas de manutenção do portal, a associação nasce, então, com o intuito de demarcar a autonomia jornalística, trazendo maior respaldo para que evidenciem que, mesmo certas pautas estando alinhadas com o escopo trabalhado no portal, o enquadramento será definido a partir de preceitos éticos e práticas da profissão valorizados por elas, não sendo necessariamente o mesmo defendido pelo movimento. Esse espaço de disputa impacta diretamente

na construção das matérias e nas decisões tomadas por elas, como será abordado no próximo tópico, quando descreverei o processo de construção de uma pauta com a jornalista Ângela.

- A mulher ou a terra. Qual luta vale mais?

Após apresentar para as jornalistas as minhas propostas de pesquisa e decidir que iniciaria a observação participante com Ângela, envio uma mensagem por WhatsApp para a jornalista, perguntando sobre as pautas que está trabalhando. Ela me responde e diz que está começando a trabalhar em uma, sobre ataques a uma aldeia indígena e que existem questões de gênero envolvidas no caso. Uma mobilização está sendo organizada na reunião que ela está presente, em defesa do povo que ali vive. Combino com Ângela que irei acompanhá-la na cobertura do ato, marcado para dois dias depois.

No mesmo dia, mas horas antes do ato, a jornalista publica uma matéria no portal abordando os dois ataques recentes à aldeia – no primeiro, uma mulher indígena foi gravemente ferida. Dias depois, vários tiros foram disparados contra as casas dos indígenas. Uma das possibilidades levantadas na notícia é que a violência estaria relacionada à uma represália pela ocupação da terra, tendo sido recentemente concedida pela Justiça a propriedade indígena. O texto informa que a comunidade está localizada em uma área de grande disputa imobiliária. Além disso, o conselho comunitário do bairro vizinho, que constantemente se manifesta contra a demarcação, emitiu nota afirmando que não tem relação com os atentados. O enfoque da matéria direciona, então, para uma relação entre os ataques e a demarcação, enquadramento que estava sendo trazido pelo movimento social de apoio aos indígenas.

No dia marcado para o ato, chego ao centro da cidade antes de Ângela e aguardo. Poucas pessoas estão presentes e percebo que até aquele momento não há indígenas participando. A jornalista chega e logo começamos a conversar sobre a pauta. Ela diz que a proposta é fazer um vídeo mais geral do ato e entrevistar algumas pessoas. Uma reportagem mais elaborada está sendo construída a partir das entrevistas. Também aborda a matéria que publicou anteriormente no portal e sua opção por não entrevistar ainda a mulher que foi vítima da violência ou outras lideranças indígenas, pois a situação é muito delicada. Ao iniciar a gravação do vídeo, percebo que ela está entrevistando algumas mulheres. Posteriormente, pergunto quais critérios foram usados para escolher as fontes, e ela responde que *“são pessoas que ela sabia estar ligadas ao movimento”* (DC, 21/11/2017).

Ao retomarmos a conversa, Ângela volta a tratar sobre a matéria já publicada, afirmando que existiu um cuidado para não serem panfletárias e, por isso, um trecho da nota da comunidade que vive no bairro vizinho, contrário à demarcação, foi colocada. Logo após a publicação da notícia, procurei a nota da comunidade e ela atribuía a violência aos próprios indígenas. Considero que esse foi o entendimento da jornalista ao selecionar apenas o trecho que não traz essa culpabilidade. Ainda no ato realizado no centro, Ângela encontra uma advogada que está trabalhando no caso, como assistente. Com esse diálogo compreendo melhor de que forma o movimento tenta direcionar o enquadramento de uma pauta, como registrado no diário de campo:

A advogada tem dúvidas sobre o que pode falar, liga para alguém e diz para Ângela que o processo está em segredo de justiça. Ângela quer saber se alguém está preso e se existe alguma confirmação do envolvimento de indígenas na violência. Suponho que ela não colocou essa informação na matéria, pois não tinha confirmação e as chances dos indígenas serem criminalizados é grande. A advogada não confirma nada, talvez porque eu estivesse presente, mas começa a falar que **é importante que a matéria não acabe desmobilizando as ações de defesa do povo indígena**. Que o enfoque precisa ser mais geral. Entendo que sugere para não abordar somente os ataques (DC, 21/11/2017)

A conversa com a advogada levanta diversas questões, principalmente sobre uma tentativa de tirar do foco a violência contra a mulher indígena. Ângela percebe a intenção não apenas por essa conversa, mas pelas falas dos ativistas durante o ato, mais voltadas para a importância da demarcação das terras e da proteção dos povos indígenas de maneira geral. É evidente que a pauta defendida pelo movimento é válida, pois as comunidades enfrentam diversos tipos de pressão e violências neste processo de luta por suas terra. Percebo que a jornalista está desconfiada, como demonstrado no questionamento: “*Quem e por que? (essas perguntas) Não querem ser respondidas por pessoas próximas à aldeia*”(DC, 21/11/2017).

Uma outra ação, agora na aldeia, está prevista para o final de semana. Ângela acredita que algumas informações importantes para a conclusão da reportagem podem ser obtidas no local, talvez a partir de uma

entrevista com a mulher agredida, dependendo de como ela estiver emocionalmente e se demonstrar disponibilidade em ser entrevistada. Combino com a jornalista que vou acompanhá-la na visita à aldeia. Durante a semana, recebo uma mensagem dela, cancelando:

Vamos mudar o foco da matéria. Conversamos longamente eu e Glória agora pela manhã. Existem informações não reveladas naquela pauta e de alguma forma o movimento está mudando para maximizar uma pauta legítima, porém inviabilizando outras denúncias (...) (DC, 24/11/2017).

As possibilidades levantadas por Ângela e que podem estar sendo ocultadas pelo movimento se referem a violência contra a mulher indígena não ter relação com o ataque a tiros ocorrido dias depois. Ângela opta por tentar uma entrevista com as pessoas envolvidas “*fora dos holofotes*”. Diz que vai tentar falar novamente com a advogada em *off* e ver se seu “*faro está correto*”. A partir desse diálogo, suponho que a jornalista está inclinada a não aceitar o enquadramento do movimento social e ouvir as pessoas envolvidas no caso. Se houver alguma confirmação, acredito, neste momento, que Ângela está disposta a escrever a matéria apresentando uma nova versão.

Uma semana se passa e observo que nenhuma matéria sobre o caso foi publicada no portal. Decido, então, enviar uma mensagem para a jornalista perguntando se ela seguirá com a pauta. Ângela me envia um áudio contando sobre os encaminhamentos, e que descobriu mais alguns capítulos da história. A partir dessas informações, ela me fala sobre as decisões que tomaram coletivamente:

Agora a gente vai criar um distanciamento, eu continuo nos grupos acompanhando o desenrolar, se acontecer algum ato, alguma atividade, sobre a questão da luta da terra indígena a gente vai estar junto. Mas sobre essa questão (...), por se tratar de um segredo de Justiça e também por se tratar de algo que os próprios índios não querem revelar. Tanto que eles só ficaram sabendo (da violência contra a mulher indígena) porque houve os tiros no final de semana e foi o próprio pessoal do movimento que relacionou uma coisa com a outra, porque os índios não estavam relacionando. **O que**

a gente definiu é que vamos nos afastar, já demos a notícia, já acompanhamos, agora nós vamos acompanhar a luta dos índios normal só não vamos mais fazer esse enfoque na questão da agressão porque **a gente entende que se faz esse enfoque isso serve de reflexo para que a violência contra uma mulher seja transformada numa luta da terra** (DC, 02/12/2017).

A opção das jornalistas por não publicarem mais desdobramentos sobre o caso, como é possível interpretar na fala de Ângela, foi perpassada tanto por uma questão de respeito ao posicionamento dos indígenas, de tratar o caso pela via jurídica, mas também por uma perspectiva feminista de que ao continuar adotando o enquadramento trazido pelo movimento social estariam se eximindo de discutir as questões de gênero imbricadas na situações. Quanto ao jornalismo, derrubar a pauta, mesmo tendo acesso a informações privilegiadas, foi a saída que encontraram de forma a conciliar tanto as suas motivações feministas quanto a sua adesão à luta do movimento social pela demarcação das terras indígenas.

Além disso, Ângela ressalta que o processo corre em segredo de Justiça e elas não tiveram autorização de suas fontes para tratar sobre a possível identidade dos agressores, demonstrando o posicionamento ético dela. Entendo que a pauta foi emblemática, sendo considerada pela jornalista uma das pautas mais difíceis que já trabalhou. Como pude constatar na observação e depois na realização da entrevista, quando retomei o assunto, o caso envolveu diversos dilemas que se referiram também ao fazer jornalístico e sobre qual é o limite da atuação delas enquanto jornalistas. Questionamentos esses que foram solucionadas com a ajuda das outras integrantes do portal, como explica Ângela:

Até onde a gente tem que publicar? Até onde a luta pela terra vale a questão da mulher?
Também a gente usou muito julgamento nosso né. A gente foi costurando quando viu o resultado da matéria não era aquilo que a gente estava achando. A gente deduziu né, nas nossas conversas. A Glória também fez outras conversas por fora e eu fiz outras, que tu acompanhou um pouco. A gente deduziu que existia mais além daquilo e que naquele momento a gente tinha que recuar. Agora, a partir do momento que tiver essa certeza, que for averiguado que é certo quem foram os culpados, aí a gente senta e publica. Nesse momento, a nossa

ação foi recuar dessa matéria, deixar a pauta rolando (Entrevista, 05/02/2018).

Ao acompanhar esse trabalho com Ângela pude observar uma constante reflexão ética sobre como abordar certas situações e que não existem formulações prontas de como atuar em casos complexos como esse. Essa atitude demonstra uma subversão à postura epistemológica do jornalista, abordada por Traquina (2008), de priorização da ação no lugar da reflexão. Assim, não posso deixar de pensar nas formas como a mídia hegemônica trabalharia se tivesse acesso às informações que elas tiveram. Uma das ponderações trazidas por Ângela sobre a não publicação da matéria envolvia a questão cultural e um questionamento sobre como as mulheres indígenas estão tratando dessa agressão e sobre como, mesmo que bem intencionados, os brancos atuam na construção de uma pauta que pode estar silenciando outra. *“Até que ponto vale sacrificar uma mulher nesse sentido (...). Só que quando a gente percebeu foi aquilo, os índios não falam, só quem fala são os representantes. Mas nós somos representantes do que?”* (ÂNGELA, 2018, S/N).

Essa questão levantada por Ângela dialoga com o pensamento da antropóloga argentina Rita Segato (2011), sobre as relações de gênero no processo de intrusão colonial, que rompeu o tecido comunitário existente, deixando as mulheres em situação de maior vulnerabilidade. De acordo com Segato, a crueldade contra as mulheres e o desamparo a elas aumentou à medida que a modernidade e o mercado se expandiram e anexaram novas regiões. Assim, as mulheres indígenas têm atuado divididas – na frente externa, lutam junto ao seu povo por demandas coletivas, e internamente contra a opressão que sofrem dessas mesmas comunidades, que muitas vezes as acusam de fragmentarem a luta por direito e recursos.

Ao trabalhar a Lei Maria da Penha com mulheres indígenas do Parque Xingú, a antropóloga se viu frente ao dilema que ela considerou ser: o Estado quer dar com uma mão o que retirou com a outra. Ou seja, a segurança que existia antes da intrusão colonial, garantida principalmente pela solidariedade entre as mulheres indígenas e sua atuação política efetiva na comunidade. Assim, Segato questiona qual seria o papel do Estado neste tipo de situação, mas podemos ampliar também para qual seria o papel do movimento social e das próprias jornalistas, que se viram frente a um dilema muito semelhante.

Para Segato, um bom estado será aquele restituidor da jurisprudência própria e do foro comunitário, garantindo a deliberação interna, que foi rompida por razões que se vinculam à própria intervenção

e administração estatal. O que não é outra coisa, segundo a antropóloga, do que a devolução da história, da capacidade de cada povo de desempenhar seu próprio projeto histórico. Dessa forma, acredito que o cuidado das jornalistas por não interferir em uma situação que já está sendo tratada por aquela comunidade, da maneira como ela entende que deve ser tratada, uma forma de respeitar também a capacidade de deliberação dos indígenas implicados no caso. Abre-se então para que eles tramem os fios de sua própria história, pois a face interna da comunidade está sempre atravessada pelo mundo que a circunda (SEGATO, 2011) e as discussões sobre as desigualdade e violência de gênero, presentes no movimento feminista, também estão ali, sendo tensionadas pelas mulheres indígenas.

Assim, a pauta é ilustrativa e emblemática sob diversos aspectos, pois o direcionamento trazido pelo movimento social está presente, em um primeiro momento, na notícia publicada antes do ato no Centro da cidade. Ao presenciar a forma de atuação de alguns ativistas, a jornalista Ângela desconfia que algo não está sendo revelado e inicia um processo de apuração jornalística e tem acesso às informações privilegiadas. Ao descobrir que existe um silenciamento importante que diverge de suas perspectivas feministas, o tratamento da pauta entra em discussão pelas jornalistas do portal, ficando, por fim, decidido que a pauta deve ser derrubada. As tensões entre o movimento social e o fazer jornalístico feminista ficam explícitas no caso, evidenciando uma busca por assegurar uma autonomia na atividade jornalística em relação ao movimento e outras fontes.

4.4 A OBJETIVIDADE CORPORIFICADA NO CUIDADO DAS JORNALISTAS COM AS FONTES

Elemento essencial do jornalismo, “o furo” pode ser considerado um dos mitos mais compartilhados pela cultura jornalística. O furo enquanto algo a ser conquistado é fator relacionado tanto à concorrência entre os jornalistas e veículos quanto à mitologia do jornalista enquanto um grande “caçador” (TRAQUINA, 2008). Por outro lado, se analisarmos pelo prisma de gênero, como destacado por Veiga da Silva (2014; 2018), a valorização desta prática está também ligada à sua atribuição a características masculinas, ao lado de outras como impacto, denúncia e força, em que o jornalista é o “furador”, o “caçador”, o “investigador”:

A mitologia em torno do jornalista, por exemplo, obedece à mesma norma masculinista: o

furador – aquele que persegue o furo, o caçador, o herói, o defensor da democracia. A disputa, a competitividade, a proatividade, a autoridade-autoritária e a dominação são valores envoltos nesta mística. Tais valores incidem nas relações de poder e na hierarquia das redações, uma vez que se aproximam do poder e do prestígio os profissionais que reúnem os atributos convencionados como masculinos, o que em grande medida favorece os homens, mas não exclui as mulheres reconhecidas por reunirem tais atributos em suas características (VEIGA DA SILVA e MARROCO, 2018, p. 35).

A partir dessas considerações teóricas, percebo logo nos primeiros contatos com as jornalistas do *Portal de Notícias Feministas* que a busca pelo furo é algo desvalorizado entre elas, não figurando como uma meta a ser atingida.

Essa posição se dá em relação a duas características. Uma delas é influenciada pela estrutura que têm para a realização das matérias, aceitando que não teriam condições de concorrer com outros veículos com maior número de profissionais e recursos, mas como pude observar até mesmo na matéria sobre a agressão da mulher indígena, em que elas tiveram acesso a informações privilegiadas, existe um consenso de que o aprofundamento da abordagem é mais importante do que a publicação imediata. Além disso, o cuidado com as fontes é outro valor defendido e que implica no posicionamento de não buscar o furo.

Ângela diz que uma das primeiras coisas que aprendeu quando entrou no portal foi que não existe uma busca pelo furo jornalístico, o que ela considerou um diferencial, pois “*a gente enquanto jornalista é muito impulsiva em querer saber detalhes das coisas e querer saber de primeira mão a informação para passar para todo mundo*” (ÂNGELA, 2018, S/N). A atuação que deve ser buscada, segundo a jornalista, é pela construção de notícias embasadas, que tragam uma pluralidade de ideias e o máximo de detalhes possíveis. A jornalista Glória também considera que a concorrência é algo muito forte na cultura do jornalismo e que não é fácil abrir mão dela. “*O Diário vai largar a matéria deles, a nossa é outra matéria, as nossas fontes, a nossa profundidade, a nossa perspectiva, é outra matéria. Então, não estamos concorrendo com eles*” (GLÓRIA, 2018, S/N).

A especificidade da prática que resulta em um conteúdo diferenciado fica nítida nas falas das jornalistas. Além da concepção das jornalistas sobre o próprio trabalho, suas vivências dentro do movimento

feminista estão imbricadas na reflexão ética sobre o jornalismo, principalmente sobre a relação com as suas fontes. Percebo isso na entrevista com Raquel, quando ela me diz que é preciso ter sensibilidade para não explorar a dor que as pessoas estão enfrentando em algumas situações delicadas. Ao explorar esses sentimentos, o jornalista é encarado por ela como um abutre, animal que se alimenta de carniça.

Ai abutre. Jornalista abutre. Acho que também não é. Prefiro não fazer, tá. Se tiver um outro abutre e quiser fazer, que faça. Não é isso que vai determinar. Não é o furo, não é quem deu. Esse é um tipo de fala que entra por aqui e sai por aqui. **Ai nós perdemos esse furo. Não deu pra fazer, não teve como fazer, ou se era pra fazer desse jeito, melhor não fazer.** Então eu acho que essa é outra pegada que nos distingue assim. A gente tem a angústia de fazer o mais legal. A gente curte muito fazer. Não gosta de perder o timing, com certeza não, não é isso. **Mas o furo e o abutre, não.** Acho que não é muito legal (RAQUEL, em entrevista, 14/03/2018).

O posicionamento de não ser uma jornalista abutre e não ter como valor o furo jornalístico se reflete em uma postura ética destacada também pelas jornalistas, que é o cuidado com as fontes. Percebo essa tendência quando estou conversando com Patrícia sobre uma pauta que está elaborando sobre o aborto e que pretende entrevistar uma mulher que ajuda outras a abortar. O intuito da jornalista é demonstrar o quanto essa vivência é solitária e que as mulheres que auxiliam na realização do procedimento são muitas invisibilizadas, mas são as que *“colocam a mão na massa”*. A identidade da fonte escolhida por Patrícia será preservada, mas mesmo assim ela quer conversar com uma advogada para saber as questões legais disso. Considero essa uma preocupação importante, no sentido de não sobrepor o interesse jornalístico à sua responsabilidade com as possíveis consequências dessa entrevista.

A proteção defendida por elas, como destaca Glória, faz com que busquem recursos para minimizar a exposição, movimento que dialoga com a posição ativista delas:

Essa perspectiva de olhar também com ativismo ela aparece nas situações de tentar entender e buscar a proteção da fonte em algumas situações. **É um**

exercício e repito é exercício mesmo, a gente está despertando para algumas coisas que precisam evoluir. E isso acontece tanto na apuração das matérias, de proteger a identidade de uma mulher que fez aborto e que mesmo que já tenha passado o tempo que ela precisa ocultar isso, dez anos, mesmo que esse prazo já tenha passado, ela tem todo o direito de não ter seu nome exposto se ela assim desejar (GLÓRIA, em entrevista, 22/02/2018).

Além do sigilo da identidade de algumas fontes, duas situações parecem ser ilustrativas para as jornalistas no que se refere ao tratamento com as pessoas envolvidas em situações que seriam de interesse para a cobertura do portal. Nesses casos, o interesse jornalístico foi substituído por uma outra atuação, que conseqüentemente fez com que a pauta fosse derrubada para não prejudicar os envolvidos. Glória não nega que essas decisões são doloridas.

A gente já trabalhou bastante a matéria e chega um momento da gente verificar que não é isso, que essa matéria vai ter um efeito e esse efeito sobre a vida dessa pessoa não vai colaborar para que essa situação mude (...) Então, deixa a poeira baixar, **a gente não tem medo de furo**, a gente fez esse exercício depois de muito tempo né, **como um mantra, a gente não tem que ter medo do furo**, a gente vai dar da forma que seria mais adequada (GLÓRIA, em entrevista, 22/02/2018).

Ao acompanhar Ângela na pauta sobre a violência contra a mulher indígena, conversamos sobre o quanto a decisão dela de não entrevistar imediatamente a mulher envolvida no caso está em diálogo com a proposta do *Portal de Notícias Feministas*. Nesta ocasião, ela relatou outras duas situações em que esses dilemas apareceram e qual foi a abordagem decidida por elas. Em entrevista, tentei entender melhor as motivações delas sobre as decisões. Um dos casos foi sobre um jovem que teve a mão dilacerada por uma bomba durante uma manifestação em Brasília, em maio de 2017. Por causa de seu trabalho como jornalista sindical, Ângela teve acesso ao contato do jovem na noite em que ele se feriu e ela começou a atuar como assessora, mediando o contato com a imprensa.

Em diálogo com Raquel, Ângela conta que pensaram em esperar o jovem voltar para a sua casa, deixando passar o momento mais delicado, e tentar fazer uma entrevista em vídeo com ele. Ao mesmo tempo, a jornalista tentava “*segurar para a mídia hegemônica não cobrir, porque eles não teriam esse olhar. Eles iriam pegar esse menino e transformar no que eles quisessem*” (ÂNGELA, 2018, S/N).

A gente não vai agora: ah, agora que estou conseguindo conversar com ele por telefone eu vou **quem sabe tu me dá uma falinha que eu vou dar um furo, não**. A primeira coisa que a gente trata em um caso desses é **cuidar da pessoa**, não cuidar especificamente da pessoa, mas não fazer o que a mídia hegemônica faz. **Naquele momento ele não é uma notícia**, ele é uma pessoa que sofreu um baita de um choque, enfim, não é o momento de entrevistá-la. Não é agora que a gente vai ouvir o que a gente precisa. Tem que respeitar, **o respeito com a fonte** (ÂNGELA, em entrevista, 05/02/2018).

Por meio do portal, as jornalistas também conseguiram uma advogada para o jovem. Ângela ressalta que a decisão por não entrevistá-lo foi bastante dialogada, que as outras integrantes orientavam ela sobre como tratar a situação. Após o retorno dele, a mídia hegemônica já tinha tratado o caso e o jovem não se sentiu confortável em dar outras entrevistas. “*A gente citou ele nas matérias, mas não falamos mais. Porque, uma, a mídia hegemônica já tinha feito o que tinha que fazer com o menino. E outra, que se ele não se sentiu à vontade, se ele não deu abertura, a gente não vai forçar*” (ÂNGELA, 2018, S/N). Compreendo que a decisão delas teve como baliza a atuação da mídia hegemônica, que constantemente criminalizava os manifestantes. Ao se posicionarem de outra maneira, assumiram o risco de perder a chance de realizar a entrevista.

Raquel comenta também sobre as decisões relativas ao caso e traz novamente a atuação da imprensa nesse tipo de situação que “*vem toda pra cima, quer que o guri fale, só que o guri está em um momento de fragilidade total. Ele perdeu a mão, a família está em polvorosa*” (RAQUEL, 2018, S/N). É possível perceber o *entendimento* de que muitas vezes as pessoas que decidem falar com a imprensa não têm total dimensão do impacto que isso terá em suas vidas, da visibilidade gerada. Ela relata que em uma situação chegou a aconselhar uma mulher do

movimento social a não falar com a imprensa, o que conseqüentemente implicou em não conceder entrevistas para elas também. *“Então, às vezes a pessoa tem que pensar bem se vai falar com a imprensa, porque se ela vai falar, ela vai ter que bancar e bancar é punk”* (RAQUEL, 2018, S/N). A jornalista relata o diálogo envolvido nesse caso:

E assim, olha, se **a gente pode dar uma sugestão pra vocês e ajudar nesse momento é não falar com a imprensa agora**, não precisa falar depois com a gente, se vocês não quiserem falar com o portal, quiserem falar com outro veículo depois e fazer uma matéria sobre isso, vocês fazem. Mas a sugestão é o seguinte é um momento muito drástico. **A pessoa tá muito fragilizada. Qualquer coisa que ela disser pode inclusive se prejudicar.** Então a gente busca sempre ter esse **cuidado** assim né. De não expor. E até de orientar, dizer olha, **a gente podia se aproveitar de ti, mas na verdade bom pra ti seria não entrar nessa.** Pensar bem no que tu vai falar (RAQUEL, em entrevista, 14/03/2018).

A ideia de que elas poderiam se aproveitar das pessoas que entram em contato com elas, mas não vão, é interessante, pois demonstra a concepção sobre o jornalismo e o acesso que ele possibilita a pessoas em momentos de fragilidade, além da responsabilidade que isso demanda. Notícias que envolvam alto grau de emoção são normalmente uma das grandes frentes do jornalismo, pois despertam o interesse do público. Optar por não seguir essa tendência parece um movimento que demanda bastante a sensibilidade das jornalistas ao primar pelo cuidado com os envolvidos.

Já a segunda situação emblemática se refere ao caso de uma professora que foi agredida por um aluno de 15 anos em sala de aula, em setembro de 2017. *“Aí eu disse para as meninas, deixa que eu cubro, violência contra a mulher, contra professora, deixa comigo. Só que eu naquela agonia, não, vou fazer o furo, fazer o furo”*, conta Ângela, demonstrando o quanto as atitudes valorizadas na cultura jornalística não são fáceis de se desapegar, mesmo estando em oposição à proposta do portal. Após diversos contatos ao longo do dia, ela conseguiu falar com a filha da professora que já conhecia o trabalho delas:

E daí no momento que eu estou conversando com ela, ela descobre que a gravação que a mãe dela tinha feito pra rádio foi usada pelo (Deputado Marcos) Feliciano e pelo (Deputado Jair) Bolsonaro. E naquele momento a menina já levou o choque e devia estar n pessoas em volta dela e ela começou a conversar comigo e dizer assim: olha só o que eu descobri agora e me mandou o link e eu vi que ela já não estava bem, que ali ela se tocou. Que deu o start do que elas estavam, do que aconteceu por elas terem cedido entrevista para outros lugares (ÂNGELA, em entrevista, 05/02/2018).

Ainda conversando com a filha da professora, Ângela diz que tentou acalmá-la e procurou uma assessoria jurídica para ajudá-la. No outro dia, foi procurada pela entrevistada, que pediu desculpas por ter ficado nervosa e se colocou à disposição para continuar a conversa. *“E eu disse não, agora não tem mais entrevista, agora a prioridade é vocês duas se acalmarem, porque elas estavam visivelmente bem alteradas, nervosas, porque foi um baque, que no outro dia ela foi de vítima a vilã. A mãe dela, no caso”* (ÂNGELA, 2018, S/N). A maneira como o caso foi abordado, então, partiu de uma sugestão da própria filha da professora de escrever uma crônica sobre o caso, que acabou sendo publicada no portal apenas um mês após o ocorrido, como explica Ângela:

A notícia da agressão só surgiu então através de uma crônica escrita pela filha. A gente não fez uma matéria a respeito porque aconteceu isso aí. Então esses dois momentos pra mim foram assim de muito aprendizado. **Você segurar.** Porque você acaba não se tornando só uma profissional que vai ali escrever e não tem um humano do outro lado. Existem vidas do outro lado. No que tu vai escrever, dependendo do momento que você vai a pessoa. Então isso a gente precisa ter um cuidado, de não querer ir lá e afoita escrever. **Eu poderia ter forçado, ela me daria a entrevista.** Eu poderia ter usado isso que aconteceu com ela do Feliciano, o que ela ficou me falando, desesperada, ali na matéria. Só que aquilo ali era muito íntimo dela. Ela falou com uma desconhecida, ela pediu socorro. Então, se ela me pediu socorro, ela não estava me dando uma entrevista. Eu tenho que entender isso. É um outro viés (...) **Quantas vezes**

eu vejo o jornalista acontecendo alguma coisa, a primeira coisa que tu quer é ir ali e urubuzar e você esquece que existe uma vida do outro lado (ÂNGELA, em entrevista 05/02/2018).

O viés humano da abordagem defendido pela jornalista indica, além do cuidado com o outro, a consideração de que quando estão sob forte emoção, as pessoas não conseguem formular bem as suas respostas, e que para o jornalismo é muito mais interessante conceder o tempo necessário para que elas processem os acontecimentos e formulem a versão que tem de suas histórias de maneira mais consciente e não no impulso do momento. Glória também parece perceber isso ao afirmar: “*A gente vai derrubar mesmo que ela só fale com a gente, ela não está em condições psicológicas, a pessoa já foi bombardeada pela imprensa e nas redes sociais [...]*”.

A partir dos trechos destacados nas falas das jornalistas, considero que o valor humano para elas está acima do valor jornalístico, mesmo que essa proposta não seja fácil por também estarem inseridas dentro dessa cultura jornalística. Ao mesmo tempo, compreendo que na prática delas o valor jornalístico não parece estar separado do valor humano. A atuação delas muitas vezes extrapola a simples relação entre jornalista e fonte, o que considero também ser uma marca da imbricação entre o jornalismo com as práticas do ativismo, principalmente do movimento feminista. Boa parte das pautas que elas abordam trabalham com questões específicas de gênero, o que faz com que exista também o compartilhamento de sentimentos e vivências com as mulheres que são entrevistadas. Essa proximidade, como defendo, não prejudica as suas avaliações sobre os casos, mas potencializa. Ao não priorizarem o furo jornalístico e sim o cuidado com as fontes, percebo ainda que existe a valorização de atributos ligados ao feminino, como o cuidado e a proteção. Essa oposição aos valores masculinistas mais tradicionais do jornalismo, Veiga da Silva e Beatriz Marroco (2018) chamam de subversão das lógicas moderno-positivistas-masculinistas do jornalismo, com a emergência de um feminino historicamente inferiorizado nas hierarquias do campo.

4.5 A OBJETIVIDADE CORPORIFICADA NA CONSTRUÇÃO COLETIVA DAS PAUTAS – EXERCÍCIO E NECESSIDADE

A rotina de produção de notícias em uma grande empresa de jornalismo costuma designar para cada profissional tarefas bastante

demarcadas, iniciando normalmente pela definição da pauta, dialogada ou não entre editores e repórteres, sendo seguida pela apuração das informações, a redação da notícia e o trabalho de edição. Embora a precarização da profissão indique uma mudança de cenário, é comum que dentro de uma redação, as discussões sobre enquadramentos e escolhas sejam compartilhadas entre os profissionais de uma mesma editoria, mas difícil é que diferentes jornalistas atuem nas etapas de apuração e redação de uma mesma notícia, a não ser em reportagens de maior fôlego.

É pertinente destacar que o jornalismo independente não conta com a infraestrutura e o número de profissionais que uma grande empresa tem. Por isso, a tentativa não foi fazer uma comparação entre as rotinas de produção de um veículo comercial e um portal independente, comparação essa que seria bastante descabida. O intuito de refletir a partir de práticas mais tradicionais do fazer jornalístico se refere à tentativa de destacar as alternativas encontradas por elas para manter uma boa frequência de publicação de notícias frente às dificuldades estruturais e financeiras.

Ao realizar uma breve análise do número de publicações ao longo de três meses, destaco que, mesmo apresentando variações nos períodos escolhidos, o número de textos é expressivo, considerando que as jornalistas não se dedicam exclusivamente ao portal. Do dia 02 de novembro até o dia 01 de dezembro de 2017, o portal teve 21 publicações, sendo 19 notícias e dois textos de opinião. Já entre os dias 31 de janeiro e 28 de fevereiro, foram 15 publicações, entre elas 11 notícias, uma entrevista e três textos de opinião. É possível supor que a diminuição dos conteúdos em relação aos meses anteriores esteja relacionada ao período de férias, que tradicionalmente implica na redução de pautas mais factuais no jornalismo.

Em contrapartida, do dia 02 de março de 2018 a 01 de abril de 2018, o portal contou com 27 publicações, sendo 19 notícias, três entrevistas, três reportagens e dois artigos de opinião. O mês destacado teve como diferencial o Dia Internacional da Mulher – 8 de março, que resultou em uma construção maior de notícias que envolveram a temática. Embora os números apresentados sejam apenas ilustrativos, pois além das matérias publicadas no site, algumas manifestações e eventos contam apenas com a cobertura pelo Facebook, é possível considerar o esforço para a manutenção de certa periodicidade nas publicações. O que abordarei agora será a organização da rotina de produção dessas notícias.

Logo que iniciei meu contato com as jornalistas do *Portal de Notícias Feministas* percebi que cada uma das jornalistas atuava em diversas frentes ao mesmo tempo, escrevendo textos para o portal,

fotografando os eventos e fazendo transmissões de vídeo ao vivo para a página no *Facebook*. Essa atribuição de várias tarefas é justificada pela estrutura que elas dispõem, com poucas profissionais para a realização das coberturas. Além disso, a função de revisão e edição das matérias costuma ser dividida entre elas, normalmente relacionada à disposição no momento. *“Essa falta de recursos, essa falta do tradicional, obriga a gente a buscar outras alternativas na própria prática”* (RAQUEL, 2018, S/N).

Ao mesmo tempo em que consideram essa prática uma adaptação às necessidades que surgem ao longo do processo, as jornalistas demonstram a tendência a aproveitar o lado construtivo dessas situações, que é a possibilidade de trabalharem em conjunto e manter o diálogo constante sobre as decisões relativas às pautas. Esse é um dos motivos pelo qual boa parte dos textos não é assinada por uma das profissionais, mas em nome do coletivo. Ângela afirma que, mesmo quando os textos são assinados, existe uma construção coletiva, que já inicia com a troca entre elas sobre possíveis fontes da matéria e, ao final, o diálogo é retomado na edição. *“Pra mim isso foi inovador (...). Não é um texto de uma mão”* (ÂNGELA, 2018, S/N). Essa perspectiva de trabalho, para ela, possibilita ampliar os olhares sobre um mesmo tema e também reflete no crescimento delas enquanto profissionais:

De você trabalhar o coletivo, trabalhar os diversos olhares, de alguém vir e te instigar, tá, mas porque entrevistar tal coisa, porque não tal coisa, você despertar que pode usar outra linha. A construção coletiva do portal que é algo diferente e **que não é a mão pesada do editor que ah não escreve isso, é uma mão solidária**, vamos fazer isso, vamos trocar, de questionar. É ali que constrói muito, que a gente troca entre nós, a gente cresce muito, decidir qual foto a gente vai colocar, decidir a abordagem (ÂNGELA, em entrevista, 05/02/2018).

A explicação trazida por Ângela na qual afirma não ser a mão pesada do editor, mas uma mão solidária, indica o caráter mais horizontal presente nas atribuições de cada uma, em que as hierarquias profissionais, principalmente existentes entre repórteres e editores, são minimizadas. Glória, que se define como editora do portal, mas também atua na construção de matérias, considera, assim como Ângela, essa forma de trabalhar inovadora e destaca que é extremamente rico compartilhar com

as outras jornalistas o processo de produção de uma mesma notícia. Em algumas situações, a apuração acaba sendo feita por uma jornalista, a redação por outra e a edição por uma terceira, andamento que, segundo ela, foi sendo consolidado naturalmente. *“Não foram os meus olhos nem os meus sentidos que estiveram lá, então esse é um cânone que é bastante duro pra mim lidar”* (GLÓRIA, 2018, S/N).

A jornalista ressalta ainda que essa prática mais coletiva demanda uma organização prévia, com definições sobre enquadramento, possíveis entrevistados e produtos:

A gente tem experiência de, por exemplo, a pauta acontece, a gente faz uma discussão prévia e uma pessoa vai apurar, como a gente não tem um QG, um local né, quem está disponível, por exemplo, a Ângela foi lá e fez as entrevistas ontem, a gente planejou, a matéria é essa, quem é que a gente vai entrevistar? fulano, beltrano, cicrano. O que a gente tem que saber de cada uma delas? Quais são os produtos que a gente vai ter com essas entrevistas? Ah, a gente vai fazer um ao vivo, vamos ter tempo hábil para produzir um vídeo com isso? Não, não vai rolar. Então vamos fazer a matéria né e depois vamos pegar material para de repente lá na frente fazer isso. Então, define os produtos, a pauta, as perguntas e ela manda o material e eu começo a escrever. Aí eu vou checando, tá perai em que momento isso foi dito? Vai voltando pra ela. Então, acaba que a construção vai sendo assim. Fechou o material, vem a terceira visão, ontem no caso que foi a da Raquel. Ah ok, então, faltou amarrar isso, estou lendo aqui a matéria, ela sabendo bem superficialmente do assunto e é aonde entra aquele olhar de dizer: não, tá faltando amarrar isso (GLÓRIA, em entrevista 22/02/2018).

A dinâmica de construção coletiva é bastante variada dependendo da pauta, como relatam Glória e Ângela, envolvendo muitas vezes a construção de um texto a partir do olhar de outra pessoa. Essa prática se diferencia da maneira mais tradicional de autoria de notícias, em que apenas um jornalista costuma atuar na apuração e na redação, mas que também envolve outras nuances como o exercício de confiança no trabalho umas das outras e o cuidado para não descaracterizar a

abordagem delineada anteriormente, medida que demanda certa sintonia entre elas.

A sintonia entre elas é tratada por Raquel quando afirma que existem afinidades entre as jornalistas, que resultam em parcerias mais recorrentes. “*Se tu me disser assim, vai ali e lê o texto e eu parar para pensar, porque eu nunca faço isso também, vou lá ler um texto para ver quem escreveu, eu não sei se eu sei*” (RAQUEL, 2018, S/N). É interessante a fala de Raquel sobre a diluição da autoria, ao mesmo tempo em que demonstra que a prática colaborativa se torna realmente efetiva na construção de um texto por várias mãos e múltiplos olhares, demonstra a existência de um padrão de texto jornalístico que é compartilhado entre elas, minimizando os estilos pessoais de escrita.

Para a cobertura das manifestações e eventos alusivos ao Dia Internacional da Mulher de 2018, as jornalistas do Portal investiram em uma nova experiência, organizando a colaboração entre jornalistas e estudantes de jornalismo de outros estados do País, com a intenção de ampliar a abordagem das atividades que aconteceram na data. A proposta, a partir da criação de um grupo no Facebook, era receber por e-mail fotos, vídeos e informações de outras localidades, em textos curtos de até 500 caracteres com espaço, e que as colaboradoras também pudessem checar dados sobre os atos e marchas.

Uma semana antes da data, a jornalista Glória me contou sobre a proposta delas e me perguntou se eu teria o contato de alguma jornalista que pudesse participar da cobertura. Posteriormente, me incluiu no grupo para que eu pudesse adicionar uma amiga que atua na área. Quando sou incluída, percebo que mais de 60 jornalistas e estudantes de jornalismo já estão no grupo e que um arquivo compartilhado foi disponibilizado para ser preenchido com informações sobre os atos programados.

No dia 8 de março, diversas fotos e vídeos foram publicados ao longo do dia na página do Facebook, com informações de diferentes cidades e estados. Já as matérias são colocadas no portal somente nos dias posteriores ao ato, com coberturas relativas a Salvador, Florianópolis, São Paulo, Ponta Grossa e Uberlândia, além de uma reportagem mais ampla com um compilado de dados de diferentes regiões do Brasil, trazendo um panorama mais geral das atividades da data e assinada por 40 pessoas, entre elas as jornalistas do portal.

Ao entrevistar Raquel, perguntei para ela sobre a experiência de ampliar a colaboração e contar com um grande número de profissionais para a cobertura. Ela me responde que os resultados não foram ruins, mas os objetivos não foram totalmente alcançados talvez porque fizeram um caminho que realmente não levaria até eles.

A gente pensava uma coisa assim, a gente vai fazer um balanço, vamos trabalhar mais com apuração, checagem, e vamos fazer um balanço. Na verdade não, as mulheres queriam mais publicar e produzir, do que só checar e apurar. Então o que aconteceu, a gente acabou tendo que dar essa vazão (RAQUEL, em entrevista, 14/03/2018)

Entendo, pelo relato de Raquel, que a proposta de receber textos curtos, com dados contendo números de participantes e locais das atividades, para que as jornalistas do portal construísem o texto, não aconteceu na prática e que as colaboradoras enviaram conteúdos maiores e a partir do enquadramento que decidiram, o que demandou mais trabalho para selecionar e editar. Segundo ela, o tipo de contribuição que elas planejaram era muito “seco” para um momento como aquele e por isso as colaboradoras queriam publicar matérias jornalísticas. As quatro notícias publicadas no portal sobre as atividades nos estados foram assinadas pelas colaboradoras, contendo a informação de que a construção esteve relacionada à iniciativa colaborativa.

Além disso, a demanda de realizar uma cobertura local aprofundada, em que as outras jornalistas do portal estiveram envolvidas ao longo do dia, também impactou no tratamento do material que foi chegando, pois somente Raquel atuou no gerenciamento desse grande fluxo de informações. Sobre os vídeos e textos publicados no Facebook, a jornalista diz

Eu acho que assim, qualidade ok, tem que manter um padrão, mas estamos aqui num negócio diferenciado, se vier meia boca damos uma ajeitada no texto mesmo, vamos publicar. E ai é isso, não tem um ordenamento. Tem tudo vindo assim. E a gente não tinha muita gente (RAQUEL, em entrevista, 14/03/2018).

Já sobre as matérias que foram para o portal nos dias seguintes, Raquel conta:

Ai essas matérias eu editei todas depois, algumas a Glória editou. Eu passei o primeiro pente fino assim, organizei toda a matéria, coloquei foto. Depois a Glória deu uma agilizada também nesses textos que saíram (...) E depois por fim a gente foi

montando a colcha de retalhos com tudo que a gente tinha pra aquela matéria final do 8M. Foi um trabalho bem legal que a gente fez, a gente faz cobertura colaborativa entre nós aqui, essa foi uma primeira experiência (RAQUEL, em entrevista, 14/03/2018).

Embora a abertura da colaboração tenha refletido em uma demanda não prevista de conteúdo, ela também possibilitou experimentar esse tipo de prática e ter conhecimento sobre quais ajustes talvez precisem ser feitos em futuras iniciativas. Além disso, considero que a participação de outras jornalistas e de estudantes de jornalismo, que atuaram em parceria com suas professoras na construção das reportagens, pode ser considerada uma forma de ampliar os debates e despertar o interesse sobre as abordagens jornalísticas relacionadas às temáticas de gênero. A formação de uma rede colaborativa para esta cobertura específica foi positiva, enquanto uma primeira experiência, embora tenha sido mais trabalhosa do que o previsto.

Interpreto essa iniciativa, como uma disponibilidade de ampliação o acesso ao portal, no sentido de aproximar outras profissionais. Os relatos apresentados anteriormente sobre a construção coletiva entre as jornalistas em boa parte das notícias, indicam também a tendência de horizontalizar o trabalho e descentralizar as práticas. A substituição de um comportamento competitivo por um cooperativo (CAPRA, 2006) indica, não apenas uma alternativa as necessidades de estrutura do grupo, mas uma subversão de valores no que se refere às atitudes masculinistas na produção do conhecimento jornalístico.

4.6 A OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA CORPORIFICADA - REAFIRMAÇÃO E QUESTIONAMENTO

Após discutir aspectos que considerei centrais no trabalho realizado pelas jornalistas do *Portal de Notícias Feministas*, contemplo nesta última categoria a objetividade jornalística, temática principal da pesquisa. Em todas as categorias anteriores (a construção da perspectiva de gênero; as vozes privilegiadas; as relações com as fontes; a demarcação da autonomia jornalística; e a produção colaborativa) foi possível observar tanto a maneira como as profissionais acionam a objetividade, assim como os tensionamentos existentes em relação à ela. Neste tópico, iniciarei abordando um pouco mais as questões que

surgiram nas cinco categorias anteriores. Posteriormente, apresento e discuto as interpretações delas sobre o fundamento a partir de questionamentos trazidos a elas durante o percurso da pesquisa.

Em muitas situações, a objetividade jornalística foi um dos temas abordados espontaneamente pelas integrantes do portal ao longo das conversas que tivemos. Se faz necessário destacar que, embora eu só tenha vindo a questionar sobre o fundamento em duas perguntas feitas durante a etapa de entrevista em profundidade, as jornalistas estavam cientes do tema da minha pesquisa e, assim, atribuo que mesmo sem serem diretamente indagadas sobre o assunto dirigiram suas falas para auxiliar na elaboração do trabalho. Ao mesmo tempo, considero que ao apresentar as inquietações que me levaram ao problema de pesquisa, despertei certa reflexão nas jornalistas sobre o trabalho que vêm desempenhando, como no questionamento de Raquel, anteriormente destacado, se elas realmente promovem uma ruptura em relação aos cânones e práticas jornalísticas.

Além disso, pude constatar, ao conversar com Glória, a existência de uma reflexão constante sobre quais cânones precisam ser mantidos e quais devem ser substituídos ou desconsiderados, no que se refere à apuração, ao texto, à edição, ao tratamento de fontes e à seleção das informações. Constatei que a experimentação de uma perspectiva de gênero no jornalismo segue em andamento, sendo constantemente debatida nos dilemas éticos e práticos de cada pauta construída.

Durante a elaboração das cinco categorias anteriores, fui percebendo também que questões relacionadas à objetividade jornalística apareceram de forma indireta. Nas definições de Ângela sobre que tipo de jornalismo elas fazem, a jornalista destacou que não existe o intuito de passar o tom de neutralidade, pois a intenção é demonstrar qual o “lado” que se filiam. É nítido nesta afirmação que o suposto distanciamento é subvertido, assim como a ideia de imparcialidade, ambos recursos relacionados à busca da objetividade jornalística, como demonstrado no Capítulo 3. Talvez a partir da perspectiva definida por elas, um distanciamento e imparcialidade também não seria bem visto pelo seu público, que possivelmente espera abordagens bem posicionadas.

O distanciamento, característico do positivismo e descrito nas formulações de Augusto Comte, é invalidado ainda nas relações que as jornalistas mantêm com suas fontes, não atuando a partir de uma relação utilitarista com elas, mas de cuidado e proximidade subjetiva, que muitas vezes extrapola o trabalho jornalístico e implica até mesmo na decisão de derrubar uma pauta. Por outro lado, foi possível perceber que existe um apego a certas práticas consideradas necessárias para exercer o “bom

jornalismo”. Entre elas está a busca pelo contraditório, um dos recursos como destaca Tuchman (1999), relacionados ao ideal da objetividade jornalística, mas que ganha outros contornos no portal.

Embora estejam presentes considerações idealizadas sobre o jornalismo, na prática, a visão delas não parece ser ingênua, principalmente quando afirmam que escutar o “outro lado” muitas vezes é positivo para reforçar a perspectiva defendida pelas próprias jornalistas. Esse entendimento parece considerar que os direcionamentos e interpretações dos profissionais estão sempre presentes na prática jornalística e que o recurso também serve para demonstrar a incongruência dos discursos contrários.

A credibilidade do portal junto ao seu público, pelo que compreendi, é perpassada pelo atendimento às regras mais canônicas da profissão ou ao que entendem ser a ética jornalística, relacionada tanto à qualidade da apuração e aprofundamento das matérias quanto à garantia de que as pessoas implicadas na notícia devem ter espaço para trazer as suas versões. Valorizando essa ética jornalística, a autonomia do portal deve ser mantida, como ficou bem ilustrada nas tensões frente ao movimento social.

O exercício feito por elas, que visa a garantia da liberdade editorial, é de aproximação e afastamento, no qual os limites estão sendo constantemente definidos e atualizados. A objetividade também opera nesses termos para as jornalistas, deixando-as permanentemente alertas sobre a tentativa por outros grupos de emplacar seus enquadramentos. Por fim, destaco nessa breve recuperação de temas já abordados nas categorias anteriores relacionados à objetividade, a posição defendida pela jornalista Patrícia, de que que a perspectiva de gênero está relacionada à legitimação de certas vozes e a deslegitimação de outras, como por exemplo procurar um padre para falar sobre direito à vida.

O posicionamento aberto da jornalista, de que a ideologia defendida por parte da Igreja ao criminalizar o aborto leva as mulheres à morte, é considerado concreto, objetivo, repleto de estatísticas e pareceres de especialistas, sendo divergente da maioria das abordagens trazidas pelo jornalismo. O que é objetivo para a jornalista, não o é para boa parte da mídia tradicional, demonstrando que a objetividade é relativa e sempre contextual e situacional. É sobre esses dados e casos concretos que a cobertura sobre a temática se estabelece no portal, privilegiando tanto a apuração quanto a interpretação.

- Mas de que objetividade estamos falando?

Compreender de que forma as jornalistas interpretam a objetividade jornalística foi um dos objetivos propostos nesta pesquisa. Somando-se às considerações que tratei anteriormente, apresento aqui as respostas das jornalistas, quando questionei diretamente durante as entrevistas em profundidade, como elas entendem esse fundamento e se, de alguma forma, ele figura como meta a ser alcançada no trabalho praticado por elas. Em uma das conversas que tive com Raquel, ela me disse que gostava muito da objetividade. Fiquei curiosa sobre essa afirmação e retomei-a durante a etapa das entrevistas.

Compreendi, em suas respostas, que para a jornalista o fundamento está relacionado à concretude dos dados que são apresentados nas notícias e que sustentam a interpretação e argumentação delas. “*Qual é o número? Qual é o dado que sustenta a nossa tese?*” (RAQUEL, 2018, S/N). Durante a cobertura do 8 de março, Raquel diz que se impressionou com a discrepância do número de participantes apresentado pelas colaboradoras da cobertura e pela organização dos atos, oscilando entre 2 mil e 10 mil. Ela afirma que mesmo com três repórteres em cada manifestação não conseguiria chegar ao número “real”: “*Nem a Rede Globo tem equipe para isso. Então a gente deixou claro que os dados levantados foram apurados com as organizações dos eventos no país*”.

A objetividade, para Raquel, deixa o texto mais claro, mais direto, pois o que está se fazendo, segundo ela, é jornalismo e não literatura ficcional. “*Ser subjetivo demais não explica para as pessoas porque aquilo é uma tese consistente*” (RAQUEL, 2018, S/N). Ao mesmo tempo, ela não nega que, mesmo com dados concretos, trazidos pela fonte seja possível distorcer as afirmações e que o trabalho jornalístico também é subjetivo, envolvendo escolhas e decisões que são sempre políticas. Percebo que, para a jornalista, ao situar a objetividade na construção da referencialidade no texto, os dados concretos funcionam como justificativa para as suas decisões políticas. “*A gente parte de uma perspectiva. Agora, essa perspectiva tem que ser justificada*” (RAQUEL, 2018, S/N).

A jornalista Ângela considera que o portal procura manter um certo padrão na estrutura, procurando construir notícias objetivas, que apresentem a construção do lead e o desenvolvimento do texto a partir da fala dos entrevistados:

Apesar de tentar propor esse jornalismo que rompe, não sei se é por causa da nossa própria formação, **a gente ainda busca os padrões do jornalismo hegemônico**. A mudança se dá quando a gente procura fontes diferentes, mas a estrutura da

matéria na maioria das vezes é uma matéria do padrão hegemônico (...) **Acho que a gente fica bem dentro dos padrões.** Raras são as matérias que nem a que eu fiz de Porto Alegre. Não é muito a nossa pegada não (ÂNGELA, em entrevista, 05/02/2018).

É interessante a resposta de Ângela de que existe a busca por um padrão, mas os motivos para isso não são muito compreendidos por ela, fazendo-a supor que seja a formação jornalística a responsável pela padronização. Tanto na fala de Ângela quanto na de Raquel existe uma afirmação da estrutura do texto entendido como objetivo, direto, conciso, com dados e números concretos. Embora assumam a presença da subjetividade, ela parece precisar ser controlada, contida, existindo o risco de fazer outra coisa que não jornalismo.

Como discutido anteriormente nos capítulos teóricos, sempre que se aposta nas técnicas que supostamente garantem a objetividade da informação, relacionada à precisão da linguagem e a afirmação de dados concretos, a operação simbólica espelha a força da concepção de mundo positivista (MEDINA, 2008). A fotógrafa Vivian faz um apontamento demonstrando que esse apego formal é percebido dentro do coletivo, pois embora elas estejam buscando algo além do *“jornalismo formal, muita inovação também não pode”* (VIVIAN, 2018, S/N).

Já a jornalista Patrícia, que considera a procura da objetividade no portal como uma forma de atender à “técnica”, faz alusão à imparcialidade porque, segundo ela, as duas estão muito imbricadas:

A imparcialidade eu vejo como uma coisa dúbia, ao mesmo tempo que ela pode ser uma **utopia a ser buscada**, é muitas vezes utilizada como uma apropriação de uma **abordagem que se diz justa**. Mas se a gente pensasse, ah, não, é um lugar para se chegar, a imparcialidade aí sim, como utopia (...) **mas se a gente está em uma sociedade que precisa ser transformada, eu não posso deixar de participar dessa transformação.** Eu não posso lavar as minhas mãos e dizer que eu sou imparcial porque eu descrevi o que cada fonte falou, mas eu não contextualizei, eu não estou interagindo com essas falas (PATRÍCIA, em entrevista, 21/03/2018).

A imparcialidade seria uma meta para Patrícia ao mesmo tempo em que a atuação posicionada é necessária para a transformação de uma sociedade desigual. A partir de sua fala compreendo que a contextualização seria o momento para fazer emergir a interpretação e o viés que elas defendem. Os dados concretos em atendimento à objetividade também são destacados por ela, como, por exemplo, trazer para a matéria a norma técnica do Ministério da Saúde que proíbe os profissionais de denunciarem mulheres que abortaram a partir do atendimento sigiloso e humanizado, garantido constitucionalmente. *“Aí o médico diz que tem que denunciar, mas a fonte diz que não há obrigatoriedade de denunciar a mulher, pelo contrário, é crime denunciar. Então eu estou sendo objetiva. Eu estou trazendo os fatos”*. Neste exemplo, percebo uma certa confiança na institucionalidade, especificamente no Ministério da Saúde, que muitas vezes atua contra os direitos das mulheres, como já foi destacado por ela ao abordar a mesma temática. Também destaco a concepção de que existiria uma objetividade que brota naturalmente dos próprios “fatos”, refletindo na garantia de uma verdade trazida pela adequação entre a notícia e os fatos.

Um entendimento diferenciado é trazido por Glória. Ela considera que diante de um contexto capitalista, o que se configurou como pauta jornalística está muito algemada à manutenção do *status quo* e que a objetividade está relacionada ao que se convencionou como importante para ser abordado pelo jornalismo. Assim, elas tentam construir outras alternativas, mesmo sem ter modelos prontos para isso. *“E é saudável não ter modelos”*. (GLÓRIA, 2018, S/N).

Quando a gente lida com **pautas que não foram experimentadas, a gente lida com nuances que não se colocam ali e, portanto, a gente precisa experimentar**. Isso acontece com a pauta, acontece com o texto, isso ocorre com a maneira que será colocado o olhar da fonte ali, qual é o equilíbrio certo de você representar a fala da fonte com o restante da matéria. Tem coisas que a **gente entende que a fonte tem que falar do começo ao fim e isso já desestabiliza um padrão textual jornalístico**. Ah fica feio, o que é o feio, o feio é o que não está dentro do padrão. Então, esses conceitos todos que se rebelam contra os cânones, eles são feios, são estranhos. Por isso que eu digo, **é o laboratório mesmo, é o exercício**. Então, eu acho que a gente tem esse desafio e **esse abalo das**

estruturas desde a escolha das pautas até a produção, a escolha das fontes, que não necessariamente vão obedecer aquela lista que é mais institucional e tal, sem abandoná-las, e também no resultado final. Eu acho que a gente faz isso em todas as etapas da construção da notícia e do próprio projeto também (GLÓRIA, em entrevista, 22/02/2018).

A jornalista considera que existe um movimento de subversões em todas as etapas do trabalho jornalístico, embora ainda como um exercício, principalmente pelas nuances que surgem nas pautas e que não costumam aparecer nos enfoques tradicionais. Ela complementa que é muito avessa ao conceito de objetividade, pois durante muito tempo o fundamento esteve presente no jornalismo, mas não levou a lugares diferentes. *“Se a gente tem que preservar alguns cânones para caber dentro dessa caixinha do jornalismo, eu acho que a gente vai preferir outros”* (GLÓRIA, 2018, S/N). Neste momento, ela destaca quais outras metas prefere se dedicar: *“Eu acho que a gente vai preferir a multiplicidade das fontes, que também é um desafio, vai preferir contar a história da forma mais fiel que a gente puder, com os elementos que a gente tiver”*. Uma objetividade mínima, contudo, é necessária, para que o texto escrito seja compreensível e possa ser entendido também por pessoas que estão fora do espaço ocupado por elas e possivelmente não compartilham dos mesmos valores. O entendimento parece indicar a necessidade de um conhecimento comum, que seja reconhecível e compartilhado por muitos, a partir de recursos de objetividade mínima como garantia de efetivar a comunicação.

Por fim, Glória destaca a valorização da subjetividade no trabalho que elas fazem, em oposição à objetividade

É juntamente nas nuances subjetivas que a gente busca as nossas pautas. São as pautas que não estão ali colocadas e nas abordagens que não necessariamente são feitas, ele nasce da subjetividade eu diria, das coisas que não são ditas, das coisas que não são facilmente percebidas, facilmente encontradas (GLÓRIA, 2018, S/N).

Ao analisar as respostas, considero que existem movimentos de subversão, principalmente nas relações que elas estabelecem com as fontes, assim como na valorização das nuances subjetivas e da aposta em

abordagens e enquadramentos que diferem dos tradicionais, ou do “enquadramento interpretativo dominante” (PONTE, 2009, p. 2009), não estando eles cristalizados e muito menos relacionados à reprodução de um senso comum. A objetividade, defendida por algumas delas e problematizada por outras, não demonstra ser compreendida como um método para garantir a imparcialidade e neutralidade das notícias, pois o jornalismo que praticam é abertamente posicionado.

É no atendimento às técnicas da profissão, principalmente no padrão do texto, como a construção do lead, utilização de aspas nas falas dos entrevistados, assim como linguagem referencial, concisa e clara, que se pode verificar, a partir de suas respostas, maior enquadramento. Já na seleção e abordagem das pautas, fica evidente um enquadramento próprio, fundamentado em matrizes interpretativas distintas às das mídias hegemônicas. Percebo que o atendimento a práticas consolidadas no campo está relacionado tanto ao compartilhamento de uma cultura profissional, trazida tanto pela formação e pela experiência profissional, quanto a uma legitimação do trabalho que desempenham.

Ao tratarem de temáticas que costumam estar em disputa na sociedade, acreditam que é preciso justificar suas escolhas principalmente a partir do que chamam de “dados concretos”. Cabe destacar que os valores já cristalizados na sociedade não precisam ser justificados constantemente, pois são considerados “a verdade”. Assim, a aposta na construção de uma na objetividade pode indicar a tentativa de validar os discursos alternativos nos quais elas se dedicam a por em circulação a partir do jornalismo praticado no portal.

- Existe objetividade no olhar fotográfico?

A utilização de fotografias no jornalismo acontece em diferentes contextos e a partir de diferentes motivações dependendo do perfil do veículo e da notícia correspondente. Em alguns de seus usos, podemos considerar que figura como uma prova auxiliar (TUCHMAN, 1999) para a garantia da veracidade do acontecimento tratado na notícia, sendo entendidas como um elemento autenticador. De acordo com Sandra Gonçalves (2009), a questão da objetividade fotográfica foi fundamental para o jornalismo, corroborando o texto escrito. De forma geral, “a imagem fotográfica sempre foi aceita como prova incontestada e objetiva do que retratava” (GONÇAVES, 2009, p. 5).

Foi a partir desses sentidos convencionados dentro do campo que me interessei em abordar a questão com a fotógrafa Vivian, no intuito de compreender quais as interpretações delas sobre o trabalho fotográfico.

Logo no início da entrevista, Vivian me diz que não tem um olhar fotográfico especialmente jornalístico porque sempre foi artista e que busca, principalmente, os detalhes em suas fotografias, pois são eles que *“dizem uma coisa maior”*. A fotógrafa também ressalta que a imagem tem um peso “absurdo” e que a direção pretendida costuma ser delineada mais na edição do que no momento em que a foto foi feita, embora a subjetividade esteja sempre presente. *“A subjetividade ela é evidente, inclusive nas minhas fotos que tem um estilo próprio. As pessoas sabem que a foto é minha, porque minha subjetividade está sempre presente”* (VIVIAN, 2018, S/N).

Vivian se recorda de uma situação recente e que considera ilustrativa sobre a presença da subjetividade que envolve o olhar fotográfico. Durante o *Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe*, realizado em 2017 no Uruguai, a fotógrafa conta que circulou muito no evento, entrando e saindo das salas, fotografando pessoas por todos os lugares. *“Sempre encontrava as mesmas pessoas, recorrentemente”*. Quando retornou para casa, foi procurar o trabalho de outras fotógrafas que estavam presentes no evento. Segundo ela, uma das profissionais não parecia ter estado no mesmo local que ela. *“Ela não fotografou nenhuma mulher igual. Como isso aconteceu? Mesmo que tu ande pelo mesmo lugar, algo te chama a atenção, com certeza totalmente diferente do que chamou a atenção dela”* (VIVIAN, 2018, S/N).

Ao fotografarem mulheres completamente diferentes, Vivian diz que percebeu o quanto o olhar de cada pessoa é direcionado. Considero que essa subjetividade presente na escolha de quais situações e pessoas fotografar questiona a objetividade presente na fotografia, pois diferentes realidades foram registradas pelas duas profissionais em um mesmo evento. A fotógrafa relata ainda que desde que era estudante, na década de 1990, a questão da realidade presente na fotografia era questionada, resultando na consideração de que ela representa a realidade do próprio autor. *“E a gente sabe. Quem é fotógrafo deve saber. O jornalismo insiste em dizer que a fotografia retrata a realidade, porque é a credibilidade do jornalismo que está em pauta. Mas é a credibilidade cega”*.

Percebo nas falas de Vivian a compreensão de que a legitimidade e credibilidade do jornalismo perpassa a ideia de retrato da realidade, presente na teoria do espelho e compartilhada pela ideologia profissional, e pela questão da adequação entre a realidade social e a realidade noticiosa, reforçada pela imagem fotográfica. Continuando sua explicação, Vivian afirma que a primeira coisa que ela se pergunta é onde está o fotógrafo, porque essa localização reflete na condução da imagem,

depois se faz necessário saber qual a lente que foi utilizada, que impacta em uma “*diferença gigantesca*” na foto:

Não existe objetividade cega, porque não é um recorte. Para você fazer um recorte certo, bom você teria que usar sempre a mesma lente de 50mm e mesmo assim teria que fazer um mosaico de todas as fotos, porque não tem como. Tanto que um dos exercícios que a gente mais faz é pegar um grupo de três pessoas fotografando na minha sala e vão sair coisas completamente diferentes (VIVIAN, em entrevista, 16/02/2018).

O entendimento de que a fotografia seria ao menos um recorte da realidade também é contestado por ela ao reforçar a ideia de que diferentes pessoas fotografando em um mesmo local chegarão a resultados distintos. Por outro lado, Vivian não nega que muitas situações que são fotografadas realmente aconteceram, não são uma invenção, mas destaca que a discussão precisa ser mais profunda. Uma das fotografias que considera mais emblemática foi uma publicada na revista *Veja*, feita durante uma manifestação do Movimento Sem-Terra (MST), na década de 1990. Segundo ela, o fotógrafo estava posicionado ao lado dos integrantes do MST, com uma grande angular. O resultado da foto é um manifestante com uma foice gigante na mão e no fundo uma fila de policiais. “*Dá a nítida impressão de que os soldados iam apanhar para caramba. Basta você fazer a foto do lado contrário, que a impressão será contrária. Tinha um cara com uma foice na mão, isso é objetivo, mas a sensação. Porque foto é impressão. É impacto emocional*”. (VIVIAN, 2018, S/N).

A foto em questão mostrava uma situação que de fato estava ocorrendo, mas acentuava a interpretação de que o MST estava atacando a polícia. Para Vivian, essa fotografia representa uma distorção, pois muitos integrantes do movimento se machucaram no confronto, mas um policial morreu. “*Essa é uma leitura primária, como a gente diz na semiótica. O significado efetivo, a fotografia está sempre muito além*”. Percebo nas falas de Vivian que o contexto em que as fotos são feitas não aparece no registro e o que vigora é a interpretação gerada, a partir dos sentidos que podem ser produzidos pela imagem. Essa é a linguagem da fotografia, que vai muito além do retrato objetivo. Embora esteja tratando de situações reais, diversas variáveis implicam no resultado, algumas

intencionais outras não, dependendo mais das escolhas práticas e subjetivas do autor.

A subjetividade neste contexto, não indica a indesejada intrusão dos valores, gostos e preferências do profissional na construção jornalística, forma caracterizada como oposição à objetividade jornalista. Como afirma Marcia Veiga da Silva (2016), a subjetividade pode ser entendida como a matéria-prima para se pensar sobre a prática jornalística, enquanto uma forma de conhecer que envolve o corpo e as emoções, no “processo de cognição envolvido no dar sentido à realidade, tarefa essencial nas produções simbólicas do jornalismo” (VEIGA DA SILVA, 2016, p. 7-8). Assim, a ideia de recorte da realidade na prática não se justifica, pois o exterior se constrói em uma relação na qual o ponto de vista do sujeito que olha é imprescindível. Talvez na fotografia esse processo simbólico se torne ainda mais nítido.

- Tecendo uma objetividade feminista

A partir das considerações trazidas nas categorias tratadas anteriormente, passo a abordar agora as possibilidades de construção de uma objetividade feminista, a partir de situações que presenciei em contato com as jornalistas do *Portal de Notícias Feministas* e das conversas que tivemos, articulando minhas percepções ao conceito de objetividade corporificada de Donna Haraway (1995). Como já discutido no Capítulo 3, sustento que a localização das profissionais enquanto jornalistas e feministas possibilita que elas tragam outras versões da realidade, de forma mais responsável sobre os temas que trabalham. Para Haraway, é nosso papel enquanto feministas insistir em uma explicação melhor do mundo, mais adequada, rica, de modo que se possa viver bem nele.

Em contrapartida, a construção de uma identidade enquanto jornalistas e feministas não acontece de forma estável e coerente, demonstrando aspectos contraditórios, fragmentados e deslocados – como bem conceituou Stuart Hall (2006). Afinal, as posições de sujeito nunca são fixas, sendo variáveis e múltiplas, construídas em constante tensões e sujeitas a revisões.

Esse contínuo movimento pode ser percebido na reafirmação de certos modelos entendidos como indispensáveis ao jornalismo, em consenso com uma identidade jornalística compartilhada dentro da cultura profissional. Ao mesmo tempo em que submetem essas mesmas práticas a críticas e ressignificações, motivadas pelas suas perspectivas feministas e em oposição à forma de atuação da mídia hegemônica. A não

estabilidade das identidades reflete diretamente em suas experiências, entendidas como “resultado de um conjunto complexo de determinações e lutas, um processo de renegociação continua entre pressões externas e resistências internas” (COSTA, 1997, p. 132).

Ao longo desse trajeto de pesquisa, foram diversos os momentos em que percebi as negociações e renegociações e destaco aqui algumas delas, que considere demonstrações de como as perspectivas defendidas pelas jornalistas ou os pontos de vistas feministas operaram na prática jornalista em direção à construção de uma objetividade feminista, sempre provisória e submetida a constante debate e reflexão.

Retomando as contribuições de Haraway, sobre a possibilidade de se construir narrativas melhores sobre o mundo, elegi como ilustrativas as justificativas de Raquel para adjetivar, em uma notícia, o deputado de misógino, após ele ter se negado a discutir em uma sessão plenária com outra deputada, afirmando que preferia debater com o marido dela. A decisão, após ser discutida com a jornalista Glória sobre o uso da palavra, foi considerada objetiva pela jornalista, pois: *“Se o conceito de misoginia é esse e a ação dele foi essa, é muito claro e objetivo que eu adjective ele de misógino”* (RAQUEL, 2018, S/N). Assim, objetivar parece, neste caso, estar relacionado com um movimento de nomear as práticas.

Após a notícia ser publicada, Raquel considerou que faltou explicar para os leitores de forma mais aprofundada o que era misoginia e trazer de forma mais enfática o seu posicionamento. Assim, escreveu um texto de opinião sobre o caso, que foi publicado em seguida: *“É uma coisa tão drástica que requer um posicionamento. E eu acho que as pessoas esperam um posicionamento do portal (...). Não é um jornalismo neutro. Não é um jornalismo imparcial. Tem que ser equilibrado e se pautar por uma perspectiva ética que a profissão sugere”* (RAQUEL, 2018, S/N).

As justificativas para o uso da palavra misógino caminham em direção à objetividade corporificada, pois é o posicionamento crítico que produz objetividade e não o distanciamento. Por outro lado, a subjetividade também faz parte dessa construção e não é ela que impede de que se enxergue bem, mas a sua negação. Adelmo Genro Filho (1989) tratou desta questão no âmbito do jornalismo, ressaltando a relação objetiva-subjetiva dos fatos. Para ele, a materialidade do fenômeno só pode ser apreendida pela subjetividade, a maneira como o sujeito histórico se apropria da realidade, pois o significado do fato está relacionado às contradições e complexidades sociais. A subjetividade neste sentido, comportando valores e visões de mundo, é construída intersubjetivamente, perpassada pela cultura e relações sociais. Assim, a adesão a uma ou outra possibilidade do real, por parte dos sujeitos, não é

apenas uma condição para que ele seja revelado, mas aspecto constitutivo deste, resultando em uma “objetividade subjetivada” (GENRO FILHO, 1989, p. 159).

Defendo que as explicações de Raquel demonstram uma leitura objetiva do mundo, pois expõe as hierarquias de gênero e desigualdade de poder existentes dentro da esfera política apreendidas a partir da subjetividade da jornalista. A situação destacada aqui também indica a tentativa de conciliar as contradições intrínsecas ao fazer jornalístico e à prática feminista. O posicionamento aberto e assinado foi trazido no texto de opinião na intenção de separar mais explicitamente fatos e valores, pois a notícia considerada objetiva não deu conta das implicações contidas no caso, surgindo a necessidade de um posicionamento explícito.

Outro movimento significativo está na atuação de Patrícia, que milita em prol da descriminalização do aborto. Para ela, os que se intitulam pró-vida e condenam a prática, são objetivamente contra a vida. Ao apontar as incoerências desse discurso, a jornalista destaca:

A questão aqui não é que a gente está fazendo um jornalismo panfletário, **é uma questão de lógica**. E a questão do aborto é muito parecida com outras questões problemáticas na sociedade, como a questão da criminalização das drogas. Ela viola Direitos Humanos. A questão da criminalização das drogas simplesmente promove o encarceramento da população carente, da população negra e promove o genocídio. Só que aí na criminalização das drogas a gente tem a questão social e a questão de raça. E na questão do aborto, a gente tem a questão social, a questão de raça e a questão de gênero. **Porque no aborto quem que é criminalizada? As mulheres pobres e negras. (...) Então ela é um marco da desigualdade de gênero no Código Penal** (PATRÍCIA, em entrevista, 21/03/2018).

Denunciar a criminalização do aborto como um marco da desigualdade de gênero no Código Penal é uma explicação posicionada sobre como o poder opera mais fortemente na vida de algumas pessoas – as mulheres pobres e negras. A objetividade feminista pode ter como proposta, então, a visibilidade das relações de poder em que gênero, raça, classe e sexualidade estão imbricadas e que são reafirmadas cotidianamente pelas instituições e suas normativas. A questão do aborto

é emblemática nesse sentido, como podemos observar nas falas de Patrícia.

Mas cabe destacar que essas formas de olhar o mundo só terão a potência necessária se perpassadas pela reflexão crítica e reflexiva quanto às nossas próprias relações de dominação e sobre as partes desiguais de privilégio e poder que toda a posição apresenta (HARAWAY, 1995). Em conversa com Raquel, ela me diz que uma notícia publicada no portal trazia o título “Femicida é condenado (...)”, e que esse foi um erro brusco, que esbarra na ética jornalística e também na concepção de feminismo que ela tem. *“O jornalismo que é uma instituição, a gente que é um veículo, que é um coletivo, que tem uma força social, a gente vai atacar uma pessoa?”* (RAQUEL, 2018, S/N).

A relação desigual de poder nesse caso, que extrapola as questões de gênero, é o alvo da crítica da jornalista, além da consideração de que individualizar os casos de feminicídio não contribui para minimizar o contexto de violência contra as mulheres. Para ela, quem precisam ser atacadas diretamente são as instituições:

O Estado brasileiro que permite, que não cria estratégias para que esse tipo de coisa não aconteça, que não protege as mulheres, que não cria uma outra cultura a partir de vários mecanismos na saúde, na educação. O Estado brasileiro que permite o ‘escola sem partido’ e é contra a ideologia de gênero na escola. **Então assim, esse é o papel do jornalismo.** É mostrar que o feminicídio é um dado, não é a manchete. Ele é um dado. Claro, eu não estou diminuindo a dor de uma família que a mulher é assassinada. Podia ser eu. Mas isso é a raiva individual (...). Nós vamos coibir a violência com violência? (RAQUEL, 2018, S/N).

Assim, não defendo que a posição das jornalistas e feministas seja inocente, pois como destaca Haraway ver é sempre uma possibilidade de poder ver: “Com o sangue de quem foram feitos os meus olhos?” (HARAWAY, 1995, p. 25). Política e ética são as bases para as lutas pela contestação e também devem ser para um jornalismo transformador. “Como ver? De onde ver? Quais os limites da visão? Ver pra quê? Ver com quem? Quem deve ter mais de um ponto de vista? Nos olhos de quem se joga areia? Quem usa viseira” (HARAWAY, 1995, p. 28). Todos esses questionamentos são válidos para refletir sobre a prática jornalística, incluindo a prática jornalística feminista.

Defende-se então saberes responsáveis e parciais, nunca definitivos, e, como demonstrado na análise ao tratar sobre o exercício da perspectiva de gênero no jornalismo, construídos sob permanente reflexão. Ao refletirem sobre os cânones defendidos ou contestados, sobre os limites da sua atuação e sobre o impacto das notícias que publicam na vida das fontes, as jornalistas do portal demonstram que não pretendem chegar em respostas definitivas, mas na valorização da construção permanente e coletiva.

A partir de uma fala de Ângela sobre a conquista da segurança em relação às suas escolhas jornalísticas, compreendi melhor o que Haraway parece pretender dizer quanto trata da localização e refere-se ao eu dividido e contraditório, em permanente construção, que é o único que traz possibilidade de conexões e de uma visão mais ampla a partir de um lugar em particular. Percebi ainda que o trabalho no portal não só visa uma transformação social a partir de discursos contra-hegemônicos, mas também opera diretamente na transformação delas, a partir do contato com as mulheres entrevistadas e consultadas, caminhando juntas para a construção de redes de conexão:

(Os trechos escolhidas por ela em uma entrevistas) são as partes **que eu acredito enquanto mulher que são importantes para estar no texto**. Por isso que eu acho que o portal teve toda uma construção e ainda tem nessa questão **sobre a feminista que eu sou, isso aqui que eu construí**. E que é diferente da feminista que a Raquel é, que é diferente da Glória, que é diferente da Patrícia. Eu tinha um outro peso que era: eu estou representando o portal, mas acho que a gente precisa se respeitar. A gente vai ouvir várias mulheres falando de uma forma conservadora, mas a gente tem que entender a construção histórica delas e que a gente tem que mostrar o caminho pra ela entender que aquilo é opressor. E não ser mais opressora. **Eu aprendi muito isso com as mulheres do campo**. Que para mim é um movimento super de resistência. Se tiver um movimento que eu uso como referência são as mulheres do campo. O dia que eu fui fazer essa matéria eu já tinha um pouquinho assim do olhar, porque a gente também não é ingênuas. Quando fui fazer a matéria sobre o negócio da aposentadoria rural, nossa o machismo está desde a hora que a

mulher acorda até a hora que a mulher deita. E você fica, pô uma mulher dessas que sofre tudo isso, todo dia, ainda luta, ainda tem uma compreensão que dá aula pra gente em cima do que ela faz. Isso pra mim é bem forte. **As mulheres do campo eu tenho como referência, como viés.** Por isso que eu escrevo muito pensando nelas, é para elas que eu quero chegar, eu quero trazer um tema que seja importante para elas (ÂNGELA, em entrevista, 05/02/2018).

Ao afirmar que a feminista que é difere da feminista que as outras jornalistas são, Ângela está trazendo a sua localização em diálogo com a ideia de que não há um ponto de vista feminista único, pois esse posicionamento não trata de visões fixas, mas de uma visão “sempre curiosa a respeito das redes de posicionamentos diferenciais” (HARAWAY, 1995, p. 32). Desta forma, considero que o trabalho das jornalistas do *Portal de Notícias Feministas* se refere a uma produção de um conhecimento jornalístico que aposta no posicionamento e na parcialidade, e não na universalidade. Como afirma Haraway, essa proposta de conhecimento trata “a respeito da vida das pessoas; a visão desde um corpo, sempre um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado, versus a visão de cima, de lugar algum, do simplismo” (HARAWAY, 1995, p. 30).

A possibilidade de existência de uma objetividade feminista no jornalismo, a partir da análise realizada, aponta para direcionamentos provisórios, a partir do exercício de reflexão constante tanto sobre os enquadramentos das notícias quanto na relação com as fontes. A responsabilização pelo impacto do trabalho que realizam também ficou nítida, indicando assim os limites e potencialidades do jornalismo para apreender a complexidade social. A objetividade que permeia a prática jornalística do portal não despreza a subjetividade, mas a valoriza ao apostar nas nuances subjetivas que são inerentes ao trabalho delas. Como as jornalistas bem destacam, o posicionamento delas nas abordagens é explícito, não existindo o intuito de camuflar a perspectiva que defendem. A prática feminista no jornalismo demonstrou ser perpassada ainda pela aposta de conexão entre mulheres com diferentes localizações, tanto em relação às fontes quanto entre as próprias jornalistas, mas que compartilham de uma mesma proposta transformadora. Objetividade então diz respeito ao engajamento, assumindo os riscos de cada escolha. Afinal, como afirma Haraway (1995), somos imperfeitas e (graças às deusas) não estamos no controle do mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da compreensão de que o jornalismo é uma das instâncias que inscrevem nos corpos as normas que devem ser seguidas, incluindo as de gênero e sexualidade (LOURO, 2008), propus trabalhar nesta pesquisa de mestrado com a concepção de que a divisão entre masculino e feminino está relacionada à significação das relações de poder e, por isso, extrapolam os corpos (SCOTT, 1990). Como bem analisou Marcia Veiga da Silva (2014), o jornalismo tem gênero – o masculino – não apenas pela reprodução das normas e valores que circulam na cultura, mas pelas próprias práticas do campo, que valorizam os atributos ligados ao masculino, e nas relações entre os próprios jornalistas.

Ao tentar construir um percurso histórico dos Estudos de Gênero, admitindo as limitações desta proposta pela diversidade de perspectivas em diferentes locais de produção e das barreiras relacionadas à visibilidade sempre relativa à validade de certos conhecimentos, a intenção foi demonstrar que o campo está em constante disputa e tensionamento. Mesmo não superando todas as desigualdades inerentes à produção de saber, os Estudos de Gênero contribuem com outras formas de olhar o mundo, principalmente ao apostarem na localização dos sujeitos coletivos e na valorização do contexto histórico, cultural, social e temporal que estão implicados em toda a produção de conhecimento.

A crítica feminista foi decisiva ao apontar o caráter masculinista da ciência e que a objetividade, principal característica do modelo positivo-empiricista, servia muito bem aos propósitos de dominação masculina, ao afastar as mulheres da produção deste tipo de saber. A explicação para essas hierarquias é embasada pelas divisões inerentes ao paradigma, que são consideradas analogias à desigualdade de gênero. Os conceitos de sujeito, mente, razão, objetividade e cultura, atributos da Ciência Moderna, são identificados como masculinos. Já os conceitos de objeto, corpo, emoção, subjetividade e natureza fazem parte do que historicamente se compreendeu como feminino.

A característica androcêntrica do conhecimento validado levantou diversos questionamentos sobre como, mesmo que conseguissem inserção no campo, as feministas obteriam validade no conhecimento produzido – a subjetividade delas estaria sempre figurando como atributo impeditivo para a busca da “verdade”. Ou mais profundamente: Como apostar em uma ciência construída sobre esse paradigma para os objetivos feministas? Embora estes dilemas nunca tenham sido superados completamente, pois como destaca Sandra Harding (1993), a empreitada se refere mais ao questionamento e reflexão

constante do que a busca por respostas cabais, ficou nítida a necessidade de construção de novas práticas e conceitos, que pudessem abalar os cânones tradicionais.

Ao tomar como ponto inicial as contribuições da crítica feminista, passei a discutir o jornalismo a partir da demonstração de sua ligação com os fundamentos modernos, em especial o paradigma positivo-empiricista. Além disso, discuti o seu papel na produção de sentidos a partir do conhecimento que produz e dos discursos que faz circular alicerçados em práticas específicas, institucionalizadas e que atuam na consolidação de uma identidade profissional. Sobre o conhecimento produzido, cabe destacar a tendência de compartilhar as visões de mundo mais cristalizadas culturalmente, pois, retomando Veiga da Silva (2014), o jornalismo pode ser entendido como um conhecimento social com uma função pedagógica cultural que “pretende explicar os modos de ser e estar no mundo” (VEIGA DA SILVA, 2014, p. 63).

O compartilhamento das visões mais solidificadas socialmente garante o seu status de noticiar “a verdade”, assim como os fundamentos que sustentam as suas práticas, estando entre eles a objetividade jornalística. Em contrapartida, ao atuar nessa lógica, o processo de identificação e contextualização dos acontecimentos sai de foco e nega-se que a atuação jornalística é uma forma de significar o mundo. Como destaca Hall *et. al.* (1999), os jornalistas não apenas reproduzem a realidade, mas a definem a partir de conhecidas identificações sociais e culturais, os chamados “mapas culturais” do mundo social. O resultado dessa prática indica uma relação consensual com a sociedade, mesmo que sempre tensionada por discursos alternativos, e a reprodução da ideologia dominante, com a valorização da voz dos poderosos, que ativamente participam do enquadramento das notícias.

A tendência a atuar em consenso com os valores dominantes não significa que não existam tensionamentos e propostas alternativas. Como Genro Filho (1989) destacou, há sempre uma abertura de sentido no processo de significação dos acontecimentos, indicando as possibilidades de transformação social. É a partir também do entendimento de que existem outras estratégias discursivas em direção à desconstrução do senso comum, pois a hegemonia discursiva está sempre em contestação, trazido pela Análise Crítica do Discurso, que passo a abordar o objeto da pesquisa, a construção de uma perspectiva de gênero no jornalismo, a partir do trabalho realizado pelo *Portal de Notícias Feministas*.

Partindo da premissa de que é possível ver o mundo de maneira mais objetiva a partir de perspectivas parciais e localizadas, como defende Haraway (1995), me aproximo das cinco jornalistas que compõe o portal,

entendendo-as como sujeitos corporificados e, assim, presentes em todos os discursos produzidos e influenciando a realidade narrada e construída. A partir da metodologia proposta – o estudo de caso – e das técnicas definidas: observação participante e entrevista em profundidade, acredito ter sido possível responder aos objetivos propostos, embora tenha consciência de que essa foi uma forma, entre as muitas possíveis, de interpretar as práticas das jornalistas, sempre permeada pela minha própria visão de mundo.

As seis categorias definidas para análise se complementam e estão articuladas, mas isoladamente elas demonstraram a reflexão existente entre as jornalistas sobre as suas práticas jornalísticas. Ao tratar sobre a perspectiva de gênero, na primeira categoria, foi demonstrado que a própria definição do que é o enfoque de gênero no jornalismo não é definitiva, oscilando entre uma especialização ou uma visão transversal, sendo essa última a que parece ser mais valorizada. Na segunda categoria, sobre a subversão da lógica das fontes na qual as mulheres são privilegiadas, indiquei a existência da busca por uma diversidade, na tentativa de ultrapassar o círculo do ativismo, mas também as dificuldades desta proposta. Ao propor ampliar os olhares e vozes, se valoriza o potencial do jornalismo feminista, demonstrando que os temas trazidos impactam de diferentes formas a vida de distintas mulheres. O entendimento das jornalistas sobre o contraditório, abordado na sequência, pode ser considerado divergente entre elas. Mesmo assim, o recurso não parece ter o caráter apenas formal ou figurar como um ritual para a busca da objetividade.

A demarcação da autonomia jornalística, tema discutido na terceira categoria, evidenciou as pressões sofridas, inerentes a prática jornalística. Neste sentido, as jornalistas atuam na defesa do enquadramento próprio, definido a partir de preceitos éticos e práticas da profissão valorizados por elas, não sendo necessariamente o mesmo defendido pelo movimento social. A quarta categoria abordou o cuidado com as fontes e evidenciou que a atuação delas muitas vezes extrapola a simples relação entre jornalista e fonte, o que considerei também ser uma marca da imbricação entre o jornalismo com as práticas do ativismo, principalmente do movimento feminista.

A construção coletiva das pautas e a proposta colaborativa, assuntos discutidos na quinta categoria, indicaram uma disponibilidade de ampliação do acesso ao portal, assim como tendência de horizontalizar o trabalho e descentralizar as práticas. Não apenas uma alternativa às necessidades de estrutura do grupo, o modo de trabalhar das jornalistas demonstra uma subversão de valores no que se refere às atitudes

masculinistas na produção do conhecimento jornalístico (VEIGA DA SILVA, 2014; 2015; 2018). A última categoria tratou da objetividade jornalística, abordando tanto o entendimento delas sobre esse fundamento jornalístico quanto as possibilidades de ultrapassar esse ideal, a partir de uma resignificação. Após relembrar as categorias de análise, me detenho mais profundamente nos resultados que considerei importantes.

A proposta do *Portal de Notícias Feministas* inicial era atuar com jornalismo especializado em gênero, feminismos e direitos humanos, mas essa definição vai sendo aprofundada ao longo da consolidação da iniciativa para se tornar um olhar transversal, em que todos os assuntos podem ter experimentada essa perspectiva. As jornalistas demonstram atuar a partir do entendimento de que a generificação das relações sociais se reflete em experiências diferentes na vida das mulheres, demandando enquadramentos diferenciais nas pautas tratadas. Faz-se ainda possível delinear certas características deste enfoque construído pelo *Portal* que se refere ao tratamento das pautas, com a valorização de vozes que comumente são invisibilizadas na mídia tradicional, e ao enfoque não estereotipado das mulheres, buscando a multiplicidade das fontes. Assim como também está relacionado a diferentes abordagens em temáticas mais amplas, relativas à política, economia, saúde, cidade e meio ambiente, levando em consideração a desigualdade de gênero presente em todas as áreas.

Também fica nítida a compreensão delas de que a produção jornalística é permeada por outro olhar, talvez um olhar feminino, movimento que caminha para o deslocamento da visão masculinista. Nestas afirmações, existiram sempre uma certa dúvida, se poderia ser realmente uma aposta no olhar feminino e sua tendência de essencialização. Contudo, considero que a valorização do feminino, também percebida em suas práticas, não se relaciona necessariamente com uma forma estereotipada de entender a atuação das mulheres, mas nas possibilidades múltiplas e divergentes de ver o mundo. O viés feminista é o que acredito ser o fator decisivo para a prática, ao perceber as desigualdades de gênero existente na sociedade e o posicionamento na busca por formas de superá-las. Compreendo, porém, que não se pode defender a existência de uma dicotomia entre o feminino e feminista, mas uma relação de complementaridade, embora sob ressalvas.

Neste sentido, a perspectiva feminista das jornalistas implica na construção de práticas jornalísticas que valorizam os atributos historicamente relacionados ao feminino, em oposição aos tradicionais masculinistas. Como destacam Veiga da Silva e Beatriz Marroco (2018), as jornalistas “fazem emergir com maior valor atributos historicamente

convencionados como femininos e inferiorizados nas hierarquias do jornalismo” (p. 50).

Contudo, isso só pode ser verificado após o andamento da pesquisa, pois não era uma condição inerente e que se pudesse tomar como premissa. Como demonstrei na análise, o cuidado com as fontes; o contato subjetivo nas trocas com as mulheres que se relacionam com o trabalho do portal; a demonstração de desvalorização do furo jornalístico que indica a competitividade da profissão; e a valorização da colaboração e cooperação, indicam essa subversão.

A falta de um referencial sobre o jornalismo que se propõem a construir também foi uma das questões centrais que surgiram na análise do portal. Além de levar a uma reflexão constante sobre quais práticas e cânones serão mantidos ou desconsiderados, ela se reflete em uma sensação de experimentação constante. O dilema enfrentado sob este aspecto dialoga com uma das discussões que perpassaram a crítica feminista e que foi abordada no capítulo correspondente. Retomo aqui por entender a sua importância para pensar tanto nos movimentos de aproximação e distanciamento demonstrados por elas na sua relação com o movimento social, quanto nas decisões relacionadas aos fundamentos jornalísticos, entre eles a objetividade.

Segundo Elizabeth Grosz (1995), a inserção de mulheres em campos com práticas tradicionalmente masculinistas, como a ciência, trouxe como dilema a maneira como as mulheres deveriam se comportar enquanto sujeitos do conhecimento. Seria preciso se manter distantes dos “objetos de investigação”, mesmo que esse fosse as próprias mulheres e, assim, sustentar os princípios da objetividade científica ou optar por se identificar com seus “objetos” e suas lutas, mesmo correndo o risco de perderem a “autoridade da razão”.

Essa difícil questão pareceu permear o trabalho das jornalistas quando demonstraram atuar na garantia de autonomia editorial frente ao movimento social ao mesmo tempo em que se consideraram integrantes desse mesmo movimento. As pressões que se referem a essa aproximação ficaram nítidas na pauta sobre a violência contra a mulher indígena e o impasse sobre a publicação de uma notícia com o enquadramento direcionado pelos ativistas em prol da causa indígena foi solucionado pelo que considerei a articulação de uma ética jornalística com uma ética feminista. A luta por terra não vale mais do que a questão da mulher, ao mesmo tempo em que essas disputas estão interligadas, pois a mulher indígena também luta pela demarcação e encabeça essa bandeira junto ao seu povo.

A interpretação provisória que posso fazer sobre essa situação é de que o jornalismo, nesse caso em específico, não daria conta de toda a complexidade envolvida no caso e qualquer enquadramento para a reportagem implicaria em perdas graves para alguma das lutas – ambas válidas e articuladas. A decisão por derrubar a pauta se referiu a compreensão de que o jornalismo tem seus limites ao significar um acontecimento de tal forma e não de outra. Em última instância, a complexidade social extrapola qualquer tentativa de enquadramento discursivo, por isso a objetividade precisa ser sempre parcial e relativa.

Da mesma forma, a utilização do contraditório não é compreendido da mesma maneira por todas as jornalistas do portal. A defesa de um jornalismo como elas compreendem ou idealizam as direciona para a importância de “ouvir os dois lados”, mas, na prática, as justificativas para distintos contextos são outras. Existe uma motivação ética em conceder espaço para que pessoas com vozes divergentes e diretamente implicadas na notícia, principalmente nas de denúncia, possam trazer suas visões. Assim, atendendo aos preceitos básicos do jornalismo, mas não de forma ingênua, pois como elas mesmas afirmam a abordagem será sempre direcionada pelas perspectivas delas e, certamente, não configuraria em uma igualdade de espaço e muito menos teria o mesmo destaque.

Ao mesmo tempo, dependendo da situação, o contraditório é entendido como um reforço da perspectiva a qual elas defendem, interpretação mais estratégica e alinhada com a proposta também ativista do portal. Por fim, temos a concepção de que certas vozes não devem ser legitimadas enquanto contraditório, como a voz de um padre para falar sobre o aborto, entendendo que existe uma disputa discursiva na sociedade sobre o tema e que é papel delas se posicionarem em um dos lados dessa disputa.

Levando em consideração essas questões, percebi que a identidade delas enquanto jornalistas e feministas não se constrói sem conflitos, sendo flexível, até mesmo contraditória. Ao mesmo tempo em que valorizam certos cânones jornalísticos em oposição ao que é praticado na mídia tradicional, boa parte de suas discussões é permeada por reflexões mais amplas, subjetivas, podemos dizer até mesmo mais humanas, prevendo os impactos do próprio jornalismo na vida das pessoas implicadas nas notícias e atuando diretamente junto à elas na tentativa de minimizar os possíveis danos causados pelo trabalho da imprensa.

A reafirmação de alguns ideais da profissão, na utilização de termos como o “jornalismo raiz” ou a alusão ao “faro” jornalístico,

também pode ser observada, assim como a defesa de uma objetividade mínima, relacionada à utilização de dados concretos e a construção de um texto referencial e conciso. Desta forma, ao longo do percurso em que mantive contato com as jornalistas, percebi que existia tanto a valorização de práticas jornalísticas mais canônicas, como a ressignificação de muitas delas, além da completa desvalorização de outras, como o caso do furo jornalístico.

A principal conclusão que chego nesta pesquisa é de que existem sim rupturas assim como a manutenção de práticas cristalizadas no campo, mas que estão em constante processo de ressignificação. A objetividade continua pairando sobre todas as decisões, mas não habita um lugar confortável, estando sob constante tensão. Para justificar esta percepção sobre a presença de rupturas e continuidades trago algumas questões. Primeiramente, e sendo bastante sincera, não sei se é possível fazer uma ruptura completa em qualquer área que se proponha atuar, pois, mesmo críticos e alertas sobre as relações desiguais, continuamos integrantes dessa mesma cultura a qual nos propomos romper e em menor ou maior grau, compartilhamos certos valores que nela circulam.

Assim, a pretendida “revolução feminista” está cada vez mais difícil de sair do lugar em que ela se situa hoje - nossos sonhos mais utópicos de um mundo melhor. Não podemos negar que ela se demonstrou cheia de armadilhas, pois a luta pelo fim da desigualdade de gênero se mostrou permeada por relações de poder e com capacidade de ser também opressiva se não levar em consideração outros marcadores sociais, como raça, classe, sexualidade, etnia e geração. Essa atenção necessária torna a proposta cada vez mais ampla e complexa.

Acredito também que a proposta das integrantes do portal é fazer jornalismo e que essa atividade não está relacionada apenas às práticas internas ou aos cânones que as sustentam, mas igualmente a uma legitimidade social, garantida pela forma como a sociedade entende o jornalismo e que reflete diretamente no seu capital simbólico – a credibilidade. Sendo assim, me parece que não é possível se distanciar dessas bases e operar totalmente fora da lógica do que se configurou como sendo o jornalismo, pois são elas que inevitavelmente garantem a inteligibilidade social do que é o campo e as expectativas em relação a ele.

Mesmo diante dessas duas justificativas, é inegável que existem fissuras, tensionamentos e rupturas importantes nas práticas das jornalistas do *Portal de Notícias Feministas*, sendo nelas que prefiro apostar. Ao abalar a lógica masculinista (VEIGA DA SILVA, 2014) existente no jornalismo, novas possibilidades práticas e reflexivas foram

demonstradas, indicando a potencialidade do campo para a produção de outros sentidos sobre a sociedade em direção à transformação social.

É a partir dessas demonstrações que a crença na objetividade jornalística, como ela se configurou no campo, pode começar a ser abalada e dar lugar a outros conceitos. Considero, assim, que a objetividade feminista demonstrada na atuação do portal não é uma construção fechada, mas relativa a direcionamentos provisórios, reflexivos e incertos, permeados pela aposta de conexão entre mulheres com diferentes localizações, sendo elas atuantes do coletivo ou que mantêm relações próximas, como fontes e colaboradoras, mas que compartilham de uma mesma proposta transformadora.

A objetividade, então, que pode dar vazão aos projetos feministas dentro do jornalismo se demonstrou corporificada, pois assume que o sujeito está presente em cada escolha, olhar, palavra, enquadramento, aspas, manchete ou qualquer outro recurso que se dispuser para a prática jornalística. Assim, a corporificação é responsável por cada visão de mundo que defende, assim como por aquelas que não teve possibilidade de conhecer ou que prefere não validar. Mas ela é iminente subjetiva e responsável, aberta a críticas e sempre disposta a se reinventar. É também curiosa sobre outros posicionamentos e por isso afeita a polissemia e a polifonia, mas não pode ser considerada inocente. Desconfiada ainda sobre qualquer verdade legitimada historicamente e consensualmente cristalizada. Talvez essa seja uma das formas possíveis de fazer oposição ao mundo das instituições sociais masculinistas, inclusive a instituição social do jornalismo, não com grandes respostas, mas abrindo o leque de perguntas.

Considero, por fim, que a pesquisa possa contribuir para se pensar em outros modos de fazer jornalismo, ultrapassando o que se convencionou como o modelo único e legítimo – o parâmetro da mídia hegemônica. Tentei refletir sobre as possibilidades de unir o ativismo à prática jornalística. Mesmo percebendo que as duas propostas podem ser contraditórias em alguns momentos, me parece que ficou nítido que elas juntas podem se potencializar quando na busca por objetivos transformadores, como é o caso das relações de gênero. Assim, aposto no potencial do jornalismo independente, responsável, e que valorize os preceitos éticos do campo ao mesmo tempo em que empreenda na difícil tarefa de ressignificar muitas de suas práticas.

Ao propor estudar uma iniciativa de jornalismo não-hegemônico pude perceber que existem especificidades que demandam outro olhar na própria forma de estudar as práticas jornalísticas. A existência de rotinas mais flexíveis e descentradas, conseqüentemente menos hierarquizadas,

dificultam o acompanhamento do trabalho, assim como abrem o leque de questões, como as dificuldades estruturais e financeiras para a manutenção da proposta e os impactos destas nos conteúdos produzidos. Mesmo estando ciente de que não foi possível me deter em todas as possibilidades que a pesquisa apresentava, acredito que algumas alternativas abordadas sejam profícuas para estudos sobre o tema, principalmente no que se refere a necessária construção de um jornalismo com perspectiva de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLAN, Stuart. O jornalismo e a cultura da alteridade. **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n. 2, Brasília: UNB, 2010.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência [pp. 207-228]. **Estudos Feministas**. vol.16, n.1, Florianópolis: UFSC, 2008.
- BARCINSKI, Mariana *et. al.* **O Marianismo e a vitimização de mulheres encarceradas**: formas alternativas de exercício do poder feminino [pp.87-100]. *Ex aequo*, n. 28, Lisboa (Portugal), 2013.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BERGER, Christa. **Campos em confronto: jornalismo e movimentos sociais** - as relações entre o Movimento Sem Terra e a Zero Hora. Tese. Escola de Comunicação e Artes, São Paulo: USP, 1996.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
- BRAH, Avtar; PHOENIX, Ann. Não sou uma mulher? Revisitando a interseccionalidade [p. 661-684]. In: BRANDÃO, Izabel *et. al.* (orgs.). **Traduções da cultura**. Perspectivas críticas feministas. Maceió, Florianópolis: EdUFAL, 2017.
- BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1986
- BUITONI, Dulcília Schroeder. **Mulher de papel**. São Paulo: Edições Loyola, 1981.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero** – feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

- CAMPONEZ, Carlos. Entre verdade e respeito – por uma ética do cuidado no jornalismo [pp. 110 – 123]. **Comunicação e Sociedade**, v. 25. Braga (Portugal): Universidade do Minho, 2014.
- CAPRA. Fritjof, O ponto de mutação. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez [p. 965-986]. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, Florianópolis: UFSC, 2014.
- CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: **VV.AA.Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.
- CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu** [online]. 2001, n.16 [cited 2017-07-19], pp.13-30.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2016.
- DEMENECK, Ben-Hur. **Objetividade Jornalística: o debate contemporâneo do conceito**. 133f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis: UFSC, 2009.
- DEMO, Pedro. **Ciências Sociais e qualidade**. São Paulo: Almed, 1985.
- DENZIN, Norman K., LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DIÁRIO DE CAMPO. 2017-2018.
- DUARTE, Constância Lima. As viagens de Nísia Floresta: memória, testemunho e história. **Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, Florianópolis: UFSC, 2008.
- DUARTE, Constância Lima. **Imprensa Feminina e feminista no Brasil – Século XIX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. Estudo de caso [p. 215-235] In; DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. 8. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2015.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica [p. 307-329]. Tradução Iran Ferreira de Melo, **Linha D'Água**, v. 25, n. 2, São Paulo: USP, 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Unb, 2001.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado [pp. 155-161]. **Cadernos de campo**, n.13, São Paulo: USP, 2005.

FONSECA, Cláudia. O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'. **Teoria e Cultura**, v. 2, n.1, Juiz de Fora: UFJF, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FRANZONI *et. al.* A verdade no jornalismo: relações entre prática e discurso [pp. 45-52]. **Verso e Reverso**, n. 58, v. XXV, São Leopoldo: Unisinos, 2011.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Petrópolis: Vozes Limitada, 1971.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide** – Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Editora Ortiz, 1989.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.

GONÇALVES, Sandra. Por uma fotografia “menor” no fotojornalismo diário contemporâneo. **Revista E-Compós**, v.12, n.2, Brasília: Compós, 2009.

GONZALEZ, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira” [p. 223-244]. In: SILVA, L. A. *et. al.* **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. Brasília: ANPOCS, 1983.

GROSZ, Elizabeth. Que és la teoría feminista? IN: **Debates Feministas**. Ano 6, Volume 12, México, 1995.

GUERREIRO NETO, Guilherme. **O jornalismo como instituição social**. In: XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Anais. São Paulo: Intercom, 2012.

HACKETT, Robert A. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. IN: Traquina, Nelson. **Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”**, Lisboa: Vega, 1999.

HALL, Stuart *at. al.* A produção social das notícias: o mugging nos media [p.224-247]. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1999.

HALL, Stuart. Quem precisa da Identidade [p.103-131]. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença – A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. [pp.201-246]. **Cadernos Pagu**, n.22, Campinas: Unicamp, 2004.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial [p.7-41]. **Cadernos Pagu**, n.5, Campinas: Unicamp, 1995.

HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo**. Tradução de Pablo Manzano. Madrid: Ediciones Morata, S.L., 1996.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, v. 1, n. 1. p. 7, Florianópolis: UFSC, 1993.

HARTSOCK, Nancy. *The Feminist Standpoint: Developing the Ground for a Specifically Feminist Historical Materialism*. IN: HARDING, Sandra (ed.), **Feminism & Methodology**. Indiana: Indiana University Press, 1986.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil [p. 183-221]. In: MICELI, Sérgio (org.) **O que ler na ciência social brasileira** (1970-1995). São Paulo: Editora Sumaré, 1999.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? [p.13-34]. **Cadernos Pagu** n. 27, Campinas: Unicamp, 2006.

KERNER, Ina. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo [p. 45-58]. **Novos Estudos**, n.93, São Paulo: CEBRAP, 2012.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Estudos Feministas**, v. 11, n. 1, Florianópolis: UFSC, 2003.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 2010.

LONGINO, Helen. **The fate of knowledge**. New Haven: Princeton University Press, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer - Uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, Florianópolis: UFSC, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho** – Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v, 19, n.2, Campinas: Unicamp, 2008.

LORDE, Audre. **Zami: A New Spelling of My Name**. Freedom, CA: Crossing Press, 1994.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial [p. 935-952] **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, Florianópolis: UFSC, 2014.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1996.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? [p. 67-92]. **Revista Sociologia Política**. v. 18, n. 36, Curitiba: UFPR, 2010.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo:** da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MEDINA, Cremilda. **O signo da relação:** comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Florianópolis, 1997. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>. Acesso em 25 de setembro de 2017.

MEDITSCH, Eduardo. **Gêneros de discurso, conhecimento, intersubjetividade, argumentação:** ferramentas para uma aproximação à fisiologia normal do jornalismo. Florianópolis, 2001. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-generos-de-discurso.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2018.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. “Falta homem até pra homem”: a construção da masculinidade hegemônica no discurso midiático [pp. 131-157]. In: HEBERLE, Viviane Maria; OSTERMANN, Ana Cristina; FIGUEIREDO, Débora de Carvalho (Org.). **Linguagem e gênero:** no trabalho, na mídia e em outros contextos. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

MONTEIRO, Ivanilde Alves; GATI, Hajnalka Halasz. Mulher na história da educação brasileira: entraves e avanços de uma época. In: **Anais do X Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**. João Pessoa: UFPB, 2012.

MORAES JUNIOR, Enio; ANTONIOLI, Maria Elisabete. Jornalismo e newsmaking no século XXI: novas formas de produção jornalística no cenário online [pp.43-52]. *Revista Alterjor*, v. 14, n. 2, São Paulo: USP, 2016.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Estudos Feministas*, v. 11, n. 1, Florianópolis: UFSC, 2003.

NASCIMENTO, Fernanda. **Bicha (nem tão) má**. LGBTs em telenovelas. *LGBTs em telenovelas*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2015.

NASCIMENTO *et. al.* “**Só eu sei quantas lágrimas derramei**” - Uma análise da recepção de pessoas trans sobre a série “Quem sou Eu?”. In: 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba: Intercom, 2017.

NUCCI, Marina Fisher. “**Não chore, pesquise!**”: Reflexões sobre sexo, gênero e ciência a partir do neurofeminismo. 222 fl. Tese. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

OLSEN, Virgínia L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: **O planejamento da pesquisa qualitativa – Teorias e Abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PAIVA, Mirian Santos. Teoria feminista: o desafio de tornar-se um paradigma [pp.517-524]. *Revista Brasileira de Enfermagem*, vol.50, n.4, Brasília: ABEn, 1997.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós- colonialismos, feminismos e estudos queer [p. 395-418]. *Contemporânea*, v.2, n.2, São Carlos: UFSCar, 2012.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica [pp.77-98]. *História*, v. 24, n.1, São Paulo: UNESP, 2005.

PERUZZO, Cecília Maria Krohling. Observação participante e pesquisa ação. In: **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, Curitiba: UFPR, 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI Adriana. Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feminista. In: **Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

PONTE, Cristina. Os jornalistas como “comunidade interpretativa transnacional”. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, n. 7, Florianópolis: UFSC, 2009.

RAGO, Margaret. Epistemologia feminista, gênero e história. IN: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.), **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed.Mulheres,1998.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane C. Vieira Sebba. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas [p. 185-207]. **Linguagem em (Dis)curso** - LemD, v. 5, n.1, Tubarão: Unisul, 2004.

RIBEIRO, Cláudia Regina; ROHDEN, Fabíola. A ciência na mídia e as estratégias de reafirmação da bipolaridade entre os gêneros: o caso do Globo Repórter [p. 267-299]. **Cadernos Pagu**, n.32, Campinas: Unicamp, 2009 .

RIBEIRO, Djamilá. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROCHA, Paula Melani; WOITOWICZ, Karina Janz. **Representações de Gênero na mídia: um estudo sobre a imagem de homens e mulheres em jornais e revistas segmentadas**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

ROSE, Hilary. Nada menos que metade dos laboratórios. In: Steven Rose e Lisa Appignanesi (orgs), **Para uma nova ciência**. Lisboa: Gradiva, 1989.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SAMARA, Eni de Mesquita et. al. **Gênero em debate** – trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: Educ, 1997.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa**: projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2009.

SARDENBERG, Cecília. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? [p.89-120]. In: COSTA, Ana Alice. SARDENBERG, Cecília. (org.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: UFBA, 2001.

SEGATO, Rita Laura. “Género y colonialidad: em busca de claves de lectura y de um vocabulário estratégico descolonial”. In: BIDASECA, Karina; LABA, Vanesa V. (orgs). **Feminismos y postcolonialidad**. Descolonizando el feminismo desde y en América Latina. Buenos Aires: Godot, 2011.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia** – Uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SCHMIDT, Simone P. Ser mulher e outras palavras: o conceito de interseccionalidade revisitado por Avtar Brah e Ann Phoenix [p. 685-691]. In: **Traduções da cultura**. *Perspectivas críticas feministas (1970-2010)*. Maceió, Florianópolis: EdUFAL, EdUFSC, 2017.

SCHMIDT, Terezinha. Refutações ao feminismo: (des)compassos da cultura letrada brasileira [p.765-799]. **Revista Estudos Feministas**, v.14, n.3, Florianópolis: UFSC, 2006.

SCOTT, J. Gênero, uma categoria útil de análise histórica [p. 5–22]. **Revista Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, Porto Alegre: Ufrgs, 1990.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**. Além do espelho e das construções. Florianópolis: Insular, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2008.

TRAVANCAS, Isabel. **O mundo dos jornalistas**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1992

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas [p. 74 a 90]. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. Lisboa: Vega, 1999.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **O encontro entre subjetividade e alteridade na crítica das práticas jornalísticas: aproximações de pesquisa**. Anais. 14º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo – SBP Jor. Palhoça: Unisul, 2016.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e a implicação dos regimes de saber-poder nas possibilidades de encontro com a alteridade**. 276 f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre: UFRGS, 2015.

VEIGA DA SILVA, Marcia; MARROCO, Beatriz. O feminino no “livro de repórter”: Uma mirada epistemológica de gênero sobre as

práticas jornalística. **Brazilian Journalism Research**: v. 14, nº 1, Brasília: SBPJor, 2018.

VINHOTE, Ana Luiza, *et. al.* A presença feminina na mídia independente: Análise de representatividade na Agência Pública e Mídia NINJA. **Revista Comunicação, Cultura e Sociedade**, v. 07, n.07. Alto Araguaia: UNIMAT, 2016-2017.

VECCHIO-LIMA, Myrian Del; DA DE SOUZA, Humberto Cunha Alves. Espaços alternativos na internet como formas de visibilizar as mulheres no jornalismo brasileiro. **Media & Jornalismo**. v.17, nº 31, Lisboa: Centro de Investigação Media e Jornalismo, 2017.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura** – Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

WOITOWICZ, Karina Janz; PEDRO, Joana Maria. **Feminismo e ativismo midiático**: o jornalismo como estratégia de ação política. In: Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, Anais, Florianópolis, 2010.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1994

YIN, Robert K. Estudo de Caso – **Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil**. 212f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis: UFSC, 2007.

APÊNDICE

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS APLICADAS

1) Entrevista – Jornalista Ângela

*** Perguntas iniciais/gerais**

- Como foi seu contato com o portal? Está no coletivo desde a sua criação?
- Antes de participar do portal, como era a sua atuação com o movimento social/movimento feminista?
- Tempo em que atua como jornalista?
- Quais as áreas de atuação no jornalismo até o momento?
- Como você definiria o jornalismo feito por vocês?
- Na linha editorial diz que o portal pretende dialogar com “as diversas linhas teóricas e políticas do feminismo, mediando suas perspectivas diante da realidade”. Pode falar mais sobre isso?
- Passado mais de um ano da criação do Portal, acredita que a plataforma teve impacto na cidade, principalmente na mídia de Florianópolis?

***Perguntas relativas ao trabalho no portal:**

- Como surgem as pautas?
- Como você costuma selecionar as fontes da matéria?
- As mulheres são as fontes privilegiadas? Quais mulheres?
- Pelo que observei e após as nossas conversas, é possível destacar uma proteção de vocês com as fontes. Isso é uma postura acordada entre vocês? Considera que essa forma difere da prática mais tradicional do jornalismo?
- Qual a relação de vocês com as fontes institucionais?

*** Perguntas específicas que surgiram após a aproximação com o trabalho da jornalista**

- Sobre a matéria da violência contra a mulher indígena. Tu demonstrou um cuidado com as mulheres indígenas que fazem parte daquela situação. Quais os riscos que tu viu na publicação daquela matéria?
- A decisão por não escrever sobre o caso nesse momento foi dialogada?

*** Perguntas mais específicas sobre a objetividade jornalística:**

- Na matéria sobre a professora acusada pela ex-orientanda de perseguição religiosa, o contraditório foi ouvido. Acha essa prática importante? Sempre busca que as matérias tenham um contraponto?

- Como tu vê a relação de vocês com o movimento social? Pontos positivos e negativos, se houver.
- Existe um movimento para demarcar a autonomia de vocês enquanto jornalistas?
- Tu me falou que considera sobre a existência de diferenças entre atuar em Sindicato e no jornalismo produzido por vocês. Pode explicar as diferenças?
- Vocês buscam o furo jornalístico?
- Como tu entende a objetividade jornalística?
- Tu consideras que o portal busca uma objetividade jornalística?

2) Entrevista - Fotógrafa Vivian

* Perguntas iniciais/gerais

- Como foi seu contato com o portal? Está no coletivo desde a sua criação?
- Antes de participar do portal, como era a sua atuação com o movimento social/movimento feminista?
- Tempo em que atua como jornalista/fotógrafa?
- Quais as áreas de atuação no jornalismo até o momento?
- Como você definiria o jornalismo feito por vocês?
- Na linha editorial diz que o portal pretende dialogar com “as diversas linhas teóricas e políticas do feminismo, mediando suas perspectivas diante da realidade”. Pode falar mais sobre isso?
- Como essa perspectiva de gênero influencia na hora de fotografar? Isso difere dos trabalhos anteriores como fotojornalista?
- Conte um pouco sobre a tua coluna no portal. Quais são os temas que te motivam a escrever?
- Passado mais de um ano da criação do Portal, acredita que a plataforma teve impacto na cidade, principalmente na mídia de Florianópolis?

* Perguntas relativas ao trabalho no portal:

- Como surgem as pautas?
- Como é o diálogo entre vocês sobre as pautas?
- As mulheres são as fontes privilegiadas? Buscam trazer uma maior diversidade de mulheres?

* Perguntas mais específicas sobre a objetividade jornalística:

- Como tu vê a relação de vocês com o movimento social? Pontos positivos e negativos, se houver.
- Existe um movimento para demarcar a autonomia de vocês enquanto jornalistas?
- A utilização de fotografias no jornalismo também tem relação histórica com a busca de veracidade do fato. Pode falar um pouco sobre como tu interpreta as fotografias dentro do jornalismo?
- Tu consideras que o portal busca uma objetividade jornalística?

3) Entrevista - Jornalista Glória

***Perguntas iniciais/gerais**

- Como foi seu contato com o portal? Está no coletivo desde a sua criação?
- Antes de participar do portal, como era a sua atuação com o movimento social/movimento feminista?
- Tempo em que atua como jornalista?
- Quais as áreas de atuação no jornalismo até o momento?
- Como você definiria o jornalismo feito por vocês?
- Na linha editorial diz que o portal pretende dialogar com “as diversas linhas teóricas e políticas do feminismo, mediando suas perspectivas diante da realidade”. Pode falar mais sobre isso?
- Passado mais de um ano da criação do Portal, acredita que a plataforma teve impacto na cidade, principalmente na mídia de Florianópolis?

*** Perguntas relativas ao trabalho no portal:**

- Como surgem as pautas?
- Como você costuma selecionar as fontes da matéria?
- Qual a relação de vocês com as fontes institucionais?
- As mulheres são as fontes privilegiadas? Quais mulheres?
- Pelo que observei nas conversas com outras jornalistas do portal, é possível destacar uma proteção de vocês com as fontes, como no caso da violência contra aquela mulher indígena. Isso é uma postura acordada entre vocês?
- Esse tipo de decisão costuma ser dialogada?

*** Perguntas mais específicas sobre a objetividade jornalística**

- Na matéria sobre a professora acusada pela ex-orientanda de perseguição religiosa, o contraditório foi ouvido. Acha essa prática importante? Sempre busca que as matérias tenham um contraponto?
- Como tu vê a relação de vocês com o movimento social? Pontos positivos e negativos, se houver.

- Existe um movimento para demarcar a autonomia de vocês enquanto jornalistas?
- Vocês buscam o furo jornalístico?
- Como tu entende a objetividade jornalística?
- Tu consideras que o portal busca uma objetividade jornalística?

4) Entrevista - Jornalista Raquel

***Perguntas iniciais/gerais**

- Como surgiu a ideia de criar a plataforma?
- Antes de participar do portal, como era a sua atuação com o movimento social/movimento feminista?
- Tempo em que atua como jornalista?
- Quais as áreas de atuação no jornalismo até o momento?
- Como você definiria o jornalismo feito no portal?
- Na linha editorial diz que o portal pretende dialogar com “as diversas linhas teóricas e políticas do feminismo, mediando suas perspectivas diante da realidade”. Pode falar mais sobre isso?
- Passado mais de um ano da criação do Portal, acredita que a plataforma teve impacto na cidade, principalmente na mídia de Florianópolis?

*** Perguntas relativas ao trabalho no portal:**

- Como surgem as pautas?
- Como você costuma selecionar as fontes da matéria?
- Qual a relação de vocês com as fontes institucionais?
- As mulheres são as fontes privilegiadas? Quais mulheres?
- Pelo que observei e após as nossas conversas, é possível destacar uma proteção de vocês com as fontes. Isso é uma postura acordada entre vocês?

*** Perguntas específicas que surgiram após a aproximação com o trabalho da jornalista**

- Sobre a construção colaborativa das matérias, como no 8M. Poderia falar um pouco sobre isso.
- Em outra oportunidade, conversamos sobre a abordagem das masculinidades no portal. Poderia falar um pouco mais sobre isso.

*** Perguntas sobre a objetividade jornalística**

- Na matéria sobre a professora acusada por uma ex-orientanda de perseguição religiosa , o contraditório foi ouvido. Acha essa prática importante? Sempre busca que as matérias tenham um contraponto?
- Como tu vê a relação de vocês com o movimento social? Pontos positivos e negativos, se houver.
- Existe um movimento para demarcar a autonomia de vocês enquanto jornalistas?
- Em uma de nossas conversas, você me falou que portal não busca o furo jornalístico? O que representa essa busca do jornalismo pelo furo pra ti?
- Como você entende a objetividade jornalística?
- Você considera que o portal busca uma objetividade jornalística?

5) Entrevista - Jornalista Patrícia

***Perguntas iniciais/gerais**

- Como surgiu a ideia de criar a plataforma?
- Antes de participar do portal, como era a sua atuação com o movimento social/movimento feminista?
- Tempo em que atua como jornalista?
- Quais as áreas de atuação no jornalismo até o momento?
- Como você definiria o jornalismo feito por vocês?
- Na linha editorial diz que o portal pretende dialogar com “as diversas linhas teóricas e políticas do feminismo, mediando suas perspectivas diante da realidade”. Pode falar mais sobre isso?
- Passado mais de um ano da criação do Portal, acredita que a plataforma teve impacto na cidade, principalmente na mídia de Florianópolis?

*** Perguntas relativas ao trabalho no portal:**

- Como surgem as pautas?
- Como você costuma selecionar as fontes da matéria?
- As mulheres são as fontes privilegiadas? Quais mulheres?
- Pelo que observei e após as nossas conversas, é possível destacar uma proteção de vocês com as fontes. Isso é uma postura acordada entre vocês?

*** Perguntas específicas que surgiram após a aproximação com o trabalho da jornalista**

- Você trabalha com muitas pautas relacionadas ao aborto, qual a importância de trazer essas informações para as mulheres?
- Em uma conversa que tivemos você afirmou que a Globo também é ativista, que tem uma relação próxima com suas fontes. Poderia falar um pouco mais sobre isso?

*** Perguntas sobre a objetividade jornalística**

- Na matéria sobre a professora acusada por uma ex-orientanda de perseguição religiosa , o contraditório foi ouvido. Acha essa prática importante? Sempre busca que as matérias tenham um contraponto?
- Como tu vê a relação de vocês com o movimento social? Pontos positivos e negativos, se houver.
- Existe um movimento para demarcar a autonomia de vocês enquanto jornalistas?
- Em uma de nossas conversas, você me falou que portal não busca o furo jornalístico? O que representa essa busca do jornalismo pelo furo pra ti?
- Como você entende a objetividade jornalística?
- Você considera que o portal busca uma objetividade jornalística?

